



1923

Coronelismo & Revolução



Fraudes e contrabando na fronteira do Rio Grande do Sul durante o conflito de 23

Luiz Francisco Matias Soares

Título: 1923: Coronelismo & Revolução

Autor: Luiz Francisco Matias Soares

Capa: Editora Faith e autor

Diagramação: Editora Faith

1a. Edição, ©2014, todos os direitos reservados ao autor, sob encomenda à Editora Faith Ltda.

ISBN: 978-85-98131-51-1

Direção: Caroline Powarczuk Haubert

Edição geral: Nilson Levi Zalewski

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S676m Soares, Luiz Francisco Matias

1923: Coronelismo & Revolução / Luiz Francisco Matias Soares.

– São Borja, RS: Faith, 2014.

212p.

ISBN 978-85-98131-51-1

1. História – Rio Grande do Sul - 1923 2. Coronelismo - Rio Grande do Sul - II. Título.

CDU: 94(816.5)

Bibliotecária: Dilva Carvalho Marques – CRB-10/583

Site: <http://www.editorafaith.com.br>

Para Anita e Wagner

“E o contrabandista, se é delinqüente é ainda mais digno de perdão do que a peccadora amparada por Christo. Sem elle, a vida seria impossível nesta terra.” (Assis Brasil, J.F. 1908,p.137)



Sumário

Prefácio	7
Introdução	9
Capítulo 1 - RIO GRANDE DO SUL: A FRONTEIRA OESTE E O CORONELISMO	19
1.2 O município de Uruguaiana.	37
1.3 O poder local e o coronelismo	60
Capítulo 2 - HEGEMONIA EM DISPUTA	71
2.1 Os Coronéis e as ligações com o poder central do borgismo	76
2.1.1 A crise política em Uruguaiana	81
2.1.2 As facções: Sérgistas X Monteiristas	84
2.2 Os coronéis e a economia	89
2.3 Os coronéis e a política	108
Capítulo 3 - 1923 - O JOGO DE TRUCO DOS CORONÉIS E O ENFRENTAMENTO	135
3.1 O estopim aceso na eleição de 1922	137
3.2 Uruguaiana sitiada, para não dizer que não falei de Flores.	152
3.3 O Corpo Provisório da Fronteira Oeste	154
3.4 O declínio de Borges e os reflexos em Uruguaiana	169
Considerações Finais	179
Referências	185
Fontes Primárias	190
Anexos	191

Corpo Editorial

Prof. Dr. ALFREDO ALEJANDRO GUGLIANO - UFRGS
Prof. Dr. DEJALMA CREMONESE - UFRGS
Prof. Dr. CESAR BERAS - UNIPAMPA
Profa. Dra. ELISÂNGELA MAIA PESSÔA - UNIPAMPA
Prof. Dr. FERNANDO DA SILVA CAMARGO - UFPEL
Prof. Dr. GABRIEL SAUSEN FEIL - UNIPAMPA
Profa. Dra. PATRÍCIA KRIEGER GROSSI - PUC
Prof. Dr. RONALDO B. COLVERO - UNIPAMPA
Profa. Dra. SIMONE BARROS OLIVEIRA - UNIPAMPA
Profa. Dra. SHEILA KOCOUREK - UFSM
Prof. Me. EDSON PANIAGUA - UNIPAMPA
Prof. PH.D. DR. PHILLIP VANNINI - ROYAL ROADS UNIVERSITY, CA-
NADÁ
Prof. Dr. NICO BORTOLETTO - UNIVERSITÁ DI TERAMO

Prefácio

Escrever não é uma tarefa fácil. Estamos diante de uma obra, que ocupara um espaço especial nas prateleiras das bibliotecas. Sejam elas públicas ou particulares, nas escolas, nas universidades ou em residências. Apresentando fontes inéditas, possibilitara o debate sobre questões políticas de nossa sociedade.

A Obra do Luiz Francisco Matias Soares “1923 Coronelismo & Revolução.” contribui de sobremaneira para a constituição da história do Rio Grande do Sul. Nela o autor analisa um período próximo aos tempos atuais, época em que o PRR de Borges de Medeiros manteve até quando pode o poder. A pesquisa trabalha com fontes ligadas principalmente no que concerne à Fronteira Oeste, palco de grandes marcos políticos tanto para o próprio estado gaúcho, bem como ao Brasil.

É possível que o leitor identifique algumas características da política brasileira e gaúcha, ligadas ao jogo político, na qual permita a reflexão sobre resquícios do mandonismo e do coronelismo ainda existentes nos dias de hoje. As estratégias, as tramas, os conchavos nesta obra estão todos postos à luz. Trabalhando com a história regional e a política, o autor esmiúça a estrutura partidária no município de Uruguaiana, na República Velha, sem perder a conexão com o poder central do estado. Joga mais luz ainda no coronelismo da fronteira e tenta compreender sua gênese. Para isto, apresenta o surgimento das suas elites, a formação dos grupos e a posterior relação com o poder local institucional dado pelo jogo político borgista.

Precede o momento culminante da análise na arrancada dos novos coronéis daquela região, competindo com os grupos já existentes. O que provocou uma crise política, dividindo-os em dois blocos internos do partido hegemônico PRR(Partido Republicano Riograndense): os Sérgistas e os Monteiristas. Essa situação somou-se aos problemas da economia naquele momento em que haviam divisões internas no PRR e externas com o PF(Partido Federalista), constituindo um verdadeiro estopim aceso, era só questão de tempo para explodir. E o seria em 1923.

O autor considera comparativamente ao pensamento de Antonio Gramsci, que a organização e a reorganização deste poder local em estrutura partidária foi movida pela disputa da hegemonia entre grupos formadores e

reformadores do bloco histórico, levando em conta os interesses individuais na junção destes.

Assim, no preâmbulo da eleição para a presidência do Estado em 1922, a trama se desenrola apresentando fontes históricas inéditas e comprova que na época havia um verdadeiro turbilhão com desvios de dinheiro público, descaso na administração local, epidemias agravadas por insuficiência de verbas, falta de fiscalização e o contrabando. Em Uruguaiana, a disputa entre o PRR e o PF não ocorreu de forma diferente da situação estadual, a corrida eleitoral era tão fraudulenta quanto. As falsificações em votos entre outras formas de fraudes eram corriqueiras, e aí entrava o papel do poder local coronelista para manter o controle dos votos, assim ficando a cidade nas mãos dos aliados de Borges de Medeiros.

Nesta obra, apresentam-se fatos surpreendentes até o estado de sitio deflagrado em Uruguaiana. Embora atualmente já se saiba que, no Rio Grande do Sul, fatores como a violência e a insegurança nortearam o desfecho belicoso de 23. Na região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul haviam características que a diferenciavam das demais regiões. Possuía um esquema de contrabando preponderante, gerando desenvolvimento econômico paralelo, principalmente pela pecuária. Isto muito contribuiu para a formação de grupos interessados em entrelaçar seus negócios particulares com o poder local institucional. Como o autor bem observa em uma passagem do livro, que: “uma mão lava a outra”.

Foi no ano de 2008 que conheci o autor desta obra, naquele momento percebi que estava diante de uma pessoa determinada, com gosto pelo ato de investigar, ou seja, um perfil legítimo de historiador. O Matias é um Historiador que tem o prazer de trabalhar em arquivos, sejam eles empoeirados ou organizados, no meio de documentos que foram deixados de lado, outros ainda conservados, mas procura nestes documentos entender, perceber, o que esta e o que não esta exposto.

Os historiadores e os leitores em geral estão diante de uma magnífica obra, em que os documentos, as bibliografias e as entrevistas se entrelaçam nos caminhos do Coronelismo do Rio Grande do Sul na Fronteira Oeste. Esta Obra com certeza tem a marca da competência do Autor.

Boa Leitura.

RONALDO B. COLVERO
Professor Doutor - UNIPAMPA
São Borja - RS

Introdução

Esta obra é baseada na dissertação de Mestrado em História regional defendida pelo autor na Universidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, no ano de 2012. Onde procurou-se pela abordagem regional conduzir o aprendizado adquirido. Mas, sobretudo, deixar as fontes falarem, contarem o que aconteceu num momento tão importante para o Rio Grande do Sul.

A História regional como possibilidade de abordagem tem contribuído para a renovação dos estudos históricos na medida em que as especificidades de cada região relacionam-se com o nacional. Ao se trabalhar com a história regional deve-se buscar uma sintonia com o nacional. A história regional não é um método, mas sim uma forma de abordagem em determinado espaço com um recorte temporal estabelecido. Nesta obra, procuramos abordar o aspecto regional sem perder o contato com o todo.

No Brasil, desde a década de 1970, as fontes regionais passaram a ter mais valorização em trabalhos voltados à história política a partir da utilização de fontes renovadas em suas condições teóricas e metodológicas. Tal fato possibilitou a valorização dos documentos ligados ao recorte regional com novos enfoques na análise histórica.

É dentro desse entendimento que será exposto, na obra que aqui se introduz, o caso da fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul, considerando, como exposto acima, uma análise da história política com inserção regional no período da República Velha. Os reflexos observados na região com características específicas.

Mas como se deram, mais especificamente, as condições que possibilitariam tal empreitada? É possível verificar na historiografia algumas mudanças que indicam uma luz para tais questionamentos, que foram considerados relevantes para a condução inicial deste livro. Seguem-se, assim, alguns indicativos.

Do século XIX até as décadas iniciais do século XX a história política foi prestigiada pela Escola Germânica positivista¹, que considerava somente como fonte de registro documentos tais como tratados, decretos, leis e descrições

¹ Historiadores como Leopold Von Hanke consideravam como inquestionáveis as fontes primárias. Segundo o historiador francês René Rémond (1996), os documentos eram aceitos para a história política sem que se fizessem críticas, tais documentos eram recepcionados por seu caráter de oficialidade e, por si só, valiam como documentos de força imutável.

oficiais dos campos de batalhas, sem questionamentos nem incursões investigativas.

Em tal formato a história política teve seu declínio com o surgimento da Escola dos Annales², na França. Na sua primeira geração, em 1929, com Marc Bloch e Lucien Febvre, iniciou-se um movimento crítico dentro da história que romperia com a trajetória política do século XIX, com “a história dita factual, ou “*événementielle*”, sendo o termo aí utilizado evidentemente de maneira pejorativa, “que fica na superfície das coisas e esquece-se de vincular os acontecimentos às suas causas profundas” (RÈMOND, 1996, p.20).

Ainda para Rèmond, “*Eles*”, os da escola dos Annales, desconsideravam a história positivista política, por ela estar voltada para acidentes e circunstâncias superficiais, alimentada por ideias ligadas a um anacronismo que consideravam como a antítese dessa nova proposta. Nesse aspecto, Rèmond considerou também que Marx, entre outros, teria igualmente contribuído para o fim do prestígio da história política: “Fazendo da luta de classes, ela mesma resultante do processo econômico, o motor da história, desclassificou o político.” (RÈMOND, Idem).

A questão ideológica também pode ser observada na historiografia. A segunda geração dos Annales, já com a influência de Fernand Braudel desde a década de 1940, emergiria a seguir com a *História Total* e a concepção de História fundamentada no aspecto econômico e social, passando a questionar ainda mais o político. Fernand Braudel, principal representante dessa geração, afirmava que o fundamental seriam as estruturas e suas grandes pulsações econômicas. Ainda, que as possibilidades eram depositadas em uma História totalizante vista na teoria dos três níveis, na qual poderia ser observada sob o aspecto da longa, média e curta duração. Tal direcionamento afastava mais ainda os Annales da História política. (RÈMOND, 1996)

Assim, até o pós-Segunda Guerra Mundial, os trabalhos e pesquisas mais relevantes, ou ao menos mais divulgados, privilegiariam quase que exclusivamente as estruturas duráveis, consideradas mais reais e determinantes do que acidentes de conjuntura. Dava-se ênfase aos fenômenos da longa duração e aos comportamentos coletivos (trabalho/produção) e se depreciavam os feitos

² A escola dos Annales em seu início, como movimento historiográfico francês, foi construída com artigos publicados no jornal acadêmico *Annales D'histoire Économique et Sociale*, já no nome destacava a questão econômica e utilizava métodos das ciências sociais no campo da história.

políticos, as batalhas, os imperadores e tronos. A História política foi condenada como objeto da atenção dos historiadores (FERREIRA, 1992).

Entretanto, a questão ideológica contida dentro do aspecto político ainda seria analisada por alguns pensadores em uma época não muito remota. Um deles foi Antonio Gramsci, que, segundo COUTINHO (2010), já na década de 1930 fez uma análise envolvendo a História, a política e os intelectuais, com seus meios de expressão de convencimento e coesão social. Gramsci, além da análise sobre a História, destacou os veículos destinados ao convencimento, como os jornais, ainda que dentro de uma conjuntura específica da questão hegemônica e de um contexto histórico italiano, uma vez que o estudioso pensara em suas teorias numa Itália recém-unificada na política, na qual o norte era mais industrializado e o sul se mantinha agrário, pobre e sob a influência do clero.

A análise de Gramsci só teve maior fulcro durante a década de 1960, momento em que os cadernos que havia escrito na prisão, nos anos 1930, passaram a ser mais valorizados. Tal fato, coincidentemente, se deu em um período no qual a História política começava a ser revigorada, algo que, inclusive, passaria a ocorrer na década seguinte dentro do próprio muro dos *Annales*.

Assim, foi somente a partir da terceira geração dos *Annales*, na década de 1970, que historiadores franceses da *Nouvelle Histoire*, como Jacques Legoff e Pierre Nora, entre outros, voltaram-se para a História política, juntamente com a História cultural e com uma variedade de caminhos na análise social e antropológica. A partir desse período ocorreria a renovação da História política que, ao deparar-se com crises e mudanças de paradigmas, faria seu retorno. Por meio de tal renovação, a parte política dos fatos sociais ganhou novos espaços³ e as representações foram gradualmente ultrapassando o aspecto material e sofisticando suas formas interpretativas, inclusive as de cunho psicológico, com outros conceitos e técnicas.

Não era essa problemática exclusivamente brasileira. Até a década 1970,

³ Ocorreu, segundo Remond, o “Renascimento da História Política” com fatores Exógenos: transformações sociais, crises de economias liberais, perda de colônias pelas potências imperialistas, intervencionismo e alargamento do papel dos Estados e desenvolvimento de políticas públicas. Endógenos: as críticas rigorosas com o passar das décadas provocaram o retorno e o redescobrimto por autores como Seignobos, Siegfried e Weil, além da pluridisciplinaridade do contato da história com outros campos, como a ciência política, a sociologia e a psicanálise entre outras, proporcionaram novos conceitos, novas técnicas de investigação e novas problemáticas.

ainda eram incipientes as pesquisas, inclusive de jornais, relativamente a História política. O caso é que no Brasil devemos considerar o período de exceção trazido pelo golpe de 1964. Sendo que, ainda assim, ocorreria a valorização dos documentos políticos e de jornais da época como fontes intimamente ligadas ao novo tratamento da História Política⁴, no momento em que a história cultural conquistou espaço (DE LUCA, 2006).

A mudança se fez com questionamentos e críticas fortes. O historiador francês Roger Chartier, uma das principais vozes nesse aspecto, primeiramente criticou a questão ideológica excessiva no que chamou de “tirania do social” até então vigente nos estudos históricos. O estudioso considerou que a novidade e a revitalização foram inseridas apoiando-se na contribuição de vários autores, entre os quais se destacaram Pierre Bourdieu e Michael Foucault, em contraponto ao recuo do estruturalismo e da quantificação, fato também observado em um novo momento da história política (CHARTIER, 1991).

A contribuição significativa de Michel Foucault para a História e a Ciência política, que antes facultavam somente ao Estado, foi trazida por sua investigação acerca do poder, por meio das quais foram reveladas novas possibilidades para a História Política. A assim chamada “*nouvelle histoire*” contribuiu para a abertura de novas concepções e temáticas que até então eram pouco analisadas, como os poderes, as instituições supostamente não-políticas e suas práticas.

Sem dúvida o teórico mais destacado em tal aspecto foi Foucault, “que revolucionou a compreensão desses novos objetos, colocou em destaque a relação entre as diferentes práticas sociais e a pluralidade e onipresença não do poder, mas dos poderes. A historiografia política passou a focar, nos anos 1970, a Microfísica do poder, na realidade as infinitas astúcias dos poderes” (FALCON, 1997, p. 75).

Ademais, a retomada da história política, diferentemente do que era concebido pelos conservadores positivistas, corresponderia então ao complexo siste-

⁴ Tânia De Luca diz que: “O estatuto da imprensa sofreu deslocamento fundamental ainda na década de 1970: ao lado da História da imprensa e por meio da imprensa, o próprio jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica. A tese de doutoramento de Arnaldo Contier, *Imprensa e ideologia em São Paulo* (1973), já indicava esse caminho ao valer-se da Linguística e da Semântica para estudar o vocabulário político-social presente num conjunto de jornais publicados entre o fim do Primeiro Reinado e o início da Regência (1827 e 1835) e identificar os matizes da ideologia dominante num momento de acirrada disputa pelo controle dos quadros políticos e burocráticos da nação recém-independente” (DE LUCA, 2006, p.118).

ma no qual se tornou a sociedade moderna. Jacques Julliard, outro cientista da escola francesa baseado em Trotski, observou que isso pode ser relativizado com a tentativa da humanidade de dominar seu destino, fato que se explicita no campo da aplicação da política e vai além da dominação dos meios de produção e relações de mercado (JULLIARD, 1988).

Para outro historiador francês, Jean François Sirinelli, por sua vez, dois aspectos foram importantes na renovação da História Política: o rápido desenvolvimento do tempo presente e a conveniência de se analisar seus possíveis limites, tratando-se de algo necessário para se evitar a manipulação dos resultados. Sirinelli cita como exemplo o estudo da História próxima relacionada à História política, feito por Charles Seignobos que, no início do século XX, analisou para a imprensa francesa os resultados das eleições naquele país e o contexto mundial com o qual se relacionavam (SIRINELLI, 1993).

Na História política brasileira, o Rio Grande do Sul⁵, apresentou também, desde a década de 1970, uma grande quantidade de trabalhos que buscaram analisar criticamente o período da República Velha. Alguns deles estão relativamente ligados a preceitos puramente ideológicos, são bons trabalhos, mas levaram em consideração aspectos quase que exclusivamente econômicos, ignorando todo um manancial de fontes para pesquisa.

Como toda a documentação daquele período, os trabalhos foram preservados, contando, atualmente, com os benefícios da tecnologia, além, é claro, da renovação das condições teóricas e metodológicas. Atualmente, portanto, há a possibilidade de utilização de trabalhos e documentos antigos sobre a História Política do Rio Grande do Sul, revistos à luz de novos enfoques teóricos.

⁵ As características específicas do Rio Grande do Sul no período da República Velha (1889-1930), à luz da análise da História Política, revelaram, em trabalhos escritos desde a década de 1970, o perfil centralizador e hegemônico do poder político, em especial no período Castilhistas-Borgistas da ditadura científica positivista gaúcha. Período esse no qual se destaca a importância do relacionamento das regiões com seus chefes locais nas municipalidades, e o poder central, animados pela política de compromisso do tipo coronelista, constitui-se na marca principal do momento vivido então no Rio Grande do Sul e em todo o território nacional. Ver mais em: FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, Borgismo e Cooptação Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *RS: economia & conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983; LOVE, Joseph L. *O Regionalismo Gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Imagens da Revolução*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985; RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. *A Diplomacia Marginal*. Passo Fundo: UPF Editora, 1999.

Para este trabalho, foi catalogado e digitalizado um expressivo número de documentos de Uruguaiana, tais como: documentos da Intendência, da Câmara de vereadores, correspondências, fontes orais (registros de depoimentos pessoais) e exemplares do jornal local “A Nação.”⁶ Depois de catalogados, tais documentos foram cruzados com documentos pesquisados no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, no Arquivo Público do Rio Grande do Sul, no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e no Memorial da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, todos localizados em Porto Alegre. Assim, foi possível observar os reflexos do crescente descontentamento com o governo do Estado na esfera regional, bem como a forma por meio da qual se estabelecia a ligação do PRR estadual com os problemas da municipalidade durante o período da República Velha, às vésperas da Revolução de 1923⁷. Cabe ressaltar que nesta obra foi feita a opção de abordar a questão regional sem buscar comparações com as redes de coronéis que se estabeleceram no restante do país, panorama igualmente importante, mas que poderá ser trabalhado em projetos futuros.

Damos aqui destaque especial para outro lote de documentos: as Atas da Câmara de Vereadores de Uruguaiana, emitidas durante o período e ao longo do século XIX, que também foram analisadas e contribuíram para a investigação do poder local. A análise de tais documentos possibilitou a verificação e comparação com o século XX, na década de 1920, o do jogo político partidário que se desenvolvia no âmbito municipal, bem como na ascensão política de novos coronéis, em detrimento da queda dos antigos. Foi possível,

⁶ Fundado em 7 de setembro de 1905 por Antonio A. de Carvalho, o jornal “A Nação” era identificado com o grupo Federalista e combatia o PRR, o governo de Borges de Medeiros. Os representantes locais do partido, bem como a intendência, tinham como gerente Alipio Pereira da Silva, na redação geral, estava Alberto de Lemos e, para assuntos de política, o encarregado era o proprietário do jornal, Lisimaco Nunes Dória. À medida que o conflito de 1923 se aproximava, juntou-se ao grupo, como colunista e depois redator, o então filho de ricos estancieiros e promissor médico e advogado, Dr. João Batista Lusardo, também federalista. Durante esta pesquisa foi encontrado farto material do jornal, porém com uma lacuna correspondente ao período de convulsão de 1923 (não foi localizado quase nenhum exemplar produzido e publicado durante esse ano). Tal fato foi esclarecido durante as entrevistas, por meio das quais descobrimos que durante aquele ano o jornal foi empastelado pelas forças republicanas em represália aos federalistas.

⁷ A Revolução de 1923, como ficou nominado o enfrentamento, durou oito meses no Rio Grande do Sul – de março a novembro daquele ano – e significou a tentativa de deposição de Borges de Medeiros do poder pelos adversários políticos descontentes com a administração do Partido Republicano Riograndense e o modelo borgista.

assim, traçar o contorno das facções e grupos.

A máquina partidária do governo estadual, de modelo “borgista”, e a força eleitoral não apenas em Uruguaiana, como também na fronteira oeste e, de maneira mais ampla, em todo o Rio Grande do Sul, permitiu aos “Coronéis” do PRR privilégios políticos que facilitaram a sua situação econômica e social durante a República Velha. Divididos em facções – divisão essa geralmente motivada por interesses pessoais — os coronéis mantinham boas relações com o poder instituído de Borges de Medeiros e representavam o PRR no âmbito das municipalidades, sustentando o situacionismo contra os adversários políticos, principalmente os federalistas.

O Partido Federalista (PF) agregava os grandes proprietários de terras e pecuaristas e possuía uma ligação histórica com os interesses dos proprietários dos negócios da economia *ganadera*, que se localizavam, em sua grande maioria, nas fronteiras oeste e sul do Rio Grande do Sul. Durante o período das eleições de 1922, os membros do PF, chamados de “assistas” juntamente com os integrantes do Partido Democrático Republicano e alguns dissidentes formaram o bloco de adversários políticos do governo de Borges de Medeiros e do situacionismo do Partido Republicano Riograndense (PRR).

Mas, de não menos importância, serviram também de base para este trabalho os livros-caixa da Intendência, os relatórios de balancetes anuais e as devassas feitas nas contas públicas. Documentos nos quais foi possível observar o fluxo de impostos lançados e os desvios cometidos. Tantas e variadas fontes possibilitaram a análise de um perfil oculto das redes de ligações coronelistas em negócios feitos na penumbra das madrugadas.

Já as entrevistas e demais documentos relativos ao cerco de 1923 na cidade de Uruguaiana oportunizaram também a análise da condição em que se dava a disputa pela hegemonia na região e o quanto tal luta foi acirrada, com suas relações sociais e redes de dominação na disputa do espaço regional. Sobre esse aspecto, buscou-se aporte teórico no trabalho de Loiva Otero Felix. A pesquisadora estabeleceu um marco no estudo do coronelismo ao estudar a região do planalto central no Rio Grande do Sul em sua obra *Coronelismo, Cooptação e Borgismo*, de 1987, rompendo com o estereótipo do coronel burocrata. Esse mesmo caminho foi seguido aqui, só que focamos mais na fronteira oeste.

O objetivo geral de nossa obra foi fazer um estudo das relações do poder local em que os Coronéis atuavam. A base era no plano político, mas eles

acabavam legitimando seus interesses hegemônicos no campo econômico e social, todos em conexão. Tentamos viabilizar uma visão da região por meio da análise dos processos históricos, considerando também as fronteiras geopolíticas e as relações inter-regionais legitimadas no exercício das práticas do poder político. A fronteira era protegida, mas servia também aos interesses dos contrabandistas.

Como objetivos específicos buscou-se entender desde a fundação do espaço municipal de Uruguaiana, em conjunto com as delimitações das fronteiras com Argentina e Uruguai em meados do século XIX, até a formação econômica e o exercício do poder político no desenvolvimento da região da fronteira oeste, onde imperava a atividade pastoril. Tal atividade teve sua origem a partir do crescimento da Estância como agente propulsor do crescimento econômico da região.

Neste mesmo aspecto, procurou-se, também, compreender os mecanismos de controle, como a administração municipal, os cargos políticos – Intendente, entre outros –, a rede de controle fiscal, a cobrança de impostos, que beneficiava alguns. Por fim, já quando o estopim do enfrentamento estava aceso em 1922, é possível perceber o aparelhamento do controle coercitivo pelo crescimento dos grupos armados legitimados e legitimadores, como o corpo provisório da Brigada Militar com ação no município de Uruguaiana. Como elo narrativo foi utilizada a atuação de Flodoardo Martins da Silva, sua participação na política, na economia e o destaque no corpo provisório.

A obra se divide em três capítulos. No primeiro foram estabelecidas as definições para região e fronteira, com destaque para o período referente ao século XIX, embora ao leitor pareça cansativo o aprofundamento de algumas questões fora do embate de 1923, julgamos necessário fazer este prelúdio mais aprofundado para um entendimento de questões que diferenciam a região das demais no Rio Grande do Sul, inclusive ainda atualmente, guardam certa relação com o século XIX.

Na fundação do espaço ao Sul do Brasil verificamos a origem da administração oficial, bem como as origens da fronteira oeste e a municipalidade de Uruguaiana. Ainda no primeiro capítulo foram analisados os aspectos de uma região de fronteira, cuja formação foi desencadeada pela disputa e ocupação dos espaços envolvendo inicialmente os Ibéricos e, posteriormente, pelas colônias já emancipadas. Esses aspectos também encontram-se registrados em trabalhos como os de Edson Romário Paniagua e Ronaldo Bernardino Colvero,

que apresentam a gênese do poder local e o coronelismo desta região. Tais registros apresentam também o desenvolvimento da atividade do contrabando vista nos seus diversos aspectos, inclusive o cultural, não só como uma transgressão, mas também de rebeldia e, até mesmo, de sobrevivência econômica. Utilizamos estes trabalhos de que tivemos a oportunidade de conhecer pessoalmente os autores e verificamos a seriedade de seus posicionamentos em acalorados debates acadêmicos.

No segundo capítulo, o trabalho avança em direção ao período da República Velha em Uruguaiana, com suas questões de fundo político, econômico e social que contribuíram ao enfrentamento no município. Neste capítulo, são trabalhadas também as redes de ligações do poder local com o poder central, entre os coronéis de Uruguaiana e o borgismo, as facções e disputas que precederam 23, quando o enfrentamento do republicanismo contra o federalismo se apresentava como ponto culminante.

Ao leitor, reiteramos que não é objetivo da obra observar o contrabando por um viés de julgamento, mas sim discutir as características de seu desenvolvimento, desde o século XIX até as primeiras décadas do século XX. Durante esse período, o contrabando se apresentava como um importante fator complicador nas redes de ligações e nos eventos ocorridos na fronteira oeste do Rio Grande do Sul no convulsionado ano de 1923. Para tanto, buscou-se o estabelecimento das fontes documentais pesquisadas, das redes de ligação e das facções políticas que compunham as elites envolvidas na disputa do poder local em meio à crise econômica que afetava a pecuária, a principal atividade econômica regional do momento. Tudo analisado desde a atuação fiscal na cobrança de impostos até a atividade de contrabando recorrente naquele período; análise que revelou também o personalismo dos coronéis que disputavam o poder hegemônico local.

No terceiro capítulo é analisada a figura do coronel Flodoardo Martins Silva, sua participação nos fatos de 1923 e sua destacada trajetória política e social no município de Uruguaiana. Nesse, o coronel do corpo provisório ficou conhecido como “O Vanguardeiro da Coluna do Oeste”, denominação que compreendia as redes de ligações coronelísticas do poder político e econômico, mas ia além disto, como já observamos, só o aspecto financeiro não dá conta de entendermos “a parte e o todo”.

Podemos conhecer parte do perfil de um homem duro, criado como tropeiro, acostumado com as intempéries da região da fronteira e sempre pronto

a tomar decisões rápidas, sem hesitar. Borgista convicto, Coronel Flodoardo se destacou por sua bravura, recebendo primeiro a patente de Capitão das forças auxiliares do 5º Corpo da Brigada Provisória do Oeste e a alcunha honrosa de (vanguardeiro da coluna do Oeste) junto com seu “compadre”, o então Tenente Coronel Oswaldo Euclides de Souza Aranha. Sob as ordens do Coronel Comandante José Antônio Flores da Cunha, todos partidários do PRR de Borges de Medeiros, ambos combateram as forças assistas.

Seguindo as novas possibilidades de análise da História política e utilizando a abordagem regional, buscou-se nesta obra, na prática, lançar mão dessa nova vertente, utilizada por diversos autores que vislumbraram na historiografia a mudança do tratamento da História política em uma renovada abordagem, a História regional. Assim o fizemos para compor os elos dessa trama.

Capítulo 1

RIO GRANDE DO SUL: A FRONTEIRA OESTE E O CORONELISMO

A ocupação de terras da fronteira oeste do Rio Grande do Sul e o processo de construção do espaço até a consolidação de municípios como Uruguaiana, sem dúvida, contribuíram também para a formação, na mesma região, da tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Uruguai. Dentro desse mesmo desenvolvimento, recentemente o historiador Gunther Axt observou que, no caso sul-rio-grandense, o controle institucional competiria com o processo de construção de uma hegemonia do poder dirigente nas disputas entre facções da classe dominante, observadas também no poder local e pautadas por compromissos coronelísticos. Neste aspecto, segundo ele, para que se possa compreender a natureza, bem como os artifícios do poder entre frações de classe social e poder dirigente, na busca pela conservação do poder, deveria ser conferida uma maior atenção às funções repressivas e ideológicas que não podem ser analisadas somente com base na acumulação do capital (AXT, 2011, p. 48).

Considerando o acima, se a parte econômica sozinha não dá conta de todo o pano verde onde as cartas serão jogadas, parte-se agora para uma observação considerada necessária nesta obra, a questão desta região estar localizada em uma fronteira. E, nesse caso, cabe um questionamento: até que ponto essa diferenciação das outras regiões do Rio Grande do Sul teria influenciado em sua especificidade? Teriam os eventos ocorridos em 1923 alguma ligação com o caráter da origem de Uruguaiana quanto a sua especificidade, devido aos contatos mantidos na região da Tríplice fronteira Brasil, Argentina e Uruguai, a ponto de terem influenciado nos embates entre as facções que disputavam o controle local?

Não temos a pretensão de indagar uma resposta totalizante, mas trabalhamos com a hipótese de que a região da fronteira, neste caso, serviu sempre aos interesses individuais das elites ricas que souberam utilizar funções repressivas e ideológicas primeiro defendendo os seus interesses. Ou seja, a fronteira só valeu quando foi para a representação legitimadora do todo,

quando se falava na parte, aí eram “outros 500”. Vejamos...

Em meados do século XIX, Uruguaiana “possuía uma estrutura que a identificava como fronteira-zona” (COLVERO, 2004, p.89). Visto que, embora ligada à organização política e administrativa brasileira, a economia e o comércio do município eram comuns na tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Uruguai, onde assumia, desse modo, um papel de importante influência nas demais povoações da região, ao mesmo tempo em que adquiria uma identidade própria. Vamos aprofundar o foco na região?

1.1 Região da Fronteira Oeste e a ocupação

Ao longo do tempo, o conceito de região ganhou diferentes significados. Enquanto se manteve ligado à geografia e à geopolítica, pôde ser observado como dimensão espacial e materialização do objeto de estudo em uma análise científica, no uso de métodos para divisão e classificação de determinados fenômenos materiais. Já no estudo da história viria a ser utilizado como categoria de análise do discurso histórico-ideológico no espaço dinâmico habitado pelo homem em sua dimensão temporal. Ambas as interpretações possibilitam a análise da “região” em uma forma interdisciplinar (HEREDIA, 1996, p. 291-297).

Para Pierre Bordieu (2002), o conceito de região estaria fundamentado pela construção do sujeito que a elabora por representação simbólica e dependeria de conhecimento e reconhecimento, partindo de quem detém poder e autoridade de idealizar uma região com identidade, para que ela adquira “categoremas” a serem aceitos pelo senso comum, com maior profundidade, dentro de uma identidade regional. Essa aceitação, validada pelo senso comum, pode ser observada em funções práticas relacionadas à realidade objetiva, como “emblemas, bandeiras, insígnias, etc” ou em ações, como “estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores” (2002, p. 112).

A região pode ser vista por meio da política e da economia, mas sob a percepção da construção humana. Conforme observou Milton Santos (1978), haveria então, além do caráter das relações de classes e das leis de produção do capital, a valorização da construção do homem com seus movimentos e especificidades (VISCARDI, 1994. p. 86).

Assim, considera-se região como resultado de uma construção humana, com os interesses locais de frações e blocos com identidades próprias, que se apresentam em um “espaço de identidade ideológico-cultural e representatividade política, articulados em torno de interesses [...] geralmente econômicos, por uma fração ou bloco regional de classe” (RECKZIEGEL, 1999, p. 15,16,20).

Mas, além da região, neste caso, temos a fronteira. Claro que também é uma região, mas, como podemos observá-la para compor nossa colcha de retalhos?

Ora, na análise da região da fronteira oeste do atual Estado do Rio Grande do Sul, particularmente em Uruguaiana, pode-se perceber que a consolidação das estruturas de poder local foram pautadas na política e na economia baseada na pecuária. Isso possibilitou aos grandes proprietários de terras e comerciantes fundamentarem as bases que originaram o coronelismo em meados do século XIX.

A laureada historiadora Reckziegel, ao analisar as relações que se estabeleceram na região de fronteira, ao Sul⁸, observou que as relações estabelecidas se deram a partir de suas especificidades, construídas historicamente, com suas frações de classes chegando a ultrapassar os limites físicos estabelecidos pela geopolítica dos estados e subliminados por seus interesses regionais. Considera-se, nesse sentido, que, no relacionamento entre Brasil (pelo Rio Grande do Sul), Argentina e Uruguai, “se formou uma região na qual se reconhecem características comuns, isto é, a fronteira entre ambos os territórios foi extrapolada pela existência de uma área compartilhada desde os primórdios da ocupação lusitano-espanhola, moldada por uma história comum (RECKZIEGEL, 1999, p. 20).

Concordamos com este extrapolamento no caso da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, uma vez que a fronteira geopolítica foi sendo construída aos poucos e concomitantemente com a formação de redes sociais. Ocorreu o que se pode chamar de uma assimilação de contatos internos e externos, dos quais a base econômica era a pecuária, que foi utilizada na formação de grupos que a partir de suas posses garantiram espaço político e representatividade.

Já a fronteira pode ser vista em dois momentos, ambos no mesmo espa-

⁸ Ver mais em: RECKZIEGEL, Ana Luiza Gobbi Setti. *A diplomacia marginal: vinculações políticas entre Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)*. Passo Fundo: UPF Editora, 1999, p. 20.

ço. No primeiro, ligado à geopolítica, o limite é a linha demarcatória, celebrada pelas nações, expresso por tratados formais, documentados e assinados (à luz das relações internacionais). O segundo, a fronteira-zona⁹, compreende as ações dos indivíduos que nela vivem e que se relacionam através do contato de suas culturas, das sociedades com as subjetividades e suas trocas de experiências, que absorvem influências externas e de onde sobressaem os interesses individualizados, como o comércio, lícito e ilícito. Nesse sentido, pode-se considerar que uma definição não anula a outra, devendo ser analisada as suas relações, uma vez que a fronteira zona e o limite de fronteira se relacionam pela esfera do poder local. E, muito embora a fronteira possua suas especificidades regionais, ela se estabelece em conectividade com as instituições do Estado, que determinam o que deve ser guardado como o limite da linha de fronteira.

O tema fronteira, no tocante a geopolítica, segundo Mattos (1990), foi sistematizado pela escola determinista alemã do início do século XX, na qual o conceito de fronteira serviria como arcabouço para as questões de soberania nacional. Heinsfeld (2007) observou que Ratzel, um dos principais pensadores dessa escola, utilizava o conceito de “Estado organismo vivo”, em que a fronteira seria a epiderme do corpo estatal.

As distinções entre limite e fronteira podem ser definidas da seguinte maneira: Limite é onde a linha natural ou artificial define os contornos e o extremo do território físico do Estado. Já Fronteira se constitui na faixa contígua à linha limite, sendo que geralmente os Estados são responsáveis por estabelecer a extensão de tal faixa. Ainda de acordo com Mattos, “A fronteira, quando humanizada, é uma área de interpenetração de culturas e de interesses que, pode ser de intercâmbio ou de bloqueio, conforme o interesse predo-

⁹ Será trabalhado aqui com o conceito de Fronteira-zona, considerando o descrito por COLVERO, Ronaldo Bernardino. *Negócios na madrugada: O comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPE, 2004. Nessa obra o autor analisou o contrabando na fronteira, especialmente em Uruguaiana, e o desenvolvimento de uma zona influenciada pelo aspecto econômico, mas que desenvolveu ao mesmo tempo uma identidade específica. Colvero, diz que: “O intercâmbio entre essas povoações foi facilitado porque as necessidades individuais podiam ser supridas pelo coletivo; assim, formou-se uma rede de comercialização, beneficiamento e manufatura. [...] No caso da fronteira oeste do Rio grande, onde está situada Uruguaiana, a identidade ali presente foi se alterando constantemente em virtude da ocupação que se deu em meados do século XIX [...]. Com a economia consolidada e fortificada, assistiu-se ao aumento de um dos crimes mais constantemente reprimido pelo governo, seja no Brasil, seja em qualquer outro lugar do mundo: o contrabando” (2004, p. 175-176).

minante dos governos que a controlam” (MATOS, 1990, p. 6-8).

Na concepção geopolítica, “Os limites que estabelecem a soberania do Estado são linhas fixas, enquanto as fronteiras são linhas móveis. As fronteiras apresentam um caráter mais amplo, sendo faixas territoriais maiores ou menores de acordo com a conveniência de cada Estado” (HEINSFELD, 2007, p. 21). Seguindo as ideias de Ratzel no que diz respeito à diferenciação de fronteira e limite, Lia Osório Machado considera que é “pela fronteira territorial que se define a relação Nós X Eles”, a fim de construir um determinado consenso nacional, utilizando, para tal, artifícios de maniqueísmo como bom X mau, amigo X inimigo, construindo, assim, o sentido de se estabelecer uma linha divisória.

Outro aspecto que deve ser pontuado é o de que a fronteira guarda o sentido de começo de um Estado, a partir do qual ele tenderá a se expandir, enquanto limite designa o fim daquilo que faz a coesão de uma unidade política-territorial, conferindo sentido interno. Claro que tais ideias possuem graus de aceitabilidade que variam de indivíduo para indivíduo. O que se procura dizer é que aqueles que vivem próximos da fronteira formam uma outra identidade e uma outra percepção, não enxergando, de todo, a norma.

Dessa forma, a diferença fundamental é que fronteira pode ser um fator de integração enquanto funcionar como zona de interpenetração mútua, na qual atuem diferentes estruturas sociopolíticas e culturais. Já limite é um fator de separação, “pois separa unidades políticas soberanas e permanece como um obstáculo fixo, não importando a presença de certos fatores comuns, físicos-geográficos ou culturais”. Ainda sobre esse aspecto, Heinsfeld considera as ideias de Jacques Ancel, no sentido de não aceitar espaço e posição de linhas de fronteiras como pontos primais do poder de um Estado¹⁰. Ancel, assim, segundo Heinsfeld, tem preferência em considerar as atividades humanas mais importantes do que os quadros territoriais que as delimitam politicamente (HEINSFELD, 2007, p. 20-22).

Nesse sentido, consideramos que a questão de fronteira e limites aproxima-se ao que foi observado por Bordieu (2002) na forma em que ele analisou

¹⁰ Segundo Heinsfeld, Ancel denomina de “amorfos” os grupos que não possuem fronteiras rígidas. E considera o aspecto de “isóbaras políticas”, que são linhas de tensão sujeitas às pressões, definidas quase que exclusivamente pela estratégia militar e na diplomacia dos Estados, que atuam na oposição das “fronteiras da civilização”. Ver mais em: HEINSFELD, Adelar. *Fronteira Brasil/Argentina: a Questão de Palmas – de Alexandre Gusmão a Rio Branco*. Passo Fundo: Méritos Editora, 2007, p. 22.

a ideia de região. Segundo o pesquisador, região seria, por analogia, uma construção e um produto da intencionalidade de delimitação, pois, para ele, a fronteira é o “produto de um acto jurídico de delimitação [e] produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta [em] um estado da luta das classificações, quer dizer, um estado da relação de forças materiais ou simbólicas entre os que têm interesse num ou outro (BORDIEU, 2002, p. 114-115). Assim, fronteira, em sua construção moderna, implicaria na participação da atividade humana assumindo um caráter moral e espiritual. Ou seja, as fronteiras naturais seriam mero conceito e justificativa cartográfica, já que tudo remete à construção da história humana, sendo o resultado e expressão material dos envolvimento sociais. Tais contatos se traduzem em evidência territorial (HEINSFELD, 2007, p. 20).

Ao leitor, o que deve ser considerado é que, enquanto a linha demarcatória na fronteira divide e separa os Estados Nacionais, a faixa contígua de fronteira ou zona, representa a possibilidade de convívio dos indivíduos, para que eles possam desenvolver relações, atuando na composição da região onde se encontram localizados¹¹.

Não custa aqui reiterar nossa ideia para os eventos em 1923, a de que não havia, por parte dos grupos estabelecidos na fronteira, nenhum constrangimento de burlar a fronteira, principalmente quando o assunto era o contrabando de gado. A crise econômica e a tradição cultural ligada aos tempos áureos em que a fronteira não estava consolidada iria fazer com que a fronteira fosse permanentemente uma ideia abstrata. Só valendo quando a autoridade central colocasse em cheque as autoridades locais. Vejamos como foi que isto começou?

A tríplice fronteira Brasil/Argentina/Uruguai formou-se no contato beligerante entre portugueses e espanhóis, forjando um contingente populacional em uma fronteira sempre em prontidão para as armas. Durante a ocupação portuguesa, ocorreu o choque com as forças espanholas e a fronteira no Rio Grande do Sul formou um tipo de cultura que, nesse aspecto, começava a se

¹¹ Ver mais em GOLIN, Tau. *A Fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. Porto Alegre: LPM, 2002. GOLIN, Tau. *História Geral do Rio Grande do Sul. Império*. Vol. II Cap. XXI – As Fronteiras Sulinas. Passo Fundo; Méritos Editora, 2006. FERREIRA FILHO, Arthur. *A história do Rio Grande do Sul: 1503-1964*. 3. Ed. Rio de Janeiro, 1964. MAESTRI, Mário. *Uma história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais*. 2. Ed. Passo Fundo: UPF, 2000. (Cadernos do Núcleo de Estudos Históricos Lingüísticos 1).

diferenciar do restante do país¹². Segundo esse aspecto, a violência sempre esteve presente no cotidiano do Sul, principalmente na tríplice fronteira, onde se constituiria o município de Uruguaiana. Essa talvez seja a maior diferença, segundo o ponto de vista desta pesquisa, entre Rio Grande do Sul e os demais Estados brasileiros.

A motivação a partir da qual se estabeleciam as disputas na fronteira sempre envolveu interesses de dominação, uma vez que “los exploradores y adelantados no fueron outra cosa que ocupantes de espacios, com fines de apropiación, utilización y explotación (HEREDIA, 1996, p. 301). No caso das fronteiras sulinas, embora as terras já tivessem sido disputadas anteriormente, na fundação das missões jesuíticas ao sul, em 1626, originárias da Companhia de Jesus¹³, a ocupação portuguesa só seria desencadeada efetivamente no século XVIII, nas disputas com a coroa espanhola. Tal ocupação “integrou em parte, e de forma subjacente, o processo contínuo de desarticulação e desintegração do espaço regional missioneiro, iniciado em 1768, com as administrações laicas espanholas” (PANIAGUA, 2003, p.66). Ocupação que levou, também, ao extermínio quase completo dos contingentes indígenas que já habitavam a região antes da chegada do europeu¹⁴.

As metrópoles ibéricas estabeleceriam suas ocupações baseadas no ideal europeu da luta entre civilização e barbárie, que justificava, segundo os preceitos daquela época, a conquista. A necessidade de se implementar o uso da força muitas vezes se deu pelo Estado combinado com o interesse pelos lucros dos “civilizadores”¹⁵. Ao considerar o período, podemos conceituar também, segundo Norbert Elias (1994), as formas de significar a “Civilização” ao abor-

¹² CESAR, Guilhermino. Raízes históricas do Rio Grande do Sul. In: *Rio Grande do Sul – terra e povo*. Porto Alegre: Globo, 1964. p.13.

¹³ Fundada e organizada por Ignácio de Loyola, em agosto de 1534, baseados na redução e conversão dos índios a fé cristã. Ver mais em COLVERO, Ronaldo. *Negócios da Madrugada: o comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF Editora, 2004.

¹⁴ Para uma análise mais detalhada, ver: GOLIN, Tau. *A guerra guaranítica: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul*. 3 ed. Passo Fundo: UPF Editora, 2004; KERN, Arno Alvarez. *Antecedentes indígenas*. 2 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998; REICHEL, Heloisa Jocchims; GUTFREIND, Ieda. *Fronteiras e Guerras no Prata*. São Paulo: Atual Editora, 1995.

¹⁵ Ver análise na obra de SARMENTO, Domingo Faustino. *Facundo*. Buenos Aires: Beeme, 2009.

dar a sociogênese da diferença entre a cultura e civilização ou *Kultur* e *Zivilisation*, no emprego alemão, para o processo que se considera aqui não como de conquista e sim como de ocupação das Américas e da região platina. Elias afirmou que o conceito de “civilização” é variado, indo desde o “nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às idéias religiosas e aos costumes (ELIAS, 1994, p. 23).

Ainda segundo Elias, ao se fazer uma análise mais detalhada da função geral relativa ao conceito de “civilização” e suas qualidades humanas, que norteiam o *status* de atitudes, maneiras, tecnologia e atividades da sociedade ocidental, chega-se a uma descoberta muito simples: “este conceito expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. Poderíamos até dizer: a consciência nacional. Ele resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas ‘mais primitivas’” (ELIAS, 1994).

As mudanças vindas da Europa ocidental¹⁶, no caso da expansão ibérica, iriam desembocar no processo histórico de incorporação do atual Rio Grande do Sul à América portuguesa. Nesse mesmo período ocorreram marcantes mudanças na Europa ocidental, como as decorrentes da revolução humanista do Renascimento, pautada em idéias científicas como as copérnicas e as galiléicas. Tais mudanças, associadas aos processos de secularização, do racionalismo e do individualismo, “exerceram decisiva influência na formulação de uma visão de mundo adequada à legitimação das políticas portuguesas de expansão, propiciadoras do processo histórico de incorporação do Rio Grande do Sul ao Império português” (SANTO, 1998, p. 23).

A ocupação do sul, e, posteriormente, o avanço para o oeste se deu baseado em dois pontos de interesse, sendo que o primeiro diz respeito às motivações econômicas, via troperismo, de paulistas movidos pelo lucro gerado pelo arrebanhamento do gado. Esses indivíduos se dirigiram para os campos de Vacaria – e os lagunenses, já em 1725 –, ocupando os campos do sul, em Viamão. O segundo ponto foi motivado por estratégia geopolítica da coroa portuguesa, compondo o projeto de hegemonia luso-brasileira de domínio do espaço na América do Sul, assinalado pelas lutas na fronteira com os castelhanos.

Esses dois pontos caracterizam assim o preenchimento do espaço ao sul e

¹⁶ Pode-se aprofundar o assunto em: ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

o avanço em direção à fronteira oeste como sendo de cunho econômico-militar.¹⁷ A área geográfica que passaria a ser denominada como Rio Grande do Sul¹⁸ teve sua incorporação ao território luso-brasileiro efetuada tardiamente. Antes disso, entre os séculos XVI e XVII, não havia interesse econômico que justificasse empreendimento suficientemente vantajoso na região para Portugal. É apenas no século XVIII que as disputas ganham corpo entre as coroas ibéricas.

Segundo o descrito por Comissoli, o objetivo geopolítico e a questão econômica formaram a história administrativa do Rio Grande do Sul, que teve início oficialmente no ano de 1737, quando da incorporação da região ao Império português e da criação de instituições de governo e justiça. Embora anteriormente já tivesse se dado o início do povoamento na região Sul, “é somente nesta data que se principia a institucionalização desta empresa. Através da fundação do forte Jesus Maria José pelo brigadeiro José da Silva Paes, às margens do canal do Rio Grande [como então era denominada a Lagoa dos Patos], principiando-se a implantação do poder institucional da monarquia lusa” (COMISSOLI, 2008, p36).

Neste aspecto, a fundação do forte acima descrito não teve caráter de ato isolado, correspondendo, antes, à atuação geopolítica de Lisboa para o extremo sul da América. Com a ocupação desse território o objetivo era o de se alcançar os mercados promissores da região platina, avançando cada vez mais as fronteiras¹⁹. Entretanto, até a metade do século XIX, a fronteira seria definida efetivamente pelo povoamento. Ao mesmo tempo em que proporciona-

¹⁷ Ver BARROSO, Véra Lucia Maciel. História Geral do Rio Grande do Sul. Colônia. Vol.I Cap. VIII. *O Tropicismo na formação do Sul*. Passo Fundo: Méritos Editora, 2006; REICHEL, Heloisa Jochims; GUTFREIND, Ieda. *Fronteiras e Guerras no Prata*. São Paulo: Atual Editora, 1995. GOLIN, Tau. História Geral do Rio Grande do Sul. Império. Vol. II Cap. XXI – *As Fronteiras Sulinas*. Passo Fundo: Méritos Editora, 2006. FERREIRA FILHO, Arthur. *A história do Rio Grande do Sul: 1503-1964*. 3. Ed. Rio de Janeiro, 1964. MAESTRI, Mário. *Uma história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais*. 2. Ed. Passo Fundo: UPE, 2000 (Cadernos do Núcleo de Estudos Históricos Lingüísticos 1).

¹⁸ A partir da fundação, em 1807, da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, desmembrado do Rio de Janeiro pelo príncipe regente, passou, em 28 de fevereiro de 1821, a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. O território foi sendo alargado em direção ao oeste e a o sul, sendo que apenas em meados do séc. XIX se tornaria possível observar a consolidação de suas fronteiras.

¹⁹ Ver mais em COMISSOLI, Adriano. Os “homens- bons” e a Câmara Municipal de Porto Alegre (1767-1808). Porto Alegre: Coleção Teses e Dissertações, 2008, p. 36. v.1.

va a riqueza de determinados elementos sociais nessa região, tornada próspera pela pecuária. Segundo Tau Golin: “ Na Banda Oriental, os grandes proprietários – umas poucas famílias e indivíduos (a exemplo da Província de São Pedro) – desfrutavam imensas áreas territoriais e faziam, ao mesmo tempo, o comércio ilegal e clandestino” (GOLIN, 1983, p. 24).

O povoamento nas fronteiras do sul contou com a prática do contrabando, do roubo de gado e com a dominação dos grandes proprietários, que concentraram o poder na grande propriedade. No reverso da moeda, “Milhares de camponeses, ‘ganaderos y agricultores’ pequenos e médios, viviam na qualidade de intrusos nas terras em que seus avós começaram a trabalhar. Pela campanha vagava considerável quantidade de indivíduos que o sistema econômico e social condenou a condição de errantes.” (GOLIN, 1983, p. 25). Os grandes proprietários, muitas vezes em conluio com oficiais camaristas e autoridades militares administrativas na região – em algumas ocasiões ambos os grupos eram compostos pelos mesmos indivíduos –, faziam uso da facilidade do contato pela fronteira para atuarem em interesse próprio.

Considerada pelo viés institucional, a questão contou com o interesse particular nos lucros lícitos e ilícitos que poderiam ser absorvidos. A individualidade daquele que ambicionava prosperar e enriquecer na fronteira foi determinante na confrontação da geopolítica, já que “a fronteira visava à delimitação dos domínios de cada uma das Coroas ibéricas. A fronteira definia, em última análise, a qual rei e a qual conjunto de leis os habitantes da região estavam oficialmente subordinados. Na esfera politico-administrativa institucional da colônia” (COMISSOLI, 2008, p. 36). Assim, apesar do embate entre os dois impérios, visto que ambos tencionavam estender seus domínios na região, foi possível aos membros da governança lusa e aos hispano-americanos se relacionarem em âmbito privado, assumindo a fronteira numa condição oscilante, e de forma dual. “Os próprios oficiais camaristas, enquanto particulares, muitas vezes comercializavam animais, couros e outros produtos com espanhóis [...]. Dualidade proveniente da fusão entre o exercício do público e o interesse particular” (Idem, p. 32).

Nesta região, o interesse particular das autoridades confundia-se dentro do exercício público desde antes da efetivação portuguesa, a tal ponto que as estruturas administrativas, que seriam consolidadas até meados do século XIX, contribuiriam para que as terras fossem repartidas entre os que melhor correspondessem aos interesses elitistas, oficialmente ou extra-oficialmente.

August Saint- Hilaire relata, em 1821, como se deu a apropriação em parte extraoficialmente, levada a cabo pelas ações dos indivíduos:

[...] os campos percorridos desde o [rio] Ibicuí [início na fronteira oeste] e os que se estendem até às margens do Riacho dos Ferreiros [Santa Maria] faziam outrora parte da zona neutra, onde nem portugueses nem os espanhóis podiam se estabelecer. Mas aconteceu aqui o mesmo que nos campos neutrais dos arredores de Rio Grande; os portugueses aproveitaram-se da condescendência dos comandantes das duas nações para apossarem-se das terras neutras, de modo que quando Portugal tomou conta das Missões já ali encontrou vários lusitanos estabelecidos. (SAINT-HILAIRE, 1821, p. 168)

Assim, é possível observar o envolvimento do interesse privado sobrepondo-se ao interesse do Estado. Na prática, os portugueses necessitavam de atrativos e investimentos de elementos interessados em tomarem posse de grandes porções de terras no sul do continente. Tal aspecto soma-se aos demais, já abordados anteriormente, característicos de uma cultura regional tipificada, que iria se estabelecer em certa medida comum às colônias na organização administrativa de origem ibérica.

As duas coroas firmaram tratados de limites territoriais, entre eles o de Madri, em 1750, e o de Santo Ildefonso²⁰, em 1777, ano em que ocorreu, no nordeste do Brasil, uma grande estiagem que, durante aproximadamente três anos, arrasou os rebanhos de gado naquela região. O nordeste exercia na época a exclusividade da manufatura saladeira de carne seca, principal alimento dos escravos que serviam de mão de obra na atividade mineradora. Atividade essa considerada basilar para o poder central português (COLVERO e SERRERES, 2009, p. 11).

A falta de gado no nordeste impeliu os tropeiros a buscarem, ao sul, o gado abandonado pelos jesuítas e guaranis, na sequência do tratado de Madri.

²⁰ Este tratado, em linhas gerais, envolveu a troca das Missões pela Colônia do Sacramento pela Ilha de Santa Catarina e a renúncia à navegação nos rios da prata e Uruguai por parte de Portugal. Uma descrição mais detalhada de todos os aspectos deste importante tratado pode ser vista em Tratado de Santo Ildefonso. SOARES, José Carlos de Macedo. *Fronteiras do Brasil no regime colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939, p. 172-188 apud HEINSFELD, Adelar. *Fronteira Brasil/Argentina: a Questão de Palmas – de Alexandre Gusmão a Rio Branco*. Passo Fundo: Méritos Editora, 2007, p. 65.

O gado abandonado (chucro ou cimarron) se reproduzia solto nas terras devolutas. Além da busca do gado *vacum*, ocorreu também a captura de mulas para o transporte nas minas que seriam comercializadas em praças como Sorocaba (FLORES, 1998).

Em 1801, ano do Tratado de Badajos²¹ – que teria seus desdobramentos na América meridional²² descritos por Fernando Camargo (2001) –, quando os portugueses guiados por Manoel dos Santos Pedroso e José Borges do Canto, líderes de um grupo composto, em sua maioria, por contrabandistas e desertores, propuseram-se a tomar posse dos Sete Povos das Missões para a coroa portuguesa. Tratou-se de um levante de maloqueiros e bandoleiros, portanto, um *malón* (CAMARGO, 2001).

Ao proporem a ação, os “maloqueiros” utilizaram como pretexto o conflito que ocorria entre as coroas na Península Ibérica, a chamada “Guerra das Laranjas”, e, repelindo as tropas espanholas, conquistaram as Missões orientais. Sendo que uma “partida portuguesa ousou ainda, dia 19 de 1801, cruzar o rio [Uruguai], atacando e saqueando o povoado de São Lucas da Conceição”, dando forma aos contornos geográficos a oeste da então província de São Pedro do Rio Grande do Sul (CAMARGO, 2001, p. 132).

É possível observar que havia uma ligação de interesses entre os “bandoleiros” e a Coroa que concedia os benefícios da doação de sesmarias nesta região. Isso atrairia, também, estancieiros do centro do país, juntamente com militares, para atuarem em atividades que poderiam render capital. De acordo com Colvero: “Inicialmente, essas atividades não fugiram do modelo já consagrado pelos jesuítas no sul: a criação do gado e a produção de alguns produtos de grande consumo, como a erva-mate” (COLVERO, 2004, p. 31).

Desde 1807 já se operavam mudanças administrativas mais profundas ao sul, uma vez que nesse ano “foi criada a Capitania Geral do Rio grande de São Pedro, subordinada a Santa Catarina. Foi nomeado D. Diogo de Souza como capitão-general da Província, em substituição a Paulo da Gama”

²¹ O Tratado de Paz de Badajos, não versava sobre limites territoriais na América meridional, somente tratava das fronteiras luso-espanholas na Europa. Ver mais em: CAMARGO, Fernando. *O malón de 1801: a guerra das laranjas e suas implicações na América Meridional*. Passo Fundo: Ediupf, 2001 (Série Ciência); COLVERO, Ronaldo. *Negócios da Madrugada: o comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF Editora, 2004, p. 30.

²² Para uma análise detalhada ver CAMARGO, Fernando. *O malón de 1801: a guerra das laranjas e suas implicações na América Meridional*. Passo Fundo: Ediupf, 2001 (Série Ciência).

(PANIAGUA, 2003, p. 67). Após a chegada ao Brasil da família real portuguesa, em 1808, ocorreu a aceleração da distribuição, por doação ou venda, das Sesmarias²³, porém, ao mesmo tempo, as disputas entre as coroas ibéricas permaneceram.

No começo do século XIX, Portugal considerava a campanha da Banda Oriental, separada pelo rio Uruguai, como uma continuação natural de suas posses territoriais na América, algo que estava plenamente de acordo com o projeto expansionista. Por outro lado, para a Espanha, a área servia como proteção do seu rival Portugal para as principais vias fluviais internas: rios Uruguai, Paraná e Paraguai.

Além disto, naquele princípio do século XIX, iniciaram os projetos de “Patria Grande” de Bolívar, de San Martín e em especial, de Artigas, fato que foi ao encontro dos planos de Portugal para obter o controle total da Banda Oriental. Isso permitiu que a fronteira se tornasse “uma área de fricção, de disputas e indefinida territorialmente” Assim, o panorama que se apresentou nas duas primeiras décadas do século XIX na campanha oeste refletiu também os interesses de espanhóis e portugueses, apresentando-se como mais um componente no conjunto de disputas entre as duas coroas. Uma vez que a “conjuntura europeia, somada à situação americana envolvendo os processos de independência das colônias espanholas e, conseqüentemente, platina, desdobraram-se sobre a campanha oeste, configurando uma outra realidade geopolítica, na conformação e definição das fronteiras no extremo sul do Brasil” (PANIAGUA, 2003, p. 62).

O avanço português em território colonial, promovido com a intenção de aumentar seu espaço de ação e influência geopolítica na bacia platina, foi, a um só tempo, consolidando as instituições do Estado. Mas tal fato não ocorreu apenas pelas forças operativas lusitanas. Para uma melhor compreensão do quadro desse período, em que há uma série de interdependências, é necessário ampliar a análise em ligações que se apresentam no cenário político e econômico ibero-americano, bem como considerar uma rede de intrigas que vai desde a linha sucessória dos tronos, parentescos e movimentações contra-

²³ “Terrenos inclusos ou abandonados, entregues pela monarquia portuguesa, desde o século XIII, às pessoas que se comprometiam a colonizá-los [...]. Uma sesmaria média, em regra, cerca de 6.500m². No Brasil, adquirem feição peculiar, transformando-se em grandes latifúndios, reflexos de doações generosas da monarquia portuguesa.” (AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. São Paulo: Nova Fronteira, 1990, p. 358).

napoleônicas (COLVERO, 2008 e PANIAGUA, 2003).

No que diz respeito à divisão administrativa, em 1809, a Capitania do sul seria dividida em quatro distritos, a saber, Porto Alegre, Santo Antonio da Patrulha, Rio Grande e Rio Pardo²⁴. De Rio Pardo fazia parte a imensa área da fronteira oeste, que, como visto anteriormente, durante este período ainda representava uma região com terras a serem efetivamente ocupadas. Mesmo com todas as circunstâncias envolvendo as disputas, em 1811 foi assinado o tratado de Rademaker/Herrera²⁵, que pode facilitar o avanço luso-brasileiro em direção ao oeste e ao processo de distribuição de terras. A entrada das tropas portuguesas na Banda Oriental, em 1811, e a luta contra Artigas viriam a somar na busca pela hegemonia luso com ações localizadas, via ocupação por distribuição de Sesmarias na região sul e a oeste da província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

É importante vermos como os fatos ocorridos neste período, vão ter vital importância nos eventos de 1923. A questão da propriedade das terras e os grandes rebanhos darão o ingrediente necessário no conflito, já que estarão em jogo modelos de projetos distintos de economia. Aqui, veremos mais de como foi se desenvolvendo num primeiro passo a economia que possibilitou aos grandes proprietários se instalarem também como poder local.

As terras foram distribuídas em maior escala a partir de 1814 até 1823, e se inseriram dentro de uma estratégia de ocupação do Império Português, pois, com o intuito de constituir mais efetivamente a sua presença em terras brasileiras, foi iniciado o povoamento da região e o avanço em direção ao oeste. Com a doação de terras – principalmente para militares –, o Império Português promovia a ocupação e, ao mesmo tempo, consolidava a militarização, com a recorrência da necessidade de defesa do território. Ou seja, as doações eram feitas aos militares porque, ao mesmo tempo em que defendiam suas propriedades privadas defendiam também os interesses do Império. O que não se configurava em uma tarefa exatamente fácil, já que “a concessão de sesmarias poderia ser um prêmio ou merecido galardão. Entretanto o domínio e a posse da área pretendida exigiam muitas vezes o sacrifício da própria vida” (PONT, 1983, p. 556).

²⁴ Ver mais em BARROSO, Vera Maciel. *A formação da primeira rede de vilas no Rio Grande do Sul*. Estudos Iberoamericanos. Porto Alegre: PUCRS, Dez. 1980, p. 149-167. v. 6, n. 02.

²⁵ Ver mais detalhado em GOLIN, Tau. *A Fronteira*. Porto Alegre: L&PM. 2002, p. 269-276.

A coroa portuguesa e, posteriormente, o Império brasileiro mantiveram uma política agressiva na estratégia geopolítica de ocupação da região sul do Brasil. No início do século XIX, as guerras cisplatinas se dividiram da seguinte maneira: de 1811-1813, de 1816-1819 e, por fim, de 1825-1828. Tais conflitos conservaram o clima de enfrentamento, com sangrentas disputas territoriais, no Rio Grande do Sul, dando continuidade ao expansionismo luso-brasileiro. Durante todo esse período, entre 1811 até 1828, segundo observou Colvero, no relato do viajante Arsene Isabelle, “os brasileiros teriam roubado da banda Oriental, na ocupação injusta do território dessa república, por suas tropas, mais de 4.000.000 de cabeças de gado, que eles introduziram na província do Rio Grande como o comprovam os registros de fronteira” (COLVERO 2004, p. 70).

Tais invasões à Banda Oriental, nas províncias Unidas do Rio da Prata que, em 1821 seria incorporada ao então Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, foram conduzidas como sendo de questão de direito sucessório, pautado na doutrina do *uti possidetis*²⁶, concedido aos descendentes da rainha Carlota Joaquina, denominando-a de Província Cisplatina. Isso pode ser também considerado um reflexo das questões ultramarinas tornadas relevantes na passagem entre os séculos XVIII e XIX.

A invasão de Portugal, país aliado dos ingleses, pelas forças de Napoleão Bonaparte aconteceu no final do ano de 1807 e a transferência do trono e da corte portuguesa para o Brasil, se deu em março de 1808. A Espanha, embora fosse aliada da França, resistiria ao liberalismo, pelo menos até meados do século XIX. Porém, durante o domínio francês, do início do século XIX, a pressão exercida por Napoleão foi enorme sobre a coroa espanhola e forçou D. Carlos IV a abdicar do trono em favor do seu filho, D. Fernando VII, substituindo-o logo em seguida por seu irmão, José Bonaparte.

A partir de tais acontecimentos a Espanha passaria a travar resistência a Napoleão pela Junta Central Governativa de Sevilha (1808) e, posteriormente, pela de Cádiz (1810), então já apoiada pela Inglaterra. Embora fosse estabelecido um governo paralelo ao de D. José, a jurisdição da Junta, entretanto, foi negada para as colônias hispânicas na América. Ainda assim, foram estabelecidas juntas governativas na região platina, o que foi decisivo para o

²⁶ O assunto pode ser mais aprofundado em: GOLIN, Tau. RS: 200 Anos Definindo Espaços na História Nacional. In: *Construindo a integração no Estado colonial e no Estado nacional: a questão do espaço sul-rio-grandense*. Passo Fundo: UPF Editora, 2002.

aumento dos interesses regionais, até então sufocados pela metrópole castelhana. Assim, os contingentes populacionais na ocupação acabariam constituindo-se em núcleos habitados na região de fronteira, que ainda estavam indefinidas, e assim: “Durante todo o período das independências americanas, especialmente nas décadas de 1810-29, o Rio Grande do Sul funcionava efetivamente como um acampamento militar” (FÉLIX, 1987, p. 24).

As terras ocupadas eram delimitadas por acidentes geográficos, como rios, matas, coxilhas e etc. As sesmarias, com a demarcação e o arrebanhamento do gado inicialmente efetuado pelos Bandeirantes, se desenvolveram como economia voltada para a pecuária e evoluíram para a constituição das Estâncias²⁷. Como visto, a possibilidade de riqueza pastoril e de ganhos com o comércio, o contrabando e o roubo atraíram os contingentes para a ocupação e o povoamento “civilizado” da região. Saint-Hilaire, após deslocar-se da campanha para Santa Maria em 1821, relatou:

Soube, pelo meu hospedeiro do Rincão da Boca do Monte, que vários proprietários, inclusive meu informante, possuíam outrora muito gado, tendo sido despojados dos animais pelos roubos cometidos pelos vizinhos mais poderosos. (SAINT-HILAIRE, 182, p. 173)

O roubo e o contrabando, desde aquela época, eram atrativos particulares no projeto de ocupação já no início do século XIX. Isso porque, desde 1811, juntamente com o avanço luso-brasileiro pelas guerras da cisplatina, ocorreu o envolvimento de militares como Bento Gonçalves, “neste ano, no posto de cabo, ele acompanhou o Exército Luso-Brasileiro na invasão da Banda Oriental [...]. Essa força militar era comandada pelo capitão-general D. Diogo de Souza. [...] muitos militares-governantes tinham participação no contrabando e roubos”. Além do lucro obtido pelo militar Bento Gonçalves, o contrabando formava uma rede de interesses entre autoridades, militares, estancieiros e contrabandistas/ladrões. Nesse aspecto, Golin observa, ainda, que: “as invasões na Banda Oriental, ao lado dos interesses da Coroa, propiciou a realização do saque, do roubo e do contrabando. O interesse não era meramente militar [...]. A Bento Gonçalves e aos “cabeças” que estavam por trás

²⁷ As Estâncias eram constituídas na fronteira oeste por longas extensões de terras, onde o gado em pé era arregimentado a fim de ser engordado e preparado para o abate nas charqueadas ou para ser utilizado no transporte, por tropeiros que venderiam as rezas para o mesmo fim: alimentarem a mão-de-obra escrava do centro e norte do país.

dele interessava fundamentalmente o que era conquistado e, conseqüentemente, repartido, de forma legal ou não” (GOLIN, 1983, p. 19-21).

O caráter personalista demonstrado pelo acima descrito representa uma característica implícita para os aventureiros da fronteira, que colocam seus interesses como motor das ações, mas são subvencionados pelo Estado. Isso pode ainda ser observado quando Golin se refere a uma “Carta a S.M. [Sua Majestade], redigida por um clérigo “olheiro” da Coroa e das relações de D. João VI, em 1818”²⁸, na qual ele acusa o governo do Marquês de Alegrete de roubo contra a Real Fazenda, despotismo, libertinagem e corrupção de costumes. Bento Gonçalves, ao ser promovido Capitão, conforme o disposto “atribui-lhe livre adiantar-se no território da Capitania de Montevidéu, e podendo praticar todas as hostilidades permitidas pelo direito de guerra em todo aquele país” (GOLIN, 1983, p. 31-32).

Isto vai estar ainda presente no período de 1923, momento em que veremos no próximo capítulo. Até aqui fazemos a manutenção da hipótese de aquela região da fronteira, serviu sempre aos interesses individuais das elites ricas, que souberam utilizar as funções repressivas e ideológicas, primeiro buscando alcançar os seus próprios objetivos. A fronteira da geopolítica só valeu quando foi para figurar ao todo, o assunto quando era restritivo, tocava nos interesses de cada um e daí mudava de quadro. Por ora, sigamos acompanhando o desenrolar dos fatos no século XIX.

Naquela época, o negócio funcionava bem e a autoridade local atuava também como guarda militar nas questões da fronteira, ao mesmo tempo em que enriquecia com o roubo e contrabando, pois “Foi exatamente no período da primeira e segunda invasão luso-brasileira na Banda Oriental que Bento Gonçalves compôs a base de sua fortuna, e ascendeu de simples cabo militar a estancieiro abastado”(Idem, p.31).

Esta questão acima descrita ganha mais corpo devido a existência ainda hoje de um documento daquela época intitulado “Relação de Roubos de Gados Extrahida de hum Diário do Sargento Mor de Milícias Albano de Sousa Henriques Rebello”, possivelmente de 1819, no qual consta que Bento Gonçalves da Silva “dera doze mil cruzados para ser capitão e fazer tenente e alferes a Albano d’Oliveira e Antonio d’Oliveira”. Segundo esse Diário, Bento

²⁸ O original da carta, segundo Tau Golin (1983), estaria na Biblioteca Nacional, com anotações de próprio punho do rei, e acusa o Marquês de Alegrete de promover, com sua assinatura na ordem do dia de 22 de setembro de 1818, Bento Gonçalves da Silva como “capitão de uma guerrilha”, com o objetivo de saque.

Gonçalves comprou a sua patente (GOLIN, 1983, p. 31-32). Assim, além da sua carreira militar, Bento Gonçalves fez a manutenção de bandos especializados. Tal suposição pode ser feita pela compra das patentes dos auxiliares, como visto, os tenentes e alferes Albano d'Oliveira e Antonio d'Oliveira, já que a tarefa de roubo e contrabando de gado exigiam a formação de gente qualificada e de confiança. Cabe aqui o ditado: “Uma mão lava a outra”.

A atividade pastoril exercida na província do Sul sempre se constituiu numa atividade secundária para a Coroa lusa e posteriormente para o Império brasileiro. Isso devido ao fato de que o foco econômico, desde o período colonial – durante os séculos XVII e XVIII – até o período do império no século XIX, esteve concentrado nas atividades econômicas exercidas no centro, norte e nordeste brasileiro. Tais atividades compreendiam plantações de cana, atividade mineradora das “Gerais” e o cultivo do café. Ainda assim os lucros eram suficientemente atrativos para os contingentes que se mobilizaram virerem a ocupar o espaço da fronteira oeste.

Inicialmente, o primeiro processo de apropriações baseado no sistema de doações de sesmarias correspondeu à experiência secular lusa que foi transferida para a área da campanha oeste sul-rio-grandense no século XIX. As dimensões regulamentadas até 1696 para uma sesmaria eram de cinco léguas quadradas. Em 1697, ocorreria a redução das proporções por carta régia, passando a dimensão de uma légua por três de fundos, o que equivaleria a 13.068 hectares (PANIAGUA, 2003, p.87). Ainda segundo Paniagua, com base em Lima (1954), que escreveu sobre a questão fundiária²⁹, na lei portuguesa para sesmaria de 1375, constava a base jurídica que comporia o bojo para legitimar a formação do capital comercial. Aos poucos foram sendo incorporados a essa legislação as Ordenações Manuelinas e, posteriormente, as ordenações Filipinas. Sendo o tema sesmaria, pelo menos até meados de 1795, parte de uma legislação grande e dispersa.

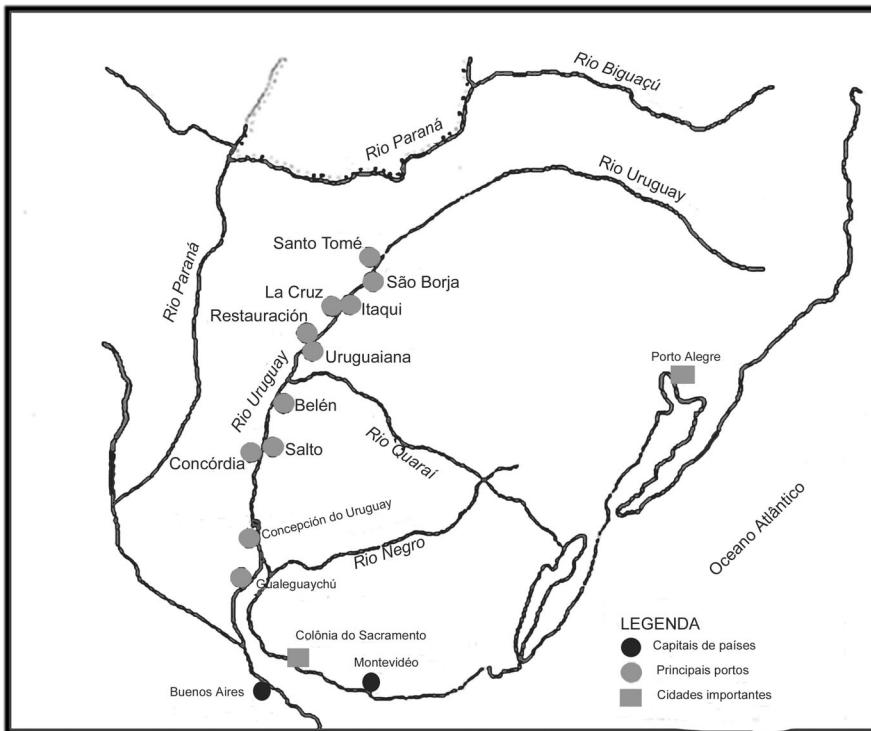
Desta forma, consideramos até aqui em nossa análise, que o surgimento das povoações como vimos foram se dando geralmente nas propriedades de mandatários locais ou nas proximidades das mesmas. Contando com a interferência direta destes mandatários nos assuntos relativos aos demais componentes das populações. Deve-se a isso o fato de as autoridades militares geralmente eram proprietários, contribuindo, assim, para que o negócio fosse bom tanto no atacado quanto no varejo.

²⁹ LIMA, R. *Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas*. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina, 1954.

1.2 O município de Uruguaiana.

A ocupação iniciada pela distribuição das sesmarias na fronteira oeste do Rio Grande do Sul possibilitou também a geração de agrupamentos populacionais que evoluíram para vilas paroquiais e, finalmente, para municípios como Uruguaiana. Formaram, dentro da região da tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Uruguai, a zona onde a linha divisória seria definida nas águas do Rio Uruguai e do Rio Quarai.

Figura 01: Mapa da tríplice fronteira, com a localização do município de Uruguaiana e dos principais portos fluviais argentinos, brasileiros e uruguaios na metade do século XIX.



Fonte: Mapa baseado em MEDRANO, Lilia Inês Zanotti de. *A livre navegação dos rios Paraná e Uruguay: uma análise do comércio entre Império Brasileiro e Argentina (1852-1889)*. São Paulo: USP, 1989, Tese (Doutorado em História). Departamento de História, Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1989, p.114 e nas pesquisas realizadas em demais livros e documentos analisados. In: COLVERO, Ronaldo. *Negócios na Madrugada*. Passo Fundo: UPF, 2004, p. 98.

Os historiadores e amigos Ronaldo Colvero e Helenize Serres, ambos pesquisadores e conhecedores da realidade da fronteira oeste, ao se referirem aos processos de apropriação consideraram que os mesmos estavam na origem da Estância pecuária de formato capitalista, tendo o patrimônio uma função de atrativo dentro dos seus respectivos ciclos. Sendo isso proporcionado inicialmente pela Coroa portuguesa e depois pelo Império brasileiro (COLVERO e SERRES, 2009, p. 11-12).

Assim, permitindo o aparecimento da Estância como empresa pastoril voltada para a multiplicação do capital e resultando no amplo aproveitamento da carne para o preparo do charque. Esse, por sua vez destinado aos mercados brasileiro e estrangeiro. A pecuária neste caso proporcionou o aparecimento de três ciclos distintos: “primeiro o do couro; segundo, o do charque e terceiro, o da carne congelada industrializada. [...] já no início do século XX”(Idem). Esta carne congelada, a dos frigoríficos, veremos mais adiante, que foi um dos fatores da crise que vai desenrolar no embate de 1923.

Outro ponto a ser considerado durante a ocupação das terras no Rio Grande do Sul é o do relacionamento entre governo central e as elites provinciais. Isso, a nível nacional, foi objeto de estudo de diversos historiadores que, inicialmente, baseavam-se em uma certa polarização entre centralização X descentralização (estado X sociedade). Autores como Raimundo Faoro (1975), na obra *Os donos do poder*, consideraram que, no decorrer do período da monarquia, se desenrolou uma disputa pelo poder político, com o Estado como vencedor, sendo o herdeiro de um tipo de administração baseada no modelo administrativo português. De acordo com esse estudo, o modelo de desenvolvimento das relações teria se afastado do controle do poder central por uma elite proprietária que, apartada da sociedade, ergueria seus interesses dentro do estamento burocrático no qual se formara. E o Estado Imperial neutralizou a força das elites provinciais e locais (FAORO, 1975).

Outras visões se fariam presentes, opostas ao pensamento de Faoro, como a de Nestor Duarte (1939), que parte da ideia de que teriam sido os fazendeiros e suas parentelas os vencedores. A partir de suas propriedades, eles passariam a controlar o estamento burocrático de acordo com interesses privados. Porém, sempre voltadas para estudos gerais, sem considerar a especificidade para a fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Já para José Murilo de Carvalho (1999), em sua análise das origens da relação de poder na monarquia brasileira e, posteriormente, na questão ligada ao mandonismo coronelista brasileiro,

a ordem privada seria imposta em detrimento da ordem pública. E isso se daria a partir das relações estabelecidas entre poder central (protagonista) e elites (coadjuvantes) proprietárias e homogêneas.

No tocante a implantação de um governo monárquico no Brasil independente, José Murilo de Carvalho (2003) diz que se tratou de uma escolha entre as possibilidades. A necessidade de manter a união do território e a escravidão e o objetivo de se evitar a criação de uma república repleta de caudilhos, como as vizinhas do Prata, teria orientado a elite política brasileira, homogeneizada, treinada, educada na metrópole e, aparentemente, descolada da sociedade, a adotar um projeto monárquico-centralista que se oporia às forças provinciais e garantiria a ordem e a governabilidade (CARVALHO, 1999/2003).

Concorda-se aqui com Vargas (2010) relativamente a José Murilo de Carvalho que, apesar das críticas que direciona a Faoro, acaba seguindo uma tendência analítica pouco diferenciada. Acentuando o papel do Estado, Carvalho repete a visão elitista do processo histórico, diminuindo a participação dos proprietários de terras e de suas famílias nas questões políticas regionais, acabando por considerar o Estado como instituição subordinada aos interesses das elites, defendendo, porém, que as mesmas encontravam-se descoladas da sociedade e não possuíam interesses individualizados (VARGAS, 2010).

Mais recentemente, a partir de novos referenciais teóricos, outro grupo de historiadores observou que não houve passividade por parte das elites locais no processo do Império. O diferencial estaria no fato de as relações serem heterogêneas, contrapondo-se ao que fora apresentado nos estudos até então. As interpretações que se seguiram, baseadas em minuciosas análises documentais, estimulariam uma nova forma de visão, mas que também mereceria ressalvas. Como no caso Richard Graham (1997), tributário das interpretações marxistas, que teceu importantes considerações acerca de como o governo central se ligava aos proprietários de terras nas províncias e as importantes articulações políticas entre os homens da Corte e os fazendeiros.

Mas, no entanto, o Império brasileiro não teria como norte “um grupo específico de fazendeiros de café, dos arredores do Rio de Janeiro [...]”. Segundo Graham, a iniciativa e a liderança da construção do Estado foi dos “proprietários e escravocratas espalhados por todo o Brasil, em fazendas e estâncias de gado, de onde eles dominavam a política local” (GRAHAM, 2001, p. 35). Nesse aspecto, discorda-se aqui, em parte, da afirmativa de Graham, pois é

difícil conceber que todos os fazendeiros no Brasil tivessem o mesmo peso. No que se acredita e se concorda com Vargas (2010) é que efetivamente houve momentos determinados em que o jogo de interesses pode ter facilitado a posição dos proprietários Riograndenses. Porém, isso não significa que os proprietários de terras possam ser vistos como um grupo homogêneo, já que, seguindo e concordando com a crítica de Vargas ao pensamento de Graham, “as famílias baianas que o autor analisa (principalmente), além de reunirem atributos de lideranças diferentes, eram muito mais influentes na política central do que as rio-grandenses, por exemplo” (VARGAS, 2010, p. 23).

Assim, cabe ressaltar que nesse aspecto relacionado ao Rio grande do Sul, não se pode desconsiderar que, embora não fizesse parte da rede política central, o Estado contou com a importante participação de suas elites proprietárias na constituição do estamento imperial. Principalmente no tempo da defesa dos interesses privados de frações na fronteira com os países platinos, como visto, garantiram a governabilidade das autoridades centrais da província. Estabilidade que se daria por negociação entre as elites locais observando-se, para tal, a convergência de interesses com a política imperial via autoridade provincial.

O que deve ser considerado é a especificidade de cada região, considerando, no caso das fronteiras do sul, uma relação entre os potentados e a Corte, via autoridade provincial, por negociações que ao mesmo tempo partiam para a proteção de interesses individuais locais e proporcionavam ao Estado Imperial sua presença. Isso se dava pela organização assumida via chefes locais e pela consideração do projeto Imperial expansionista. Estando assegurada a presença do Império, no caso da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, com foco em Uruguaiana, os interesses econômicos somar-se-iam na formação da hegemonia dos latifundiários. Tal hegemonia foi originada pela permissividade do poder central que, ao investir na demarcação das fronteiras a oeste da província por meio da distribuição de terras, buscou garantir a presença do império e, ao mesmo tempo, externar os custos do projeto de dominação geopolítica na região, acarretando na perda de parte do controle estatal. Assim, o Estado precisou dividir o poder com o lugar-tenente estabelecido na região: o estancieiro. Seguiu-se a isso a organização das municipalidades.

Assim, às doações para os militares portugueses que configuraram, em certa medida, a ação do Estado, somava-se a usurpação individual dos que

faziam uso da farda para aumentar as próprias posses. Isso acontecia ao mesmo tempo em que o poder e a influência se materializavam por meio da coação psicológica, e isso pode ser visto nas anotações do diário de Saint-Hilare, ao fazer referência às terras adquiridas por um tal Marechal Chagas:

Já passei por três estâncias pertencentes ao Marechal Chagas, e, entre chácaras e estâncias possui ele oito na Província das Missões, calculando-se em 24 léguas a extensão do terreno que podem ocupar. Todas essas terras foram compradas, porém a preços baixos e, a acreditar-se na voz do povo, foi o medo que por mais de uma vez obrigou os proprietários a vendê-las. Admitindo-se mesmo nunca tenha sido empregada a coação, é preciso reconhecer-se ser escandaloso um comandante de província tornar-se, durante seu governo, possuidor de tamanha extensão de terrenos, enquanto deixava seus administrados em completo abandono. Escandaloso que o mais abastado proprietário da província, porque fosse comandante, não tivesse fornecido sequer uma vaca para alimentação das tropas, enquanto sugava dos pobres todo o produto de suas terras. Escandaloso, ainda, seus empregados não contribuírem para o serviço militar, enquanto pais de família, ou mais úteis, eram arrancados anos inteiros do convívio de seus lares, da cultura de suas terras e criação de seu gado. Em governo algum devia ser permitido ao administrador tornar-se proprietário na região sob sua jurisdição, mas, sobretudo em se tratando de um governo militar essa medida devia ser esperada. (SAINT-HILAIRE, 1821, p. 138).

As anotações do viajante francês fornecem um retrato da situação, de como se caracterizava a questão da divisão das sesmarias na Província do Rio Grande Sul, onde a autoridade valia para a acumulação de terras. Fato algo incompreensível para alguém que vivia em um mundo no qual já ocorrera uma revolução como a da França. O tamanho das sesmarias da época representava, em certa medida, o quanto a autoridade Imperial cedera internamente para o jogo da formação das fronteiras.

A proporção de terras que seriam utilizadas na fronteira oeste rio-grandense era muitas vezes aumentada por conta das diversas concessões feitas em favor de membros de uma mesma família e porque, também, os chefes militares faziam a distribuição de terras a parentes e protegidos. Tal costume marcou o início do latifúndio e da concentração de poder na fronteira oeste

do Rio Grande do Sul. Fato este que também pode ser visto nas descrições do pesquisador uruguaianense Raul Pont, em sua obra *Campos Realengos*, de 1983:

SESMARIA DOS PRADOS, ESTANCIA ANJO DA GUARDA JOAQUIM DOS SANTOS PRADO LIMA [...] estendia-se nas canhadas do[rio] Capivari, das imediações da Lagoa da Música até proximo à Queimada(campos que foram da Estância São Luiz). [...] Eram nove léguas de campo [...] Seu sogro, Francisco Luiz de Magalhães e Barros, já era sesmeiro nesses pagos. A esposa de Prado Lima era Bernardina Francisca de Magalhães Prado Lima e havia trazido gado e cavalos dos campos que possuía em Rio Pardo. O pai, Francisco Luiz, havia sido Alferes servindo em Rio Pardo; agora era Juiz de Paz em Alegrete. [...] O tio de Bernardina Francisca era o Ten. Ricardo José de Magalhães, Oficial de Milícias, que servira com o Cel. Joaquim de Alencastro. O Ten. possuía estâncias em Cachoeira do Sul e São Sepé. Lá por dezembro de 1815, Francisco Magalhães e Barros havia recebido a concessão de uma Sesmaria, que tomou o nº 7.529 e data de 20 de dezembro desse ano. [...] SESMARIA DA CASA BRANCA TRISTÃO JOSÉ RIBEIRO [...] A sesmaria foi concedida em 1815 ao pai de Tristão José Ribeiro, confirmada em 1818. Entretanto, seu primeiro morador foi o abastado estancieiro, Cláudio de Almeida Lara [...] SESMARIA DE ANTONIO SILVEIRA DE SOUZA. Concedida por Dom Diogo de Souza, 1º governador da Província de São Pedro, em 1814, medindo quatro léguas quadradas e localizada entre Ibirocaí e o Ibicuí. Levando-se em conta a data da Carta de doação, essa deve ser a Sesmaria mais antiga da região sudoeste. (PONT, 1983, p. 638-719)

Nessa obra o autor realiza um estudo no qual aborda as concessões de sesmarias utilizando documentos das paróquias e cartórios notariais. Esses documentos remontam ao intento de José Borges do Canto, em 1801, e de outros estancieiros que foram se estabelecendo na fronteira oeste, bem como nas sucessões de terras em forma de herança na região.

As pessoas de posse da capital da província do Rio Grande do Sul buscavam aumentar seu patrimônio através da aquisição de terras na fronteira, mesmo que para isto fosse necessária a utilização de meios jurídicos que fossem

facilitados pelas autoridades administrativas da província. Novamente, August Saint Hilaire, em seu diário das viagens ao Rio Grande do Sul, anotou com espanto:

Contou-me meu hospedeiro que seu cunhado foi um dos primeiros que se fixaram nesta região, antes dela ser inteiramente de domínio português, mas depois disto um cidadão tirara títulos de sesmaria do terreno por ele ocupado, pretendendo expulsá-lo. Fazendo- representação ao Conde, esse houve por bem mandar as partes à justiça. [...] Alias não é o cunhado de meu hospedeiro o único que se acha nesses embarços. O mesmo terreno é dado a várias pessoas. Mais frequentemente ainda sucede que um pobre agricultor, inteiramente estranho às demandas, estabelece-se em um terreno, com permissão do comandante, e quando tem construída sua choupana e localizado seu gado, homens ricos de Porto Alegre e de outros lugares, obtêm títulos de sesmaria desse mesmo terreno e pretendem expulsar quem já labutou, substituindo-o por um administrador a fim de apurar rendimentos, sem constrangimento. (SAINT-HILAIRE, 1821, p. 169)

Ao se observar o acima relatado, em que pese a veracidade de quem o relata, depara-se com mais um indício de que o princípio do *Uti possidetis*³⁰ passou a ser utilizado somente quando era de interesse comum entre o público e o privado, na distribuição das terras e na divisão político-administrativa da campanha oeste sul-rio-grandense. Os colonos pobres acabavam perdendo suas terras porque não tinham como enfrentar as redes de ligações que já se estabeleciam e davam preferência para quem já tivesse posses. Eram favorecidos aqueles que através do roubo faziam aumentar as suas terras. Tratava-se assim, em nosso entendimento, da formação de uma elite proprietária que se estabelecia no Rio Grande do Sul, e que se mantinha, até certo ponto, confortavelmente amparada pelas autoridades, ignorando a situação dos colonos que aqui chegavam e que acabavam lhes servindo de mão de obra.

³⁰ *Uti possidetis – Ita possidetis*: “como possuis, assim continueis possuindo”. Princípio criado pelos romanos para as questões de direito, que influenciaria também no campo da geopolítica. SOARES, José Carlos de Macedo. *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939, p. 207 apud HEINSFELD, Adelar. *Fronteira Brasil/Argentina: a Questão de Palmas – de Alexandre Gusmão a Rio Branco*. Passo Fundo. Méritos, 2007, p.32.

Somou-se a isto, como visto, um aspecto militar e geopolítico, já que ao mesmo tempo “os luso-brasileiros, a partir da década de 10 e 20 do séc. XIX, iniciaram a reorganização do espaço da campanha, paralelamente aos conflitos com Artigas e Rivera [e] possibilitou a formação inicial de núcleos urbanos a partir [das sesmarias e] das guardas militares (PANIAGUA, 2003, p. 82).

Ainda conforme Paniagua, ao descrever Araujo Filho (1985), “os portugueses, em 1814, fundaram na costa do rio Inhanduy, rio das avestruzes ou das emas, a capela de Nossa Senhora da Conceição. Nessa área, desde 1805 existiu uma guarda militar com a mesma denominação [...]”. Nas doações de sesmarias do século XIX se pode encontrar uma referência a esse local, como: “Distrito da Guarda do Inhaduy”, em 1814. Esse povoado português não teria se fixado devido ao período da 1ª Guerra Cisplatina. Em 16 de setembro de 1816 Andresito Artigas que, antes de se dirigir para os Sete Povos Missionários, atacou e incendiou o local, tornando-o conhecido, a partir de então, como “Capela Queimada” (Idem).

A derrota de Artigas na batalha de Taquarembó – acontecida em 22 de outubro de 1820 – contribuiu para uma presença luso-brasileira mais tranquila na campanha oeste. A partir daí as capelas já existentes, assim como as novas, adquiriram a condição de curadas. “As provisões Eclesiásticas criaram as capelas de “Nossa Senhora do Rosário” (25/01/1819) e do “Povo de Belém” (02/10/1820). As capelas elevadas a curadas foram as seguintes: “Nossa Senhora da Conceição Aparecida” (19/04/1820 – Alegrete) e a de “Santa Ana do Livramento” (22/03/1824)” (PANIAGUA, 2003, p. 82). Ao final da “2ª Guerra Cisplatina”, o desenho da linha entre a Província de São Pedro e a República Oriental do Uruguai (1828) pela organização administrativa da campanha oeste foi efetivamente dominado pelos luso-brasileiros. Tanto que o decreto regencial s/nº, de 25 de outubro de 1831, elevou a capela curada Nossa Senhora da Conceição Aparecida à condição de vila e sede do município, desmembrando-a de Cachoeira (Idem).

Considerando-se que a presença militar foi sem dúvida um componente presente na disputa pelas terras, a questão que se procura reiterar é a de que o projeto de ocupação luso-brasileiro contou sempre com o interesse privado para a ocupação das terras. Privilegiando os grandes proprietários, que geralmente eram militares, provavelmente pelo temor de que somente com colonos sem vocação para as armas, e de poucas posses, o interesse poderia não ser o mesmo e o espaço conquistado seria abandonado. A partir disso se pode

verificar o exemplo do povoado luso-brasileiro de Alegrete, que “foi erguido na Sesmaria de Antonio José de Vargas, ou seja, em propriedade privada. [...] dividido inicialmente em sete distritos, ficando assim composto: Alegrete (sede), Rosário, Santa Ana [de onde se originaria Uruguaiana], Pacarahy, Ibirocay, Jarão e Belém (Idem).

O governo luso-brasileiro tinha ciência de que a acumulação exagerada de terras poderia vir a lhe trazer certos problemas. Ainda assim, aproveitou-se ao máximo possível da questão militar, para que esses proprietários específicos defendessem suas terras. Ou seja, quando a questão apresentava-se de maneira inconveniente era necessário considerar o que era mais importante: defesa das terras ou a destinação da propriedade.

Embora, desde 1822 já houvessem sido encerradas as concessões de sesmarias, não aconteceu a desarticulação no aumento do latifúndio pelos estancieiros. Apesar de estar constituída em lei a proibição de mais de uma sesmaria por pessoa, e fixado o tamanho da mesma em três léguas, em todos os sentidos isto não seria cumprido à risca, como percebeu o viajante Arsene Isabelle:

[...] o governo brasileiro quis de alguma maneira, remediar esse grave inconveniente, fazendo uma lei que proibindo a concessão ao mesmo indivíduo de mais de uma sesmaria; a sesmaria foi fixada em três léguas em todos os sentidos, mas parece que não se cumpre rigorosamente, além do que, como despojar os seus direitos, sem injustiça flagrante, os grandes proprietários de terras? (ISABELLE, 1983, p. 43)

A tentativa do Império em controlar a acumulação das terras se configurou numa forma de frear os potentados que se criavam no sul do Brasil. Os grandes latifundiários da fronteira buscariam alternativas para a manutenção do enriquecimento e da aquisição de propriedades. Além do latifúndio, os grandes proprietários e os comerciantes assumiriam a autoridade legal da região, protegendo suas posses com o aparato jurídico e político das localidades na formação dos povoados da fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Foi aí que passaram a absorver também cargos de mandatários na construção das instituições administrativas municipais.

E, como visto, o processo de ocupação pelas sesmarias constituiu o embrião populacional das vilas e futuros municípios, dentre eles o de Uruguaiana.

Esse municípios, como também observado aqui, formaram a região da tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Uruguai. Essa zona seria definida pela linha divisória das águas do Rio Uruguai e o Rio Quarai, não significando isto, porém, que tais limites fossem acatados por todos os elementos da região de fronteira que se caracterizou como zona.

Assim, essas localidades dentro da chamada fronteira zona tiveram suas formações envolvidas também pela prática do contrabando nos seus principais setores econômicos, mas tendo como base o latifúndio de atividade pastoril, no qual os proprietários, ao assumirem cargos dentro da administração local, passariam a tratar da coisa pública protegendo os interesses do privado.

Para FÉLIX (1987), a formação de uma sociedade senhorial na região da fronteira, pode ser divisada em dois momentos. O primeiro diz respeito à fase da conquista do espaço, no qual a atividade econômica e social da região estava subordinada aos interesses diretos do poder central português e na estratégia da ocupação do espaço fronteiriço – já como Brasil-Império. O avanço das fronteiras em direção ao oeste proporcionou a ocupação militar e a distribuição de sesmaria juntamente com a concessão de patentes militares da guarda nacional³¹. O segundo momento se estabeleceu quando os interesses dos proprietários superaram os interesses do Poder Real português e a autoridade tanto dos chefes de bandos quanto dos guerrilheiros locais passaram a coexistir com a ordem estatal-patrimonial representada pelos funcionários e militares.

Em meados do século XIX, diferentemente do que ocorrera nos séculos XVII e XVIII, os interesses dos senhores locais estariam à frente do poder central. Isso foi possibilitado “pela ligação entre a atividade econômica da pecuária e a atividade militar da luta de fronteira” (FÉLIX, 1987, p. 24).

Considerando os interesses, como vimos, a região da fronteira oeste teve muito cedo o contrabando inserido em sua formação como necessidade para aquisição de bens. Sobretudo porque havia um impedimento entre colônias de outras nações e desse impedimento surgia a necessidade da aquisição de bens de menores preços que eram oferecidos pelos comerciantes portugueses. E assim, aproveitando-se, num primeiro momento, da falta de patrulhamento e fiscalização e, posteriormente, dos resultados das disputas que envolveram a

³¹ A Guarda Nacional foi criada em 18 de agosto de 1831 pela Regência. De modo geral os comandos mais graduados eram exercidos por coronéis, posto que, via de regra, era ocupado por fazendeiros e pessoas da classe dirigente do país. Ver mais sobre isso em: Azevedo, Antonio Carlos do Amaral. *Dicionário de Nomes, Termos e conceitos Históricas*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1990, p.194.

definição das fronteiras ao Sul do Brasil, quando houve a liberação da comercialização com a tentativa de dominação dos mercados regionais e locais na busca por melhores preços.

Para o historiador Ronaldo Colvero, “o contrabando era de tal intensidade que os gados eram passados de uma região para outra sem a menor contestação das autoridades”. Isso iria favorecer também a prática do contrabando de produtos derivados do gado: “Portanto, a história da formação dessas fronteiras da região oeste da província do Rio Grande do Sul está ligada mais intimamente à questão alfandegária” (COLVERO, 2004, p. 174).

Em meados do século XIX, durante a consolidação das infraestruturas, foi determinante a construção das superestruturas por atores entre os quais destacamos o proprietário da Estância, muitas vezes elevado a caudilho – embrionário do coronelismo³². No caudilho seria reforçada a figura do homem de decisões preparado para o comando em situações de combate ou de defesa das terras/frenteiras³³. É possível, assim, observar-se a característica hegemônica do sesmeiro com perfil de caudilho da fronteira quando relacionado ao poder já nesse período específico. Eis aí o personalismo que vai estar presente também em 1923.

Gramsci, citado por Axt, observou a diferença entre controle e hegemonia. Enquanto o primeiro seria o domínio sobre o aparelho do Estado e das suas instituições, como o exército e a polícia, o segundo seria uma forma de domínio psicológico sobre a multidão. Nesse caso, ligando a questão ao exemplo do perfil do tipo de dominação exercida no Rio Grande do Sul, pode-se observar

³² O Coronelismo define as práticas dos mandatários locais, identificado-os como homens bons (ricos). Edgar Carone relata que a eles caberá, desde o Império até a República, o [...] arrogo no direito de todos os atributos legais. CARONE, Edgar. Coronelismo: Definição Histórica e Bibliográfica. Rio de Janeiro: *Revista Adm. Emp.* 1971, p. 85-93. Segundo Loiva Otero Félix, “um fator altamente significativo na formação do coronelismo gaúcho foi a estruturação dos grupos de parentela, onde, em geral, o chefe do grupo era também o chefe do bando de guerrilheiros que se afazendou. Esse chefe – caudilho ou caudilhete –, tão logo acabava a luta na qual se envolvia, dissolvia o bando, mas se mantinha na liderança na condição de estancieiro prestigiado, cercado por seus dependentes: peões, agregados, protegidos e escravos.

³³ Paniagua observa que: “A partir das décadas de 40 e 50 do século XIX, esse espaço da campanha oeste começou a ser dividido internamente. Alguns distritos que até então compuseram o município de Alegrete, desmembraram-se. Ganharam autonomia política e administrativa em nível local. Essas fraturas internas evidenciaram o jogo de interesses localizados na área da campanha, onde vieram à tona com intensidade, após a consolidação dessa fronteira.” (PAINAGUA, 2003, p. 86).

presentes este tipo de relacionamento no período de fundação do espaço na região da fronteira e na relação com o poder central em busca de hegemonia. Ainda seguindo o conceito tal como entendido por Gramsci, hegemonia seria uma espécie de pré-disposição positiva ao poder constituído, à linguagem de convencimento desse poder ou à sua prática governativa. Tendo como objetivo a organização do consenso na sociedade civil e, quando protegida pela coerção da sociedade política, chegar-se-ia à fórmula do Estado integral (GRAMSCI apud AXT, 2011, p. 69).

Nela pode-se observar a construção de uma região como no caso da fronteira oeste em forma de zona abordado anteriormente, com suas especificidades e grupos estabelecendo-se com suas relações de mando e de controle. Se o poder, em sua origem, apresentou materialidade através da posse das terras e do comércio praticado na fronteira zona, a dominação instituída ultrapassou essa materialidade. Assim, a superioridade de um grupo social em relação a outros se manifesta como dominação coercitiva e como direção intelectual e moral, que é a essência da conquista da hegemonia (AXT, 2011, p. 50). Nesse aspecto, tudo dependia da vontade de quem estava no comando, que possuía maior quantidade de terras e mais recursos.

Mais do que exercer o controle nas relações estabelecidas dentro da Estância e, posteriormente, também no espaço urbano das municipalidades, aqui se pode perceber também que na fronteira oeste as relações hegemônicas já se estabeleciam. Tal observação pode ser feita também em Raul Pont (1983), que, ao descrever a trajetória do Estancieiro e Político participante da revolução farroupilha, Prado Lima, explicita a maneira como sua prática demonstra o poder e a agilidade de executar tarefas pelas fronteiras envolvendo a atividade pastoril. Segundo relata Pont, “Continuava ainda como um dos membros autorizados da Revolução, embora mantendo já sua residência, na Estância Anjo da Guarda, entre o[s rios] Sarandi e o Capivari, onde dedicava-se ao negócio de tropas, venda de gado e cria de mulas” (PONT, 1983, p. 640).

O envolvimento dos estancieiros da fronteira no conflito farroupilha, como no exemplo visto no caso de Prado Lima, seria uma prática comum, uma vez que a disputa era também de interesse particular. Isso pode ser igualmente observado na continuidade do relato de Pont, quando o pesquisador afirma que: “Em meio à Revolução, o Ministro Domingos de Almeida lhe escreve apelando para que ajude a fortalecer as arcas raspadas dos Farrapos, Joaquim dos Santos Prado Lima mandou parar rodeio, apartou a mais linda

tropa de gado, mando-a para um Saladeiro Uruguaio, da fronteira, para reunir algum dinheiro (Idem).

Quanto ao envolvimento na refrega, não havia maior espanto. Porém, o que chama a atenção é o fato de que o gado apartado teria sido enviado para a fronteira com o Uruguai, a fim de ser negociado com um saladeiro. Uma das reivindicações da chamada “Revolução” dizia justamente respeito a competição enfrentada com os saladeiros do Prata, principalmente os Uruguaios. Também não foi mencionado nada quanto ao pagamento de impostos, provável que tivesse. Tal questão pode vir a ser melhor analisada futuramente, por ora este trabalho retornará a questão da venda do gado.

Ainda dentro do que Pont apurou como sendo relativo à venda do gado: “Um chasque levou, na mala de garupa, 500 patacões de prata, para entregar ao Ministro da Fazenda [Almeida], que viajara, então para Bagé” (PONT, 1983, p. 640). Essa descrição das atividades e o relacionamento de Prado Lima relativamente ao domínio do poder local incipiente, demonstram a sua autoridade, que estava também baseada em laços de lealdade e compromissos daqueles que dele dependiam ou que com ele se relacionavam, desde o nível econômico até o psicológico.

Assim, para a historiadora Loiva O. Félix, (1987, p.25) a oligarquia de estancieiros-soldados do século XIX foi um “produto direto das necessidades e contingências do processo histórico sulino”, refletindo a dominação na “mentalidade dos gaúchos da campanha e da fronteira.” (Idem). Esse aspecto de valores se liga ao coronelismo, “uma vez que ele se baseia em laços de lealdade e de compromissos, de dependências, desde o nível econômico até o psicológico [...] valores que se arraigaram à mentalidade social nesse ciclo guerreiro” (Idem).

Outro aspecto observado neste espaço é de que a estância pastoril formada por extratos sociais de senhores, agregados, indígenas e escravos se constituiu no núcleo fundamental a partir do qual se originam as relações sociais constituídas pelo latifúndio, que se assemelha, em suas formas gerais, ao desenvolvido pelo lado brasileiro e que encontrara na Argentina e no Uruguai seus espaços correspondentes. Na ocupação dessa região, além do proprietário sesmeiro, havia o índio (Charruas, Minuanos, Guaranis e etc.), primeiro habitante do local, que não reconhecia as fronteiras. O índio, que fora quase exterminado pelo branco, seria absorvido e miscigenado:

Los portugueses que habian fomentado la cria de gauchos fueron los primeiros en sufrir sus consecuencias... aprendieron, es verdad, todas las artes gauchas para la vida pastoril, pero tambien adquiriraon todas lãs manãs y vícios gauchescos. [...] La palabra... “guascho” serviria para distinguir al individuo que se bastaba a si mismo, carente de padre conocido y em ocasiones hasta de madre...sinónimo de bastardo, hasta el puente de que la simples imputación amistosa hacia llevar instintivamente la mano al cuchillo, y es todavia uma injuria gravisima....se descompusiera em dos significados distintos, “gaucho” , nombre que se dió así mismo el mestizo con orgulho porque ... guacho se definió despectivamente para el hijo de nadie, y gaucho para el mestizo valiente. (CORBIERE apud VILELLA, 1965, p. 37)

Nessa região os povos indígenas não tinham a concepção de Estado-Nação, algo que para eles não fazia sentido algum, uma vez que a noção de divisão fronteiriça, de caráter expansionista, chegaria somente com a dominação do colonizador.³⁴ A população, preexistente na campanha foi observada por Golin (1983) em sua transcrição das anotações de Félix de Azara – descrito como contrabandista e ladrão de gado – que escreveu, no então distrito de Batovi, atual São Gabriel:

[...] prestou fundamental depoimento sobre a “gente camponesa” [...] “os peões” ou jornaleiros e as pessoas pobres, não usam sapatos, e a maioria não tem colete, ‘chuta’, camisa e calções, prendendo á altura dos rins uma xerga que chamam ‘chiripá’; e se possuem algo do que foi dito, não possuem muda, sendo tudo andrajoso e sujo; embora nunca lhes faltem as ceroulas brancas, chapéu, poncho para cobrir-se e umas botas de meio-pé, que extraem das pernas dos cavalos e vacas. Suas habitações se reduzem geralmente a ranchos ou choças cobertas de palha, com parede de paus verticais fincados na terra e rejuntados com barro, sem caiação: e, na maioria, sem portas nem janelas, se não, quando muito, de couro [...]”. (GOLIN, 1983, p. 40)

A pobreza verificada por Golin contrasta com a riqueza do grande pro-

³⁴ Ver mais em BARROSO, Véra Lucia Maciel. História Geral do Rio Grande do Sul. Colônia. In: *O Tropicirismo na formação do Sul*. Passo Fundo: Méritos Editora, 2006. Vol. I Cap. VIII.

prietário de terras, mas não se traduz, neste momento, na estância voltada para o negócio do gado. De uma maneira geral a rusticidade era comum a todos os habitantes da região. Mas, sem dúvida, o aspecto de miserabilidade do camponês gaúcho, que não era o proprietário de terras, é o do peão que passou a obedecer ordens. Considera-se, assim, que os guaches que inicialmente viviam soltos, dormindo sob toldos de couro cru e sem paradeiro nem destino, aos poucos foram se mesclando aos arregimentados nas milícias dos latifúndios³⁵, dando origem aos gaúchos da fronteira oeste do Rio Grande do Sul e comuns em toda a região do Pampa. Essa região receberia novas levas de povoamento a partir do aumento do interesse econômico capitalista.

Por volta de 1830, empresas de origem européia, como francesas e inglesas, passaram a ter maior presença na economia da América do Sul, com padrões considerados superiores e “mais cultos”, levando em conta as elites existentes, em razão do isolamento dos novos povoados surgidos na costa do rio Uruguai. Tais padrões eram percebidos também na forma de vida, nas vestimentas, até no mobiliário e na cozinha. (COLVERO, 2004, p. 115)

A partir de 1845, começa a acontecer na região da fronteira o desenvolvimento dos núcleos urbanos, pequenos povoados que foram crescendo à medida que se estabeleciam em maior escala as relações econômicas entre os países. A partir daí algumas povoações na zona da fronteira tomaram forma. Do lado brasileiro, os municípios de Uruguaiana, Itaqui e São Borja, divididos pelo rio Uruguai, correspondiam, no lado argentino, às cidades de Restauracion (que mais tarde se tornaria Passo de los Libres), La Cruz (posteriormente Alvear) e São Tomé.

O comércio possibilitava o contato através do rio Uruguai e da bacia do Prata com as praças de Buenos Aires, Montevideú, entre outras da região. Esse contato se dava ao mesmo tempo em que existia o posicionamento geopolítico militar defensivo, de cunho estratégico, na fronteira, algo que perdurou até a metade do século XIX. Segundo Colvero, “Por razões da sobrevivência e em razão dos intercâmbios estabelecidos, as povoações foram se formando às margens do rio Uruguai, criando um longo corredor mercantil, pois se dispunham uma frente à outra” (Idem, p. 175).

A Argentina, que em 1810 já havia se tornado independente da Espanha, recebia no porto de Buenos Aires navios de várias nações, viveu na primeira

³⁵ Grande propriedade rural com áreas não cultivadas e/ou onde se pratica alguma cultura não dispendiosa.

metade do século XIX um período de auge³⁶, chegando a se comparar com a França. Sobre isso, Sarmiento diz: “Buenos Aires se cree uma continuación de La Europa; y si no confiesa francamente que es francesa y norteamericana em su espíritu y tendencias, nega su origem español, porque El gobierno español, dice , La há recogido después de adulta...” (SARMIENTO, 2002, p. 100).

Já em relação ao Uruguai, tem-se uma fronteira que se inicia justamente na junção da tríplice fronteira Brasil/Argentina/Uruguai e que, até o início da década de 1850, ainda se encontraria em constante disputa³⁷. O contato e as trocas possibilitaram também a vinda de imigrantes ingleses, franceses, alemães, entre outros, que se estabeleceram na região. “No caso de Uruguiana, formou-se uma tríplice fronteira, um entreposto comercial e populacional que facilitava o comércio e por isso, chamava a atenção de comerciantes ilegais” (COLVERO, 2004, p. 175).

Esse entendimento sobre a região também possibilita compreender o desenvolvimento do coronel caudilho e o surgimento da oligarquia de estancieiros-soldados-comerciantes. É válido ressaltar novamente que em meados do século XIX, ao mesmo tempo em que o espaço urbano refletia as relações da Estância, nas quais a atividade pastoril formava a base econômica da região em questão, grande parte dos proprietários incorporaram as funções administrativas e políticas do município, subordinados ao regramento do controle estatal da Província e o Império, mas mantendo a remissão aos seus interesses próprios.

Segundo Axt, “Por isso, a hegemonia que eles ajudam a construir é um nexos entre a estrutura formal da sociedade e as superestruturas ideológicas” (AXT, 2011, p. 50). Ao mesmo tempo em que os estancieiros se estabeleceram, a região se desenvolveu “no caso de Uruguiana, com a colaboração da economia pastoril e das importações e exportações realizadas pelo porto, o que tornava a fronteira mais vulnerável à prática do contrabando” (COLVERO, 2004, p. 176).

³⁶ Domingo Faustino Sarmiento, como já visto, descreveu, em sua obra *Facundo* a vida do típico caudilho argentino, assim como retratou, também, o desenvolvimento da Argentina no século XIX. Essas condições são encontradas com similaridade por toda a região do Pampa e não apenas na Argentina.

³⁷ Ver mais em GOLIN, Tau. História Geral do Rio Grande do Sul. Império. In: *As Fronteiras Sulinas*. Passo Fundo: Méritos Editora, 2006. Vol. II Cap. XXI. GOLIN, Tau. *A Fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. Porto Alegre: LPM, 2002/2003.

O município de Uruguiana, situado exatamente na confluência da divisa dos três países, nasceu no período da chamada Revolução Farroupilha³⁸. Idealizada pela estratégia da República rio-grandense, no dia 24 de fevereiro de 1843, onde havia um posto militar de fiscalização que também, caso necessário, poderia servir para a retirada das tropas farroupilhas ou até mesmo para alguma atividade geradora de renda. Como visto anteriormente, o então comandante da revolução, Bento Gonçalves da Silva, sempre estivera ligado ao contrabando e roubo de gado nas fronteiras, mesmo quando servia ao Império.

Domingos José de Almeida³⁹ escolheu o local – às margens do rio Uruguai – e o povoado foi se desenvolvendo favorecido pelas transações econômicas com a Argentina e com o Uruguai. Interessante também é perceber que nessa região, enquanto se formava a parte administrativa da municipalidade de Uruguiana, já existia o intenso agrupamento de estancieiros também ligados pela causa Farroupilha. É o que se pode observar pela descrição que Raul Pont (1983) faz sobre a trajetória de Prado Lima:

[...] aqui veio para encontrar-se em Santana Velha [antiga localização de Uruguiana], com Teodolino Fagundes, José Pinto Cezimbra e outros Farrapos que por aqui já estanciavam. Amigo particular de Domingos de Almeida, com ele se correspondia e trocou idéias para a escolha do local, onde deveria ser implantada a Nova Povoação [zona urbana de Uruguiana]. (PONT, 1983, p. 640)

Terminada a revolta e restabelecida a ordem na Província do Rio Grande do Sul, o povoado foi elevado, em 1846, por meio de uma lei, primeiro à sede de novo município, separando-se de Alegrete e, em 29 de maio do mesmo

³⁸ A Revolução farroupilha (1835-1845) eclodiu por conta da insatisfação de parte dos estancieiros devido às altas taxas do sal, fato que prejudicava o negócio do charque. Como observado anteriormente, o charque era considerado parte da economia periférica e complementar do Império no Brasil, já que outros interesses eram considerados como atividade econômica principal. Somado a isso havia também a falta de ressarcimentos relativos às despesas de tropas e o isolamento junto ao Poder Central. Ver mais detalhadamente em FLORES, Moacyr. *Modelo político dos farrapos: idéias políticas da revolução farroupilha*. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1982.

³⁹ Durante esse período de dez anos da Revolução Farroupilha, o Rio Grande do Sul esteve a ponto de se separar do Império, inclusive sendo em vários momentos amparado pelos demais países, Argentina e Uruguai.

ano, à categoria de Vila. Já no ano seguinte, em 24 de abril de 1847, foi instituído pela Câmara de Vereadores o Código de Posturas, que apresentava as disposições legais que regulavam as relações sociais.

O crescimento econômico da então Vila de Uruguiana, na fronteira oeste, era percebido pelas autoridades provinciais. Apesar dos problemas relacionados à crise momentânea que acometia a atividade pastoril, somados ao roubo e contrabando envolvendo as fronteiras, as autoridades reconheciam na sua abundância a geração de riqueza e consequentemente a geração de rendas para a província. Tal condição pode ser observada em destaque no relatório apresentado em 2 de outubro de 1854 pelo então presidente João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu na Assembléia Legislativa da Província:

A criação de gado é o principal, senão o unico ramo de riqueza d'este interessante Termo, cuja produção não obstante os males que perseguem a industria pastoril tem aumentado a ponto de ser entre todos da Província aquele onde mais abunda. Seu commercio é feito com Pelotas para onde envia seus gados, e com Uruguiana d'onde recebe mercadorias estrangeiras importadas pelo [rio] Uruguai. (1854, p. 51)

O roubo e o contrabando que iriam persistir no início do século XX, dentro da configuração espacial que se estabelecera na fronteira oeste, tornaram-se essencial pelo aspecto de mobilidade que ainda estava enraizado nas populações da fronteira zona que se formou. Embora as fontes relacionadas com este assunto não permitam uma maior clareza no que diz respeito ao segundo item, é possível, de forma indicativa, verificar que desde o início do povoamento o contrabando era uma prática recorrente na economia rio-grandense, que era baseada na pecuária e, mais tarde, na indústria do charque. O contrabando de gado passaria a ser uma forma de subsistência das grandes empresas charqueadoras, pois “vários anos de guerras civis, tanto do lado argentino-uruguaio quanto do lado brasileiro, haviam reduzido os rebanhos drasticamente, fortalecendo o comércio ilícito desse gênero” (COLVERO, 2004, p. 177).

O roubo, diferentemente do contrabando, estava ligado mais à classe social pobre da população, que buscava a subsistência na região, constituindo-se num crime corriqueiro, sujeito a uma punição menor. Essa atividade ilícita era vista até mesmo como forma de resistência, uma vez que se praticava o

roubo contrariando a instituição da propriedade privada e, em certa medida “A população rural estabeleceu uma relação de força com a classe proprietária estancieira, contudo sem ameaçar a sua hegemonia e sem saber que estava questionando a apropriação do gado de forma conscientemente planejada” (PANIAGUA, 2003, p. 155).

Tanto o roubo quanto o contrabando diminuiriam em intensidade pela Lei de Terras de 1850, já dentro da constituição das regulações do Estado, recém consolidadas pelo Império brasileiro. Porém, a falta do cercamento total das propriedades na fronteira oeste do Rio Grande do Sul ainda se constituía em um problema. A facilidade de se cruzar as fronteiras também recém estabelecidas, em meados do século XIX, entre o Império brasileiro e a República do Uruguai favorecia a subtração do gado e acentuava o contrabando que envolvia a participação das autoridades.

Tal situação pode ser observada no relato da Câmara Municipal de Alegrete, que data de 1853: “a vista da extensa fronteira de nossa Província e de falta de Alfândega dos Estados vizinhos e do lucro maior inerente ao contrabando ainda que possível, não pode deixar de haver sem que seja neutralizado por uma fiscalização prudente e pela moralidade dos funcionários públicos” (PINTO apud PANIAGUA, 2003, p. 156).

Na Assembléia Legislativa Provincial o que se procurou debater sobre a questão do contrabando estava relacionado à repressão e ao controle fiscal, para combater nas fronteiras a prática que lesava os cofres públicos da Província. Isso foi apontado no discurso de João Jacinto de Mendonça, proferido em 17 de outubro de 1855, no qual ele destacou a necessidade de se proteger o comércio lícito na Província do Rio Grande do Sul: “é liberta-lo do contrabando que o tem estragado. [...] não é só pelos meios repressivos que havemos de obter esse resultado, penso também que sem eles, as autoridades fiscais desarmadas, verão crescer a ousadia dos contrabandistas na razão direta de sua impotência” (Idem, p. 157).

Assim, Mendonça prosseguia com a reclamação e saudava a ideia de um reforço na guarda das fronteiras. O caso era que a situação das fronteiras com o Uruguai e Argentina estava incontrolável, podendo ser comparada a uma doença, tamanho era o desenvolvimento dessas práticas, consideradas como “a existencia de um cancro roedor [...] os contrabandos que se fazem nas nossas fronteira e a simples notícia da criação de um corpo fixo para a guarda e a polícia delas há de assustar sobre modo os contrabandistas, e fazê-los menos

ousados (Idem).

Na região da tríplice fronteira onde era possível fazer a travessia do gado ficava entre a República do Uruguai onde hoje é Bella Union e do lado do Brasil era o município de Uruguaiana, na altura do distrito de Barra do Quaraí (atualmente município desmembrado de Uruguaiana). Ali a facilidade se ligava ao fato de não haver fiscalização suficiente para impedir o contrabando nas grandes faixas de terras que compunham a linha de limite da fronteira, distantes apenas 80 quilômetros da área urbana de Uruguaiana. Naquela região o contrabando era “largamente praticado por pessoas que tinham propriedades perto das linhas de fronteira” (COLVERO, 2004, p. 189).

Assim, considerando o potencial de rentabilidade que o contrabando trazia para todos os que dele participavam, bem como o tamanho do território a ser patrulhado nas vastas paragens em que as fronteiras se encontravam, “a fiscalização só seria realmente eficaz numa área consideravelmente extensa se houvessem vários postos fiscais e se os três países envolvidos nas transações tivessem meios de fiscalização mútuos e cooperativos” (Idem). O contrabando consistia em uma parte do intercâmbio entre as populações e contava com a omissão das autoridades, que se viam impossibilitados de combatê-lo, fosse pela falta de condições administrativas ou pela omissão. Fato que também foi preponderante para a sua execução.

O contrabando, estando presente nas relações entre os elementos da fronteira zona e se constituindo em atividade geradora de capital ilícito, proliferaria e se expandiria também pela utilização do rio Uruguai. Estamos falando aqui do século XIX, mas isto perduraria ainda no começo do século XX.

Era grande o movimento do porto no rio Uruguai, situado próximo o bastante da área urbana de Uruguaiana para despertar a atenção das autoridades provinciais. Os navios europeus atracavam em Buenos Aires e Montevideú, lugares de onde eram caboteadas mercadorias para o comércio e onde era possibilitado o contato das populações dos diferentes países. Essas populações viviam em grande parte alheias aos tratados políticos, mas participavam de uma economia que era comum a todo o Rio Grande do Sul.

No século XIX, segundo Arthur Ferreira Filho (1964), as transações do porto uruguaiense chegariam a superar as do porto de Rio Grande no litoral do Rio Grande do Sul. Isso porque em Rio Grande o porto não oferecia as melhores condições de calado e se ligava diretamente ao oceano atlântico. A profundidade do porto de Rio Grande em 1800 era de 4,40m, em 1849 che-

gou a 3,60m, em 1860 tinha 2,20m e em 1883 somente 2m.

Tais condições tornavam qualquer operação naval inviável naquele espaço portuário; mesmo a cabotagem seria arriscada considerando as correntes marinhas imprevisíveis que ali se constituíam. A grande movimentação no porto de Uruguaiiana, em especial a partir dos anos 1852 e 1853, período em que o rio Uruguai passou a ter livre navegação, teve forte influência de novos empreendimentos que ali se estabeleceriam, voltados para a pecuária, para a erva-mate e para o comércio (COLVERO, 2004, p. 131).

Para análise da evolução dos negócios segue o quadro abaixo, tendo como base o Relatório do presidente da província do Rio Grande do Sul à Assembléia Provincial, no período de 1853-1860⁴⁰, sendo que os valores, em mil réis, são aproximados:

Figura 02: Planilha comparando os valores das importações entre os portos de Uruguaiiana e Rio Grande, entre os anos de 1853 e 1860

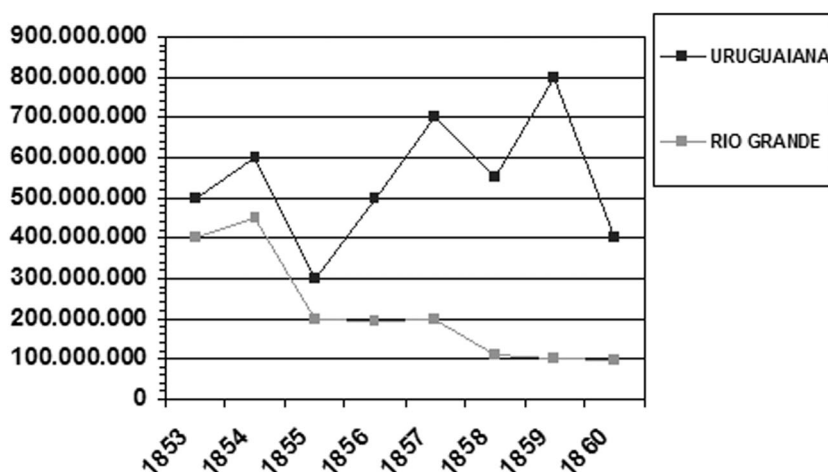
Ano Porto	Valores em mil réis	
	Uruguaiiana	Rio Grande
1853	500.000.000	400.000.000
1854	600.000.000	450.000.000
1855	300.000.000	200.000.000
1856	400.000.000	200.000.000
1857	700.000.000	200.000.000
1858	550.000.000	110.000.000
1859	850.000.000	100.000.000
1860	500.000.000	95.000.000

Fonte: Baseado em COLVERO, Ronaldo. *Negócios Na Madrugada*, 2004, p. 131. Extraído do Relatório do presidente da província do Rio Grande do Sul à Assembléia Provincial no período de 1850-1870, valores em mil réis.

⁴⁰ Uma análise mais detalhada pode ser vista em COLVERO, Ronaldo Bernardino. *Negócios na madrugada: O comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2004, p.129-138 e em FERREIRA FILHO, Arthur. *A história do Rio Grande do Sul: 1503-1964*. Rio de Janeiro, 1964. 3 ed.

Para uma melhor visualização do movimento dos portos descritos na Figura 02, no qual constam os movimentos de 1853, 1854, 1855 e 1859, a evolução foi organizada em um gráfico, considerando que durante esse período as importações de Uruguaiiana eram superiores às do porto de Rio Grande⁴¹, que sofria com a pouca profundidade do canal e perdia para para os portos platinos, utilizados nas transações que, assim, se davam em maior número em Uruguaiiana.

Figura 03: Gráfico comparativo das importações entre os portos de Uruguaiiana e Rio Grande (1853-1860).



Baseado em COLVERO, Ronaldo. *Negócios na Madrugada*, 2004. p. 131. Extraído do Relatório do presidente da província do Rio Grande do Sul à Assembléia Provincial, no período de 1850-1870, valores em mil réis

O que se pode verificar é que, junto com o crescimento do comércio legal na região e com o contato entre as populações em termos de hábitos, comportamentos e vivências, o combate ao contrabando se tornaria uma preocupação de Uruguaiiana. Pois, “em 1857, [...] o comércio ilícito era maior do que o lícito e [...] não existia um órgão que reprimisse com autoridade o contrabando e o roubo de gado” (COLVERO, 2004, p. 187).

A navegação pelo rio Uruguai, quando passou a utilizar os barcos a vapor na década de 1860, iria favorecer o crescimento do contrabando durante a

⁴¹ Antecipa-se aqui que a questão do transporte portuário, juntamente com o ferroviário, desempenharia importante componente no desenrolar da crise do início da década de 1920, assunto que será abordado no segundo capítulo do trabalho.

noite. Pois durante o dia ainda havia maior facilidade na identificação das embarcações que transportavam mercadorias para Uruguaiana e, de acordo com o professor Ronaldo Colvero, “na época, havia empresas de trânsito pluviual especializadas em conduzir contrabando, como a de Antonio Corso, famoso contrabandista” (Idem, p. 198). O Brasil participou ativamente nas questões platinas ao longo do século XIX, sendo que a mais acirrada delas foi a guerra do Paraguai. A guerra deixou sua marca na tríplice fronteira. No Rio Grande do Sul, em 5 de agosto de 1865, a vila de Uruguaiana, já com 450 residências e 2.500 habitantes, foi invadida e tomada pelas tropas paraguaias comandadas pelo coronel Antonio de La Cruz Estigarribia⁴², por causa da guerra travada pelos aliados Argentina, Brasil e Uruguai contra o Paraguai.

A crise instaurada pela guerra estimulou a possibilidade de lucros pelos contrabandistas, pois a fiscalização, que já era ineficiente, passou a se preocupar mais com o inimigo paraguaio do que com as atividades administrativas. Com isso o contrabando, por ter um formato rápido e lucrativo na região pôde tirar proveito “durante e após a Guerra do Paraguai, [...] o decréscimo ocorrido tanto nos rebanhos quanto na arrecadação de impostos da vila. [...] leva a crer que, daí em diante, o contrabando teria passado a ser mais ainda praticado em alguns pontos.” (Idem, p. 201).

A ofensiva do Paraguai se deu com 7.300 homens, enquanto Uruguaiana contava inicialmente para sua defesa com 380 homens comandados pelo Capitão Joaquim Antonio Xavier do Vale e pelo Tenente Floriano Peixoto (futuro Presidente da República). Ocorreu ainda um piquete de voluntários comandados pelo Coronel e estancieiro Bento Martins de Menezes. Assim, a cidade de Uruguaiana foi arrasada pelo exército paraguaio, “na fronteira atacada, [...] tendo sobre si somente os olhos e as armas dos inimigos e, especialmente, dos aliados que ali se encontravam efetivando conchavos, enlances momentâneos com o Império e a fronteira” (Idem, p. 203).

Durante 45 dias seguiram-se saques, degolas e incêndios. Aqueles que ficaram e escaparam das lâminas assistiram suas moradias, casas de negócios, lojas e comércios serem pilhadas e queimadas e seus poços artesianos serem obstruídos ou envenenados⁴³. Os exércitos da tríplice aliança cercaram e reto-

⁴² Comandante militar Paraguaio, responsável pelas ofensivas militares a São Borja, Itaqui e Uruguaiana.

⁴³ Os detalhes são narrados por VILLELA, Urbano Lago, Atalaia da Pátria. O homem, o meio e a história. In: *Tomada e Cerco da Vila de Uruguaiana*. Canoas: La Salle, 1965. 2ª ed, Cap.VI.

maram a vila, forçando a capitulação dos paraguaios. As tropas aliadas foram comandadas, durante o processo que desembocou na rendição, pelo Imperador Dom Pedro II (VILELA, 1965).

Assim, durante o século XIX, Uruguaiana, situada na fronteira zona, teve importante papel no contato entre os países da tríplice fronteira e o processo de desenvolvimento da área urbana se acentuou cada vez mais. Como também foi visto, comerciantes e estancieiros progrediram com a navegação pelo rio Uruguai. Isso exigiria a organização do espaço administrativo local por uma elite incipiente que estava se formando no espaço local da região da fronteira, que, de acordo com o exposto aqui, foi marcada por uma identidade própria que a caracterizava como uma fronteira zona.

1.3 O poder local e o coronelismo

Diferentes correntes teóricas têm buscado definições para conceituar poder local, pressupondo desde os aspectos estruturais até suas diferentes escalas, bem como as influências simbólicas e psicológicas dos sujeitos que se relacionam e interagem entre si. Segundo Fischer (1992), o poder local pode ser observável como aquele constituído em determinada zona ou região “local”, onde a sua atuação é materializada no conjunto das relações sociais de cooperação e conflito, concretamente observáveis quando estão em jogo recursos, valores e interesses dos atores envolvidos (FISCHER apud SILVA, 2008, p. 69-70).

Não aprofundaremos a análise por considerarmos aqui o suficiente para o entendimento do caso de Uruguaiana. Esta materialização advém de decisões tomadas por sujeitos que ao agir por interesse configuram alianças e conflitos de acordo com a aceitação ou não das decisões em determinado espaço. Assim, é definido o contorno desse conjunto. O espaço aqui definido como local usualmente remete à esfera da municipalidade e de suas organizações político-administrativas, nesta análise, a Câmara Municipal de Uruguaiana e seus Conselhos e esferas no século XIX. Mas, para além desse espaço político, paralelamente a ele, têm-se os grupos sociais se relacionando externamente (Idem, p. 69-70).

A atuação de indivíduos pode ser identificada nas relações deste poder local, geralmente entendido como sendo aquele que se dá no campo político municipal, no caso brasileiro, a primeira célula organizacional do Estado-na-

cional. Mas, para entender o poder e as relações locais nele existentes, não basta somente relacioná-lo ao poder político, é necessário também observá-lo como poder exercido pelo aspecto econômico, social, cultural e psicológico.

Para Fischer, visitado por Silva(2008) quando se refere ao local o separa em duas linhas, antagônicas: “Uma vez que se o ‘local’ ao referir-se a um âmbito espacial delimitado e poder ser identificado como base, território, microrregião e outras designações que sugerem constância e certa inércia, contém igualmente o sentido de espaço abstrato de relações sociais que se deseja privilegiar”. Por outro lado, a segunda linha a que se refere o autor indica um sentido de movimento e interação de grupos sociais que se articulam e se opõem em relação a interesses comuns (SILVA, 2008, p.70). Dessa maneira, a análise do ‘local’ se liga ao estudo do poder enquanto relação de forças, constituindo como poder local aquele que tem um espaço delimitado e constituído por práticas políticas nas quais, geralmente, são feitas alianças com atores sociais em enfrentamentos⁴⁴.

Nesse sentido, aqui se fala em um espaço socialmente construído com história e memória próprias, com identidades e práticas políticas determinadas, dentro do qual grupos e frações disputam o controle. De acordo com o que foi visto, em Uruguaiana, no *farwest* do Rio Grande do Sul, onde as fronteiras eram móveis durante o século XVIII e indefinidas até meados do século XIX. Pelo menos de acordo com a documentação analisada, foi possível perceber o envolvimento do poder local na origem do coronelismo.

É nesse espaço que se estabelecem as condições apropriadas ao desenvolvimento do poder local que se baseava em uma vocação militar na qual o coronel detinha a primazia, sobretudo devido à estrutura “de relações econômicas, sociais, políticas e militares montadas com o processo de ocupação e colonização de uma área fronteiriça”. A partir disso é que “gerou-se a necessidade de tipos especiais de homens preparados para situações de enfrentamento que pudessem assegurar a manutenção, domínio, preenchendo o vazio de poder deixado pelo poder central” (FÊLIX, 1987, p. 22).

Nesse aspecto, diante da formação das estruturas do poder que pudessem dar legitimidade política e administrativa na fronteira, os proprietários de Estâncias e comerciantes constituíam assim o poder local como vereadores da Câmara Municipal de Uruguaiana. Assim, os proprietários legislavam tam-

⁴⁴ Assunto discutido em sala de aula no PPGH da UPF, Mestrado, 1º semestre de 2011. Cadeira de Poder Local, ministrada pela professora Dr^a Janaita Rigo Santin.

bém defendendo seus interesses particulares, utilizando a institucionalidade e a coerção característica ao posto de legislador municipal do tipo coronel. Muito embora a forma como se dava a ascensão ao cargo de vereador dentro do Conselho municipal, já em 1849, fosse por eleição, a candidatura somente seria possível se pretendente ao cargo possuísse grandes propriedades ou fosse um comerciante de peso. Isso pode ser observado nas fontes documentais localizados durante esta pesquisa no arquivo de Uruguaiana, mais especificamente no livro de atas do conselho Municipal de recursos e Junta qualificada para votantes da vila de Uruguaiana – 1849 a 1875.

No material citado foi possível verificar, ao longo de 103 páginas numeradas, a criação da junta eleitoral da vila de Uruguaiana, do qual se destaca aqui a primeira sessão⁴⁵, com a regulação e a destinação do conselho nos seguintes dizeres:

Conselho Municipal de Recurso

1ª Sessão.

Aos quinze dias do mês de Abril de mil oitocentos e quarenta e nove, vigesimo septimo da Independencia e do Imperio, reunidos no corpo da Igreja da Matriz d'esta Villa Uruguayana, logo depois de lida a Missa Parochial, os Smnres Manoel Doria da Luz, Presidente da Camara Municipal, Narciso Antonio de Oliveira Eleitor mais votado na última Eleição, e eu Felipe B[...]beré de Oliveira Neri, Vereador imediato em salas, que, na forma do Artigo 3 da Lei Regulamentar das Eleições, Nº 387 de 19 de Agosto de 1846 devem compor o Conselho Municipal de Recurso, por isso que ainda se não acha criado o Tribunal do Jury n'essa Villa: o Snrº. Presidente Doria declarou aberta a Sessão: nomeando-me á mim Felipe Be[...]beré de Oliveira Neri para servir de Secretario. Imediatamente depois mandou-se afixar Editaes, em conformidade com o disposto no Artigo 36 da citada Ley: declarando que o mencionado Conselho funcionara durante os quinze dias que lhe incumbe a referida Ley n'este mesmo local, desde as dez horas da manha até às de entrar o Sol. E não havendo ninguem comparecido n'este dia com reclamação ou queixa de natureza alguma, chegada a hora, o Smnrº.

⁴⁵ URUGUAIANA. Câmara Municipal da Vila de Uruguaiana. *Livro de atas do conselho Municipal de recursos e Junta qualificada para votantes da vila de Uruguaiana* (1849-1875). Acervo do Centro Cultural Dr. Pedro Marini. Arquivo Sala Raul Pont, p. 1..

Presidente, mandou fexar a Sessão de que para constar lavrei esta Acta, que foi aprovada.

Manoel Doria da Luz
Narcizo Antonio de Oliveira
Felipe Be[...].buré de Oliveira Neri

Aqui é possível observar outro detalhe interessante, já na primeira página do livro de atas, que a Câmara, naquela época, mantinha ligação com a instituição eclesiástica. A igreja servia como órgão inicial para os assuntos administrativos e também como sede onde se estabeleciam as reuniões, que, nesse primeiro momento, aconteciam dentro do mesmo espaço paroquial, local da missa. Outro fato que chama a atenção é a composição da mesa seguindo o disposto na Lei Imperial, instituída em 19 de agosto de 1846, que regulamentava as eleições. E, como a municipalidade de Uruguaiana era recente, não havia ainda o tribunal de júri para julgar os casos da então vila.

A Câmara municipal instituía comissões formadas, geralmente, por três vereadores para tratar de assuntos variados, sendo dois secretários e um presidente, sendo que o último ficava responsável pelos encaminhamentos necessários para cada assunto. Assim, no caso da junta eleitoral, havia também a formação de uma comissão para tratar das questões referentes às eleições, dos eleitores e as providências para que o que estava disposto na lei tivesse seu cumprimento viabilizado.

Dentro de tal aspecto, é possível observar também a relação do poder local na municipalidade, Poder do tipo coronelista, constituído pela elite incipiente que se estabelecia na fronteira oeste. Por meio da análise do requerimento lançado em ata pelo então vereador major José Pereira, é possível acompanhar o que ocorria durante esse período na segunda sessão da junta, de acordo com o transcrito abaixo⁴⁶:

2ª Sessão.

Aos deseseis dias do mes de Abril do anno de mil oitocentos e quarenta e nove, vigesimo septimo da Independencia e do Imperio, reunidos no corpo da Igreja da Matriz d'esta Villa Uruguayana, os Smnres Manoel Doria da Luz, Narciso Antonio

⁴⁶ URUGUAIANA. Câmara Municipal da Vila de Uruguaiana. *Livro de atas do conselho Municipal de recursos e Junta qualificada para votantes da vila de Uruguaiana* (1849-1875). Acervo do Centro Cultural Dr. Pedro Marini. Arquivo Sala Raul Pont. p. 2.

de Oliveira, e eu Felipe Be[...]eré de Oliveira Neri, membro do Conselho Municipal de Recurso, o Smnr Presidente Doria declarou aberta a Sessão. Apresentou-se um requerimento do Major [...] José Pereira, Vereador da Camara Municipal e Eleitor da Parochia, recorrendo-se da eleminação á elle practicada pela junta de qualificação, sob pretexto de não [...] possuir a competente renda: segundo despacho de 2 de Março passado, exarado em requerimento feito mesmo recorrente em 28 de Fevereiro anterior; despacho de que recorre fundando-se em ser de pública notoriedade não só que advogando desde muitos annos de sua industria tira honestos meios de subsistencia com que decentemente sustenta sua familia: mas ainda que na citada junta funcionarão três inimigos figadaes seus; e ate mesmo um que [...] impedimento legal para botar em causa d' elle recorrente. Deliberou o Conselho deferir=lhe favoravelmente; por quanto ser público e sabido que o recorrente possui meios de vida de que obtem maior rendimento que o designado na Ley; e [...] quando a junta obrou assim [...] por isso que tendo anteriormente sido reconhecido o direito do recorrente, cumpria que os seus acusadores provassem o defeito p. onde o dizia perder, e não á elle defender-se d' uma acusação vaga e sem prova: e n' este sentido votarão as Smnres. Narciso e Neri, e abstendo-se de votar o Smnr Presidente Doria. Dada a hora, e não havendo mais requerimento algum, o Smnr Presidente levantou a Sessão; de que se lavrou essa acta, que lida foi aprovada.

Manoel Doria da Luz
Narcizo Antonio de Oliveira
Felipe Be[...]eré de Oliveira Neri

No caso da segunda sessão da junta do conselho, fica evidenciada a disputa que se dava pelo poder local dentro do espaço político. Isso se pode perceber pelo teor da reclamação do major José Pereira que, mesmo sendo vereador na Câmara Municipal de Uruguaiana, possuía, segundo ele, “inimigos figadaes” que o acusavam de não ter a renda necessária para desempenhar a função de eleitor e, conseqüentemente, a vereança. Dentro da organização camaral herdada pelas disposições ibéricas, a renda era necessária tanto para ser eleitor quanto para ocupar cargo eletivo dentro da municipalidade.

Outro fato interessante é que na apelação feita pelo major Pereira, o

requerente utiliza em sua defesa, de maneira sutil, o fato de ser “honesta” a forma por meio da qual sustenta sua família através de seus empreendimentos. Ora, ao fazer tal inferência, ao nosso ver, o major deixa no ar ilações quanto à honestidade que, supomos, estaria relacionada aos demais membros da Câmara de Vereadores de Uruguaiana.

A definição do caso, sendo favorável ao requerente, demonstra igualmente tratar-se de uma acusação sem infundada, ou pouca aceitação, mas interessada em obstruir o poder do requerente dentro da vereança, pois, não podendo ser eleitor, o requerente ficaria, conseqüentemente, impedido de ser vereador. A junta observou que não haviam provas e que era público e notório que o major Pereira possuía maiores rendimentos do que previa a lei.

O vereador major Pereira era também estancieiro. Tal atividade era controlada pela Câmara de vereadores, que cobrava os impostos das atividades que geravam renda. A partir da arrecadação exercida em toda a região os valores eram separados pela mesa de arrecadação e parte do montante era enviado para a presidência da província, que se encarregava de repassar uma parcela aos cofres do Império.

No Código de Posturas Municipais, em 1849, registrava-se no livro de Atas da Câmara de Vereadores as condições em que os fiscais deveriam proceder durante a arrecadação dos impostos e da prestação de contas para a mesa de arrecadação municipal, para se evitar o comércio ilícito:

Instrucções por que se devem reger os fiscaes agentes nomeados pela Camara Municipal da Uruguayana [...] Art. 4º=Ninguem podera vender couros cavallares ou vacuns, sem ser registrados pelo Fiscal do Destricto, ou seu Agente, e deverão ir acompanhados por tres registros, na mesma forma que se delibera para o gado no artigo 1º. Alem disso, cada couro vira contramarcado com a marca do vendedor. Art. 5º= Os couros achados sem estas formalidades serao embargados e depositados, sendo immediatamente dado parte o Fiscal a autoridade policial mais immediata para esta proceder na forma da Lei. Art.6º Qualquer agente ou Fiscal que não observar o disposto nos anteriores artigos, sera demittido immediatamente.[...] Villa de Uruguayana. Livro de Registro... (1849-1861)⁴⁷.

⁴⁷ URUGUAIANA. *Livro de Registros das Atas da Câmara de Vereadores de Uruguaiana* (1849-1861). Acervo do Centro Cultural Dr. Pedro Marini. Arquivo Sala Raul Pont, p. 6-7.

O tratamento dos assuntos de viés econômico pela municipalidade era de extrema complexidade, pois a autoridade provincial procurava controlar as cobranças de impostos e a repressão a sonegação também era função que deveria ser exercida pela municipalidade. E, como já visto, no caso de Uruguaiana, a atividade pastoril e suas variantes, inclusive o contrabando, era muito rentável e acabava dificultando o controle. Um exemplo de como se dava, em 1858, o exame e prestação das contas e valores encontrados no cofre da Câmara Municipal de Uruguaiana, encontra-se no termo transcrito abaixo, conforme anotado no livro de controle da alfândega:

Termo nº1

Aos 14 dias do mez de Abril de mil e Oitocentos e Cinquenta e Oito, trigésimo Sétimo da Independência e do Império na Alfândega desta Villa Uruguaiana onde se acha depositado o cofre da Camara Municipal [...]abaixo assignado como membros da Comissão de exame ordenada na Lei Provincial nº 370 titulo 3º, § 5. Verificado o refferido exame, declaramos ter encontrado n'este a quantia seguinte Moeda Comercial 87Onças a ..32r...2:784r000; 4 Patacões...a.2r...8r000; 1 Moeda de Ouro.5r000 [...] Moeda Nacional24 Moedas de Ouro a 10r.240r000 [...] em prata..307r440; Cobre.r420;6..sedulas..de..50r.300r000. Encontramos no Cofre.7:915r860. Declaramos mais ter sido recolhido ao cofre n'esta [...] dacta a imp[...] 2.753r560 saldo das contas prestadas pelo Procurador⁴⁸.

A administração controlava os valores caso fosse necessário apresentar para a Câmara dos Vereadores ou o caso próprio procurador requisitasse⁴⁹.

Outro aspecto que podemos observar como legitimador na formação do Poder Local relacionado com a administração da municipalidade é a concessão de aforamentos perpétuos e domínio útil de terrenos no espaço urbano da Vila de Uruguaiana. Essa atividade da Câmara de Vereadores servia como

⁴⁸ URUGUAIANA. *Livro de Registros de Terrenos e Quadras Municipio de Uruguaiana* (1858-1905). Acervo do Centro Cultural Dr. Pedro Marini. Arquivo Sala Raul Pont, p. 1.

⁴⁹ Chama-se a atenção aqui para a questão da prestação de contas pela Câmara de Vereadores de Uruguaiana, a fim de se destacar que, mais adiante, no período da República Velha, um dos componentes da crise local, já em 1923, seria a falta de participação dos legisladores na atividade de fiscalização das contas.

forma de preencher de elementos a municipalidade e, ao mesmo tempo, estava de acordo com a geopolítica do Império brasileiro, atuando também no sentido de consolidação de suas fronteiras.

O incentivo ao povoamento e a formação de Vilas e Paróquias pelo Império estava regulado pelas Leis 66, de 12 de outubro de 1833, nas Autorizações do Ministério dos Negócios do Império e 50, de 24 de agosto de 1858, que tratava da Repartição Geral das Terras Públicas. Tais disposições eram combinadas às atuações provinciais e do poder local, que se encarregavam dos trâmites para oficializar, dentro das Câmaras Municipais, a concessão por aforamento perpétuo e domínio útil de terrenos na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, em meados do século XIX. Como é possível observar no documento de licença transcrito abaixo⁵⁰:

Aos onze dias do mês de Dezembro de mil oitocentos e cinquenta e oito compareceo na casa da residência do vereador Presidente da Camara Jose Joaquim Rodrigues Portugal que requereu licença para edificar um prédio na rua Direita em terreno [...] e estando as informação do Fiscal de que o declara estar devoluto o terreno requerido O vereador Presidente concedeo a referida licença obrigando se o peticionário a edificar na forma do código de Posturas no emprorogavel prazo de seis mezes [...] lavrou este termo que assignado pelo mesmo o foi também pelo peticionário Eu Manoel Gonçalves Coelho Secretario que o fiz e assignei.

Jose Joaquim Rodrigues Portugal
O Secretario Manoel Gonçalves Coelho⁵¹

Os aforamentos garantiam também uma fonte de renda para a mesa arrecadadora da municipalidade, já que havia uma cobrança de imposto ligada à permanência e edificação de um prédio dentro do perímetro da vila de Uruguaiana.

[...] requereu licença para edificar um prédio na rua da Alegria em terreno devoluto com as seguintes confrontações [...] estan-

⁵⁰ URUGUAIANA. *Livro de Registros de Terrenos e Quadras Municipio de Uruguaiana* (1858-1905). Acervo do Centro Cultural Dr. Pedro Marini. Arquivo Sala Raul Pont, p. 78.

⁵¹ URUGUAIANA. *Livro de Registros de Terrenos e Quadras Municipio de Uruguaiana* (1858-1905). Acervo do Centro Cultural Dr. Pedro Marini. Arquivo Sala Raul Pont, p. 78.

do a informação do Fiscal de que o declara estar devoluto o terreno requerido O vereador Presidente concedeo a referida licença obrigando-se o peticionário a edificar na forma do código de Posturas no emprorogavel prazo de seis mezes passado os quais perderá [...] o vereador Presidente lavrou este termo que assignado pelo mesmo o foi [...] Mauricio Jose Braseiro que assignou a rogo do Peticionário Eu Manoel Gonçalves Coelho Secretario que o fiz e assignei.

Mauricio Joze Brazeiro
Secretario Manoel Gonçalves Coelho⁵²

Muitas concessões foram destinadas a pessoas de origem portuguesa e demais nacionalidades europeias. Tais populações chegavam até a fronteira oeste atraídas pela movimentação portuária e pela possibilidade de prosperidade financeira. É o que se pode perceber em dois fragmentos extraídos dos documentos da Câmara Municipal.

Joaquim Antão Fernandes Leão, do Conselho a S. M. o Imperador, official da Imperial Ordem da Rosa e Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Faço saber que por virtude do disposto no artigo 3º da Lei Numero 66 de 12 de Outubro de 1833 e auctorização, que me foi concedida em Aviso do Ministério dos Negócios do Império, pela Repartição Geral das Terras Publicas, nº 50 de 24 de Agosto de 1858, e a vista das informações e mais deligencias praticadas pela respectiva Camara Municipal se concedeo por aforamento perpetuo ao Desembargador Luis Alves Leite de Oliveira Bello, [...] terreno N. sito na rua da Praça da Villa Uruguayana, [...] obrigado a pagar annualmente a bocca do cofre [...] a titulo de foro, [...] para a Fazenda Nacional, [...] na falta de pagamento do foro, vencido, e a todos os mais ônus, quanto forem de Lei, [...] lhe mandei preparar o presente titulo, o qual o Inspector da Thezouraria da Fazenda e mais autoridades, a quem competir, cumprão e fação cumprir, e guardar o que nella se contem. Thezouraria da Fazenda da Província de São Pedro nove de janeiro de 1861. Joaquim Antão Fagundes Leão. = Numero 50-300rs. Pagou trezentos reis. Porto Alegre, 17 de Janeiro de 1861.

⁵²URUGUAIANA. *Livro de Registros de Terrenos e Quadras Municipio de Uruguaiana* (1858-1905). Acervo do Centro Cultural Dr. Pedro Marini. Arquivo Sala Raul Pont. p. 81.

Leite [...] Pagou na Alfândega desta Cidade quatro mil reis d'ê molumentos da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 26 de Janeiro de 1861. Fernandes- Registre-se e Forné-se assentamento. Thezouraria de Fazenda de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 26 de Janeiro de 1861. [...]=Registrado a fls. 123 do Livro de Registro, de terrenos nas cidades e villas concedidas. Secretaria da Thezouraria de Fazenda da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul, em 28 de Janeiro de 1861.⁵³Idem, p. 161-162.

No mesmo momento em emitia as concessões de aforamentos, o poder local também definia quem poderia fazer parte do espaço local, controlando assim o contingente populacional. Para tanto, o postulante era submetido a uma análise que o avalizaria e submeteria à autoridade provincial. No caso citado acima é possível perceber que o aforamento perpétuo de um terreno bem localizado, no centro da cidade de Uruguaiana, foi concedido ao Desembargador Luis Alves de Oliveira Bello, que o recebeu para nele construir sua residência.

No caso acima citado é possível observar a rede de ligações estabelecidas contratualmente entre o poder local, pela autoridade administrativa da municipalidade, e a elite local. Ligação essa estendida até a autoridade provincial, representada pela figura do Presidente da Província. O Presidente, como representante do poder central imperial, era, em última instância, o responsável pela transação de aforamento perpétuo, de suas leis e regramentos. Na análise dos livros de atas e registros referentes aos aforamentos perpétuos de terrenos e quadras em Uruguaiana, foi possível perceber que em 170 páginas, desde 1858 até 1905, as concessões foram conferidas de acordo com a autoridade central, que deliberava as normas e as condições para o postulante a um terreno.

Entretanto, neste aspecto, não se pode considerar uma totalidade elitista na concessão dos aforamentos, pois não há indicativos de que todos os postulantes já antecipadamente tinham alguma ligação com o poder local. Mas o que é possível considerar é que o poder local – a autoridade municipal – era a instituição que definia a quem destinar a propriedade. Ainda que tal destino se desse por concessão. Ele definia quem permanecia privilegiado ou não na municipalidade. Criavam-se assim as condições para a concentração

⁵³ Idem, p. 161-162.

de poder do tipo coronelista, que estariam ainda presentes nas primeiras décadas do século XX, inclusive nos idos de 1923.

Ao final deste capítulo, reitera-se que, diante da formação da estrutura do poder local com a atividade política e administrativa na fronteira, os proprietários de Estâncias e comerciantes constituíam o poder local, atuando como vereadores da Câmara Municipal de Uruguaiana. Em conjunto com um domínio inclusive psicológico, os grandes proprietários estabeleciam sua hegemonia, além de legislarem defendendo interesses particulares, utilizando a legitimidade e a coerção a que tinham acesso no papel de legisladores, representando frações que disputavam o poder local, base do poder do tipo coronelista. Tais aspectos foram examinados na fundação do espaço desta fronteira zona, no oeste do Rio Grande do Sul, que se constituiria no palco de disputas no século XX, o que veremos no próximo capítulo.

Capítulo 2

HEGEMONIA EM DISPUTA

Na primeira parte deste livro, foi visto a formação do espaço e a consolidação da tríplice fronteira no século XIX, foi possível também visualizar a origem das relações sociais pautadas na concentração do poder nessa mesma região. Essas relações são consideradas aqui, como parte dos aspectos presentes no início do século XX, como já dissemos, com o período histórico clássico do coronelismo, com sua especificidade regional do oeste riograndense originada da formação do espaço.

Tal observação é feita a fim de ratificar que a questão, quando levantada no primeiro capítulo, referia-se às bases do coronelismo gaúcho típico da fronteira, com a propriedade privada e a figura carismática do comandante de tropas com traços de caudilhismo. Reitera-se, assim, a opção pela análise do coronelismo na região da fronteira oeste comparativamente com o norte do Rio Grande do Sul, deixando-se como possibilidade para próximos trabalhos as comparações com outros tipos de coronéis, como os da região nordeste e sudeste brasileiro.

No capítulo que se inicia será analisado o período da República Velha, durante o qual os coronéis estabeleceram a disputa pela hegemonia política e econômica fazendo uso dos partidos locais. O Partido Republicano situacionista e seu adversário, o Partido Federalista de forte representação na fronteira oeste, ambos se relacionando com o poder local situacionista na municipalidade, em acordo ou na oposição ao governo central do Rio Grande do Sul. O governo central, representado pela figura de Borges de Medeiros, procurava, no caso de Uruguaiana, a manutenção do seu poder através do apoio da municipalidade e de seu poder local, composto, em sua maioria, por coronéis proprietários. Constituindo, assim, a disputa entre grupos intrapartidários e extrapartidários.

Nesse sentido, ocorre a luta entre dois projetos econômicos que se deram via campo político. O projeto antigo, ligado ao século XIX e ao período da monarquia, privilegiava os grandes proprietários e estancieiros, sendo que esses estavam ligados à pecuária e eram de grande representatividade na região da campanha e fronteira oeste (não na totalidade, pois haviam grandes propri-

etários também entre a elite do norte e litoral). E o novo projeto, que privilegiava novos estratos sociais, mais ativos em determinadas regiões, como o norte e a serra-litoral (ANTONACI, 1981; PESAVENTO, 1981; FÉLIX, 1987; MAESTRI; AXT, 2011).

Vista sob tais circunstâncias, a questão fundamental é a de que o novo projeto desprivilegiava os negócios envolvendo a pecuária, que era a principal atividade econômica da campanha, atingindo também os negócios dos proprietários estancieiros da fronteira oeste, onde é feito, aqui, destaque ao município de Uruguaiana. Assim, concentrando a análise em Uruguaiana, busca-se compreender as relações de forças e os reflexos locais na disputa pelo poder emanado desde o centro do governo do Rio Grande do Sul, comandado por Borges de Medeiros. Poder esse que estava baseado em algumas disposições administrativas de fundamentação ideológica positivista⁵⁴.

Como visto anteriormente, nessa região eram comuns, desde o princípio, a reunião de homens que a um só tempo defendiam as fronteiras e seus interesses individuais, incluindo aí a prática do contrabando, usual desde os tempos das doações das sesmarias. Pode-se observar que desde o estabelecimento do municipalismo, o poder local se constituiu baseado na propriedade e na pecuária, com o desenvolvimento do negócio do charque, sustentáculo da economia. Tal comércio permitiu determinadas vantagens para a elite política⁵⁵ local composta, em sua maioria, por proprietários, embora o negócio

⁵⁴ Considera-se como um importante paradigma neste Capítulo a concepção de Loiva Otero Félix (1987) para o Coronelismo na República Velha no Rio Grande do Sul. Procura-se estabelecer algumas questões levantadas por Félix em relação ao norte e ao planalto médio no que diz respeito ao campo ideológico adotado durante esse período. Nesse aspecto, a administração e o controle do tipo borgista – na base da “cooptação e coerção” pela ditadura científica do positivismo –, é possível constatar que as especificidades de cada região, embora orientadas pelo positivismo, tiveram influência. Porém, como não era ortodoxo, acabava-se tendo, como no caso de Uruguaiana, um coronelismo ávido por oportunidades para satisfazer os interesses individuais. Isso pode ser correspondente ao que Félix observou relativamente ao coronelismo: “porque produto de adaptações decorrentes das alterações conjunturais e também das suas oscilações espaciais, tornando-o flexível, pois mudou de época para época ao longo dos trinta anos da República Velha e de área para área no estado. Destaca-se que também havia disputa pela hegemonia por frações no interior do PRR local

” (FÉLIX, 1987, p. 63-72).

⁵⁵ Conceitua-se aqui Elite Política relacionada à República Velha, como observado por Joseph Love, quando somente 2 a 6% da população votava e apenas um pequeno grupo tomava as decisões referentes às diretrizes políticas e às pessoas que governariam; grupo esse que compreendia os comitês executivos dos partidos estaduais, os Governadores, os líderes parlamentares e os comandantes de região militar. O “poder” da elite era definido pela sua capacidade de escolher

se constituísse sempre em economia periférica a nível nacional.

Neste capítulo será dada continuidade à análise do poder local no município de Uruguaiana, utilizando como elo narrativo a atuação do Coronel Flodoardo Martins da Silva⁵⁶ e sua trajetória na fronteira, tendo como pano de fundo alguns momentos chave da história do Estado do Rio Grande do Sul. Como o período do conflito de 1923 na República Velha e seus relacionamentos com a época em que estavam presentes figuras como Antonio Augusto Borges de Medeiros, Oswaldo Aranha, Flores da Cunha, Antonio Monteiro, Sérgio Ulrich Oliveira, João Batista Lusardo e Getúlio Dornelles Vargas, entre outros. A análise das disputas pela hegemonia na fronteira oeste terá prosseguimento com base no pensamento de Antonio Gramsci, como visto por Axt (2011), no qual conceitua hegemonia no Rio Grande do Sul como sendo uma dominação psicológica em que a sociedade civil, submetida pela coerção de grupos dirigentes em geral pela coerção política, forma o consenso no interior desta sociedade. O interesse estaria no controle da superioridade mantida entre um grupo social em relação aos demais, valendo-se, para tanto, de dominação intelectual e moral. Dessa forma se configurava, para Gramsci, o formato integral do Estado hegemônico, no caso do Rio Grande do Sul durante a República Velha.

Ainda de acordo com Axt, na vanguarda da disputa hegemônica são destacados os Intelectuais Orgânicos⁵⁷, assim chamados também por Gramsci, que consistem nos indivíduos que se engajam na elaboração das linhas de atuação e pela busca de um fortalecimento, tanto pela revisão ou pela defesa da ideologia do grupo dominante (AXT, 2011, p. 50-51). Tais intelectuais buscavam a conexão com os projetos do estado e a implementação de políticas

candidatos aos cargos públicos em níveis estadual e nacional, sem a consulta do eleitorado. Os membros da elite política pertenciam a uma elite sócio-econômica cujos interesses defendiam quando estavam no governo (LOVE, 1975, p. 13).

⁵⁶ No terceiro capítulo serão descritos também alguns traços do perfil de Flodoardo Martins Silva.

⁵⁷ O conceito de “Intelectuais Orgânicos” será utilizado no aspecto local de Uruguaiana, baseado em Gramsci e seguindo a ideia de que os grupos ou indivíduos que participam da disputa pela hegemonia atuam dentro do bloco histórico. No período observado, os intelectuais orgânicos ligados à hegemonia do PRR buscavam preservar o controle ideológico e econômico enquanto a fração dos federalistas procurava romper com a hegemonia adversária e constituir-se em elite dirigente, detentora da dominação política. Buscava-se romper com o projeto borgista-castilista que privilegiava outros grupos para além dos pecuaristas, e não os pecuaristas pertencentes à fronteira.

públicas, por meio das quais a hegemonia que eles ajudaram a construir estabeleceria o nexo da estrutura formal da sociedade e as superestruturas ideológicas.

Os Intelectuais Orgânicos, na análise da disputa pela hegemonia relacionada ao Rio Grande do Sul, são aqui compreendidos como as figuras dos políticos instituídos no poder local. Abrangendo a análise o seu relacionamento com o poder central político do Estado a partir da municipalidade – no caso específico de Uruguaiana, município de características coronelísticas – e com aqueles que o cercam, como advogados, médicos, militares, jornalistas, funcionários públicos, comerciantes, tropeiros, contrabandistas entre outros. Sujeitos que, em determinados momentos, desempenhavam mais de um papel dentro dos grupos sociais da sociedade civil de então.

Tais sujeitos podem ser melhor examinados quando divididos em dois tipos: criadores e conectivos. O primeiro grupo seria constituído pelos primeiros responsáveis pela consistência teórica oferecida às novas concepções éticas e espirituais que surgiam das práticas dos novos grupos sociais. Já o segundo grupo era responsável por administrar ou divulgar a riqueza intelectual inerente à produção filosófica que agia sobre o senso comum, formando o cimento da hegemonia (Idem).

Assim, como agentes da articulação entre experiência e teoria, seriam eles, os Intelectuais Orgânicos, que construiriam a consciência das funções de um grupo social. Funções essas nascidas no terreno da atividade econômica que, na análise aqui apresentada, é observada pela disputa da hegemonia intraclasse, na qual os coronéis estancieiros representam uma grande parcela – porém não a única – de Uruguaiana. Quando essa conectividade entre as superestruturas ideológicas e a estrutura social confere “liga” (sentido ou concretude) ao cimento da hegemonia, forma-se o bloco histórico⁵⁸ (Idem).

Dentro do bloco histórico, as relações sociais e redes de dominação do espaço regional podem ser visualizadas em um momento de crise como o vivido em 1923. A disputa pela hegemonia revelou a possibilidade de perda da legitimidade,⁵⁹ e desencadeou as ações que os atores empreenderam tanto

⁵⁸ Utiliza-se aqui o conceito de bloco histórico de Gramsci, como visto por Günter Axt, tendo em vista a ligação, também estabelecida na obra *Gênese, do Estado Moderno no Rio Grande do Sul: 1889-1929*. Porto Alegre: Paiol, 2011. A partir dessa obra foi possível desenvolver a análise de questões ligadas ao coronelismo, ao intervencionismo e ao contrabando de Uruguaiana como prática de resistência a Borges de Medeiros.

⁵⁹ O conceito de Legitimidade, segundo Joseph Love, seria “pelo qual subentendo a aceitação

para manter a legitimidade quanto para fazer um novo grupo. Isso poderá ser visto nos reflexos ocorridos no município de Uruguaiana, em que as frações da classe historicamente dominante se mantêm no controle sobre a sociedade política e passam a articular a hegemonia sobre a sociedade civil. “Toda aliança social como essa possui um bloco dirigente, ou elite dirigente, que assume o controle do aparelho de estado”(Idem).

A ideia de disputa entre facções ganha também um sentido personalizado quando considerados os interesses de cada indivíduo que participa dessas mesmas frações. Implicando, como no caso de Uruguaiana, na formação de redes de interesse que se desfazem à medida em que perdem a possibilidade de coesão no grupo.

Assim, ao verificarmos a trajetória de Flodoardo Martins Silva dentro da heterogenidade da facção a que ele pertencia, não estamos trabalhando com a concepção de uma classe homogênea. O que estamos considerando é uma formação de frações que têm sua especificidade determinada pelas atividades econômicas, de suas inserções sociais, junto com a produção de uma ideologia própria. Ambos possibilitam o estofamento para o jogo do poder, considerando que se trata de luta de posições que procuram a legitimação de seus atos.

Dentro dessa perspectiva, por meio da análise aqui proposta, é possível perceber, no âmbito local, as atuações de facções que lutavam pela hegemonia intrapartidária dentro do PRR. Grupos que externamente promoviam o enfrentamento ao Federalismo alijado do poder no projeto borgista. Os Federalistas, em sua maioria proprietários pecuaristas, tinham grande representatividade em Uruguaiana, mas haviam perdido o controle do poder local, oficializado pelo Estado.

É possível observar em Uruguaiana as relações coronelísticas estabelecidas entre seus componentes locais (tanto das facções internas do PRR quanto dos Federalistas), e as características herdadas no período de formação da fronteira zona citada no primeiro capítulo. Isso refletia, ao mesmo tempo, a disputa entre o Partido Republicano Rio Grandense “de Borges de Medeiros, cujos membros eram chamados de “Chimangos”, e o Partido Federalista, que encontrou em Joaquim Francisco Assis Brasil a liderança para lutar pela legitimação dos chamados “assisistas” ou “Maragatos”.”

do sistema político prevalecente da parte dos que dele participavam através do voto” (LOVE, 1975, p. 13).

2.1 Os Coronéis e as ligações com o poder central do borgismo

Como visto, Uruguaiana contava, desde sua fundação na fronteira oeste, no século XIX, com grupos que mantinham o vínculo governo/partido e o desses com os grandes proprietários e ricos comerciantes. Tais grupos originariam na região os chamados coronéis do período da República Velha. Com o período da República e a construção do poder em uma nova ordem no Rio Grande do Sul, é possível observar a destinação da ação política de bases positivistas implantadas pela Constituição⁶⁰ e ratificadas pelo borgismo. Ações mantidas por meio de relacionamentos que contavam com a cooptação política das bases locais (FÉLIX, 1987, p. 117).

Em Uruguaiana, durante a República Velha, as relações coronelistas e as suas ligações com Borges de Medeiros estavam presentes no enfrentamento entre o novo projeto político econômico republicano e o antigo sistema monárquico, que privilegiava os estancieiros. Assim como existiam aqueles cooptados pelo borgismo, os coronéis proprietários dividiam-se em facções que disputavam o poder. Durante a década de 1920 havia um embate entre facções do bloco histórico constituído pelos intelectuais orgânicos locais.

Cooptação e coerção desempenharam papel de suma importância para o controle local durante os anos de 1920. O conflito armado de 1923, que acabaria por se consumir, representou o momento chave da luta pela manutenção da hegemonia política do PRR, tanto com disputas internas pelo controle local quanto em relação aos Federalistas ligados à disputa de âmbito do

⁶⁰ Para Loiva Otero Félix: “[...] dois elementos fundamentais [...] cabem perfeitamente inseridos no conjunto teórico transposto para o Estado gaúcho. São eles: 1) a idéia que ‘a destinação da ação política é a de se tornar uma atividade científica e, conseqüentemente, fazer do líder político um especialista neste campo de conhecimentos’; 2) a ‘transformação das Assembléias Legislativas em Orçamentárias’ [...] Esta função técnica do poder legislativo foi adotada pela Carta Constitucional Gaúcha. Júlio de Castilhos tenta justificar tal inovação como medida útil à politização do povo. Segundo este líder, criada ‘a ficção da soberania nacional concretizada no Parlamento, passa este a agir discricionariamente. Dá ao povo [municipalidades] discursos e flores de retórica: retira-lhe, porém, toda a ação eficiente de fiscalização e de controle, e ele fica, sem demora, por hábito e por educação, estranho e arreado às soluções dos problemas políticos, que se tornam privilégio de um grupo ou casta [os coroneis no poder local]. Torna-se assim o povo fácil de dirigir: a atividade eleitoral lhe basta e ele vicia-se da despreocupação dos assuntos que mais diretamente o deviam interessar.” (ROSA, Otelo. Porto Alegre: Globo, 1928, p. 243 apud FÉLIX, 1987, p. 63-72).

Estado. A continuidade do projeto republicano de Borges de Medeiros dependia da manutenção dos aliados políticos por cooptação e do controle por coerção de outros tantos. Assim, enquanto na época do Império a manutenção das fronteiras do sul servia como forma de barganha para os chefes locais, na República, dentro de um novo projeto que privilegiava o norte e a serra, haveria uma readequação favorável ao grupo hegemônico republicano. Tratando-se de um novo pacto, um pacto coronelista de modelo borgista.

A origem de tais transformações estava no velho mundo e na Revolução Industrial. Não obstante, o Brasil Império protelou o pleno desenvolvimento industrial com a forma escravista de plantações e criação de gado, protegendo os grandes proprietários.

Eric Hobsbawn, ao analisar a Revolução Industrial em curso, iniciada desde antes do século XIX, descreveu as transformações da economia e da sociedade, por meio das quais ocorria a transferência de mão de obra do campo para as cidades. Considerando, para tanto, que a economia industrial e o sistema produtivo capitalista precisavam se apropriar de mão de obra urbana e, assim, consolidar sua hegemonia (HOBSBAWN, 1996. p. 44). No século XX, somou-se às demandas a necessidade de alimentos, vestimentas, escolas, clubes e toda uma armadura social para as populações nas cidades em crescimento, produtos que seriam viabilizados pela economia e pelo regime político, voltados ambos para a expansão do capital que acabaria se disseminando pelo mundo todo⁶¹.

Voltando ao caso do Rio Grande do Sul, o processo de desenvolvimento se constituiu no aumento populacional diferenciado entre o norte e o sul do Estado. No começo da década de 1920 a região norte e os municípios dos vales do Taquari e do Caí “possuíam, em média, 25 habitantes por quilômetro quadrado, enquanto o montante da população dos antigos municípios da fronteira sul e oeste não ultrapassava cinco habitantes por quilômetro quadrado (MAESTRI, 2005, p. 42).

Borges de Medeiros havia iniciado em 1919 um processo de intervencionismo estatal que contrariava a linha positivista no qual até então se baseava o governo. Tal processo se constituía em uma nova tentativa de reter o quadro de crise que se instaurava. O estado iniciara intervindo e privatizando as atividades portuárias, principalmente em Rio Grande e Porto Alegre e, no ano seguinte os transportes ferroviários, causando ainda mais

⁶¹Ver mais em HOBSBAWN, Eric. *A Era do Capital*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

prejuízos para os pecuaristas da campanha e fronteira oeste (AXT, 2011).

A eleição para a presidência da república, acontecida em março de 1922, foi marcada pela divisão entre blocos que apoiavam a candidatura de Artur Bernardes e a manutenção da sustentação do café pelos paulistas e mineiros. De outro lado estava o bloco liderado pelo Rio Grande do Sul, constituído por Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, tendo como ponto central a questão econômico-financeira. Borges de Medeiros, representando o Bloco, negou apoio a candidatura de Artur Bernardes (FAUSTO, 1975, p. 233).

Nesse período ocorreu o aumento das tensões devido a crise que se apresentava entre os setores da classe dirigente nacional, voltada para o café, e aqueles que tratavam do fornecimento de gêneros para o mercado interno, como o da pecuária do Rio Grande do Sul. Para piorar a situação, a ideia de Borges, baseada nos preceitos positivistas “condenava tanto a política das emissões e do desequilíbrio financeiro, quanto julgava desaconselhável o favorecimento de um produto em detrimento dos demais” (PESAVENTO, 1980, p. 218).

Porém, a falta de uma política para os gêneros de consumo advindos da pecuária contribuía para o aumento da inflação, uma vez que gêneros como o charque eram de consumo da maioria da população mais pobre. E a crise política se alastrava, estimulada pela crise na economia. Ou seja, assistia-se ao protecionismo federal para o café enquanto no Rio Grande do Sul a pecuária refletia a “restrição do poder aquisitivo das camadas mais populares urbanas” (Idem).

Assim, o modelo econômico não afetava apenas os mais ricos, mas estava se disseminando por todas as camadas. O clima de insatisfação se generalizava, com a crise se constituindo no momento para a tentativa de romper com o domínio hegemônico de Borges de Medeiros por uma nova facção, a dos antigos proprietários pecuaristas rejeitados com o declínio da Monarquia no final do século anterior. Restava para Borges de Medeiros, em 1923, garantir-se dentro da política através do coronelismo partidário, legitimado pela prática clientelista e do compromisso, o pacto não escrito. Esse trunfo com o qual contava “advinha exatamente da integração dos coronéis nas bases partidárias, embora, é óbvio, a grande maioria dos cooptados estivesse distante dos postulados teóricos que alimentavam a chefia do partido/Estado, mas tendo seus interesses atendidos.” (FÉLIX, 1987, p. 68).

Em Uruguaiana, as relações que se estabeleceram, dentro do possível,

correspondiam ao modelo borgista, às expectativas dos que se cercavam do poder. Muito embora poucos compreendessem o significado da filosofia positivista ou castilhista, acenavam com a cabeça, concordando para a “aparência legal” e conferindo sentido ao sistema. Em troca, recebiam do governo estadual o respaldo para suas ações no município, onde continuavam como “donos” e seguiam reforçando a hegemonia contra a oposição Federalista. Lá também os “coronéis, na maior parte transformados em intendentes, participavam do jogo do poder com sua força política local, com seu prestígio que se traduzia em votos” (Idem).

Contando com o aparato jurídico que legitimava tanto as relações quanto os propósitos e interesses que possibilitaram ao PRR permanecer no poder na República velha, a rede de ligações em Uruguaiana detinha os instrumentos de coerção utilizados quando a submissão ao regimento faltasse. Esse aspecto do coronelismo permitia que se mantivesse um certo equilíbrio tênue nas relações mantidas entre os adversários federalistas e as lideranças municipais cooptadas do PRR e recompensadas pelo líder máximo Borges de Medeiros. Além da habilidade em manter o controle de aliados nas municipalidades, a oficialidade do governo de Borges fazia uso das estatísticas, embora elas nem sempre estivessem próximas da realidade, como se verá adiante. Porém, as estatísticas eram utilizadas para que, através de sua linguagem fosse conferido um tom de oficialidade “ao método de apreensão dos fatos”. Durante algum tempo, pelo menos até a crise de 1919, o controle estatístico de todos os negócios públicos permitiu também aos representantes republicanos uma margem de vantagem sobre os opositoristas locais (AXT, 2011, p. 95) .

O imprescindível era, no aparato que se mantinha, obter a cooperação das lideranças municipais que, por sua vez, eram atendidas em alguns de seus interesses pelos coronéis locais ligados ao poder por cooptação. Com os adversários funcionava a máquina de coerção local, alimentada pelo poder central do governo estadual, que conservava uma linha jurídica para sua manutenção⁶².

O aspecto das relações de poder (político e econômico) observado em

⁶² Para Félix, o caráter legalista ao extremo fazia com que o coronel fosse, ele próprio, a lei, fazendo com que o sistema ganhasse sentido. Segundo o pesquisador: “Isto explica a constante interpenetração partido/estrutura coronelista dando a tônica ao coronelismo gaúcho. Era peculiar ao Rio Grande do Sul o acentuado ‘caráter legalista’ na ação do coronel, a preocupação em estar de acordo com a Lei, nem que tivesse que ‘fazer’ uma lei para si e correligionários, como algumas vezes ocorreu nos Conselhos Municipais” (FÉLIX, 1987, p. 117-118).

Uruguaiana deve ser pesado em conjunto com as peculiaridades vistas desde a fundação do espaço, no século XIX. Nesse período passou a viver no mesmo espaço que já fora palco de disputas entre adversários de Brasil/Argentina/Uruguai, uma rica sociedade capitalista que, por sua vez, comercializava com outras localidades do Prata. Ainda, com o comércio que ali se estabelecia e com os grandes proprietários de terras administrando a cultura pastoril Uruguaiana assumia uma cultura tipificada, na qual grupos distintos poderiam conviver na medida em que estabeleciam trocas (COLVERO, 2004).

O que ocorria em Uruguaiana, dentro da diferente composição que ocorreu no Rio Grande do Sul durante o período da República Velha, sobretudo com o quadro de reordenação de projetos, era que a sociedade local, tentando readaptar-se a nova conjuntura, perdia cada vez mais espaço em sua principal atividade econômica: a pecuária. Porém, na medida em que parte dos coroneis foram cooptados e receberam benefícios, outro grupo ficou alijado do processo e passou a disputar a hegemonia. Cabe ressaltar que a composição dos grupos nem sempre era homogênia, pois havia casos em que elementos urbanos – ricos comerciantes –, passavam a proprietários ou sócios de estâncias ou charqueadas, como é o exemplo da Família Barbará, como será visto mais adiante, que residia no centro da cidade⁶³.

Esse sistema, ao mesmo tempo fez manter nas municipalidades como Uruguaiana, grupos de coroneis que detinham no poder local certo grau de controle e conseguiram aquinhoar lotes de poder dentro da estrutura administrativa e política local “assegurando a manutenção da estrutura coronelista” (FÉLIX, 1987, p.70). Nesse aspecto, a oposição dentro da maioria do Partido Federalista, de grande representatividade em Uruguaiana, buscou, em sua tradição de contestação, opor a todo o tempo as contradições que haviam entre o discurso comtista de início ao que acabara se tornando “uma fachada republicana e democrática para uma ditadura oligárquica e excludente, que ao invés de ser orientada para o bem comum, privilegiava interesses específicos da sociedade, em detrimento de outros.” (AXT, 2011, p. 97)

Tal oposição, constituída na maioria por proprietários da fronteira, buscava o enfrentamento na medida em que seus interesses e sua representatividade cada vez mais se mingavam. Desencenou que ocorria em conjunto com a economia intervencionista, que não preservava os preceitos republicanos e ainda

⁶³ A residência de Baldomero Barbará no centro da cidade de Uruguaiana é hoje o Centro Cultural Dr. Pedro Marine, onde se encontra o Arquivo Público.

“reclamava das intervenções do poder estadual nos municípios, constrangendo a autonomia das localidades. Acusações de arbitrariedades e violências eram comuns.” (Idem, 97-98).

Assim, a sociedade civil – que, segundo Gramsci, compreende além das relações materiais, todo o complexo das relações ideológico-culturais – e o Estado são duas entidades que se relacionam e conferem sentido uma à outra. Essas entidades se comunicam através de seus relacionamentos de uma relação ampliada entre Estado e sociedade civil. Assim, o convencimento se consolida em ambos os lados: nos aparelhos privados de hegemonia em direção à ocupação do Estado com a legislação e a coerção, procurando “o fortalecimento e a consolidação da direção imposta pelas frações de classe dominantes através da sociedade civil, reforçando a partir do Estado seus aparelhos privados de hegemonia” (FONTES, 2010, p. 136).

2.1.1 A crise política em Uruguaiana

Em 1917 chegou a Uruguaiana Flodoardo Martins Silva⁶⁴, então com 31 anos, em meio a uma crise interna do Partido Republicano Riograndense, que se encontrava fracionado e sofrendo com a imposição de intendentess provisórios pelo poder central de Borges de Medeiros. Até a nomeação de Flores da Cunha para intendente provisório, o quadro era de grande tensão dentro do PRR.

Flodoardo, casado com Julieta de Lima e Silva, veio acompanhado pelo compadre Oswaldo Aranha⁶⁵. Vindos de Itaqui, cidade distante 100 km de Uruguaiana, eles traziam na mudança, além da mobília, o envolvimento com

⁶⁴ Flodoardo Martins Silva, que mais tarde se tornaria conhecido como “Coronel Flodoardo”, desempenhou importante papel na ocasião do cerco a Uruguaiana, em 1923. Serão verificadas em sua trajetória a ascensão econômica no principal ramo da fronteira – o pastoril – e a atuação política em Uruguaiana, ligada ao PRR de Borges de Medeiros pelo compadrio com Oswaldo Aranha que, por sua vez, se ligava a Flores da Cunha, representante da disciplina borgista e exemplo de coronel burocrata do período da República Velha..

⁶⁵ Oswaldo Euclides Egydio de Souza Aranha montou seu escritório de advocacia em Uruguaiana em 1917, mesmo ano em que se casou com Delminda Benvinda Gudolle (Vindinha). Segundo SILVA,(2002) Delminda era parente de Flodoardo Silva. Aranha, formado em direito em 1916, teve uma passagem pela Europa em 1914, durante a qual fez cursos na Sorbonne, em Paris, retornando ao Brasil no início da primeira guerra. nascido em Alegrete em 15 de fevereiro de 1894, filho de ricos proprietários de origem paulista – Euclides de Souza Aranha e Luíza de Freitas Valle Aranha –, bem cedo foi residir na propriedade dos

a política, herdado no PRR de Itaqui e das relações comerciais voltadas para a pecuária. De origem açoriana, Flodoardo fora tropeiro, sua família tivera grandes propriedades em Itaqui, até que a morte do pai o levou a iniciar, desde cedo, uma grande relação de funções, a maioria voltada para o trabalho com gado, com o objetivo de obter sustento e ajudar na economia do lar.

O futuro coronel já tinha certo destaque na sociedade itaquense e era ativo na política local. Ligado ao grupo republicano dos Aranha, família abastada de estancieiros, ele já havia concorrido às eleições⁶⁶ de 1916 para o cargo de Conselheiro Municipal. Porém, não conseguira se eleger, sendo derrotado pelo Dr. Roque Degrazia, um dos mandatários locais daquela região com quem se desentendera⁶⁷:

Acta da 1ª sessão extraordinária do Conselho Municipal de Itaqui, [...] Aos vinte dias do mês de julho de 1916, [...] Procederam então os conselheiros a apuração [...] e terminado o trabalho[...] declarou o conselheiro Tabajara que – a) concorreram as eleições oitocentos e setenta e sete (877) eleitores; b) que a votação individual para **Intendente** foi a seguinte: Dr. Otavio de Ávila, com seiscentos e oitenta e cinco votos (685) [...] Cel. Euclides Egydio de Souza Aranha, com dois votos. [...] c) que a votação

Aranha, em Itaqui, onde conheceu Flodoardo Silva e participou do círculo partidário do pai, chefe político local do PRR. Durante todo o período aqui analisado, Oswaldo Aranha teve grande atuação política e serviu como elo de ligação entre Flodoardo Silva e o meio político e social coronelista de Uruguaiiana, dentro das transformações que iriam ocorrer no período de 1923.

⁶⁶ Loiva Otero Félix descreveu a criação da legislação eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul em três pontos polêmicos. Polêmicos, sobretudo, por estarem em descompasso com os demais estados e por trazer no voto descoberto, um dos itens listados, uma forma direta de coação e um caminho para as fraudes, embora disfarçado pela ideologia Comteana do “viver às claras”. Diz ela: “A 12 de janeiro de 1897 promulgou-se a legislação eleitoral do estado. A lei de nº 18 referia-se às questões especialmente eleitorais, e a de nº 19, do mesmo dia, que estabelecia a competência administrativa do Estado e do Município, teve a sua origem na “lei federal de 26 de janeiro de 1892, diferenciando-se em 3 pontos essenciais: 1) o voto a descoberto; 2) o recurso das decisões da Comissão Municipal de Alistamento para o Juiz de Comarca e das deste para o Superior Tribunal e 3) regulou a cassação do mandato.” (RUSSOMANO, 1932, p. 402 apud FÉLIX 1986, p. 127).

⁶⁷ Silva relata que: “Indicativo disto era seu cargo de provedor do Hospital São Patrício [de Itaqui], gestão contestada por [...] Doutores Roque Degrazia e Accioli Peixoto que o acusavam [...] de dar um contrato temporário [sem consulta ao corpo clínico] ao Doutor José Sáenz de Luque de maio de 1915 a fevereiro de 1916”.

individual para Conselheiros foi a seguinte: Dr. Roque Degrazia com quatrocentos e noventa e três votos (493) [...] Flodoardo Martins Silva, com cento e noventa e três votos (193) [...] declarou o mesmo conselheiro Tabajara que esta era a apuração [...] ⁶⁸.

Flodoardo Silva não conseguiu se eleger como conselheiro municipal (vereador), como demonstrado. Oito candidatos com maior votação e um empate fizeram naufragar seus planos eleitorais. Tal fracasso se deu juntamente com o insucesso do Cel. Euclides Egydio de Souza Aranha, como vimos, pai do compadre Oswaldo Aranha, que buscava o cargo de intendente e foi derrotado por grande votação, ficando apenas com dois votos em um universo de 877 eleitores. Concorria contra apenas três candidatos. Mas, Euclides Aranha era uma grande figura do PRR local e uma influente liderança política borgista.

Flores da Cunha, no mesmo ano da chegada de Flodoardo e Oswaldo Aranha a Uruguaiana, em 1917, atendendo a deliberação de Borges de Medeiros, assumiu o cargo de intendente provisório. Fato que foi saudado pelo Jornal “A Nação” com ressalvas, pois, embora fosse considerado melhor do que seus antecessores, era parte do rol dos “Provisórios dos provisórios”, como eram chamados os tantos outros que não haviam permanecido durante muito tempo no cargo.

Logo que assumiu a Intendência, Flores da Cunha enviou correspondência para Borges de Medeiros relatando que não havia maiores problemas na ordem pública e que providenciara o pagamento do funcionalismo. Ainda como medida imediata, requisitara ao Conselho de Vereadores que se fizesse emitir junto ao Banco da Província papéis para a amortização da dívida pública. Dívida essa que havia crescido muito, principalmente com o serviço de iluminação prestado pela firma Barbará e Filhos. Flores da Cunha observou que a falta de caixa estava relacionada às dificuldade que a Intendência encontrava para arrecadar os impostos. Isso se devia, segundo Flores “ao antigo vezo dos contribuintes de só pagarem quando a isso são forçados pela administração” ⁶⁹.

Embora a situação na Intendência de Uruguaiana não fosse das melhores, a nomeação de Flores da Cunha próximo das eleições estaduais de 25 de

⁶⁸ ITAQUI. Livro de Atas das Eleições 1916. Câmara de Vereadores de Itaquí, p. 125-127.

⁶⁹ URUGUAIANA. Carta de José Antonio Flores da Cunha a Borges de Medeiros 06/04/1917, nº 10240. Arquivo Borges de Medeiros. IHGRS.

novembro daquele ano, funcionou corretamente. A orientação, segundo Borges era de que cada subintendente fosse intimado a convocar o maior número possível de eleitores e, assim, com o maior empenho, consolidar uma nova reeleição para Presidente do Estado. No decorrer do jogo eleitoral, momento mais marcante das relações coronelísticas, o disciplinamento borgista se manteve atuante em Uruguaiana. A hegemonia social dos coronéis fazia com que os seus agregados observassem sua palavra como se fosse lei. Com tal sistema em pleno funcionamento, a votação em Uruguaiana contribuiu para que Borges permanecesse durante mais um mandato.

Assim, o PRR local se somou a rede de Borges de Medeiros e contou com a eficiência da máquina administrativa da Intendência e com a disciplina partidária local. Junto com a estrutura baseada no compromisso coronelista, as frações articuladas por cooptação, utilizando do controle de seus agregados por coerção, mantinham-se, ao mesmo tempo, em constante disputa dentro do bloco histórico das municipalidades, como Uruguaiana.

2.1.2 As facções: Sérghostas X Monteiristas

O controle exercido à distância por Borges não significava que não existissem certas fissuras internas no partido local. Já ocorriam divergências entre os coronéis relativamente a questão da política e da economia no âmbito da municipalidade. Divergências essas represadas apenas por questões como: “por motivos de ordem pessoal (maior vocação, capacidade ou habilidade); pela tradição (permanência da chefia na mesma família); pela situação econômica (propriedades mais ricas, com maior número de eleitores)”.(LEAL, 1978, p. 55).

Em Uruguaiana se iniciara o rompimento deste equilíbrio desde que as disputas internas no PRR se intensificaram. Havia duas facções: a dos Monteiristas e a dos Sérghostas. As facções pertenciam, respectivamente, a Antonio Monteiro e Sérgio Ulrich de Oliveira, ambos leais a Borges de Medeiros, que habilmente mantinha-os divergindo entre si, beneficiando-os de maneira alternada com parcelas de controle dentro da disciplina partidária.

Encontramos diversas listas nominais de eleitores nos arquivos de Borges de Medeiros. Tais listas continham anotações sobre a que facção pertenciam a maioria dos funcionários públicos, de acordo com suas funções no município de Uruguaiana. Informações relacionadas às eleições municipais e estaduais (Presidente do Estado) entre os anos 1917 e 1922. Isso demonstra o controle e conhecimento de Borges de Medeiros acerca dos indivíduos de cuja colabo-

ração poderia dispor em Uruguaiana.

No caso de Uruguaiana, a força do Partido Republicano fazia com que, em determinado momento, o sujeito que era destacado para cumprir a disciplina borgista acumulasse também a chefia do próprio partido local e mais as funções administrativas da municipalidade. Somando-se a elas a função de intendente e de delegado de polícia, como no caso de Antonio Monteiro, que chegou, em meados da década de 1910, a ter um amplo domínio, como visto no jornal federalista “A Nação”, que denunciou a concentração do poder a ele confiado por Borges de Medeiros.

O jornal lembrava, em sua coluna de política local, numa reportagem com o título, grafado em caixa alta, de: “A NEFASTA ACÇÃO ADMINISTRATIVA E POLITICA DO AGRIMENSOR ANTONIO CARNEIRO MONTEIRO”. Nessa maneria, o “A Nação” acusava Antonio Monteiro de, valendo-se do aparato policial, ter cometido violências, injustiças e perseguições contra seus adversários e desafetos pessoais, utilizando o pretexto de combater o jogo⁷⁰.

[...] na noite de 19 de Abril de 1913, invadiu, armado, acompanhado de policiaes tambem armados, a casa de negocio do sr. Coriolano Pedroso, ahi commettendo uma serie de violencias, dando lhe voz de prisão, em já adeantada hora, sendo, nessa ocasião disparados tiros a esmo, pelos policiaes, saindo ferido, num pé, o jornaleiro Pedro Jardim, cujo dedo foi amputado pelos drs mendes e Juliá.

A interpretação conferida pelo jornal obviamente tende para o lado dos Sérgioistas, embora o jornal fosse abertamente ligado ao partido federalista. Porém, ainda assim, a reportagem descreve com riqueza de detalhes a questão da perseguição e disputa pela hegemonia local. Isso porque, no relato acima transcrito, é possível constatar que a causa primordial da violência cometida contra o negociante Sr. Coriolano Pedroso está ligada ao fato de ter sido ele pertencente aos “distintos irmãos partidarios irreductiveis do Sr. Dr. Sergio de Oliveira” (Idem).

Nesta época, Antonio Monteiro, dominando grande parcela do Poder Local, representava uma facção quase autônoma da adversária interna do PRR, afastada de Sérgio Ulrich. Há tempos ele mantinha grande controle e influên-

⁷⁰ visto no jornal federalista “A Nação” (NOTA DE RODA PÉ – faremos uma descrição do jornal mais adiante quando falarmos do envolvimento político na página 108.

cia local, ocupando as funções de delegado, intendente e chefe isolado do partido republicano municipal, “era uma espécie de Espírito Santo Político” (Idem). Entre os anos 1912 até 1916, o controle de Antonio Monteiro foi quase que total em Uruguaiana. Sustentando o domínio do partido, Monteiro manteve, por outro lado, um grande círculo de inimizades, possivelmente com o conhecimento de Borges de Medeiros, já que esse adotava como método sistemático para controlar uma situação, o de manter um clima permanente de instabilidade e desconfiança, do qual poderia tirar o maior proveito.

O “modus operandi” de Borges de Medeiros, no caso de Uruguaiana, constituía-se no afastamento gradual de velhos coronéis colaboradores da localidade, cooptados ainda na época de Júlio de Castilhos. Ao aproximar do centro do poder elementos que pudessem corresponder à disciplina do PRR, nas suas representatividades locais, agrupava novos colaboradores. Isso pode ser observado ainda na coluna de Política local, ao longo do que foi relatado pelo jornal “A Nação”, que as injustiças contra o pejorativamente chamado “agrimensor” Antonio Monteiro, justificadas pelo fato de ser ele um engenheiro, já ocorriam no começo de sua administração. Segundo a fonte relatada, devido a escaramuças com seus próprios correligionários, ele passou a punir a todos que interferissem em seu caminho. “Eleito e empossado do cargo, [...] começaram alguns pérfidos intolerantes políticos a tecer uma rede de intrigas contra o coronel Martiniano Cezimbra, as quaes tiveram como triste epilogo a hostilidade do Sr. Antonio Monteiro contra o mesmo” (Idem).

Cezimbra cedia sua casa como quartel general para os coronéis Monteiristas, residência na qual diariamente se reuniam o Sr. Antonio Monteiro e seu Estado maior. Outros além de Cezimbra foram hostilizados por fatos que envolviam a questão do contrabando, entre eles o “advogado” Amantino Fagundes, o então delegado de polícia, major Antonio Martins Pereira da Rosa – escrivão do cível e criminal – e major Augusto Bastos júnior, que ocupava o cargo de juiz districtal havia 12 anos. Todos eles dedicados servidores do partido republicano e patrocinadores, na época, das eleições”:

O Dr. Amantino Fagundes [...] pelo simples fato de, como advogado, patrocinar uma causa do proprietario de uma das joias, apprehendidas como contrabando, pelo guarda mór sr. Miguel Sarli, amicus pictore do sr. Antonio Monteiro, foi por este, em seguida, hostilizado tendo a sua philaucia e desorientação politica chegado ao ponto de escrever uma carta ao Dr. Amantino Fagundes, alijando o do partido republicano!!!

Assim, segundo o jornal “A Nação”, Monteiro foi gradualmente se isolando e colecionando inimizades entre seus próprios aliados de véspera. É bastante provável que, nesse caso, algumas ações fossem deliberadas junto a Borges de Medeiros, enquanto outras não. Mas o que se percebe é o desgaste de Monteiro ao mesmo tempo em que novos integrantes do PRR local se agrupavam e reforçavam as fileiras da facção de Sérgio Ulrich. Entre os quais estavam Flores da Cunha, Oswaldo Aranha e Flodoardo Martins Silva. Tal observação pode ser confirmada ainda na mesma matéria do “A Nação”, quando observa que Monteiro estava:

completamente isolado, gosando, apenas, num resumido grupo, do prestígio que lhe empresta o calor official, e que de todo desapparecerá, quando o Governo do Estado, conhecendo melhor a situação local, negar lhe o apoio, o que cremos muito breve se realizará. (Idem)

Pode-se constatar que ao mesmo tempo alguns de seus antigos colaboradores e agora desafetos estavam ainda ocupando cargos dentro do poder local do município de Uruguaiana, mesmo com Monteiro efetuando movimentos para a retirada dos mesmos. É o que aponta novamente o jornal “A Nação” quando afirma que Monteiro utilizou o jornal “Diário da Fronteira, órgão de sua malfadada política, a promover, em suas columnas, uma forte campanha de diffamação contra aquelle seu devotado amigo da véspera e esforçado paladino de sua candidatura e chefia unipessoal. O major Augusto Bastos Junior, actual subdelegado em exercício” (Idem).

Monteiro procurou minar até mesmo junto a Borges qualquer possibilidade para seus adversários,

[...] fazendo lhe as mais acres accusações, em telegrama, missivas e também pessoalmente ao sr. dr. Borges de Medeiros, com o intuito somente de prejudicar aquelle que tanto o ajudou [...] prejudicando deste modo, altamente ao major Augusto Bastos Junior, que contava 22 annos de serviço publico, pouco tempo faltando lhe para ter direito a aposentar se [...].⁷¹

Segundo a descrição feita pela matéria, o major Bastos Junior, na época

⁷¹ Idem

juiz distrital, teria sido responsável pela sugestão da candidatura do Sr. Antonio Monteiro, e teria feito campanha para de porta em porta, pedindo assinaturas para que Monteiro assumisse a chefia local. A força eleitoral do Rio Grande do Sul, durante a República Velha, conferiu aos coronéis do PRR privilégios políticos que facilitavam a situação econômica e social daqueles que orbitavam no poder local. No caso de Uruguaiana, observa-se que os detentores do poder estavam divididos em facções por interesses pessoais.

Com relação a Uruguaiana, diversos são os casos encontrados nos documentos pesquisados. Casos por meio dos quais se pode perceber a extensão da rede de favores prestados para os correligionários do PRR e para as autoridades envolvidas no poder local do município. Vale observar que, em todas as esferas, tais favores chegavam a superar os limites da municipalidade, como se pode confirmar no exemplo de solicitação a Borges de Medeiros, no qual

um parente e amigo, pedindo-me para conseguir uma colocação para um seu filho, que em Dezembro de 1912 se formara em Direito, solicito-lhe se, for possível, um logar para esse moço, que se chama Severino de Castro Pereira Feijó. Remetho-lhe a carta que aquelle meu amigo enviou-me, a fim de que [...] observe o que nela se contem [...] amigo Cel. Francisco de Assis pereira Feijó foi Deputado estadual, em Pernambuco, [...] peço que se digne [...] afim de que eu possa telegraphar ao Cel. Feijó dizendo-lhe que o seu filho deve embarcar para este Estado. Continuo como sempre, as suas ordens, e pronto para cumprilas com satisfação⁷².

O poder local de Uruguaiana, mantendo um relacionamento clientelista com Borges de Medeiros, cultivava a barganha e requisitava, sempre que possível, um “favorzinho”. Isso funcionou de forma usual durante as primeiras décadas do século XX, ao menos segundo a vasta documentação a que se teve acesso durante a pesquisa para este livro.

Há, ainda, outros casos encontrados nos livros da Intendência, por meio dos quais se pode observar o encaminhamento de filhos de correligionários de Uruguaiana, destacados em outras localidades para ocuparem postos diversos. Assim era promovido certo fluxo de elementos com o objetivo de se manter a

⁷²URUGUAIANA. Carta do Juiz de Comarca de Uruguaiana, José Moreira Soares de Oliveira, a Borges de Medeiros, 24 de fevereiro de 1913. Arquivo Borges de Medeiros, nº 10.156. IHGRS.

capilaridade do PRR e dispor de grupos arregimentados, considerando-se as lideranças e seu alcance hegemônico.

Nesse aspecto, a mudança de Flodoardo Silva para Uruguaiana pode ter significado, em parte, uma saída política, levando-se em consideração o que se observou relativamente a disputa de Flodoardo com Degrazia. O Partido Republicano Riograndense mantinha por meio da disciplina positivista de cunho castilhistaborgista grande controle também na fronteira, contando sempre com grupos de coronéis divididos em facções internas no partido. A rivalidade chegava sem dúvida a atingir, além de aos chefes locais, a todos os seus agregados e correligionários. Com aqueles que eram adversários ou perentenciam a uma facção interna divergente ao poder central e ao representante local do PRR, a fiscalização era mais efetiva; já os que faziam parte do grupo da elite dispunham de certa tranquilidade nos negócios.

2.2 Os coronéis e a economia

A questão econômica provavelmente também contribuiu para a mudança de Flodoardo para Uruguaiana. Uma vez que, um ano antes, o presidente do Estado, Borges de Medeiros, acabara com a tarifa especial da fronteira⁷³, atingindo muitos estancieiros e profissionais envolvidos com a atividade pastoril (AXT, 2011).

No mesmo ano, como visto anteriormente, Flodoardo foi juntamente com Oswaldo Aranha, para Uruguaiana, levando parte dos Galpões adquiridos do Saladeiro de São Felipe que era antiga propriedade da família de ingleses Dickinson e fora fundada por George Clarck Dickinson em 1910. O Saladeiro possuía uma infra-estrutura de excelente qualidade para os moldes da época, o que permitiu, no início das atividades, uma larga produção.”(COLVERO E SERRES, 2009)

É provável que Flodoardo, como tropeiro e invernoador, tenha prestado serviços para o Saladeiro de São Felipe, já que, com o gado de origem da Argentina e Uruguai, “as tropas nunca eram inferiores a 1000 reses”, e movimentavam grande número de tropeiros de Itaqui. A respeito dos negócios

⁷³ Ver mais em: FONSECA, Pedro Cezar Dutra. RS: Economia & Conflitos Políticos na República Velha. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. Ou, ainda, em: AXT, Gunter. Gênese do Estado Moderno no Rio Grande do Sul 1889-1929. Porto Alegre: Paiol, 2011.

⁷⁴ Ver mais em: COLVERO, Ronaldo Bernardino; SERRES, Helenize Soares. *O Saladeiro de São Felipe de Itaqui*. Porto Alegre: Faith, 2009.

mantidos com os produtores Argentinos, era “patente que os empresários do saladeiro estavam aproveitando a fronteira para a prática da entrada, de maneira ilegal” (COLVERO & SERRES, 2009, p. 21-41).

Em fevereiro de 1917 também foi fundada a Companhia Armour do Brasil em Santana do Livramento. Quando a antiga Charqueada Santana foi comprada pela Armour, iniciou suas atividades como charqueada de fato em junho de 1917⁷⁵, até que, em janeiro de 1920, passaria a exportar carne congelada. Entre o período em que as câmaras frias eram construídas e o início das importações, ela “ocupava uma área correspondente a seis quadras de sesmaria, no local denominado Rincão da Carolina. Além da Charqueada [...] compreendia uma fábrica de sabão, velas e línguas enlatadas” (PESAVENTO, 1980, p. 131).

Na cidade de Rio Grande, no mesmo ano de 1917, o Governo do Estado, através do Decreto nº 2.296, de 24 de setembro, conferiu autorização para o funcionamento do Frigorífico Rio Grande. Montado com capitais nacionais, o novo frigorífico se configurava em uma tentativa de escape do monopólio estrangeiro que se desenhava na indústria da carne. Contando com o apoio dos pecuaristas, significou um objetivo comum para as facções políticas pertencentes às classes dominantes voltadas para a pecuária (Idem, p. 190).

Günter Axt(2011), ao investigar o intervencionismo fiscal e o combate ao contrabando, verificou que a política de Borges de Medeiros atuou de maneira integrada para o setor de transportes (ferrovia e fluvial), sendo implementada em um projeto focado “Ao mesmo tempo no aprofundamento do poder infraestrutural do aparelho de Estado e na regulamentação da atividade mercantil” (AXT, 2011, p. 261). Assim, buscou ampliar o tamanho da influência do comércio da região litorânea, utilizando também a capacidade acumulativa da região colonial – serrana –, em relação ao Estado, prejudicando e diminuindo o comércio da fronteira.

⁷⁵ Segundo observou Pesavento, ao pesquisar no Arquivo da Swift-Armour S.A. Indústria e Comércio, Santana do Livramento, a movimentação de capital de origem norte-americana foi de grande investimento, já que os rebanhos nos Estados Unidos já haviam chegado ao limite. Era preciso expandir a produção para aproveitar o mercado europeu e o *boom* proveniente da grande guerra: “Em 27 de fevereiro de 1917, a ‘Companhia Armour do Brasil’ adquiriu o estabelecimento saladeiril pertencente à firma ‘Anaya e Irigoeyn’. A 19 de junho do mesmo ano constituiu-se a companhia, com o capital de Cr\$ 2.000.000,00. Em setembro de 1918, a companhia já tinha, até então, empregado Cr\$9.500,00, sendo que Cr\$ 7.000.000,00 em imóveis, casas, campos, frigorífico em construção, fábrica de conservas, etc, e o restante em máquinas e diversas outras instalações” (PESAVENTO, 1980, p. 131).

Quando Flodoardo chegou em Uruguaiana, estabeleceu-se a 12 km da cidade, na localidade do Imbaá, no 1º distrito. Lá fundou a Charqueada do Oeste, com os galpões trazidos do Saladeiro, adquirindo a antiga Granja de Luiz Betinelli, onde se tornou comerciante e exportador (PONT, 1970, p. 369).

O período em que foi erguida a Charqueada do Oeste em Uruguaiana é o momento em que a tecnologia frigorífica desenvolvida na Europa e os navios refrigerados chegavam à região do prata e à região Sul do Rio Grande. Na conjuntura de 1914-1919, ocorreu primeiro um período de euforia para o mercado das carnes, elevando o Brasil a fornecedor dos países envolvidos na grande guerra, culminando com a chegada dos frigoríficos estrangeiros no sul do país. Tal fato acabaria facilitando o envio das reses para os destinos, via Montevideo pela Ferrocarril Central del Uruguay, e embarcando pelo porto marítimo para a Europa; somando-se ao quadro de crise que o pós guerra apresentaria para os criadores da Campanha (PESAVENTO, 1980, p. 79-133).

Em entrevista a Raul Pont (1970), Miguel Câmara Canto, um antigo tropeiro de Flodoardo, contou com detalhes como eram as tropas que seguiam para o abate, tanto para os Frigoríficos estrangeiros quanto para servirem a outros mercados, possivelmente interno via Rio Grande:

Quando fora capataz do Cel. Flodoardo Silva, tropeavam para o Frigorífico Armour e também para os do Rio Grande, fazendo viagens de 45 e 50 dias! Certa vez o Cel. Flodoardo apartou 16.000 bois na Estância de Martin Nicorena, que conduziram para a Charqueada do Oeste, onde foram abatidos [...] De outra feita, tropeamos da Estância do Berreta, do Estado Oriental, 14.000 bois. (PONT, 1970, p. 219)

Esse trabalho de tropeiros era comum na lida em que Flodoardo Silva estava acostumado. Ele nascera em uma família de criadores de gado de Itaqui e conhecia bem as tarefas e a parte relativa à economia. Naquele período de sua vida, no ano de 1917, surgira o momento ideal para pôr em prática tudo que sabia para melhor aproveitar a novidade dos frigoríficos.

Sobre a fundação do frigorífico Armour em Santana do Livramento, o discurso de Borges de Medeiros era bastante otimista. Em mensagem presidencial emitida no mesmo ano de 1917, relativa ao principal destino dos ga-

dos transportados por Flodoardo e demais tropeiros, dizia que “A companhia Armour do Brasil’ seria responsável pelo abate diário de 800 reses, mais uma atividade fabril de conservas que representaria outros 400 abates diários combinado com a fabricação de sabão, gorduras, miúdos e óleos animais e que em cinco anos representariam investimentos na ordem de 6.000:000\$000”⁷⁶. Isso, planejava Borges de Medeiros, poderia significar novas fontes de impostos para o Rio Grande do Sul.

Nesse aspecto, a política fiscal, que preferiu as atividades majoritariamente industriais e portuárias em detrimento das pastoris ligadas à fronteira, que fora implementada pelo borgismo, consistia ao mesmo tempo em um rigor fiscal na cobrança de impostos. Tal política se caracterizou também como “uma forma de intervencionismo estatal na medida em que o Estado e a elite dirigente [transferiram] recursos de um setor para o outro da sociedade” (AXT, 2011, p. 261).

Em que pese a política borgista ter sido afetada pela economia, em 25 de novembro de 1917 a reeleição foi alcançada com todos os expedientes da máquina partidária eleitoral republicana, inclusive em Uruguaiana. Tanto que Flores da Cunha, após as eleições para presidência do Estado, questionou, por meio de correspondência enviada a Borges de Medeiros, se deveria “continuar no exercício do cargo de intendente provisório deste município, até se proceder á nova eleição, ou si V. Ex. julga conveniente que esse pleito seja por outra pessoa presidido.”⁷⁷

A questão econômica certamente ainda mantinha naquele momento as esperanças dos criadores em todo o Rio Grande do Sul, inclusive em Uruguaiana. Na opinião de Flores da Cunha, tal período era de tranquilidade em Uruguaiana, pois, embora considerando as desavenças entre as facções dentro do PRR e a grande representatividade que o Partido Federalista sempre deteve, Borges havia sido reeleito ao cargo de chefe do Estado, e o controle administrativo no âmbito da Intendência estava garantido. Por isso, Flores da Cunha aproveitou para, na mesma correspondência, “informar a V. Ex. que existindo aqui, actualmente a mais completa calma, entendo que é ocasião azada de se realizar a eleição municipal, acreditando eu que todos votarão no candidato por V. Ex. recomendado ao sufrágio dos republicanos.”⁷⁸

⁷⁶ Mensagem Presidencial de Borges de Medeiros, p. 73-74, 1917. Disponível em <http://www.seplac.gov.rs>

⁷⁷ URUGUAIANA. Carta de Flores da Cunha a Borges de Medeiros, 6 de dezembro de 1917, nº 10245. Arquivo Borges de Medeiros. IHGRS.

Naquele momento Borges de Medeiros não considerou apropriado facilitar a situação para Uruguaiana, pois sabia que o local se constituía em um forte reduto do federalismo que dominava toda a fronteira oeste e a campanha. Por isso, destinou a continuação do mando provisório na Intendência para um outro correligionário de sua total confiança no PRR local, nomeando o Major Odalberto Luppi. Fato esse relatado pelo Jornal Republicano “O Rebate”⁷⁹, em sua publicação da Segunda-feira 17 de Junho de 1918, na qual se declarava que:

Em virtude da solução dada ao caso político local pelo egrégio chefe do partido republicano rio-grandense, entrou hoje na posse da administração provisória do município o nosso correligionário major Odalberto Luppi, [...] Necessário se faz, entretanto, que tropeços não se criem ao governo bemvindo e que a acção essencialmente perturbadora da política de campanario cesse de vez, proporcionando á amada terra a calma e a ordem indispensavel ao seu reerguimento.

O relato no jornal apresentava como necessidade para o executivo ser bem sucedido em sua administração provisória que a questão política das (aqui entendidas como) disputas, tanto intra quanto extra-partidárias, fossem superadas para que a municipalidade pudesse superar os problemas. Problemas que, até ali, haviam sido equacionados por Flores da Cunha durante seu período de administração, que durou de 06 de janeiro de 1917 até 15 de junho de 1918. Tanto que o próprio Major Odalberto, parabenizando a Flores da Cunha após a transmissão do cargo declarou, ainda para o jornal *O Rebate*, que o antecessor “dirigiu o município dentro dos rigores de uma notável economia, sem prejuízo dos serviços publicos”. E, encerrando a entrevista, o novo Intendente a título de promessa para a administração das contas de Uruguaiana

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ Infelizmente durante esta pesquisa foram encontrados poucos exemplares do jornal “O Rebate”. Sabe-se que em 1918 o jornal estava no terceiro ano de funcionamento. Nos exemplares catalogados para o trabalho (5 publicações de diferentes anos, uma de 1918, duas de 1921 e duas de 1925), contava com poucos anunciantes e trazia na maioria de seus textos notícias gerais ligadas desde a esportes, como as que davam conta dos acontecimentos da “liga de foot bol de Uruguayana” até a vida social da alta sociedade local. Na primeira página, abaixo do nome do jornal, em destaque, constava: “Folha Republicana”. Segundo declarava Antonio Monteiro, o jornal era ligado à facção do PRR chefiada por Sérgio Oliveira Ulrich, mas não fazia ataques diretos ao federalismo, a menos não nos exemplares verificados.

declarou que: “É norma que pretendo continuar. O meu programa é este: administrar com economia” (Idem).

Considera-se que a administração de Flores da Cunha conseguiu certo controle sobre a situação, principalmente na área econômica. Isso estava ligado ao fato de que ele não era de Uruguaiana e não fazia parte inteiramente dos grupos locais que enfrentavam os problemas com os quais a maioria dos outros administradores que haviam ocupado o cargo anteriormente precisaram lidar. Um exemplo de tais problemas era a pressão sofrida por aqueles que ocupavam o cargo de intendente tanto do Partido Republicano local e de suas facções quanto dos adversários do Partido Federalista. Essas pressões, via de regra, giravam em torno do combate ao contrabando, da fiscalização e da arrecadação local. Para um intendente que pertencesse aos quadros locais do Partido Republicano, os transtornos se tornavam mais agudos na medida em que o quadro de crise econômica no Rio Grande do Sul se aproximava.

A luta entre projetos liderados por Borges de Medeiros (PRR) e Assis Brasil, representante das oposições e principalmente dos Federalistas, atingiria o auge no início da década de 20, a partir de quando o que se tinha, até certo ponto, como uma combinação de poderes dentro dos interesses coronelistas passou a sofrer alterações. Tais alterações se deram em função dos fatores econômicos. As disputas pela hegemonia não se prenderam aos antagonismos de ordem econômica intraclasse dominante, acontecendo mais pela discordância do projeto para a ordem social. A economia serviu como possibilitadora do uso do poder e assim contribuiu para o realinhamento regional dentro do período da República Velha. Porém, não sem antes desencadear as acirradas disputas intraclasse e da contestação político-militar de se tornar presente (ANTONACCI, 1981).

Dentro desse aspecto, entende-se que, pelo menos dentro do grupo e espaço aqui pesquisados em Uruguaiana durante o período da República Velha, a questão da ligação de facções intraclasse se refletiu amplamente na política e na economia, considerando-se também o aspecto do interesse individual dos coronéis que buscavam a sua hegemonia econômica. Ainda como parte da questão econômica, com a ida do tropeiro Flodoardo Silva para Uruguaiana diminuía a distância em relação à fronteira, já que o município de acordo com o que foi visto no primeiro capítulo, ficava no limite da Tríplice fronteira Brasil/Argentina/ Uruguai. E ficar mais próximo facilitava o manejo das tropas de gado, além do fato que o contrabando foi intenso principalmente do

gado em pé na fronteira do Brasil com a Argentina. Mesmo o rio Uruguai que era fronteira política, não foi o suficiente para impedi-lo. Ainda nesta questão, com relação à República Oriental do Uruguai, “a fronteira não apresentava obstáculos [...] em várias paragens, o que permitia ainda mais a prática do contrabando” (COLVERO & SERRES, p. 17, 2009).

A questão do contrabando pode ser vista nesta região como forma de defesa e reação à política e à economia por meio das quais os negócios eram tratados pelo governo do Estado. Conta-se em Uruguaiana que o próprio Coronel Flodoardo Silva foi vitimado pelas crises em que a economia da fronteira esteve envolvida e, pelo menos duas vezes, precisou recomeçar do zero durante todo o tempo de sua longa vida. O que se deve observar e “levar em consideração, porém, [é] que este tipo de prática fora também uma das vias pelas quais, em certos momentos, promoveu o desenvolvimento de cidades da fronteira como nos casos de São Borja, de Itaqui e de Uruguaiana.” (COLVERO & SERRES, p. 17, 2009).

Já em 1920, além da Charqueada do Oeste, Flodoardo Martins Silva, residindo no centro de Uruguaiana, na Rua Aquidabã, se estabeleceria também no comércio de derivados de gado. Sua “Barraca Brasil” trabalhava com couros, sebos e graxas de animais (barraca de frutos), além das mais diversas mercadorias voltadas para a atividade pecuária. O prédio do estabelecimento Flodoardo arrendara de Firmo Soares de Souza e Appolinária Monteiro Calvi, sendo que esse local seria interdito por ser considerado um dos focos da epidemia de peste bubônica em Uruguaiana (SILVA, 2001, p. 31).

Se durante o século XIX Uruguaiana se manteve economicamente ativa, refletindo os interesses do Império e da Província e repartindo o poder com os governantes locais. Assim possibilitando também a prática de atividades ilícitas no comércio. (COLVERO, 2004). Nas primeiras décadas do século XX, durante a República Velha, o quadro não se alterara e haviam ainda negócios sendo feitos nas madrugadas.

Uma estimativa da Inspetoria Fiscal de 1907, publicada em Porto Alegre em 24 de setembro do mesmo ano no jornal “A Federação” apurou que em Uruguaiana “atuavam cerca de 120 contrabandistas e a usina de eletricidade⁸⁰ costumava entrar em pane em noites de entrega, sendo as máquinas reparadas tão logo os contrabandistas, protegidos pelo manto da escuridão, se retirassem” (SILVA, 1922, p. 575 apud AXT, 2011, p. 275). Os donos da usina Barbará, como assim era chamada, eram também acionistas do “Saladeiro

Uruguaiana” e proprietários de uma empresa de navegação. Além de diversas outras sociedades com empresas que deveriam recolher impostos em Uruguaiana, essas atividades muitas vezes estavam relacionadas com o contrabando na fronteira.

Para aqueles que eram adversários do PRR, a Intendência se encarregava do rigor na cobrança dos impostos. Analisando as fontes da Intendência do período que foi desde 1917 até 1930, encontraram-se diversos livros de cobranças de impostos divididos por profissões mais o imposto predial. Todos os componentes do Partido Federalista que assinaram um manifesto publicado no jornal “A Nação” foram listados e tiveram seus impostos checados. Verificou-se, assim, que todos foram – pelo menos no fisco – cobrados na boca do cofre público, com as anotações no livro que levam a crer que a cobrança aconteceu efetivamente.

Entretanto, o nome de Flodoardo Martins Silva não foi localizado até o ano de 1924, quando passou a tributar na profissão de “Leitero”. Fato que reforça a crença de que havia uma certa leniência para com o não pagamento de alguns indivíduos ligados ao situacionismo ao poder de representatividade, uma vez que, antes disso, em 1919, Flodoardo já postulava junto ao governo, reclamando da questão da falta de vagões na estrada de ferro de Uruguaiana para Porto Alegre – como representante de importadores, e falando em nome de Uruguaiana, ele pedira explicações junto ao diretor da Viação Ferrea. O jornal federalista “A Nação”, em reportagem que descreve a ida de Flodoardo até Porto Alegre, relata como na época da guerra os preços não estavam altos e agora “Avalie se, por si, o estado em que se encontra a nossa principal via de

⁸⁰ Esta mesma usina elétrica, como se verá mais adiante, em 1930 será uma das razões de desavenças entre o então Coronel Flodoardo Silva, já no cargo de Presidente do Conselho da Câmara dos Vereadores, e o Intendente João Fagundes. Ainda sobre a usina de eletricidade de Uruguaiana: “Em 1909, o contrato de concessão da usina elétrica de Uruguaiana foi transferido integralmente para a firma B.M. & Barbará, cujos acionistas tinham já incorporado a diretoria da antiga Luz Elétrica Uruguaianense. A.B.M & Barbará possuía em Uruguaiana escritórios de representação comercial, uma casa bancária e uma empresa de navegação fluvial; a firma era associada ainda às empresas ‘Crédito Territorial Sul-Brasileiro’, de Porto Alegre, ‘Banco Pelotense’, ‘Saladeiro Uruguaiana’, à casa comercial ‘Ferreira & Cia’ À ‘Cia Fiação de Tecidos Progresso da Fronteira, à fábrica de lâmpadas elétricas ‘Bergallo, Kingsburry & Cia’ do Rio de Janeiro, e, finalmente, à sociedade ‘Demarchi & Cia’, do Recife, concessionária das loterias do Estado de Pernambuco e outros”. O Estado, 1916: 439;459-460; História da Energia Elétrica em Uruguaiana. Escritório da CEEE, julho de 1974, dat. apud AXT 2011. p. 275.

transporte, a braços com a abundância de cargas e falta de vagões e locomotivas”.⁸¹

Dessa maneira, o quadro da crise na economia do Rio grande do Sul não era exclusividade dos produtos que se originavam na pecuária. A economia também estava afetando os transportes, considerado assunto de primeira ordem para o Governo do Rio Grande do Sul, sendo que o discurso relacionado aos transportes era de que os problemas seriam resolvidos na dinâmica do mercado: “É evidente que o Governo gaúcho não tinha condições de solucionar o caso dos navios frigoríficos. Encampado, porém, o porto do Rio Grande em 1919, seguiu-se em 1920 o caso da Viação Férrea”. (PESAVENTO, 1980, p.185) A encampação da ferrovia significava para o governo a possibilidade de “diminuir o alto custos dos transportes, que refletia sobre a produção. O serviço era deficiente e considerava-se que a concessionária estrangeira da estrada de ferro não queria melhorar o atendimento” (Idem, p. 186).

No ano de 1920, Borges de Medeiros declarou que seria necessário a emissão de títulos da dívida do tesouro para concretizar a transferência da ferrovia para o Estado para que pudesse suportar o novo serviço riograndense. Assim, a transferência dos serviços da Cie. Auxilliaire de Chemins de Fera u Brésil entre o governo federal e o Estado se concretizou em 12 de julho de 1920. Incluindo-se aí as operações de crédito, em conjunto com o já encampado serviço público do porto. O governo do Rio Grande do Sul teria que arrecadar o máximo possível de fundos para manter as operações. (Idem)

Um cobertor curto para cobrir uma cama longa é a analogia por meio da qual o agravamento da crise econômica no Rio Grande do Sul pode ser melhor compreendido. Isso porque o caráter da política econômica voltada para os transportes para alavancar a economia sem privilegiar uma única atividade, fez com que as privatizações do Porto de Rio grande e da Estrada de Ferro Auxiliaire obrigassem o governo a assumir compromissos no setor de transportes. Setor que, por sua vez, haveria de retirar dos bancos o capital necessário (saldos do tesouro), fazendo com que os bancos cobrassem a devolução do dinheiro protestando títulos dos fazendeiros. Algo que se refletiria na tarifa de transportes e no preço do gado transportado, repassando o prejuízo duplamente para o pecuarista sem crédito (Idem, p. 217).

Somado isso, o problema do contrabando era plenamente exposto, se-

⁸¹ Uruguaiana. Jornal A Nação, 7 de agosto 1919. Arquivo do Centro Histórico Dr. Pedro Marini.

gundo Pesavento, a ponto de ser discutido no jornal *Correio do Povo* do ano de 1922 como uma atividade sobre a qual era “sabido em toda a parte que se mete mais gado nos frigoríficos do Rio grande que o produzido no Estado. E a razão é conhecida: é porque da Argentina se exporta, clandestinamente, faz-se contrabando”. Tal reconhecimento amplamente difundido por um dos principais meios de informação da época só constatava o que, naquele período, era de domínio público. E o jornal ia além, fazendo uma análise das condições do criador, afirmava que a pecuária gaúcha estava soterrada pela cobrança dos impostos: “Se é fato que esse gado entra como contrabando em concorrência com o gado do Estado, vejamos qual a situação doméstica do nosso estancieiro. Há ali o imposto territorial que é pago ao Estado e há o imposto por cabeça de gado, que é cobrado pela Municipalidade” (PESAVENTO, 1980, p. 217).

Por conta do absurdo do quadro, o pecuarista se sentia quase impelido a exercer a atividade de contrabando, pois enquanto a concorrência se beneficiava com o ocaso do governo os criadores cada vez mais se davam conta que eram preteridos nas manobras políticas perpetradas para apertar cada vez mais na cobrança de impostos. Por outro lado, “Ao passo que o gado que entra como contrabando não faz nenhuma destas despesas, o gado do Rio Grande está, pois, onerado por uma concorrência desleal com o estrangeiro” (Idem).

Enquanto que no Rio Grande do Sul a linha de atuação era a de não beneficiar nenhum produto isoladamente, o governo federal protegia ao máximo o café, base da economia agroexportadora do Brasil. Havia por parte do poder nacional a regulação na entrada do café nos portos, por meio da emissão de empréstimos ou da busca externa em bancos de outras praças. Assim o governo federal tratava o assunto “café” como de defesa nacional. Em suma, aplicando o seu programa de emissões, o Governo canalizava recursos e beneficiava um só gênero produzido, em detrimento dos demais. O grupo cafeicultor se afirmava no panorama nacional como segmento predominante. Porém, sua hegemonia começava a ser contestada.” (Idem, p. 218).

O Banco Pelotense tinha liberado muito crédito e as garantias dadas aos pecuaristas haviam sido subestimadas, o que levou a diretoria do banco a tomar uma atitude radical em novembro de 1920, transformando as contas devedoras em promissórias com prazo irrevogável de 30 dias para protesto⁸². Ainda segundo Pesavento, “Pode-se bem avaliar o pânico gerado entre os pecuaristas que, tendo contraído empréstimo na época das vacas gordas, viam-se, repentinamente, obrigados a saldar suas dívidas em curto prazo, na época

das vacas magras”. O Estado, envolvido com a questão dos transportes, buscou um empréstimo no valor externo com banqueiros de New York de dez milhões de dólares, o qual “destinava-se, basicamente, a completar as obras do cais de Porto Alegre, no melhoramento dos canais interiores e para aparelhar tecnologicamente as minas de carvão do Gravataí” (PESAVENTO, 1980, p. 186-187),

Com a crise, o Banco Pelotense transformou as contas devedoras dos fazendeiros e charqueadores em promissórias. Quando os prazos finalizaram, devido à crise, o banco chegou a ter mais de 100 mil reses tomadas por garantia, gado que havia sido financiado por 150 mil réis e valia entre 60 ou 70 mil réis. Isso provocou uma escalada de desconfiança entre os demais correntistas do banco que se transformou em corrida para a retirada de fundos depositados. O governo do Estado socorreu o banco, não permitindo que a instituição falisse naquele momento (Idem, p. 188-189).

Durante essa época de crise, Flodoardo Silva foi a Porto Alegre e procurou o Sr. Dr. Gustavo Vauthier, então diretor da Viação Férrea, expôs-lhe as dificuldades que causavam a falta de vagões para o transporte de mercadorias e o que isso representava de prejuízo para Uruguaiana, “com que luta o commercio desta localidade”. O Sr. Dr. Gustavo Vauthier, em sua resposta,

⁸² Sandra Pesavento complementa ainda que: “Coincidia esta atuação do Governo em relação aos bancos com a crise dos estabelecimentos de crédito que se desenrolou de 1920 a 1921. Durante os bons tempos, face aos preços altos e às perspectivas de lucros, as instituições bancárias haviam alargado o crédito aos criadores e charqueadores. No pós-guerra, contudo, o panorama se modificaria. [...] Aos poucos, a crise econômico-financeira acabaria por degenerar em crise política, eclodindo na revolução de 1923, onde as oposições, sob a liderança de Assis Brasil, rearticular-se-iam e tentariam a tomada do poder. Na verdade, o impacto da crise da pecuária fez com que a parcela da classe dominante local, que não tinha acesso aos mecanismos de controle do poder, fosse às armas contra o monopólio do Partido Republicano Rio-grandense no Governo. Enquanto Gaspar Saldanha, da oposição, colocava o ponto de vista dos criadores atingidos pela crise, que identificavam o Governo como um dos responsáveis pelo agravamento do problema. Alberto Rosa, da situação e então diretor do Banco pelotense, defendia a posição do Estado e da associação bancária que era um seu prolongamento. [...] o Banco Pelotense, fundado com capitais de charqueadores e criadores ligados ao Partido Republicano Rio-grandense era um dos braços de ação do Governo borgista. Por ocasião da época da euforia econômica, o presidente do Estado forçara o banco a investir 2.000 contos de réis na Cia. Frigorífica do Rio Grande. Agora, face à necessidade de dar acabamento ao problema dos transportes, Borges recolhera capitais do Estado nele depositados, episódio que se conjugava com a retração do mercado europeu no pós-guerra” (PESAVENTO, 1980, p. 185-188).

não fez promessas e nem deu esperanças relativamente à resolução do problema. Antes, segundo a reportagem, disse que “seria uma sorte para a Viação si se pudesse párar com o transporte de cargas”⁸³. Embora os esforços de Flodoardo Silva em ir até Porto Alegre, demonstrassem a sua participação já como ativo e importante membro do comércio em Uruguaiana, o resultado não foi dos mais favoráveis. Os prejuízos para os comerciantes locais eram de grande monta, e muitos haviam criado esperança com a baixa dos preços durante o período da guerra. Mas o quadro de uma crise maior já se fazia sentir, principalmente na área dos transportes.

A notícia que era estampada no noticiário do jornal, além de relatar a tentativa de Flodoardo Martins Silva em interceder junto aos transportes, falava do problema do transporte e da produção. Mas tinha um aspecto político, buscando atingir o governo central e a sua política de investimento, ou não investimento, nos transportes:

E é por isso, certamente, que ninguém se entende na Viação Ferrea. [...] Na estação desta cidade, conforme o livro de inscripções, os pedidos de vagões são em numero superior a 400. [...] Os trens de carga não chegam, e dahi o não poder a Estação local fornecer vagões ao commercio. Temos, como consecuencia disso tudo, o constante augmento dos preços nos artigos de primeira necessidade. A vida, actualmente, está mais cara do que quando a conflagração européa ardia em meio. E, inegavelmente, um dos principais factores dessas altas nos generos é a falta de meios de transporte. Os poderes publicos, antes que a fome começe agitar os menos favorecidos da fortuna, terão que tomar alguma providencia para a resolução desse gravissimo problema”.⁸⁴

Neste aspecto, o noticiário cumpria bem o seu papel, destacando o problema do transporte com o aumento dos preços dos gêneros alimentícios, fazendo com que a crise se ligasse, como causa, aos poderes públicos, resultando de fundo políticos. Ao mesmo tempo a elevação do preço dos alimentos, consequência previsível da crise, atingia a população de menor renda. Nesse aspecto as reclamações não eram só da região de Uruguaiana, mas de todas as regiões, com maior ou menor sintomas. O transporte acabava afetando a to-

⁸³ URUGUAIANA. Jornal A Nação, 7 de agosto de 1919.

⁸⁴ Idem.

dos. E a necessidade de se manter as encampações foi se agravando cada vez mais.

Assim, Borges de Medeiros necessitava também, cada vez mais, que as arrecadações de impostos tapassem os furos que começavam a aparecer no casco do seu navio. Os impostos sonegados e o contrabando significavam fonte de receita perdida, e a necessidade de se fazer com que as municipalidades aumentassem o seu suporte via transferência de arrecadações se tornou um caso de urgência.

Tal fato pode ser observado, no caso de Uruguaiana, na documentação da Intendência, nos livros-caixa que compreendem o período que vai de 1917 até 1930, por meio dos impostos que deveriam ser arrecadados. Sendo de responsabilidade e obrigação das Intendências manter o cofre e os livros devidamente guardados para conferência – no mínimo anual – do conselho municipal. Em Uruguaiana, os valores lançados como cobrados eram separados pelos 6 distritos em que o município se dividia. Divisão que funcionava tanto para as questões administrativas quanto para a política, já que os distritos serviam também como zona eleitoral. A divisão relativamente a cobrança de impostos era estabelecida por profissão ou atividade que gerasse renda. Em Uruguaiana, os impostos eram tributados no prédio principal da intendência, em sua secretaria que se localizava na Rua XV de Novembro, em frente a chamada praça da Rendição, área central do município. O prédio da Intendência é a figura da capa desta obra.

Na análise da arrecadação da Intendência de Uruguaiana, podem ser observados diversos itens que deveriam ser anualmente avaliados pelo conselho municipal, entre eles as contas públicas e a arrecadação de impostos. Parte-se aqui do ano de 1916, um ano antes de Flodoardo Silva e Osvaldo Aranha chegarem a Uruguaiana. No Livro de Impostos nº 14, ano 1917⁸⁵, as atividades lançadas foram: Comércio Localizado; Comércio Ambulante; Fábrica e Oficinas; Profissões diversas; Diversos Impostos; Locomoção Terrestre; Jogos e Divertimentos; Construção; Terrenos Não Edificados; Imposto Predial; Terrenos Não Beneficiados; Licenças; Guias; Emolumentos; Mercado; Gado Abatido; Imposto Pecuário; Multas; Cemitério; Aferição; Dívida Ativa; Foro e Laudêmio de Terrenos; Carceragem; Renda Eventual e o Auxílio do Governo do Estado (referente a Educação).

No livro-caixa de 1917, folha número 5, consta o nome de “Flodoaldo

⁸⁵ URUGUAIANA. Livro Caixa da Intendência Municipal de Uruguayana. Receita, 1917.

Silva” (provável erro de grafia), lançado como “Comércio Localizado”, na data de 11 de abril de 1917, com o número de guia de arrecadação 189, constando o valor de \$ 200,000, sendo que o total da atividade de “Comércio Localizado” lançado no livro foi de \$ 27.542,166. Supõe-se que se trate de Imposto referente ao comércio de venda de artigos de Pecuária, localizado na Rua Aquidaban, onde era a “Barraca Progresso”. Sobre Flodoardo há também os lançamentos na folha 23, na mesma data de 11 de abril e na folha número 32, em 27 de junho de 1917. Dados referentes ao imposto de “Locomoção Terrestre”, com os números de guias 208, constando o valor de \$ 55.000 e número de guia 583, no valor de \$ 31.500. O total para os lançamentos de “Locomoção Terrestre” foi de \$ 2:492.500.

A folha número 13 apresenta o nome do “Dr. Oswaldo Aranha” lançado em “Profissões Diversas”, na data de 27 de abril de 1917, com o número de guia de arrecadação 34, constando o valor de \$ 100.000. Dessa relação constam o nome de diversos advogados, médicos e engenheiros. Grande parte deles componentes da política local, como Dr. Sérgio Oliveira Ulrich e Antonio Monteiro, que, engenheiro, era pejorativamente tratado como agrimensor. O total da atividade de “Profissões Diversas” lançado no livro foi de \$ 3.115.000.

O nome de Flodoardo Martins Silva não foi encontrado entre as informações sobre o imposto territorial. Pode-se supor, como hipótese, que as terras por ele ocupadas na localidade do Imbaa – nas quais se estabelecerá com a Charqueada do Oeste desde 1917 –, pelo menos no início eram arrendadas. Porém, ao serem confrontadas com o restante da documentação, a análise leva a crer que havia uma possível leniência também para com o não pagamento do imposto territorial de alguns indivíduos ligados ao situacionismo do PRR.

Também não há documentação com o nome de Flodoardo Silva referente a atividade de abate de reses e nem guias de recolhimento de gado transportado em tropas “apartado” que entravam do Uruguai e Argentina desde o ano 1917. Porém, a ausência de comprovantes para o recolhimento de impostos relativos a atividade pastoril por si só não sustentaria a hipótese de que se tratava de sonegação de impostos e de atividades de contrabando. Esta possibilidade, no entanto, é reforçada através do depoimento do Sr. Cyro Pellegrine, de 95 anos. Nascido em Uruguai em 1917 e filho de Paschoal Pellegrine, funcionário do Cel. Flodoardo Martins Silva no final da década de 1920:

Em que muitas vezes se trazia de contrabando, este gado vinha e algum era despachado. Se trazia muito do Uruguai, tudo de contrabando. Porque as fronteiras são livres ali. Ali tem um arroio, o arroio do Quaray, muitas vezes cruzava-se de pé descalço, nem é preciso muito esforço⁸⁶.

Esse esclarecimento quanto ao contrabando de gado possibilita um melhor entendimento para a situação daquele período da República Velha no Rio Grande do Sul. Devido à crise econômica, o contrabando tornava-se quase uma forma de sobrevivência para a atividade pastoril na fronteira. Isso durante o início da década de 1920, após um período em que os pecuaristas haviam investido e se endividado com a possibilidade de fornecer carne para o mercado Europeu no período da I Guerra Mundial. Até hoje, contasse na cidade que grandes proprietários quebraram e perderam tudo que tinham em função da crise.

O relatório recebido por Borges de Medeiros dava conta de que a “Situação econômica do Município, apesar de haver sofrido as consequências da crise de numerario que restringiu a safra pastoril, é evidentemente animadora”⁸⁷. Isso tendo em vista que os pecuaristas, haviam investido nos plantéis de animais, contanto com que as exportações fossem mantidas no período do pós guerra.

O relatório descrevia ainda a grande quantidade de rebanhos nas fazendas de criação “custosamente installadas”⁸⁸, e os produtos que mais contribuíram em mil réis.

De acordo com o quadro (página 104), “O valor official da exportação de productos que passaram pela Mesa de de Rendas local, em 1919, foi de 12.066:695\$820”⁸⁹. É possível observar no relatório que em torno de 2/3 da economia de Uruguaiana estava baseada em produtos derivados da pecuária “principal riqueza do Município”⁹⁰ sendo necessária uma grande área de campos para o pastoreio.

Quanto à necessidade de terras e a quantidade de imposto territorial que deveria ser gerado por meio dele, foi possível também observar no relatório e nos livros caixas da Intendência de Uruguaiana, um provável caso de sonega-

⁸⁶ URUGUAIANA. Entrevista concedida por Cyro Pelegrini, em março de 2012.

⁸⁷ Relatório de Uruguaiana enviado a Borges de Medeiros em 12 de agosto de 1919, p. 8.

^{88, 89, 90} Idem

Figura 04: Planilha de produtos e valores com a situação econômica de Uruguaiana em 1919

TIPO	KG	VALOR	TOTAL
Couros verdes salgados	439.900	399:818\$800	Couros
Couros seccos salgados	27.300	40:950\$000	Couros
Couros não salgados	257.240	420:079\$720	860:848\$520
Peles diversas	NIHIL	158:409\$000	Frutos
Xarque	321.689	386:026\$800	Frutos
Sebo	466.925	373:540\$000	917:975\$800
Lã de Borrego	97.662	175:371\$200	Lãs
Lã grossa	127.284	199:614\$600	Lãs
Lã fina	742.693	1.962:763\$300	2.337:749\$100
Gado vacum (em pé)	NIHIL	5.594:520\$000	Gado
Gado cavalari (em pé)	NIHIL	50:500\$000	Gado
Gado ovino (em pé)	NIHIL	63:520\$000	5.708:540\$000
TOTAL GERAL	2.040.793	9.825:113\$420	9.825:113\$420

Fonte: Cópia do relatório enviado a Borges de Medeiros, contendo informações da situação econômica de Uruguaiana, 1919.

ção de impostos, já que havia falta de funcionários para a fiscalização e cobrança das taxas e a vasta área de campo do Município era, “para efeitos de imposto territorial [...] oficialmente estimada em cerca de 700000 hect 2”⁹¹. Ainda segundo o relatório enviado à Borges de Medeiros, estes campos tinham como valor de aviação o preço de “80.000:000\$000”⁹². Algo que, provavelmente, era justificado na tomada de empréstimos e hipotecas bancárias dos proprietários junto ao Banco da Província; valores esses que eram superestimados pelos pecuaristas.

Para se observar melhor a apuração das propriedades divididas por distritos em Uruguaiana, relacionou-se abaixo, de acordo com o mesmo relatório enviado a Borges de Medeiros, os seguintes dados:

⁹¹ Idem

⁹² Idem

Figura 05: Planilha de quantidade de fazendas ou estabelecimentos de pecuária (por tamanho) em hectares e localidade de distritos, 1919.

TAMANHO EM HECTARES	DISTRITO						TOTAL DE FAZENDAS OU ESTABELECIMENTOS
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	
De 300 a 450	4	5	16	3	13	5	46
De 500 a 950	2	14	10	11	9	7	53
De 1.000 a 1.800	5	13	15	1	5	3	42
De 2.000 a 2.900	2	3	4	1	0	4	14
De 3.000 a 3.800	0	1	1	2	1	0	5
De 4.000 a 4500	0	1	0	0	0	0	3
De 5.000 a 5.600	0	1	0	0	0	1	2
De 5.600 a 6.500	0	1	0	0	0	0	1
De 6.500 a 7.000	0	1	0	0	0	0	1
De 7.000 a 10.000	0	1	0	0	0	0	1
TOTAL	13	41	47	19	28	20	168

Fonte: Cópia de relatório enviado a Borges de Medeiros contendo informações da situação econômica de Uruguaiana em 1919.

A composição das terras apresentadas demonstra as maiores extensões concentradas no segundo distrito. Porém, uma vez que a soma das outras propriedades concentra-se em número no 3º, 2º e 5º distritos, a distribuição se equilibra. É importante acrescentarmos que havia proprietários que possuíam muitas terras em diferentes distritos.

Abaixo, organizado em tabela, encontram-se os valores apurados da cobrança de impostos em Uruguaiana. Tais informações são baseadas no levantamento das contas da Intendência para Borges de Medeiros em 1919, constante na página número 10 e nos livros-caixa de arrecadações de Impostos e pagamentos de despesas da, encontrados no arquivo público de Uruguaiana. Considerando o período que vai desde 1916 até 1919, conforme relatório recebido por Borges de Medeiros, para em seguida observar na demonstração das inconformidades na arrecadação e pagamento de contas públicas ⁹³:

⁹³ As evidências indicam que a Intendência teria feito uso da verba repassada pelo Governo Estadual para o auxílio da "Instrução Pública", deixando de pagar os professores. Conforme será visto a seguir, na documentação recolhida junto ao arquivo de correspondência de Borges de Medeiros e segundo notícia publicada no jornal "A Nação", em 1919.

Figura 06: Planilha de apuração de Impostos e Despesas, 1916-1919 (valores em mil réis).

ANO	RECEITA	DESPESA	SALDO
1916	268:281\$678	263:738\$444	4:543\$234
1917	415:943\$121	408:491\$616	7:451\$505
1918	349:193\$569	349:191\$820	1\$749
1919	345:853\$310	343:494\$160	2:359\$150

Fonte: Livros-caixa da Intendência de Uruguaiana e cópia de relatório enviado a Borges de Medeiros, feito a partir dos livros-caixa da Intendência, com informações acerca da situação econômica de Uruguaiana (1916 -1919).

Pode-se observar que a tabela exposta acima, embora representem informações enviadas a Borges de Medeiros, não podiam ser considerados como documentos totalmente confiáveis, pelo menos não no que diz respeito à finalidade de se checar efetivamente o que era a arrecadação de impostos. Tais informações serviam mais para sintetizar o que era demonstrado como “realidade” para as estatísticas de Borges de Medeiros.

Quando comparados aos documentos de estatísticas do Estado, tais informações apresentam diversas incompatibilidades de valores. Embora as rendas a serem arrecadadas estivessem idealizadas dentro do propósito de um rígido controle, juntamente com as despesas a serem regidas também por orientação do governo estadual de Borges de Medeiros. Isso porque se constituíam em um dos pontos nos quais se baseava o governo científico, de base positivista, para quem a arrecadação e as contas municipais tinham destaque. Mas, longe disso, a exatidão dos valores, bem como uma contagem precisa de contribuintes a serem tributados eram práticas pouco presentes em Uruguaiana na época.

Outro ponto a ser observado é o de que, dentro do quadro de crise em que se encontrava a economia relativamente à pecuária, principal atividade do município, a sonegação de impostos e a fraude na descrição dos livros eram possibilidades que seriam reforçadas com os relatórios enviados a Borges de Medeiros:

FINANÇAS – As finanças, entretanto, não tem acompanhado o suspcioso desenvolvimento economico no Municipio, devi-

do, em grande parte, à inexistência do Conselho Municipal. Segundo os dados constantes do relatório do Secretário da Fazenda, junto aos anexos o movimento financeiro do Município no período decorrido de 1º de Janeiro a esta data [relatório sobre a Intendencia de Uruguaiana, enviado a Borges de Medeiros em 12 agosto de 1919].

A falta de fiscalização pode ser percebida no próprio relatório acima transcrito, que indica que o Conselho da Câmara de Vereadores falhava em algumas de suas principais funções enquanto poder legislativo: fiscalizar as contas do poder executivo, controlar os orçamentos e deliberar quanto aos gastos e a administração da municipalidade.

Por meio da observação dos livros de atas das reuniões do Conselho de Vereadores, pode-se confirmar tal inoperância. Nos registros que vão desde 1911 até abril de 1923⁹⁴, foram contabilizados em torno de 250 reuniões, sendo que destas, 130 foram encerradas pela falta de Conselheiros vereadores. Tais reuniões foram lavradas como “Acta Declaratória”, em sua maioria apenas constando que estavam encerradas, já que, “havendo se esgotado a meia hora de espera na fórmula regimental sem que houvesse número legal para a reunião, deixa de haver”⁹⁵.

Assim, considerando-se o que foi visto até agora, com a economia em crise, tornou-se claro o fato de que as contas públicas e a arrecadação de impostos de Uruguaiana, durante aquele período foram amplamente negligenciados, principalmente pela Câmara dos vereadores, órgão que deveria se encarregar de fiscalizar as contas. Dessa maneira, os coronéis que participavam do jogo político e não pagavam impostos puderam tirar o melhor proveito possível.

Concluindo a questão sob o ponto de vista econômico, cabe ressaltar que, ao se comparar a forma de fiscalização do século XIX, vista no primeiro capítulo⁹⁶, ao que foi visto até agora no segundo capítulo, referente ao século XX, os interesses privados individuais e a falta de controle foram mais recorrentes nesse último. Não significando, porém, que no século XIX tais fatos não tivessem ocorrido.

⁹⁴ Durante esse período a cidade de Uruguaiana fora sitiada pelas tropas Federalistas de Honório Lemes, fato que será visto mais adiante.

⁹⁵ Livro de Atas da Câmara de Vereadores de Uruguaiana, 1911 a 1926

2.3 Os coronéis e a política

Na edição de 13 de setembro de 1918, o jornal *A Nação*⁹⁷ comemorava, passados seis dias da data, 14 anos de sua fundação. De circulação diária e grande tiragem, o jornal contava com uma grande diversidade de anunciantes, entre eles profissionais liberais, lojas, e bancos como o Pelotense e o Banco do Brasil. E, como em toda a cidade em que naquele época circulava a atividade capitalista, havia também muitos anúncios de venda de automóveis, como o do “Automóvel Studebaker [...] Não necessita propaganda. Toda a pessoa que possui um luxuoso e confortável carro STUDEBAKER fez uma boa aquisição. Para informações dirigir-se a João, Zacouteguy & Belloc Concessionários”.

O *A Nação* afirmava já em sua primeira página, abaixo do nome, ser uma “folha federalista”, e fazia ataques diretos a Borges de Medeiros e seus representantes na região da fronteira oeste. Era desprovido de um cuidado ideológico mais aprofundado, como era o caso de, por exemplo, o jornal portoalegrense *A Federação*⁹⁸.

Tanto era assim que nos exemplares do *A Nação* poderiam ser encontrados anúncios de republicanos. Como no caso da edição de 6 de Junho de 1919, que anunciava os serviços prestados pelos escritórios de advocacia do compadre de Flodoardo Martins Silva, Osvaldo Aranha e do aliado direto de

⁹⁶ Para uma melhor síntese da gravidade do problema, pode-se voltar às páginas 64-67 do primeiro capítulo e comparar a questão da fiscalização na parte econômica do município.

⁹⁷ Fundado em 7 de setembro de 1905 por Antonio A. de Carvalho, o jornal “A Nação”, embora não fizesse discriminação nos anúncios (reclames comerciais) relativamente aos adversários republicanos, era identificado com o grupo Federalista e combatia o PRR, o governo de Borges de Medeiros, os representantes locais do partido e a Intendência. Tinha como gerente Alípio Pereira da Silva, na redação geral Alberto de Lemos e os assuntos de política eram conduzidos pelo proprietário do jornal, Lisimaco Nunes Dória. A medida em que o conflito de 1923 se aproximava, iria se juntar ao grupo do jornal como colunista e depois redator o filho de ricos estancieiros e também federalista, o promissor médico e advogado Dr. João Batista Lusardo. Na pesquisa realizada para este trabalho, foi possível encontrar farto material do jornal, porém com uma lacuna durante o período de convulsão de 1923 (período sobre o qual não foi localizado quase nenhum exemplar). Fato que foi esclarecido durante as entrevistas, quando se descobriu que neste período o jornal foi empastelado pelas forças republicanas em represália aos federalistas.

⁹⁸ Antonaci afirma que “A Federação” tinha toda uma linha ideológica amarrada ao partido, já que, tendo sido “fundada em 1884, era filiada ao Partido Republicano Rio-Grandense, sendo órgão de divulgação do pensamento da chefia do partido”.

Borges de Medeiros, Flores da Cunha: “ADVOGADOS os Drs. José A. Flores da Cunha, José Candido Alvim e Trajano Alvim Saldanha, podem ser procurados para os misteres de sua profissão à rua SANTANNA, Nº 61 (Praça da Rendição) onde tem escriptorio. [...] Oswaldo Aranha [...] Advogado Rua S. Anna, nº 75”.

Além do jornal federalista *A Nação*, para os Republicanos em Uruguaiiana havia mais dois jornais aliados: *O Rebate* e o *Diário da Fronteira*. Enquanto o primeiro era identificado com a facção de Sérgio Oliveira Ulrich, deputado estadual com grande respaldo e advogado, o segundo era “como todos sabem, [...] folha defensora da facção política do Sr. Antonio Monteiro.”⁹⁹ Monteiro fora Intendente durante o período 1912-1916 e chegou a acumular durante um tempo a chefia da Intendência, do partido republicano e da Delegacia de Polícia. A mando de Borges de Medeiros, comandava todos os setores com mão de ferro.

O alcance da política dos partidos ligados ao jornalismo em Uruguaiiana pode ser observado por meio de Gramsci que, ao analisar o jornalismo, observou que a imprensa desempenhava o papel de órgão ligado a intelectualidade orgânica e, assim, crescia a medida em que a sua função se tornava cada vez mais precisa, por conta da enorme difusão da imprensa periódica. Segundo o pesquisador, trata-se de “um jornalismo que pretende criar e desenvolver necessidades e em certo sentido gerar seu público e ampliar progressivamente sua área” (GRAMSCI, 1934 Caderno 24 apud COUTINHO, 2010, p. 197).

Nesse caso, os coronéis aqui relacionados acabavam se utilizando da política e, geralmente, de um jornal local que pudesse lhes permitir um alcance de influência.

A política dos coronéis era baseada na influência e os jornais ajudavam a informar o leitor acerca da força política que um determinado coronel possuía.

Na mesma rua Aquidabã onde morava Flodoardo Silva, já envolvido com o PRR local, em 1920 se hospedava na casa dos pais o jovem e promissor médico e advogado Dr. João Batista Lusardo. Filho de federalistas grandes proprietários de terras que faziam a divisa da linha de fronteira com o Uruguai, Lusardo passou a juventude em colégios internos até ser enviado para o Rio de Janeiro para concluir sua formação acadêmica. Já em Uruguaiiana, naquele ano de 1920, juntamente com o Dr. Brasil Vianna, Coordenador Muni-

⁹⁹ URUGUAIANA. Jornal *A Nação*, 11 de outubro de 1918.

cipal da Saúde, assumira a tarefa de combater o mal que “consumiu seis meses e cento e duas vidas de uruguaianenses” (SILVA, 2001, p. 35).

Luzardo, que viera do Rio de Janeiro passar uns tempos em Uruguaiana, havia participado, um ano antes, do Serviço de Higiene Pública do RJ e adquirido experiência no combate a peste bubônica, assumira o controle médico da intendência Municipal, responsável pela Saúde Pública. Grande parte dos profissionais de saúde locais “transferiu-se para Libres no mesmo dia em que a peste foi descoberta, dizendo-se velho e cansado [...] muitos outros profissionais desapareceram [...] compareceram apenas sete dos vinte e sete clínicos de Uruguaiana” (Idem, p. 34-35).

Ao que tudo indica, a barraca de Flodoardo Silva transformou-se em um dos principais focos da peste. O material que lá era estocado se constituía principalmente de derivados de gado, indo desde sebos e graxas até lãs e peles. Somado a falta de saneamento básico, isso era suficiente para potencializar as condições de surgimento e sobrevivência de ratos e mosquitos.

Para Lusardo, de acordo com a experiência que adquirira no Rio de Janeiro, era necessário a adoção de medidas extremas de combate aos focos, a fim de isolar os transmissores: “Nesse instante da peste, ele teria inspirado o doutor Vianna a decretar a “quarentena” sobre a barraca e a residência de Flodoardo Silva, isolando sua família e empregados contaminados pela doença. Oswaldo Aranha também adoeceu da peste bubônica” (SILVA, 2001, p. 35).

Embora o Intendente provisório, Cândido Gentil do Prado, não desejasse, precisava contar com elementos do partido rival, pois tanto Lusardo quanto Vianna, além de atuarem como médicos, ainda colaboravam com o jornal “A Nação”, que, como visto, era de ideologia federalista, promovendo sistemáticos ataques ao governo de Borges de Medeiros. Porém, em meio a falta de condições de saneamento na cidade durante aquele início de década, agravada pela negligência da administração, que não melhorava as condições de saúde e nem fazia obras de saneamento, não havia outra maneira.

O caso da peste em Uruguaiana causou comoção geral e acirrou também os ânimos internos no PRR local. Por conta das poucas providências tomadas pelo Governo do Estado, a comunidade, diante dos fatos, se viu obrigada a procurar ajuda externa. As notícias chegavam até Borges de Medeiros, informando-o de que as orientações por ele determinadas para o assunto eram alvo

de questionamento, pois “falsos republicanos da panellinha do dr Oswaldo Aranha [...] tem a estulta pretensão de analysar vossos elevados méritos de Presidente e inexcedíveis qualidades de Chefe”¹⁰⁰.

O temor pela maior proliferação de uma epidemia foi transformado em incidente político, revelando as fraturas no interior do bloco histórico. Isso porque Flodoardo, que tivera decretada quarentena para sua residência e estabelecimento comercial e Oswaldo Aranha, que contraíra a peste bubônica, como vimos acima, formaram uma comissão independente do PRR. Juntamente com diversos representantes da sociedade uruguaianense, ambos telegrafaram para Dr. Carlos Chagas no Rio de Janeiro, denunciando o que estava ocorrendo no município do Rio Grande do Sul.

O fato foi descrito com minúcias a Borges de Medeiros na mesma correspondência enviada por Antonio Monteiro, na qual afirmava que o “telegrama ao Dr. Carlos Chagas sobre a bubônica aqui, o que é, nada mais que uma exploração política, os auctores do telegrama foram os Drs. Aranha e Lorenzoni [...] fazendo até comentários desabonatorios à acção do benemérito Governo do Estado”¹⁰¹.

O envio da informação a Borges de Medeiros também se configurava em uma exploração política do remetente, que buscava parecer ainda útil ao Partido, como elo de ligação local ou como espião, denunciando as ações da facção rival. Junto a carta enviada a Borges de Medeiros, durante esta pesquisa foi encontrado um recorte do Jornal “O Rebate”, sem data, mas descrito na correspondência, em que “se publica aqui é órgão official da facção sergista...”. Na matéria do jornal apareciam diversos nomes de importantes indivíduos da sociedade, entre eles se destaca o nome de Flodoardo Silva:

A bubônica – O telegrama enviado ao Dr. Carlos Chagas, eminente director da Saúde Publica, do Rio de Janeiro, que publicámos na nossa edição de ante hontem, era assignado pelas seguintes pessoas: Francisco Silva Torres, Oswaldo Aranha [...] Baldomero Barbará, Miguel Barbará [...] Flodoardo Silva, João B. Arregui.

¹⁰⁰ URUGUAIANA. Carta de José Monteiro a Borges de Medeiros. 06 de abril de 1920. Arquivo Borges de Medeiros. IHGRS, nº 10254.

¹⁰¹ Idem.

Nesse sentido, o reflexo das escaramuças intrapartidárias do PRR em Uruguaiana foi também amplamente utilizado pelos federalistas. Considerada como desleixo por parte do governo de Borges de Medeiros, a demora em tomar providências quanto ao quadro da doença foi se somar ao já desgastado governo do PRR, que contabilizava, na crise agravada em 1921, mais um ingrediente explosivo para o que ocorreria em 1923.

A política local aproveitava qualquer situação que pudesse servir de elemento desabonador ao adversário, de parte a parte. No caso da peste havia o fator de que já circulava nas rodas, a boca miúda, a consideração de que a cidade de Uruguaiana estava abandonada administrativamente. Rumor que se devia a evidente falta de saneamento básico e higiene provocada pelo desvio dos recursos públicos. Como já foi visto, além dos desvios de verbas havia muito contrabando e sonegação de impostos drenando os recursos e impedindo que fossem feitas as obras necessárias para que se pudesse evitar a proliferação de doenças. Isso era algo que se refletia diretamente na população e que podia ser constatado com uma caminhada pelas ruas. Nessa época a área urbana estava crescendo e a falta de saneamento básico era escancarada em uma “cidade, que está construída em xadrez, consta com 45 ruas de 22 metros de largura cada uma, sendo 32 na zona urbana, estas 45 ruas estão divididas em 500 quadras quadradas, medindo, cada uma, em média, 17.424m². Dessas 500 quadras, 227 estão localizadas na zona urbana e 273 na suburbana.”¹⁰².

Em Uruguaiana a Intendência se encarregava de efetuar a cobrança dos impostos pela Secretaria Municipal da Fazenda. Pelo que foi possível observar nos livros, durante a pesquisa, há anotações em determinados períodos. Característica que leva a supor que os livros foram auditados por agentes externos à Intendência.

Parte da população – que em 1923 chegaria ao número de 33.661 habitantes morava em uma cidade na qual o número de prédios seria de 1.898 em 1925 ¹⁰³ – vivia já na área urbana e suburbana de Uruguaiana. Tais moradores, juntamente com os agregados nas Estâncias constituíam-se no rebanho que sofria com as mazelas da falta de saneamento. Ao mesmo tempo em que formavam o eleitorado levado como sinuelo na época das eleições.

Nesse sentido, o jogo político dos coronéis se fazia presente na administração pública, muitas vezes transformando-se em cavalo de batalha entre fac-

¹⁰² Livro II Relatório de Estatísticas 1912-1926. III Ruas e Prédios. Intendência do Município de Uruguaiana 25/07/1926.

ções internas do PRR e externa, pelos federalistas. Principalmente por conta do momento de crise política, era necessário potencializar os problemas para se obter algum resultado nas urnas. As contas públicas em Uruguaiana foram, naquele período, motivo de desentendimentos muito explorados pelas facções políticas, conforme foi possível constatar por meio da correspondência enviada por Antonio Monteiro a Borges de Medeiros em 1919. Mesmo depois de ter sido afastado da Intendência e substituído pelo provisório Major Lupi, Monteiro se mantinha como informante privilegiado de Borges de Medeiros, o que se confirma na carta enviada com o objetivo de “prestar à V. Ex. Informações mais detalhadas [...] à administração do Major Lupi [...] As rendas do município vão tendo má aplicação”¹⁰⁴. Essa informação levada ao presidente do Estado, segundo Monteiro relatava na correspondência, teria “despertado por uma curiosidade natural”¹⁰⁵. Curiosidade que, no fundo, refletia a luta pela hegemonia intrapartidária do PRR uruguaiense e demonstrava, ainda que, até aquele momento, Monteiro mantinha contato direto com Borges de Medeiros.

A acusação de administração corrupta do Major Lupi teve uma repercussão ainda maior e caiu no conhecimento dos opositoristas do Partido Federalista local, expondo as fissuras do PRR. Isso aconteceu quando o Jornal “A Nação” acusou, em 02 de agosto de 1919, a intendência de desvios de valores, provocando a destituição de mais um intendente provisório, no caso o Major Odalberto Lupi, que ficara pouco mais de um ano no posto de intendente, no lugar de Antonio Monteiro e Flores da Cunha. Lupi teria levado o Governo do Estado a manter o caráter de Intervenção no ano seguinte, de 1920, quando Flores da Cunha assumiria o cargo de Intendente eleito pela máquina eleitoral do PRR.

Lupi fora acusado de fraude por Antonio Monteiro em reportagem que descrevia fielmente o que fora relatado a Borges de Medeiros, com o título de “O governo do Lupi: Dívidas e Árvores Secas”. Como demonstração de força, Monteiro havia espalhado em várias rodas que pedira diretamente a Borges de Medeiros a destituição do “provisório” Major Lupi. Segundo o jornal relatou

¹⁰³ Livro II Relatório de Estatísticas 1912-1926. População. Intendência do Município de Uruguaiana 25/07/1926.

¹⁰⁴ URUGUAIANA. Carta de Antonio Monteiro de Uruguaiana a Borges de Medeiros, 15 de julho de 1919, nº 10251. Arquivo Borges de Medeiros. IHGRS

¹⁰⁵ Idem.

Monteiro havia dito que

[...] o major Lupi mandava escripturar as receitas e omitia parte das despesas, apparecendo, por isso, num saldo que só existi nos graciosos balancetes, pois o cofre está vazio. Que a intendencia pagou a viagem que o major Lupi fez a Porto Alegre, e mais a do Maragato, que foi de seu guarda costas. Que a Intendencia emittiu, para Buenos Aires, um cheque de 5 ou 10 mil pesos, para a compra de flores e arbustos e deixou de pagar a luz electrica e o professorado municipal. [...] Perguntamos, agora, onde o major Lupi teria mettido o producto da arrecadação dos impostos desde 17 de Junho do anno passado, 13 meses e dias?! Quem sabe... O major Lupi devia conceder uma entrevista humoristica ao benemerito órgão official, explicando onde gastou tanto dinheiro. Veriamos, então, o major Lupi, deixando nosso municipio sobrecarregado de dividas, e com o cofre ás vazia. Deixa nos, em compensação, muita arvore secca pelas ruas, a algumas piletas [piscinas que estão lá até hoje junto aos banheiros] alem de serio compromisso, superior a 20 contos, com a Luz Electrica. Uruguayana anda sem sorte.

Tratava-se de uma vingança por parte de Antonio Monteiro, direcionada aos responsáveis por sua destituição da administração da intendência em 1917. Tal vingança foi aproveitada ao máximo pelos federalistas, que acrescentaram, ainda na mesma edição do *A Nação* a situação de descontrole na administração: “Nada há como um dia depois do outro [...] O major Lupi, num anno e dias de governo, [...] provou as nossas affirmativas. [...] que elle não tinha competencia, nem criterio moral para estar à frente de um municipio como o nosso”¹⁰⁶.

O ataque se refletia justamente, como já observado, onde se depositava a maior afirmação do PRR de Borges: na austeridade das contas públicas e na moral dos governantes de inspiração positivista. Segundo Pesavento: “em termos econômico-financeiros, eram fatores [de] inspiração buscada no princípio positivista de praticar sempre a sã política, filha da moral e da razão, bem como a norma seguida do equilíbrio orçamentário” (PESAVENTO, 1980, p. 190).

Tal aspecto, que refletia a disputa pela hegemonia em Uruguaiana, não

¹⁰⁶ URUGUAIANA. Jornal A Nação, 2 de agosto de 1919.

combinava, contudo, com a inspiração positivista vinda do governo do Estado. Monteiro, em correspondência a Borges de Medeiros um mês antes, havia levantado habilmente provas que dissimulava ao afirmar que o Major Lupi estava sendo alvo de uma campanha hostil, patrocinada, entre outros, pelos doutores Flores da Cunha e Oswaldo Aranha e temia que o Intendente nomeado por Borges fosse “emaranhado em alguma teia, da qual não pudesse livrar-se”¹⁰⁷. Encaminhava, assim, junto com a correspondência, um pequeno inventário no qual constavam as despesas, possivelmente fornecidas por espões locais ligados a Monteiro, que lhe repassaram as informações de dentro da Intendência de Uruguaiana:

Nota

Despesas feitas pelo Sr. Intendente no primeiro semestre de 1919 e que não foram pagas até a presente data. Luz electrica, dois meses, Maio e Junho 6:223\$500 [...] Fornecedor turmas Obras Publicas 5:000\$000 [...] Fornecedor pedra a intendência 3:500\$000 [...] Honorários alguns sub-intendentes campanha, policia e outras despesas com policia 2:408\$000 [...] Quatro carroças mandou fazer montam em 1:800\$000 [...] Total das Contas a pagar 33:283\$200 [...] Afora pequenas contas que montam 800\$00. [...] A titulo de curiosidade detalho a conta dos Snrs Zacouteguy & Belloc, Gazolina 1:871\$000, Champagne 960\$000, Forragem 259\$000, 2:990\$000, [...] Um caixão champagne foi gasto com a recepção do general Gamelin, os dois outros gastos com uma missão exportiva uruguay, que aqui esteve. Vi os balancetes do segundo trimestre de 1918 e do primeiro de 1919, chamo a pronunciada atenção de V. Ex que nelles não figura o pagamento de luz electrica, que foi paga agora, dez meses e mais os juros de 12% ao anno, que montaram em 2:051\$900. Igualmente e muito de propósito, a fim de que V.EX não tivesse conhecimento das despesas effectuadas em Buenos Ayres, apesar de serem ellas feitas e pagas em Junho não foram ellas ate então escripturadas, as referidas despesas montam em II contos. Antonio Monteiro

Supõe-se que a origem da informação repassada para Monteiro, com

¹⁰⁷ URUGUAIANA. Carta de Antonio Monteiro a Borges de Medeiros, 15/07/1919, nº 10251. Arquivo Borges de Medeiros. IHGRS.

tamanha riqueza de detalhes, teria partido do interior da Intendência. Tal indício é reforçado pelo próprio informante da correspondência, quando informa que viu os balancetes e checkou as despesas que não haviam sido pagas. Tal informação, como era de praxe para os coronéis possivelmente fora obtida e entregue em troca de alguma vantagem para o seu informante. Ainda na mesma correspondência os doutores que não eram de Uruguaiana são apontados como interesseiros. Isso acontecia porque, tomando conta da situação política, eles aumentavam seu raio de influência nas facções internas do Partido Republicano e na Intendência, colocando, assim, a disputa pela hegemonia local em jogo.

Esses, segundo Monteiro relatava na correspondência, “que querem a todo transe, galgar posições políticas [...] almas damnadas e intrusas se immiscuiam na política local, constituindo-se verdadeiros dysculos partidários”¹⁰⁸. No fundo seu temor tinha sentido, já que um grupo novo se formara com a chegada de elementos como Flores da Cunha, Oswaldo Aranha e Flodoardo Silva. De qualquer forma, Borges de Medeiros destituiu rapidamente o Major Lupi e mandou averiguar o alerta recebido por meio de informações tiradas dos livros caixa da Intendência de Uruguaiana. Era preciso agir para que os adversários políticos não ganhassem mais terreno. E, para isso, Borges de Medeiros nomearia outro Provisório.

No dia 7 de agosto de 1919, o jornal *A Nação*, como era de praxe, novamente levantou a bandeira da indignação contra mais um “Provisório do Provisório”, publicando uma matéria¹⁰⁹ com o chamativo título de “Facadas na Constituição”, que trazia o seguinte:

A propósito dos PROVISÓRIOS

O Sr. Dr. Borges de Medeiros, presidente do Estado, comtinue violando a Constituição da República, em nomeando intendentes provisórios para os municípios. Ante-ontem, em recado affixado em nosso placard, anunciamos mais uma inconstitucionalidade praticada por sua excellencia, demitindo, por dictatorial decreto, o então provisório de Uruguayana, e nomeando-lhe o respectivo substituto. [...] Avalie se, por ahi o pouco caso que o sr. dr. Borges de Medeiros liga ás nossas leis, dando em menos de 4 annos para só falar de Uruguayana, tres facadas na Constituição

¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹ URUGUAIANA. Jornal A Nação, 7 de agosto de 1919.

da Republica, baixando tres illegaes decretos, e atirando nos à face tres intendentes provisório. Quando o povo saberá reagir contra essa prepotencia? [...] Irmanando a administração e a politica, contundindo os ideaes da primeira com os interesses corrompidos da segunda, o Sr. Dr. Borges de Medeiros proclamou, nestas plagas riograndenses, a monarchia positivoide, fazendo-se imperador, e tornando o Riogrande um burgo podre sem leis e sem moral administrativa. [...] Hoje o povo vae aceitar mais o de provisório; a autonomia municipal mais uma vez ficará ferida em cheio o governo do Riogrande enxovalhou, uma vez mais as normas do regimem republicano [...] Continuará sempre assim? That is the question.

Descrente das eleições municipais para Uruguaiana, Borges de Medeiros fez com que fossem checadas as informações e, após curto período, recebeu novo relatório em forma de correspondência – com a anotação de RESERVA-DA – do então colaborador do Partido Republicano, Coronel Claudino Pereira Nunes. Num relatório datado de 21 de agosto de 1920, o Coronel, que havia sido destacado para assumir como intendente provisório, ampliava a informação anterior sobre o quadro das finanças municipais e os serviços. Constava em seu escrito que, em Uruguaiana, até aquele ano de 1920, por conta das administrações “A sua dívida consolidada é, segundo balancete que me foi apresentado, de 685:216\$000 e a fluctuante de 82:160\$900, ou seja um total conhecido de 767:376\$900. E digo conhecido porque o apanhado da dívida fluctuante não está completo e ainda porque augmenta seguidamente com despesas obrigatórias”¹¹⁰.

O relatório ia mais a fundo, afirmando que os serviços públicos básicos de asseio e limpeza, que estavam a cargo de uma empresa particular da qual não se citava o nome do proprietário, eram deficientes a ponto de parecerem inexistentes. Tais serviços ream realizados apenas por três veículos conduzidos por um boi e duas mulas. Ainda em relação a higiene, o relatório afirmava que a repartição pública que cuidava do seu controle estava “completamente desapparelhada, não dispondo si quer de uma padiola para o transporte de um ferido!”¹¹¹

Outro ponto grave que constava no relatório e batia com a informação

¹¹⁰ URUGUAIANA. Correspondência Reservada enviada por Claudino Pereira Nunes a Borges de Medeiros, 21 de agosto de 1920. Arquivo Borges de Medeiros, nº 10258. IHGRS.

anterior era referente aos credores da dívida flutuante já observada anteriormente. Tais informações indicariam que os valores arrecadados pelos impostos eram desviados de seus destinos, como se pode observar ao constar no relatório que “Entre os credores [...] figuram a polícia com 14:669\$000; a Companhia de Luz Electrica com 24:633\$000; o professorado com 5:536\$000 e os Subintendentes com 2:100\$000!” O coronel Claudino completava o relatório em tom de indignação, dizendo que “...o peor de tudo é que, não havendo meios de melhorar tal estado de cousas e sendo indispensável manter certos serviços, não só a divida vae crescendo, como o crédito do município vae desaparecendo”¹¹²

Essa reclamação estava baseada na impossibilidade de se saldar dívidas com os fornecedores da intendência. Dívidas essas que iam desde o fornecimento de energia elétrica para as ruas do município até os vencimentos do funcionalismo público, categoria que penava com a falta de salários. Nesse aspecto o município, sem fluxo de caixa, apelava para a criatividade, como relatou o mesmo colaborador de Borges, ao descrever no relatório que “Não podendo fazer a limpeza das ruas por pessoal pago, tenho utilizado nesse particular os desocupados que cahem nas mãos da Polícia”.¹¹³

A sujeira e o acúmulo de lixo, para a Intendência de Uruguaiana, em pouco tempo já havia onerado a despesa com a saúde na época da bubônica. Isso porque, com o aumento da população urbana nas primeiras décadas do século XX e com a falta de higiene já observada, constava no relatório recebido por Borges de Medeiros, ainda nesse sentido, que “A intendência despendeu com a gripe uns 6 a 7:000\$000 e com a peste quase 2:000\$000, na conformidade que informou-me o thesoureiro, sendo que algumas dessas despesas ainda não estão pagas. Por motivos que ignoro”.¹¹⁴

Este era o quadro que se apresentava às vésperas das eleições para intendente municipal, sendo necessário que Borges de Medeiros tomasse uma decisão quanto a quem deveria assumir em Uruguaiana. Decisão que não poderia colocar em risco o controle municipal, pois o federalismo era forte na região. E naquele momento, dentro do contexto da situação no Rio Grande do Sul, o município de Uruguaiana, representado pelo governo de Borges de Medeiros, se encontrava com a popularidade em baixa, uma vez que o quadro de crise financeira após o término da primeira guerra, acabava refletindo nas administrações municipais.

^{111, 112,, 113, 114} Idem.

Em 1920, após as eleições municipais em Uruguaiana, Flores da Cunha assumiu o cargo de Intendente. Em determinação recebida da parte de Borges de Medeiros, através de telegrama, foi orientado a exercer um controle rígido sobre o funcionalismo público, listando o nome de todos os funcionários federais, estaduais ou municipais existentes em Uruguaiana. Determinação que foi no mesmo dia executada por Flores da Cunha. Quanto ao problema das contas públicas, Flores da Cunha tratou de aprofundar mais as informações anteriores recebidas do antecessor, Cel. Claudino Nunes Pereira, sobre o governo local. Como seu antecessor, ele encontrou uma dívida flutuante acumulada que figurava, naquele momento, em mais de cem contos de réis. Segundo Flores da Cunha narrou a Borges de Medeiros sobre a administração pública de Uruguaiana: “a situação deste município não poderia ser mais deplorável.”¹¹⁵.

Nesse período Flodoardo Silva já era um comerciante destacado na municipalidade de Uruguaiana. Embora não estivesse relacionado nos livros-caixa da Intendência, já havia se agregado politicamente ao amigo Oswaldo Aranha e ao PRR uruguaiense, pois “em 1920, sua colaboração foi intensa para a eleição de Flores da Cunha, tanto no fornecimento de recursos materiais, na forma usual da época, como na campanha propriamente dita” (SILVA, 2001, p. 119).

É provável que o funcionalismo público naquela época fosse o ponto mais fraco nessa corda sempre prestes a arrebentar. Isso porque a categoria não podia fazer reclamação a ninguém, por conta dos riscos de demissão ou de se sofrer algum tipo de retaliação por parte de algum coronel envolvido nos fatos obscuros. Além de se constituírem na reserva de votos necessária para manter o poder local e o Presidente do Estado nas eleições. Segundo Flores da Cunha, ele teria encontrado “Os funcionários e professores com muitos meses de atraso no recebimento dos seus vencimentos. A polícia também atrasada em vencimentos, descalça e quase nua”¹¹⁶.

No tocante à dívida pública com o fornecimento de energia elétrica, que já fora objeto de negociação por parte de Flores da Cunha na época em que havia assumido como provisório, também em 1920 ocorreu nova falta de pagamento ao parcelamento que havia sido negociado junto ao Banco da Província. Dívida que totalizava quase onze meses sem pagamento e de juros

¹¹⁵ URUGUAIANA. Carta de Flores da Cunha a Borges de Medeiros, 27 de novembro de 1920, nº 10251, Arquivo Borges de Medeiros. IHGRS.

acumulados. Sobre esse ponto, Flores da Cunha informa que “A iluminação publica desde primeiro de Janeiro deste anno que não é paga. O serviço de amortisação e juros da avultada dívida consolidada completamente desattendido, não tendo sido feito no corrente exercício um só pagamento.”¹¹⁷

Outro fator que se apresentava como demonstração do desgaste do PRR local antes das eleições de 1922, era a violência que algumas vezes se praticava até mesmo internamente no partido provocada pela disputa das facções internas. Como representante de um governo já cada vez mais esgotado o ligado a figura de Borges de Medeiros, o PRR de Uruguaiana agonizava.

Há diversas matérias do jornal “A Nação” denunciando os desmandos dos Intendentes provisórios do PRR. No caso de Monteiro e outros, que atuavam como autoridade policial e agiam com extrema violência, pode-se citar como exemplo o episódio publicado pelo jornal em 1 de outubro de 1918, que descreve a violência policial que teria sido praticada contra o coronel Pedro Ranketat, estancieiro e advogado, sócio de Sérgio de Oliveira Ulrich, então deputado estadual pelo PRR e adversário de Monteiro:

Política Local [...] A NEFASTA ACÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA DO AGRIMENSOR ANTONIO CARNEIRO MONTEIRO. [...] cruel perseguição e injustiça, praticado pelo então delegado de policia coronel Avelino dos Santos e Silva, contra o coronel Pedro Ranquetat, inteligente advogado deste foro, amigo partidário e companheiro de escritorio do Sr. Dr. Sérgio de Oliveira [Ulrich], chefe político local e deputado estadual. [...] o coronel Ranquetat, [...] ouvira as mulheres Paulina da Silva e Francisca dos Santos declararem que Simão Guterres fora espancado por praças da Guarda Municipal, conforme lhes havia dito, em razão do que viera a fallecer¹¹⁸.

Após o ocorrido, foi relatado no jornal, em 11 de outubro de 1918, que Borges de Medeiros resolveu convocar Ulrich e Monteiro a se deslocarem até Porto Alegre, em seguida tomando a decisão de destituir Monteiro da chefia do Partido Republicano e nomear uma comissão composta pelas duas facções para a diretoria do PRR de Uruguaiana. Assim, Borges de Medeiros conservava as duas facções dentro do PRR e mantinha o controle da máquina eleito-

^{116, 117} Idem.

¹¹⁸ URUGUAIANA. Jornal A Nação, 1º de outubro de 1918.

ral¹¹⁹, pois não podia se desfazer de um líder que poderia significar votos no âmbito do município. A julgar por todo o emaranhado de situações em que o PRR local se envolvera até ali, naquele momento, às vésperas de uma eleição, a política de Borges para com os coronéis o fazia adotar medidas para que outros integrantes pudessem renovar os ares. No caso de Uruguaiana, para assumir postos importantes no quadro político local.

Antonio Monteiro, em 1922, finalmente reconhecendo que havia perdido espaço em Uruguaiana para a facção de Sérgio Oliveira Ulrich, e na iminência de uma derrota nas Urnas para os federalistas da fronteira faria sua retirada. Acuado pelos federalistas que apoiavam, em sua grande maioria, a Assis Brasil, Monteiro recuaria, mantendo, contudo, ao menos no discurso daquele momento, sua obediência partidária para com Borges de Medeiros.

Isso foi o que Monteiro tentou argumentar para o líder do PRR e Presidente do Estado, em carta enviada ao palácio do governo na qual dizia que: “Compreendendo, isto, e, conseqüentemente, as responsabilidades que também me cabem, venho à presença de V. EX., manifestar o meu pesar por não ser possível levar às urnas a totalidade de meu grupo eleitoral”¹²⁰.

Monteiro, em leve tom de queixa, mas sem perder o devido respeito, acrescentava ainda que “De certo tempo para cá venho sendo diminuído no

¹¹⁹ Para Joseph Love, “O poder da máquina republicana dependia, em larga escala, de seu controle ininterrupto sobre o governo estadual. Pela Constituição de 14 de julho, o Governador tinha uma autoridade legal equivalente a um poder ditatorial. Mesmo assim, era importante a cobertura de um partido disciplinado e, para ter esta disciplina, seu chefe dispunha de quatro elementos: o poder do Governador de cancelar eleições municipais ou de interferir na política local por outras vias e mediante decreto; o controle dos assuntos partidários em nível local, através de coronéis leais exclusivamente a ele; a capacidade dos coronéis de mobilização dos votos em seus distritos, empregando a violência e a fraude quando necessárias; e a eficiência da poderosa Brigada Militar estadual que podia ser empregada para fins políticos. Castilhos, e Borges depois dele, intervieram repetidas vezes nas eleições e nas questões administrativas locais [...] Os Governadores do Rio Grande do Sul praticaram 209 intervenções nos assuntos locais, entre 1896 e 1923, de acordo com cálculo efetuado. [...] consulte-se [ANTONIO] BAPTISTA PEREIRA. *Pela redemptção do Rio Grande* (São Paulo, 1923, p. 245-53). Se as autoridades locais desafiassem uma ordem do Executivo, o Governador contava com o poder constitucional para declarar nulas as resoluções ou leis ‘quando infringirem as leis federais ou do Estado’ [...]. Art. 20 da Constituição de 14 de julho de 1894, em *Constituições sul-riograndenses 1843-1947*. (Porto Alegre, 1963, p. 58). Uma vez que as leis estaduais eram elaboração do Governador, por decretos (ressalvadas aquelas relativas à matéria orçamentária, esta provisão lhe dava liberdade para agir nos municípios)” (LOVE, p. 83).

meu prestígio por actos e factos, que chegam ao conhecimento de todos, o que, por fim, me constringem na posição de director de uma facção política”. Tal queixa era feita indiretamente para o próprio Borges de Medeiros, que passou a prestigiar a facção de Sérgio Oliveira Ulrich e Flores da Cunha. O último, uma vez eleito Intendente de Uruguaiana, atendeu a Borges de Medeiros e controlou fielmente a fronteira com pulso firme, favorecendo mais ainda a facção dos “sergistas” e agregando elementos novos, como Osvaldo Aranha e Flodoardo Silva¹²¹.

Na mesma carta enviada para Borges de Medeiros, Antonio Monteiro constatava o franco enfraquecimento de sua facção, descrevendo que “As nomeações para empregos públicos têm sido feitas somente de candidatos da facção contrária e por indicação do Dr. Flores da Cunha, o que ainda há pouco succedeu para dois cargos na mesa de Rendas de thesouro e um conferente”¹²². Além do enfraquecimento de Monteiro, as nomeações naquelas repartições eram uma providência a ser tomada, já que Flores da Cunha encontrou problemas nas contas da intendência. A ordem do governo de inspiração positivista, naquele momento, era a de se arrecadar o máximo possível de impostos daqueles que poderiam pagar.

O final da correspondência deixa transparecer a instabilidade no PRR às vésperas da eleição em Uruguaiana. Porém, naquele momento ainda não havia indícios de um possível rompimento de relações. A direção local do Partido Republicano fora transformada por Borges de Medeiros em uma comissão chefiada pelos líderes de duas facções, os Monteiristas e os Sergistas, e, até ali, Flores da Cunha – eleito intendente com a força da máquina republicana – estava ao lado da facção controlada por Sérgio Oliveira Ulrich. Fato esse que fazia com que Monteiro se afastasse do círculo do poder e, segundo ele, “Nestas condições, não desejando causar prejuízo ao partido republicano, resolvo renunciar a parte que me corresponde na direção do partido, não assumindo, por isto, responsabilidade por qualquer fracasso eleitoral que possa haver. Continuando, porém, como eleitor do partido republicano”¹²³.

Mas, a divisão do PRR em facções atendia a uma deliberação de Borges de Medeiros que mesmo favorecendo uma facção não rompia diretamente com a outra, munia-se o mais que podia de documentos e provas dos atos de

¹²⁰ URUGUAIANA. Carta de Antonio Monteiro a Borges de Medeiros, 9 de fevereiro de 1922, nº 10260. Arquivo Borges de Medeiros. IHGRS.

^{121, 122}. Idem.

todos os que o cercavam e apenas os colocava em um estado de geladeira, até que deles o “preclaro” necessitasse novamente. E em épocas de eleição era o momento de se reavaliar e revalidar o compromisso coronelista. É o que se pode observar no caso de Uruguaiana.

Ainda nesse aspecto, e para demonstrar que Borges de Medeiros não descuidava de seus interesses, durante a pesquisa, localizamos em seu arquivo de correspondências um recorte do jornal “A Nação” com matéria publicada em 08 de março de 1922¹²⁴, na qual Antonio Monteiro, além do que já lhe havia escrito, declarava sua renúncia política do comando da facção do PRR em Uruguaiana. Nessa matéria, Monteiro culpava Borges de Medeiros, afirmando que a “acção na política local – tão fecunda em decepções individuaes e malefícios de toda sorte á colletividade [...] e nojosa de apprehensões e ódios, sob o fluxo e refluxo das intromissões indebitas, orientações dúbias, soluções dualísticas, compromissos retracteis e promessas fallazes, emanadas da intangível Unipessoalidade política de S. Ex. Dr. Borges de Medeiros”. Completando o texto publicado no jornal adversário, Monteiro reclamava ainda de ter sido injustiçado politicamente acabando por se cansar do regimento positivista.

É interessante constatar que, nesse ponto, Monteiro tentava um afastamento da figura de Borges de Medeiros, considerando um rompimento formal. Porém, sem descrever a carta que lhe enviara, apenas afirmando que “Afim-al, decidi-me a apresentar as razões da minha renúncia (por carta de 9 de Fevereiro, a S. Ex. Dr. Borges de Medeiros) devolvendo piedosamente o “terço” político às mãos que o crearam fraccionado!”¹²⁵ Pelo que investigamos até aqui, o rompimento formal sinalizava a tentativa de Monteiro de se caracterizar independente, com o objetivo de estabelecer ainda certo poder de barganha e autonomia. Algo que se constitui em uma das diferenças do coronelismo da fronteira oeste desde o período do século XIX, como visto no primeiro capítulo, onde as relações da região configuraram um tipo de relacionamento social diferenciado (COLVERO, 2004).

Ainda encerrando a correspondência de sua renúncia, Monteiro afirma que manteve na última eleição de 1922 o voto pró Nilo Seabra: “Como repu-

¹²⁴ URUGUAIANA. Recorte de jornal. Documentação de Borges de Medeiros, de 08 de março de 1922, s/nº. Arquivo Borges de Medeiros. IHGRS. Esse recorte possivelmente foi enviado a Borges de Medeiros pelos adversários de Monteiro, para que se mantivesse informado das suas intenções em Uruguaiana.

¹²⁵ Idem.

blicano, continuarei a defender as causas sagradas da Pátria! E, como reconhecido aos meus correligionários, cumprirei, na Assembleia do meu Estado natal, meu electivo mandato até o termo! Uruguayana, 8 de Março de 1922 Antonio Monteiro”¹²⁶. Ou seja, ele não estava rompendo com o republicanismo, sua questão era exclusivamente com Borges de Medeiros, com o qual, na posição de chefe de Estado rompia oficialmente.

Outra observação a ser feita relativamente a este caso é que a publicação foi feita no jornal “A Nação”, fato que indicava novamente que os federalistas aproveitariam para alimentar as animosidades internas do PRR. Na mesma página do jornal, em um quadro separado, constava outra notícia, intitulada “Uma Carta”, que informava ao município e a Borges de Medeiros que Monteiro havia solicitado ao diretor do jornal a publicação como um pedido particular a um amigo federalista. A carta dizia: “Illustre amigo dr. Lusardo. Saudações affectuosas. Peçote a gentileza de publicar em teu conceituado jornal ‘A Nação’ a declaração junto. Antecipando agradecimentos do do Att. Amg. Antonio Monteiro. Uruguayana, 8 de Março de 1922”¹²⁷.

Embora ainda exibisse os anúncios comerciais de adversários republicanos, a proximidade das eleições e o acirramento dos conflitos, segundo este trabalho, pode ter influenciado no ímpeto do jornal em descrever a traição no interior do PRR. A informação é complementada, ainda, com os seguintes termos: “A Declaração junto a que se refere a carta do Sr. Monteiro, é a publicada na edição de hoje sob o título: Renúncia Política”¹²⁸.

Trata-se da diferenciação, no caso da fronteira oeste e campanha, da forma de tratamento por cooptação que era realizada pela conveniência de se manter os aliados sem romper diretamente com os mesmos. No caso, Borges de Medeiros mantinha novos grupos ou elementos que se destacavam e que a partir dali eram elevados a postos de controle da região. A esses novos elementos se associavam a outros que formavam novos grupos, como no caso de Uruguaiana, com a ascensão de Flores da Cunha, Oswaldo Aranha e Flodoardo Silva – ligado a ele por relação de compadrio.

Os fatos ocorridos em Uruguaiana repercutiram até na Câmara dos Representantes em Porto Alegre. Fato que pode ser comprovado nos Anais da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, por meio do reflexo a nível estadual dos problemas enfrentados na administração pública em Uruguaiana. Os movimentos dentro do PRR e a disputa hegemônica podem ser medidos

^{126, 127, 128} Idem.

uma vez mais, já em 1922, na 12ª sessão da Assembléia dos Representantes do Estado. Nessa sessão¹²⁹, acuado, Antonio Monteiro pediu a palavra e relatou em plenário a sua versão para os fatos relativos a um telegrama enviado provavelmente pelo grupo de Federalistas de Uruguaiana, ligados também ao jornal “A Nação”, já que todo o relato, bem como as acusações, refletiam diretamente sobre o PRR local:

Sr. Presidente, meus collegas. Pedi a palavra para uma explicação pessoal. Eu sinto deveras ter de occupar a attenção dos meus illustres collegas para falar sobre um assumpto que diz respeito somente á minha humilde pessoa. Refiro-me a um telegrama vindo de Uruguayana e publicado pela “A Federação”. Esse telegramma faz referencias indirectas ao mandato que desempenho nesta casa e faz referencias directas e bem acres á minha pessoa, ás quais não posso deixar passar sem o meu mais vehemente protesto. Esse telegramma mentiroso e pérfido, dá-me elle a responsabilidade de 8 annos de governo no município de Uruguayana. Não é exacto, todos vós bem o sabeis. Exerci o mandato de intendente daquele município no quadriênio que vae de 1912 a 1916.

Caso os adversários políticos internos do PRR fossem os autores do telegrama a que Monteiro se referia, eles buscavam assumir a posição de mando que Monteiro havia perdido. Fato que passaria pelo crivo de Flores da Cunha, Osvaldo Aranha e Flodoardo Martins Silva, entre outros, que eram os forasteiros a que Monteiro se referira anteriormente.

A hipótese mais provável, tomando-se como base o retrospecto visto ao longo de toda a pesquisa, é que, de maneira recorrente, tanto os federalistas quanto os republicanos aprontavam verdadeiras armadilhas uns contra os outros. Assim, considerando que o grupo interno do PRR local de Flores da Cunha tinha relações com Borges de Medeiros e o risco de se colocar a perder as futuras eleições no município de Uruguaiana, isso não parece efetivamente ser obra de uma quinta coluna. Antes, parece uma artimanha dos federalistas. Monteiro segue:

nesse quadriênio, de accordo com as disposições regulamenta-

¹²⁹ PORTO ALEGRE. *Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*. 12ª Sessão em 4 de novembro de 1922. Assembléia dos Representantes 1922-1923, p. 120-122.

res, sempre prestei contas ao conselho de minha gestão e só deixei de as prestar no anno de 1916, porquanto o conselho que a devia julgar não se constituiu. Veio o regimen dos provisórios e eu não podia dar contas porque não havia o aparelho administrativo competente para a prestação. Direi, meus illustres collegas, que durante a minha administração, que foi tormentosa, que foi mesmo agitada, houve um grupo de impenitentes que contra mim assacou grandes infâmias e calumnias. Essas infâmias e essas calumnias, porém, jamais encontraram eco em S. Ex. o Dr. Borges de Medeiros. E eu lembro ainda que, quando terminado o meu mandato, vim a esta capital, pedi a S. Ex., roguei-lhe mesmo, em nome do meu decoro e no próprio interesse de Uruguayana, que mandasse um funcionário do Estado ou uma comissão para examinar as contas da minha gestão. E S. Ex., então, como resposta me declarou: “Tu és um homem honesto, quem te julga sou eu”. Eu não quero absolutamente entrar e fazer apreciações políticas e administrativas sobre meus 4 annos de gestão no município de Uruguayana. Mas, devo dizer que, terminado o meu mandato em 1916, houve a eleição na qual devia ser investido o novo intendente para o quadriênio de 1916 a 1920. Essa eleição em que foi candidato por um lado, pelo meu lado, o coronel Jordão de Freitas Leão, e pelo outro, pelo do Dr. Sérgio de Oliveira, o coronel Affonso Fabrício, realisouse. Mas nem um nem outro tomou posse do cargo¹³⁰.

Observa-se também, nesse caso, que a partir do momento em que os Intendentes provisórios foram se acumulando e a confusão se estabeleceu. Momento que coincide também com o período da chegada de Flodoardo Martins Silva e Oswaldo Aranha a Uruguaiana e com a formação de um novo grupo interno no PRR local. Também foi o momento em que, a julgar pelos livros-caixa da Intendência e pelas investigações posteriores, em que a fiscalização efetivamente não funcionou, facilitando a sonegação de impostos e o contrabando. Algo que fora amplamente aproveitado. Seguindo sua explanação, Monteiro, provavelmente ainda de dedo em riste na tribuna, exclamava:

Veio dahi o regimen dos provisórios em Uruguayana. E ahi V. V.

¹³⁰ PORTO ALEGRE. *Anais da Assembléa Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*. 12ª Sessão de 04 de novembro de 1922. Assembléa dos Representantes, 1922-1923, p.120-122.

Exs. verão bem que não me cabe responsabilidade directa nem indirecta dos 4 ou 5 intendentes provisórios que se succederam. O primeiro delles vós o conheceis bem! Foi o Dr. Flores da Cunha, o Dr. José Antonio Flores da Cunha. Temperamento impulsivo, homem que não se deixa absolutamente dominar por quem quer que seja, já exerceu durante 8 mezes, com independência, as funcções de intendente provisório. E, diga-se a verdade, as instrucções que levara do dr. Borges de Medeiros, que lhe dissera “faça adminstração economica e procure conciliar o partido”, elle cumpriu quanto á primeira parte. S. Ex. o Dr. Flores da Cunha, de facto, nos 8 mezes, fez effectivamente uma adminstração boa e de economias. Succedendo-se ainda os provisórios e tendo o Dr. Flores da Cunha ido occupar uma cadeira na deputação federal, veio o major Adalberto Luppi, que acabava de ser intendente provisório no município de S. Francisco de Assis, onde, parece-me, não se havia conduzido a contento de grande parte do partido daquela localidade. As mesmas instrucções recebeu elle do Dr. Borges de Medeiros, isto é “economia e economia”. Jamais intervim na administração do major Luppi, pois que nesse tempo vivia quase que afastado de Uruguayana. Eis senão quando o major Luppi, de um momento para outro, entrou a tomar resoluções para o empreendimento de grandes melhoramentos, chegando até a mandar a Buenos Aires o secretário das obras públicas do município¹³¹.

Outro fato é que Monteiro se esforçava para separar sua figura dos demais partidários do PRR que estavam sob suspeita. Muito embora seja de conhecimento geral que durante esse período, Monteiro ainda era autoridade no partido, ele cada vez mais perdia terreno para, em seus próprios termos, os forasteiros que se interessavam apenas pelos seus estômagos.

E assim, com a minha reprovação, foi o major Luppi de desastre em desastre até o fim de sua gestão e, afinal, foi retirado da Intendência provisória em virtude de um telegramma por mim enviado ao dr. Borges de Medeiros. Veio, depois, o major José Gonçalves de Almeida e assim se foi succedendo sempre de provisório em provisório. Eu pergunto agora aos meus illustres

¹³¹ PORTO ALEGRE. *Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*. 12ª Sessão, 4 de novembro de 1922. Assembléia dos Representantes 1922-1923, p.120-122.

collegas: posso responder por administrações nas quas não tive a menor coparticipação? Não, não posso absolutamente. E depois, diz o pérfido telegramma que eu não prestei contas da minha gestão de 1916. E eu pergunto a v.v. exs. A quem eu devia prestar contas? Pois não existia, como já vos disse, o conselho para as julgar. [...] E ahi está, só depois da recente eleição do dr. Flores da Cunha é que se reuni o primeiro conselho desde anno de 1916.

Ainda no seu inflamado discurso, Monteiro condenou as administrações com as quais que, segundo ele, não tivera participação e acusou o conselho dos vereadores de não fiscalizarem as contas da Intendência. A sua afirmação é objetiva quanto ao fato de não haver a quem prestar contas. Conforme visto no primeiro capítulo, em 1858 a Câmara de Vereadores participava da prestação de contas de Uruguaiana, enquanto que durante o período da República Velha, um dos componentes da crise local de 1923 fora a falta de participação da Câmara de Vereadores na atividade de fiscalização das contas.

É evidente que se tratava de outro momento, mas, ainda assim, pode-se observar a diminuição do poder de fiscalização dos vereadores e a sua própria leniência no sentido de não haver no conselho uma comissão que examinasse as contas. Se configurava, assim, uma brecha para as fraudes que foram mais tarde investigadas. Monteiro segue inflamado no discurso para a Câmara dos representantes do Rio Grande do Sul

E assim é que se escreve a história de Uruguayana! Mas, meus senhores, eu disse aqui, e com sinceridade e franquesa que caracterizam o meu temperamento, que o Dr. Borges de Medeiros sempre me dera rasão nos assumptos que affectavam a minha honorabilidade. E a prova disso eu a tenho, pois já depois de 1916 convidou-me para esta cadeira que hoje occupo, prova evidente de que não acreditava S. Ex. nas calumnias contra mim levantadas e era o primeiro a protestar contra ellas por este seu acto de confiança política. Aproveito-me da ocasião para dizer que que sou político, mas jamais um político que se deixa arrastar por paixões pessoaes. Obedeci conscientemente à direcção política de S. Ex. o Dr. Borges de Medeiros e, dada a marcha dos sucessos desenrolados em meu Estado, essa obediência transformou-se, primeiramente em tolerância, e mais tarde em descrença. Mas desliguei-me com hombridade da direcção política de S. Ex. Estou contente com a minha consciência e commigo

mesmo. Não sou um opposicionista systematico, colloco-me, de accordo com as minhas idéias e os meus princípios a posição de franco atirador. Os actos de S. Ex. merecerão da minha parte inteira approvação desde que sejam bons, úteis e práticos. Diz maiz ainda o telegramma que alguns republicanos pretendem representar contra o exercício do meu próprio mandato. E quem são esses republicanos? Eu o sei quem são elles! Não são nenhuns republicanos de valor e importância em Uruguayana, isso eu vos garanto! Eu sou um representante do Rio Grande do Sul e ao eleitorado que me elegeu, a esse é que cabe o direito de se pronunciar sobre a minha attitude, cousa que não o fez até este momento. E, meus senhores, eu vos direi agora quem são os que me atacam e me injuriam. Formam elles um pequeno grupo de pérfidos que traz o partido em uma agitação continua, não em defesa dos interesses do Rio Grande, não em defesa dos interesses do município, mas única e exclusivamente na defesa dos interesses do seu “eu”. É esse mesmo grupo que ahi está e que vive a hostilizar a propria administração do Dr. Flores da Cunha, que é boa. É que esse grupo não convem a administração, não convem nada, porque mais do que tudo cuida do interesse do seu estomago. E, meus senhores, sento-me porque creio ter rebatido sufficientemente essas infâmias e essas calumnias contidas no telegramma de Uruguayana.¹³²

O que se observa é o efetivo distanciamento em que Monteiro se colocou em relação a Borges de Medeiros, se afastando dos escândalos locais, mas também rompendo com a candidatura que se avizinhava para as eleições de 1922. Os fatos contidos no discurso de Monteiro deixavam transparecer uma possível oposição a Borges. Principalmente na fronteira Oeste o descontentamento relativo a diversos fatores, como a higiene e as epidemias e com a falta de investimentos e as sucessões de Intendentes provisórios contribuía para a desorganização administrativa.

Mas, além do descontrole das contas públicas, o não pagamento de impostos e o contrabando era o problema que mais se destacava para a intendência de Uruguaiana. Como visto anteriormente, a falta de pagamento de impostos e o contrabando eram comuns e contavam com a conivência do poder local. Tratava-se de uma saída para se aliviar da crise. No caso de Uruguaiana,

¹³² PORTO ALEGRE. *Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*. 12ª Sessão, 4 de novembro de 1922. Assembléia dos Representantes, 1922-1923, p.120-122.

depois dos primeiros relatórios enviados para Borges de Medeiros, o que Flores da Cunha observava era um costume que finalizava no mesmo relatório para Borges de Medeiros, de 27 de novembro de 1920:

Tenho immenso pezar em levar ao conhecimento de V. Exa., que tendo mandado revisar lotações feitas pelas anteriores administrações, verifiquei innumeradas irregularidades commettidas não só nas lotações como também na arrecadação dos impostos. Neste tocante são taes e tantas, que assumem as proporções de verdadeiras fraudes praticadas contra o erário municipal. Descubri cerca de cem casas, de maior ou menor importância commercial, sitas na cidade e na campanha, que nem sequer constavam dos assentamentos da Intendência para pagamento de qualquer imposto. Mais da metade dos vehiculos de toda espécie aqui existentes não estavam lotados nem pagavam os devidos impostos. Mesmo dos poucos que pagaram se lhes fez abatimentos illegaes e immoralissimos. Dá prova cabal disto o facto de terem cobrado por semestre o imposto de locomoção terrestre, que a lei de orçamento manda arrecadar por anno. Há ainda mais: alguns proprietarios de vehiculos intimados, por ordem de mim emanada, a virem pagar os impostos em atrazo, exhibiram desde logo recibo comprobatorio de o terem feito, não obstante nada constar em tal sentido dos talões e escripturação da municipalidade. Seria tarefa extenuante si não urgente catalogar todos os vícios, erros, negligencias e fraudes que se me depararam no ligeiro exame que fiz das administrações passadas. [...] Ante o exposto, consulto respeitosamente a V. Exa. Se me seria lícito requisitar da Secretaria da Fazenda do Estado um funcionario idôneo para proceder a detido e minucioso exame nos papeis da intendência deste município, ou si, como V. Exa. já me suggerio d'outra feita, devo procurar noutra localidade uma pessoa de competência reconhecida para incumbil-a desse encargo¹³³

O descontrole era tanto que Flores da Cunha acabaria por pedir o envio de um funcionário habilitado que pudesse fazer um exame detalhado nas contas e catalogar todos os itens que haviam sido cometidos em matéria de frau-

¹³³ URUGUAIANA. Carta de Flores da Cunha a Borges de Medeiros, 27 de novembro de 1920, nº 10251. Arquivo Borges de Medeiros. IHGRS.

des na arrecadação dos impostos. Fraudes tais como desvios, abatimentos ilegais e sonegações.

O que ocorria naquele momento de crise em Uruguaiana era um somatório de várias circunstâncias envolvendo o aspecto político e o econômico. Circunstâncias que acabavam afetando a todos, pois, reiterando o que foi visto no início do capítulo, a profundidade da crise de mercado para a pecuária atingia desde a charqueada até o frigorífico, e influenciava no meio político. Isso porque as deliberações de Borges de Medeiros não haviam surtido efeito, mas mantinham o rigor das taxas e impostos.

Os criadores estavam abarrotados de gado em pé em suas propriedades e, na tentativa de alguma saída para a crise, se associaram a fim de enfrentar os desmandos dos frigoríficos, que haviam se tornado a principal alternativa para escoamento. O não pagamento dos impostos se somava a outras táticas para minimizar a crise generalizada. Antes de mais nada era necessário manter os negócios funcionando e contar com os mercados externos até que a crise se estabilizasse. Porém, os frigoríficos estrangeiros, dentro do contexto das crises, também entrariam em aguda crise de mercado.

Borges manteve o poder concentrado no PRR e o interesse da classe dos criadores concentrado no projeto de construção de um frigorífico – Frigorífico Rio Grande – que representaria, até a crise de 1921, uma chama de esperança. A demora na condução das obras era atribuída à falta de transporte adequado pela viação férrea e à falta de materiais de construção, dificuldades advindas da crise do pós Primeira Guerra Mundial – 1914-1918 (PESAVENTO, 1981, p. 191-193). No aspecto econômico da pecuária, em 1922 a condição periférica do Rio Grande do Sul em relação a centralidade de paulistas e mineiros havia crescido e a desestabilidade provocada pela crise também aumentava.

Na tentativa de salvar o charque foi elaborada uma proposta para sobretaxar o charque platino. Proposta que foi rejeitada, pois produziria o aumento do custo de vida para as camadas populares. Para o governo central, que defendia os interesses da oligarquia de cafeeiros, “ao impor ao país uma política econômico-financeira que se destinava à salvação do café, causava sobre o restante da população efeitos inflacionistas que agravavam a vida dos consumidores urbanos. Se, contudo, as condições de subsistência do trabalhador nacional fossem ainda mais prejudicadas, o nível de tensão social aumentaria, comprometendo a estabilidade do sistema” (Idem).

Apresentando-se, portanto, como defensora do nível de vida dos consumidores, a oligarquia cafeeira, antes de tudo, defendia os seus próprios interesses. Frente aos interesses do setor da economia voltado para a agroexportação, o Rio grande do Sul aparecia como elemento subordinado ao centro do país, com sua economia predominantemente voltada para o mercado interno. Em vez de elevar o preço do charque, com o aumento do imposto sobre o produto estrangeiro, a solução encontrada foi limitar a importação do similiar platino à medida de sua importação no último triênio” (PESAVENTO, 1980, p. 221).

Borges de Medeiros, em mensagem presidencial de 1922 informava:

Os primeiros esforços não lograram obter senão o pouco, infelizmente, que ficou na Lei nº1.548, de 19 de junho de 1922, cujas providências, em relação à indústria pastoril, consistem nas seguintes, além de outras secundárias: Limitar a importação do charque estrangeiro ao máximo igual à média de sua importação no último triênio; vedar aos frigoríficos o emprego do sal, aniagem, etc., importados com isenção de impostos, no fabrico de charque; promover o abaixamento das tarifas, nas estradas de ferros federais, para o transporte de gado em pé e produtos dele derivados; abrir crédito aos Governos dos países consumidores para o fim de nos adquirirem os produtos da Indústria agrícola e pastoril; prestar auxílios até o limite máximo de 50 mil contos. (Mensagem presidencial 1922)

Assim, para os pecuaristas do Rio Grande do Sul, e em especial em nossa análise os de Uruguaiana, no caso do Coronel Flodoardo Silva, a charqueada era uma forma tradicional para a demanda da matéria prima local. “É este fato que leva os criadores a fundarem eles próprios charqueadas, fato que se registrou desde 1921. Tratava-se, inclusive, de concentrar os esforços no mercado interno, uma vez que a exportação para Cuba sofrera tremenda rebaixa”.(CRIADORES, 1921, p. 276, apud PESAVENTO, 1980, p. 184)

O agravamento da crise econômica, Borges de Medeiros considerava que tratasse de fator de mercado e o Rio Grande atravessava uma depressão, e logo se recuperaria economicamente. Não deveria o estado intervir já que contava com a recuperação automática do mercado e por isso se “enquadrariam numa ideia de existencia de marcha natural da sociedades”(Idem, p. 203)

Na medida em que as tensões aumentavam, restava a Borges de Medeiros tentar repartir a responsabilidade pelo problema. Assim, ele passou a acusar os

pecuaristas de serem também responsáveis pela crise ao não buscarem soluções para o problema no tocante à produção. A qualidade do gado do Rio Grande era inferior aos competidores do Prata e ainda havia uma falta de união dos criadores, relativamente a organização de cooperativas que pudessem enfrentar os compradores e os frigoríficos que controlavam os preços (Idem, p. 204-205).

Em mais uma tentativa de enfrentar o problema buscando uma solução que pudesse agradar à categoria, os pecuaristas se apresentaram, em fevereiro de 1922, em reunião de criadores em Porto Alegre, na qual Oswaldo Aranha – compadre de Flodoardo Silva – e outros pleiteavam junto ao governo federal e ao Estado “Medidas de Salvação”¹³⁴. Tais medidas iam desde a proibição da entrada de gado de corte do Uruguai e do charque do Prata no território brasileiro até a cobrança de impostos em uma atitude protecionista do mercado do Rio Grande do Sul. Medidas que procuravam fazer com “que todo o charque gaúcho se escoasse por Rio Grande e não por Montevideú, pelo que deviam ser baixadas as tarifas da Viação Férrea (Idem, p. 214).

Assim, grupos descontentes com o governo de Borges de Medeiros, entre os quais se encontravam os pecuaristas de Uruguaiana, os grandes proprietários, alguns identificados com o federalismo e descontentes com Borges de Medeiros apoiariam nas eleições a candidatura de Assis Brasil. Revelava-se, naquele momento, a situação insustentável em que o Estado se encontrava tanto no âmbito político quanto pela economia, sendo que ambas as crises acabaram se tornando gravuras do mesmo quadro.

¹³⁴ Os fazendeiros perceberam que eram impotentes para combater a ação dos *trusts* estabelecidos no Estado. Assim, começaram a investir na fabricação do charque para o consumo interno, já que essa era a tradicional finalidade do gado no sul. Pesavento observa, ainda, que: “Momentaneamente, o impulso de renovação da estrutura de produção foi abandonado; falira o projeto nacional e o pecuarista, que muito investira na criação, vira-se coberto de dívidas. Permanecera, como único meio de aproveitamento da riqueza, a realidade saladeiril. Só que, nesta atividade, o que se cogitava era uma legislação protecionista, uma solução institucional a nível do mercado. A perspectiva era inteiramente paternalista. Os criadores reivindicavam e o Governo devia conceder-lhe o auxílio, desde cima” (PESAVENTO, 1980, p. 214).



Capítulo 3

1923 - O JOGO DE TRUCO DOS CORONÉIS E O ENFRENTAMENTO

Pelo lado dos federalistas e opositores de Borges em todo o Rio Grande do Sul, a movimentação era intensa¹³⁵. Isso porque, desde o retrocesso nos negócios da pecuária trazido ao final da guerra, a insatisfação acumulava pontos aos federalistas e fazia com que se articulassem novas possibilidades de vencer nas urnas¹³⁶. Assis Brasil criticava abertamente a Constituição até ali mantida, pois os conselhos municipais seriam, segundo ele, fabricados e haveria, ainda, na legislação castilhistas, uma excessiva concentração de poderes nas mãos de um único elemento, que permitia ao executivo estadual cercear a autonomia municipal.

Pois, com a montagem dos conselhos municipais, afastava-se a possibili-

¹³⁵ Havia três grupos de opositoristas que acabaram se articulando por contato prévio dos chefes coronéis de oposição: os federalistas, os democratas e os dissidentes dos republicanos. Segundo Loiva O. Félix, “As lideranças eram as seguintes: federalistas liderados por Maciel Jr., Wenceslau Escobar, Raul Pilla, Moraes Fernandes e outros; democratas liderados por Assis Brasil e Fernando Abbott, dissidentes republicanos pelos Pinheiro Machado e os Menna Barreto.. [...] Esses grupos, por não serem atendidos pelo governo seus interesses de pecuaristas, já em 1922 haviam se unido em torno de ideias de reatamento histórico, regeneração dos costumes políticos, libertação do Rio Grande; e da preocupação com assuntos que interessam ao nosso Estado, o que equivalia a reivindicarem atendimento e proteção a eles, pecuaristas” (FÉLIX, 1986, p. 138). Ver mais também em ANTONACCI, Maria Antonieta, 1981, p.77.

¹³⁶ Isso pode ser observado em Uruguaiana, na reportagem do Jornal “A Nação”, de 26 de agosto de 1919, com o título de “Pelo Federalismo”, que fazia a convocação para a reunião do diretório central do Partido Federalista em Santa Maria, com uma indicação de aproximação com o governo federal, indicando assim, na reportagem “movimentação nos diretórios e telegrama de felicitação ao presidente eleito Epitacio Pessoa. Nos dias 17 e 18 do corrente [AGOSTO 1919], esteve reunido, em Santa Maria, o Directorio central do Partido Federalista, com o fim de tratar de vários assumptos importantes. Tomaram parte nas reuniões os Srs. Coronéis Raphael Cabeda, Felipe Nery Portinho e Inocencio Cunha e Drs. Francisco A. Maciel Junior, Moraes Fernandes, Gaspar Saldanha e o nosso collega Sr. Rodolpho Costa. Entre outros assumptos discutidos e deliberados, destacamos: [...] Chamar a atenção dos Directorios Municipaes para activarem o alistamento eleitoral [...]. Foi, tambem, passado um telegrama ao Dr. Epitacio Pessoa, presidente da República, apresentando votos pela prosperidade do seu governo” (Acervo do Centro Cultural Dr. Pedro Marini, Uruguaiana).

dade de representatividade e, conseqüentemente, a desconsideração pelo voto. Valendo-se dos coronéis que detinham prestígio local, Borges de Medeiros assegurava a “fachada” legal e a garantia dos votos necessários para dar o tom de representatividade verdadeira. Porém, tudo não passava de ficção (FÉLIX, 1987, p. 76).

Com relação a Uruguaiana, Borges de Medeiros também seguia a tática de remover antigos aliados convertidos em adversários, substituindo-os por novos coronéis que estivessem dispostos a seguir, disciplinados, a representatividade do poder. O exemplo desse caso, como já visto, é o de Antonio Monteiro, que concentrou grande poder de mando representando o PRR de Borges de Medeiros, para isso utilizando até mesmo a violência e a coerção. Assim, para as eleições que se aproximavam, havia uma grande expectativa quanto ao jogo que seria adotado. Os federalistas da fronteira oeste, ao menos na documentação analisada em Uruguaiana, preparavam-se antecipadamente para uma disputa que poderia ser comparada a um jogo de Truco.

O Truco é um antigo jogo de cartas, muito popular na fronteira do Rio grande do Sul, que teria sido introduzido pelos Mouros quando da invasão da Península Ibérica, e de lá seria trazido pelos castelhanos para o Prata e finalmente introduzido dentro das, então, imprecisas fronteiras do Rio grande do Sul. O jogo se tornaria tradicional, difundindo-se por todo o Rio Grande do Sul e por outros estados do país. Como afirma Pont, “Truco, palavra espanhola que significa exatamente truque, embuste. [...] nenhum outro jogo é tão fiel ao espírito dos galpões. Os ditos engraçados, as tiradas bagaceiras, o risco constante assumido, os lances de inteligência, astúcia e coragem” (PONT, 1984, p. 465-468).

Desta forma, segundo Antonacci: “O não-atendimento, por parte dos poderes públicos, dos problemas acarretados ao RS pela crise econômica de 1921, impeliu grupos da classe dominante gaúcha alijada do aparelho estatal à arregimentação política. Em torno da organização do estado no RS, principalmente das funções e relações do estado com os grupos sociais, concentraram-se as atenções”. Por meio da discussão acerca de uma maior ou menor participação no exercício do poder – ainda sob o controle do PRR –, grupos de produtores tentaram atingir os mecanismos da política econômica estadual, a fim de fazerem frente às dificuldades trazidas pela recessão econômica.

Para todos os grupos e facções, como visto, o momento oportuno para se destacar e se promover era durante a época de eleições, período que novamen-

te se aproximava no Rio Grande do Sul. A fraude, juntamente com a violência, constituíram-se em características marcantes do cenário político na segunda metade da República Velha. Entre os anos de 1913 e 1927 o representante chefe do PRR recebeu 69 relatórios¹³⁷ denunciando fraude eleitoral e violência devido à política; desses, 60 foram atribuídos ao PRR e o restante a seus opositores. A maioria dos casos relacionados ao PRR estariam ligados a disputas internas de coronéis nos espaços municipais, em busca de hegemonia intraclasse e intrapartidária (LOVE, 1975, p. 140).

Para Antonacci, “Nesse Sentido apreende-se a atuação das oposições rio-grandenses, lideradas por Joaquim Francisco de Assis Brasil. [...] que incorporou a disposição de ação das oposições gauchas na década de 1920. Orientou e conduziu a luta partidária no RS para o desenvolvimento de novas formas de atuação política da classe dominante rio-grandense” (ANTONACCI, 1981, p.10).

Portanto, a crise econômica de 1921 estabeleceu no Rio Grande do Sul, condições concretas para a atuação das oposições contra o domínio do PRR. Mas como apontou Gramsci, “[...] a existência de condições objetivas – ou possibilidade, ou liberdade – ainda não é suficiente: é necessário ‘conhecê-las’ e saber utilizá-las” (GRAMSCI, 1966 apud ANTONACCI, 1981, p.10).

3.1 O estopim aceso na eleição de 1922

A Constituição rio-grandense permitia ao PRR se manter no poder por tempo indeterminado, legitimando-se assim em uma base jurídica. Oficializada por Júlio de Castilhos, em 14 de julho de 1892, a Constituição ainda era, em 1922, o pomo de discórdia que iria persistir com o borgismo¹³⁸. Tudo devidamente organizado em um esquema eleitoral que possibilitava a manutenção do poder hegemônico.

¹³⁷ LOVE, Joseph L. *O Regionalismo Gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975, p. 140. Compilado de Federação das Associações Rurais do Estado do Rio Grande do Sul, Annaes do Congresso de Criadores, Porto Alegre, 1927, p. 9-20; Borges de Medeiros, carta circular aos líderes locais do PRR. Porto Alegre, 12 fevereiro de 1926. ABM.

¹³⁸ Loiva Otero Félix afirma que “O núcleo autoritário da legislação castilhista encontrava-se nos artigos 7 a 11 da Constituição gaúcha, ao passo que no artigo 20 constava a enumeração das atribuições que conferiam poderes quase ilimitados ao presidente do Estado. Dentre elas, destacamos cinco (1, 10, 11, 15, 16), que afetaram diretamente as relações com o poder

Nesse aspecto, havia um aparato jurídico responsável em parte pela legitimação do poder hegemônico do PRR, que dotava o elemento político local de uma parcela de domínio sobre a sociedade, comandada pelos “intelectuais orgânicos”. Isso ao passo que facções da sociedade civil também procuravam fazer parte do poder hegemônico, ao se constituírem como elementos que conduziriam o gado eleitoral para o voto nas eleições. Porém, a um só tempo, tais facções permitiam que o controle final permanecesse nas mãos do Presidente do Estado.

Para Coutinho, baseado nas ideias de Gramsci, a sustentação do poder estatal pela sociedade capitalista detentora da hegemonia pode ser observada pela importância dada para aos intelectuais que dela participam em seus aparelhos privados. Entre tais aparelhos se encontrariam os partidos políticos e os regimentos que servem para a manutenção do controle econômico-social (COUTINHO, 2010, p. 10).

Relacionando a afirmação de Coutinho ao caso do Rio Grande do Sul, tem-se a ditadura em que Borges de Medeiros se mantinha no poder pela Constituição de 14 de Julho. Ditadura que era considerada anti-republicana pelos opositoristas também porque “na medida em que não havia divisão de poderes, o presidente podia eleger-se indefinidamente e ainda enfeixava a prerrogativa de indicação do vice-presidente.” (AXT, 2011, p. 100).

Os Conselhos Municipais, dentro do esquema borgista, serviam apenas como fachada. Isso porque pela Constituição do Rio Grande do Sul, todo o poder estaria centralizado nas mãos do Presidente do Estado, que “tinha o poder de legislar e a faculdade de demitir intendentess, exercendo controle direto sobre as localidades” (FÉLIX, 1987, p. 128).

Joaquim Francisco de Assis Brasil¹³⁹, em manuscrito encontrado em seu arquivo pessoal, no Castelo de Pedras Altas, declarou que não havia garantias quanto ao “despotismo” e o intervencionismo que destoava entre o discurso e

local: 1) promulgar as leis (que não estejam relacionadas com o orçamento); 10) organizar a força pública do Estado, distribuí-la e movimentá-la; 11) destacar e utilizar a guarda policial dos municípios em caso de necessidade [...]; 15) estabelecer a divisão judiciária; e 16) resolver sobre os limites dos municípios, alterando-os de acordo com os conselhos” (FÉLIX, 1987, p.78).

¹³⁹ Joseph Love descreve a trajetória de Joaquim Assis Brasil, que esteve presente, junto a Castilhos, quando da passagem da Monarquia para a República, mas que depois rompeu com a ditadura positivista. Ao mesmo tempo, Assis Brasil, que era proprietário de terras e pertencia a região da campanha, fora também diplomata e escreveu sobre política. Em seus

a prática no Rio Grande do Sul. O líder da oposição, já em 1922, indicava que para tanto era importante “analisar toda a organização estadual e o modo por que o governo há praticado o regime: o exame compreende, assim, a Constituição, as leis e os atos do governo” (BRASIL, 1923 apud AXT, 2011, p. 101).

Sabia-se nessa época que a fraude utilizada variava de acordo com a engenhosidade do comandante local do partido. As formas mais comuns eram: o registro ilegal de estrangeiros, menores e residentes de outros municípios, o aumento ou a diminuição dos totais eleitorais na contagem oficial do município; alteração das listas eleitorais; recusa em organizar votações; a recusa, através do juiz local, em registrar votos para a oposição e, finalmente, o desvio de fundos municipais para campanhas políticas (LOVE, 1975, p. 84).

Embora constasse na Constituição que os Conselhos Municipais – ou mesmo qualquer cidadão – podiam contrapor uma lei vinda do Presidente, tal acontecimento era bastante improvável, pois as oposições nunca detiveram maioria em nenhum município¹⁴⁰. Isso, além do fato de serem os Conselhos que faziam, desde 1890, o alistamento eleitoral que “aliado ao voto a descoberto e à impossibilidade de pôr em dúvida a identidade do eleitor, combinavam todos os ingredientes para a fraude” (FÉLIX, 1987, p. 128). Mesmo em Uruguaiana o voto não podia ser tornado inválido, salvo para discussão, podendo um único eleitor votar várias vezes. Imune ao poder das urnas, Borges e seus coronéis colaboradores mantinham o controle nas facções do PRR. Assim, o sistema se mantinha como um jogo de cartas marcadas no qual a facção que tivesse as bênçãos do Presidente do Estado, seria sempre a vencedora.

livros, fazia críticas ao sistema presidencialista brasileiro, bem como às circunstâncias que levaram os federalistas ao embate com o PRR, até o fechamento com Assis Brasil como liderança de todas as oposições (LOVE, 1975, p. 92).

¹⁴⁰ No que diz respeito às eleições, Félix complementa: “Os Conselhos Municipais encarregavam-se da montagem das eleições com o que dominavam. Cada município tinha a sua lei eleitoral, na interpretação da qual anteviam-se as múltiplas possibilidades de se alterarem os resultados, além da interposição de recursos, como a não-instalação das mesas eleitorais, anulando a influência de qualquer zona onde os federalistas poderiam ganhar. A mesa simplesmente não é instalada. [...] quando surgiam divergências entre as facções locais, sendo que, muitas vezes, fazia-se necessária não só a correspondência com a ‘jurisprudência’ de Borges mas também a mediação de um enviado seu para apaziguar os ânimos. Porém, o que ocorria era que a interpretação era sempre favorável ao grupo que, naquele momento, interessava a Borges na liderança municipal, dentro de sua política de “divide e reina” (FÉLIX, 1987, p. 128)

Embora em Uruguiana a disputa se mantivesse sempre acirrada entre a situação e a oposição, pelo menos durante o período verificado, havia também a disputa interna do PRR¹⁴¹. Porém, o Partido Federalista procurava sempre minar o poder do Intendente, denunciando alguma irregularidade, principalmente por meio do jornal “A Nação” ou, ainda, mais diretamente, pelos grupos de pressão existentes no município. Tais grupos eram compostos por estancieros, profissionais liberais e militares com alguma influência fora do município. Como visto anteriormente, a reciprocidade de favores era a base para a estrutura coronelista não assinada do compromisso. Não se configurando tal prática, em sua essência e de maneira geral, em exclusividade do Rio Grande do Sul.

Um dos aspectos nos quais o Rio Grande do Sul se diferenciava dos demais estados¹⁴² era na maneira como se obtinham os votos, elemento que estava baseado na necessidade de se manterem as conexões entre o poder estadual de Castilhos/Borges com os chefes locais das municipalidades. Júlio de Castilhos e, mais tarde, Borges de Medeiros, em contrapartida, ofereciam aos líderes municipais papéis de intermediação e de barganha para as “benfeitorias” do município, viabilizando a “reciprocidade de favores” necessários à existência do compromisso coronelista. Outro ponto de diferença entre Rio Grande do Sul e demais estados brasileiros estava em sua legislação, diferente da Federal Para a República Velha¹⁴³, criada para proteger as falcatruas eleitorais (FÉLIX, 1987, p. 126).

A oposição no Rio Grande do Sul armava a candidatura de Assis Brasil

¹⁴¹ Segundo a análise aqui proposta, um exemplo de tal fato se encontra no caso do Intendente provisório, Monteiro. Pelas reportagens do jornal, que o tratavam pejorativamente de “O agrimensor Monteiro” ou “O provisório”, pode-se perceber a campanha local contra Borges e seu representante, até sua queda e a ascensão de Flores da Cunha na Intendência.

¹⁴² Loiva Otero Félix observa que a Constituição do Rio Grande do Sul era “diferente das demais estaduais e por ser conflitante com a Federal (nos seus artigos 9º, 11, parágrafo 1º, artigos 12, 46 e, principalmente, por sua importância, os artigos 62, parágrafo 2º e o 76). A legislação eleitoral rio-grandense mais facilmente permitia a oficialização constitucional, via jurídica, das distorções e fraudes que ocorriam à solta, mas ao arripio da lei, nos outros estados. Eram elas aqui sutilmente protegidas por Lei” (FÉLIX, 127).

¹⁴³ Ver mais sobre a legislação eleitoral no Império e na República em: LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. CARONE, Edgar. *A República Velha (Instituições e Classes sociais) e a República Velha (Revolução política)* e, no caso do Rio Grande do Sul: HÉLGIO, Trindade e NOLL, Maria Izabel. *Subsídios para a história do Parlamento Gaúcho* (1890-1937). Porto Alegre: CORAG, 2005 il. Os 170 anos do Parlamento Gaúcho;

para as eleições de 1922. Em plena campanha pela fronteira oeste, Assis Brasil, que era o candidato de consenso para fazer frente a Borges de Medeiros, buscou apoio na facção da elite local alijada do poder em Uruguaiana, a fim de concentrar forças para vencer nas urnas. Isso foi descrito pelo *A Nação*, em outubro de 1922, numa matéria de destaque intitulada “Recepção a Assis Brasil no Theatro Carlos Gomes”¹⁴⁴. O jornal relatou que havia “grande assistência para a conferência do Dr. Assis Brasil [...] solemne e imponente sessão cívica realizada terça feira ultima no theatro Carlos Gomes. Às 21 horas, repleto o theatro, cujos camarotes ocupados por Exmas. Famílias, apresentavam belíssimo aspecto”.

Na mesma reportagem ainda é possível perceber o caráter de propaganda para a candidatura de Assis Brasil e o destaque conferido aos que estavam presentes, federalistas locais de grande envergadura que o apoiavam. Sua entrada no hall do teatro provocou uma longa salva de palmas: em pé, as pessoas o acompanhavam a medida em que se dirigia para o centro do palco, reafirmando sua liderança. A matéria prossegue: “o mesmo foi conduzido pela comissão até o palco, onde tomou assento ladeado dos Srs. Drs. Adolpho Martins de Menezes, Pedro Garcia Filho, Luiz Benites e Dr. Brasil Vianna”¹⁴⁵.

Antes de tomar a palavra, Assis Brasil escutou das lideranças federalistas locais de Uruguaiana que a campanha levantada em prol da candidatura do ilustre Dr. Assis Brasil à presidência do Estado não se originava de partidos ou facções políticas, mas do próprio povo riograndense, que estava cansado de ser ludibriado pela mais ferrenha e aviltante das oligarquias. Claro que, nesse aspecto, os que ali se encontravam buscavam a destituição de tal oligarquia, mas por meio da ascensão de outro governante que pudesse comportar um projeto político e econômico em que os federalistas fossem incluídos.

A recepção do município de Uruguaiana a Assis Brasil fazia parte do roteiro de campanha dos Federalistas, uma vez que, buscando o apoio das regiões fronteiriças, ele já havia passado por Itaqui e São Borja. Em um momento como aquele era válido usar todo o conhecimento de estadista adquirido em longos anos como diplomata, durante os quais Assis Brasil percorrera diversos países, entre eles os Estados Unidos, onde os discursos de candidatos eram sempre bem elaborados em conferências. Pode-se verificar, na continuidade do evento, que Assis Brasil fez uso da palavra e declarou ser aquela uma

¹⁴⁴ URUGUAIANA. Jornal A Nação, 20 de outubro de 1922.

¹⁴⁵ Idem.

“oportunidade da campanha encetada da regeneração democrática, do nosso villepdiado Rio Grande do Sul”¹⁴⁶. Na continuidade do discurso disse que a palavra era inseparável da ação, por isso, como era candidato do povo independente, dedicaria “poucos momentos á palavra e muito tempo ás acções”¹⁴⁷. Dessa maneira, Assis Brasil aceitava, “com todas as consequências, fáceis ou difíceis, os compromissos que lhe são impostos pelo povo soberano para servir de porta estandarte da democracia.”¹⁴⁸.

As palavras de Assis Brasil demonstraram sua segurança acerca dos problemas que afligiam as pessoas dependentes da pecuária. Atividade essa que também lhe era peculiar, mas que, principalmente, apresentava-se a ele como possibilidade de resistência e de ação. Ao afirmar que não temia que as consequências de tais ações, fossem elas boas ou não, indicava, segundo o que aqui se apresenta, ainda que num discurso inflamado, a predisposição para uma possível resistência armada. Indício que pode ser confirmado no prosseguimento do discurso. Quando Assis Brasil analisa os antecedentes históricos do Rio Grande do Sul, que explicam o caudilhismo: “não sendo de admirar que o sangue do Povo tenha acentuadas tendências para o homem e para os partidos, mas que já vae desaparecendo aos poucos essa tendência deixando de ser caudilhesca, preferindo o partido ao bando e a comunidade ao partido [...] nem de facções, que vão cahindo na repugnância das nossas inteligencias”¹⁴⁹.

Assis Brasil procurou, em seu discurso, caracterizar o longo período de uma ditadura esclarecida, ligando Borges de Medeiros a Julio de Castilhos pela Constituição, instrumento de legitimação e conservação do poder. Castilhos, ao promulgar a constituição do Rio grande do Sul, declarou ter como principal inspiração as necessidades, afirmando ser preciso dotar o governo de um armamento “forte para quaesquer reacção que se fizessem necessárias”.

Assim, como se pode perceber, Assis Brasil, como candidato das oposições do Rio Grande do Sul, encontrava-se em plena campanha pela fronteira oeste e seguiria para Alegrete para dar continuidade a disputa pela Presidência do Estado. No município de Alegrete viviam muitos adeptos à oposição de Borges de Medeiros, pois a economia era baseada também na pecuária, que se ressentia da crise, fato aproveitada ao máximo nos discursos do candidato¹⁵⁰.

¹⁴⁶ URUGUAIANA. Jornal A Nação, 20 de outubro de 1922.

^{147, 148, 149} Idem

As eleições estaduais possuíam um caráter de ritual, com momentos esporádicos de lutas e dissidências. Já nas eleições municipais ocorriam disputas mais acirradas. No espaço local da municipalidade, acima dos grupos internos do partido, apoiando uma facção de acordo com o interesse e o momento, os coronéis passavam a distribuir favores entre os correligionários. Tudo isso acontecendo com o aval de Borges de Medeiros. Félix completa: “O equilíbrio dentro do partido era procurado pelos diversos grupos” Havia uma divisão de postos, que seriam disputados entre aqueles intelectuais orgânicos que haviam se destacado durante a disputa pela hegemonia (intendentes e conselheiros) ou distribuídos entre os integrantes dos grupos que atuavam colaborando no processo (exator, telegrafista, arquivista, professor, tabelião, etc.), como resultado de uma conciliação entre os dois grupos de um mesmo partido” (FÉLIX, 1987, p. 129).

Ao mesmo tempo a tática da distribuição de cargos tinha como objetivo compor na municipalidade um sistema em que todos pudessem ser vigiados e controlados entre si. Assim, aquele que não se submetesse a disciplina e orientação de Borges seria enquadrado e removido, sendo comum a recondução para determinado cargo, como o de “delegado de polícia da dissidência, enquanto que o intendente pertencia à situação”. Tática que funcionou no caso de Uruguaiana..No caso de Uruguaiana a tática funcionou, mas, valendo-se das facções internas do PRR local, promovia-se uma forma de equilíbrio na qual um vigiava o quintal do outro e “procurava-se estabelecer uma espécie de compensação de poderes. Havia uma política deliberada de Borges em fomentar as dissidências locais, colocando-se sempre acima delas” (Idem).

Porém, em todo o Rio Grande do Sul a oposição federalista dava cada vez mais demonstrações de que iria resistir nas eleições que se aproximavam. Em Uruguaiana também não seria diferente. Tanto que, em 20 de outubro de 1922, o jornal “A Nação”, apresentava com o *slogan* “INDEPENDENTE – VERDADE E JUSTIÇA” o nome do então diretor Dr. Batista Lusardo. Tratava-se de um manifesto por meio do qual se convocava abertamente a população a resistir à reeleição de Borges de Medeiros, exaltando Assis Brasil como

¹⁵⁰ Segundo Faoro, em 1922 Borges de Medeiros já contabilizava um prejuízo enorme devido às eleições presidenciais. E, ao apoiar o candidato derrotado Arthur Bernardes, perdera espaço, ficando isolado. O momento se apresentava ideal para a oposição no Rio Grande do Sul tentar eleger seu candidato Assis Brasil e acabar com o ciclo do poder de Borges de Medeiros (FAORO, 1975, p. 664).

aquele em que deveriam ser depositadas as esperanças.¹⁵¹ O texto informava, ainda, que em 25 de novembro haveria eleição para a escolha do novo Presidente do Rio Grande, para o período que iria de 1923 a 1928, e seguia: “Estamos com Assis Brasil [...] seu nome é a própria história da propaganda republicana [...] Congrega-se em torno d'elle a geração de hontem, os velhos, que o ouviram naqueles tempos [...] inesquecíveis; a geração de hoje, os moços, cujos corações se inflammam e palpitam ouvindo a palavra e vendo o exemplo”¹⁵².

Contando com o desgaste de Borges de Medeiros, o manifesto refletia a indignação dos federalistas de Uruguaiana, uma vez que acusava o governo de Borges de Medeiros de ser nocivo para a economia. Afirmava-se ainda que já não era mais possível usar “como justificativa da sua quinta reeleição, aquella pompa e aquella maguinhecencia de benefícios, de progressos e de bençans para a nossa terra. Uruguayana, particularmente, neste longo período nunca foi considerada digna, não diremos de favores, não os solicita este povo ativo, mas de justiça da parte desse governo”¹⁵³. Nesse sentido, o problema dos impostos e a descrença gerada no governo pela má administração local aparecem como principal arma contra Borges. Isso porque os negócios ligados a criação de gado, embora estivessem gerando impostos rentáveis, eram drenados para outras atividades, como transportes e indústrias de outras regiões.

Assim, Lusardo – o diretor do jornal – dando continuidade ao texto do manifesto, não escondia sua indignação ao expor que, naquele momento, o município de Uruguaiana concorria para a receita do Estado com uma renda anual muito superior a mil contos de réis. E apesar disto, “nunca aquella BENEMERITO governo fez concertar aqui uma das nossas pavorosas estradas, melhorou um dos nossos intransitáveis caminhos, construiu um mesquinho pontilhão aos passos que com freqüência impedem o transito dos mesmos viajantes, a deslocação e o escoamento da nossa produção e da nossa riqueza”¹⁵⁴. O final do texto relata o sentimento daqueles que pertenciam a facção federalista Uruguaiense, cujos membros se encontravam “vergonhosa e desprezivelmente ajoujados á canga do regimen municipal provisório, sem conselho communal, sem orçamento, com o mais humilhante, injurioso desprezo por aquellas franquias, sem liberdade e sem lei”¹⁵⁵.

O chamamento no jornal revelou abertamente as intenções dos federalistas

¹⁵¹ URUGUAIANA. Jornal A Nação, 20 de outubro de 1922.

¹⁵², ¹⁵³, ¹⁵⁴, ¹⁵⁵ Idem.

de Uruguaiana. Batista Lusardo, ao colocar seu nome como diretor, ainda na mesma matéria, expunha também o grupo federalista, que se revelava assinando conjuntamente o manifesto, como se pode perceber abaixo, com um detalhe muito significativo, a assinatura de Antonio Monteiro (ex-PRR) agora apoiando os federalistas:

URUGUAYANA, 20 DE OUTUBRO DE 1922. Deputado dr. Antonio Monteiro, Dr Adolpho Martins de Menezes. Dr. Raphael Bandeira Teixeira, Luiz R. Pinto, Dr. Brasil Vianna, Dr. Dario Centeno Crespo, Dr. João Batista Lusardo, João Baptista Pinto, F. Fagundes Filho, Dr Manoel Martins Pacheco Prates, Dr. Heitor Guimarães, Dr. Arthur Schilling, Coronel Patrício Rodrigues de Freitas, Virgílio Gonçalves Vianna, João Gonçalves Vianna, Alfredo Gonçalves Vianna, Áureo Ayres de Azevedo, Francisco Maria Piquet, Pedro Garcia Filho, João de Carvalho e Silva, Francisco Armando Cidade, Domingos de Souza Alves. Coronel Felisberto Gonçalves Netto, Major Eduardo Palma, José de Camara do Prado, Dr. João Consirat de Araujo, Arthur R. de Figueredo, Edmundo de Carvalho e Silva, Albertino Pires, Anthero Marty, Salostiano Marty, Lucio V. Magalhães, Athaliba Belleza, João Canaparro, Joaquim de Oliveira Soares, Cel. Francisco M. de Carvalho, Cel. Jordão de Freitas Leão, Dr. Francisco Orcy, Gomercindo Jardim de Menezes Junior, Maximo Rodrigues Machado, Athanagildo de Oliveira, Miguel Garcia, Dr. Paulo Mendonça, Henrique Marques Garcia, Dêlcio Beheregaray, Alípio Pereira da Silva, Lycerio Gonçalves dos Santos, Cel. Francisco de Menezes Borges, Antonio da Camara Canto, Felisardo Gomes de Oliveira, Caetano Antunes de Oliveira, Fabio de Souza Pacheco, Áfrico Serpa, Jeronymo Lopes Rodrigues, Francisco Martins de Almeida, Manoel Calvello, Dr. Francisco G. de Araujo Góes Filho.¹⁵⁶

Aqui é possível observar elementos do bloco histórico agrupados em busca da legitimidade. A descrição de um objetivo concreto na matéria do jornal, apresentando a coesão necessária, demonstram a concretude exigida para a formação de uma hegemonia por parte da facção dos federalistas, alijada do poder pelo projeto republicano até aquele momento ocupando o comando no bloco histórico de forma legitimada. Esta legitimação era sempre renovada

¹⁵⁶ Idem.

pelas eleições que, mesmo fraudadas, conferiam a necessária aparência por conta do jogo de cartas marcadas. As eleições de 1922 seguiriam dentro das práticas da máquina do Estado castilhistas/borgistas durante a República Velha. As acusações de fraude e adulteração de votos desempenharam papel decisivo no desfecho com o conflito de 1923, um período de esgotamento do domínio de Borges de Medeiros. Ainda assim, tentando se manter no poder e utilizando as eleições como num jogo de truque, Borges de Medeiros transformou-se em um embuste subvencionado pelos coronéis e pelo poder local. Cada região lançava mão de artifícios e truques mais adequados para garantir sua reeleição.

O sentido de barganha e da coerção do tipo que se pode observar em Uruguiana remonta a zona de atividade pastoril. Com uma histórica fronteira, a “Fronteira Zona”, como visto no primeiro capítulo, construída em detrimento de chefes militares com guerras e invasões, caracterizam a utilização da coerção com forma violenta. Os rivais eram tratados como invasores ou estranhos para a ordem do Poder Local. É claro que isso não significa que nas demais regiões do sul do país não tenham ocorrido violências. Porém, em Uruguiana o traço mais marcante da fronteira fora, pelo menos nos documentos aqui analisados, nos momentos necessários, a substituição da barganha pela força quando a disciplina política necessitou: “A dominação oligárquica sempre foi violenta, podendo assumir tanto formas mais sutis de coerção, quanto procedimentos da maior crueldade, variáveis de acordo com o lugar e a ocasião” (JANOTTI, p. 54).

Nas páginas do jornal “A Nação” analisadas, foi possível perceber que a medida em que a crise foi se aprofundando, as denúncias de abusos da força policial municipal se tornaram mais frequentes. Com ataques então voltados para correligionários “assistidos” do Partido Federalista, como o ocorrido às vésperas das eleições de 1922, quando o jornal publicou a seguinte matéria:

Vergonha das vergonhas [...] A EMBOSCADA DE ANTE-HONTEM [...] A POLICIA EM SCENAS DE VANDALISMO Paira no nosso ambiente, pesa sobre a sociedade de Uruguayana, uma athmosphera mais de nojo que de tristeza. [...] Recolhia se, aquella hora para suas casas, tranquillamente um pequeno grupo de amigos nossos a Cavallo, quando ao sahir da cidade foram colhidos na mas sinistra das emboscadas, entre dois fogos, por dois piquetes da policia municipal, [...] os quaes

fizeram continuas e cerradas descargas, das quaes resultou ferido o nosso infortunado companheiro João Moraes, empregado do denodado e prestigioso assista Sr. João Canaparro.¹⁵⁷

No Rio Grande do Sul a força pública foi de grande importância para manter o controle pela situação. Além do poder militar, os subchefes de polícia estavam ligados ao poder central, enquanto no poder local procuravam cargos de delegado e subdelegados. Assim, as disputas entre as facções internas do PRR eram amainadas, e se buscava nos adversários extra-partidários do Partido Federalista o inimigo a ser combatido.

Borges de Medeiros fazia a nomeação alternada entre as facções internas do PRR, fazendo com que o subchefe de polícia nomeasse um delegado pertencente a facção contrária a que pertencia o intendente. Dentro do próprio PRR funcionava “um certo equilíbrio de forças entre os grupos rivais [...] em Palmeira das Missões, Cruz Alta, São Gabriel, Uruguaiana, [...] entre outros municípios” (Félix, 1997, p. 130).

Assim, restava a todos os componentes do PRR, em suas representações locais, como em Uruguaiana, mostrar serviço e justificar uma possível promoção nos quadros oficiais após as eleições. Bastava apenas que se fizesse o jogo do enfrentamento com adversário político para a disputa das eleições. O Rio Grande do Sul se preparava para mergulhar em um período de extrema convulsão, ainda maior do que o provocado pela questão econômica. Em Uruguaiana não seria diferente.

Em 25 de novembro de 1922, o prenúncio de um dia quente em Uruguaiana¹⁵⁸ já demonstrava desde cedo o que seriam as eleições locais: seguiriam ao estilo do “jogo de truco”, extremamente tumultuadas. Naquele dia Oswaldo Aranha, segundo consta em acusação teria trazido para votar em Uruguaiana, no 4º distrito, oito pessoas do município de Itaqui e do município de Japeju (argentinos do outro lado da fronteira) para engrossar o número de votos para Borges de Medeiros¹⁵⁹.

Segundo o que se pode observar por meio da movimentação dos livros

¹⁵⁷ URUGUAIANA. Jornal A Nação, 22 de novembro de 1922.

¹⁵⁸ Livro I Relatório de Estatísticas 1912-1926. Climatologia – Resumo dos dados observados pela estação meteorológica de Uruguaiana, durante o mez de novembro de 1922. Intendência do Município de Uruguaiana, 25 de julho de 1926.

¹⁵⁹ URUGUAIANA. Segundo relatado em Carta de Araújo Góes para Assis Brasil, novembro de 1922. AAB. SANTOS, Mariza Elaine Simon dos. *Honório Lemes: um líder carismático*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1998, p. 59-60.

de despesas da Intendência, o número do efetivo da polícia administrativa, de soldados da brigada e a movimentação de tropas encarregados da segurança em geral, a partir das eleições, fora sensivelmente reforçado. Algo que pode ser constatado pelo lançamento de despesas com mantimentos, armamentos, munições e forragem para montarias. Os gastos se elevaram em número bem superior de dezembro de 1922 até fevereiro de 1923¹⁶⁰.

Outra acusação fora feita contra Flores da Cunha foi a de que teria dado voz de prisão para o sargento da polícia aduaneira, Salvador Martins, por ter apoiado Assis Brasil. Há relatos de que em torno de 40 pessoas assistiram a sequência entre a prisão e o espancamento do sargento.¹⁶¹ A apuração em Uruguaiana chegou a um número suficiente para eleger Assis Brasil, sendo que de um total de 2.156 votos, 1.270 foram para Borges de Medeiros e 886 para Assis Brasil. Para que Borges conseguisse a reeleição nos votos de Uruguaiana teria que atingir uma votação mínima de 1.617 votos.

Abaixo segue uma listagem da apuração dos votos. Listagem que foi passada como oficial logo após o pleito em Uruguaiana.

Figura 8 : Quadro de apurações das eleições de 1922 em Uruguaiana

Distrito Eleitoral	Votos Borges de Medeiros	Votos Assis Brasil
1°. Distrito	836	561
2°. Distrito	88	55
3°. Distrito	68	56
4°. Distrito	129	112
5°. Distrito	92	64
6°. Distrito	57	38
Total Geral	1.270	886

Fonte: Livro dos Annaes da Assembléa dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul, 1922-1923, p. 331. Memorial da Assembléa Legislativa do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

¹⁶⁰ Livro de Despesas da Intendência de Uruguaiana, 1923, p. 31-42.

¹⁶¹ URUGUAIANA. Segundo relatado em Carta de Araújo Góes para Assis Brasil, novembro de 1922. AAB. In. SANTOS, Mariza Elaine Simon dos. *Honório Lemes: um líder carismático*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1998. p. 60.

O dia se encerrou com um saldo de diversas irregularidades em todo o Rio Grande. E, embora em Uruguaiana a oposição tivesse atingido o seu objetivo, no somatório com as outras regiões não teria sido o suficiente. O quadro geral de votação das eleições no Rio Grande do Sul para 25 de novembro de 1922 apurou, no somatório de 128.476 votos de todas as suas municipalidades, o resultado de 106.260 votos para Borges de Medeiros. Enquanto Assis Brasil contabilizou um total de 22.216 votos¹⁶². A frustração tomou conta dos que haviam apostado em Assis Brasil, era necessário fazer um total de 32.119 votos, e os resultados oficiais apontavam para uma derrota. Com a apuração dos votos conferindo a vitória para Borges de Medeiros, iniciou-se a partir de então um período de preparação para os enfrentamentos.

Diante da obrigatoriedade da situação de fazer um número de votos que expressasse, no mínimo, o desejo de 3/4 dos eleitores, iniciou-se uma grande batalha para a recontagem dos votos. As reclamações de fraude e corrupção levaram a criação de uma comissão na Assembléia dos Representantes. Composta por 32 membros, dos quais somente 4 eram da oposição, essa comissão fora encarregada de fazer a checagem dos resultados das eleições no Rio Grande do Sul. Chefiada pelo promissor deputado Getúlio Dornelles Vargas – seguidor de Borges de Medeiros –, em 09 de dezembro de 1922 a comissão levou à 18ª Sessão da Câmara dos representantes em Porto Alegre alguns esclarecimentos preliminares acerca dos trabalhos que estavam sendo realizados.

Vargas, que havia sido acusado pela oposição de estar realizando os trabalhos em segredo, tomou a palavra na tribuna, tratando logo de expor a situação. Disse que não estava ali para discursar, mas para fazer “uma narração simples e desapaixonada justificando a atitude da comissão de constituição e poderes”¹⁶³. E, completando, disse ainda:

Devemos esclarecer, primeiramente, que a comissão de constituição e poderes não está fazendo a apuração da eleição e sim um exame minucioso, cuidadoso e escrupuloso, dos papeis eleitoraes. Após o exame será emitido o parecer tendo então os

¹⁶² PORTO ALEGRE. Livro dos Annaes da Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul, 1922-1923, p. s/nº, quadro anexo. Memorial da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

¹⁶³ PORTO ALEGRE. Livro dos Annaes da Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul, 1922-1923, p. 140. Memorial da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

fiscaes dos candidatos vista por cinco dias para apresentar as suas razões, juntar documentos no plenário [...] A apuração é feita pela Assembléa reunida em sessão e não pela comissão de constituição e poderes.¹⁶⁴

Os trabalhos da comissão duraram até quase um mês, e foram apresentados na 27ª Sessão da Assembléa dos Representantes do Rio Grande do Sul. Após uma cansativa exposição dos trabalhos, que segundo a comissão, foram direcionados à análise das mais de 300 atas apresentadas, a apuração não apenas ratificou a vitória de Borges de Medeiros, bem como, no caso de Uruguaiana, ainda expôs alguns casos de impugnações de votos para Assis Brasil. Como no caso do primeiro distrito, onde foram impugnados 3 votos.

Figura: Quadro de apurações revisadas pela Comissão de Constituição e Poderes para as eleições de 1922 em Uruguaiana

Distrito Eleitoral	Votos Borges de Medeiros	Votos Assis Brasil
1º. Distrito	836	558*
2º. Distrito	88	55
3º. Distrito	68	56
4º. Distrito	129	112
5º. Distrito	92	64
6º. Distrito	57	38
Total Geral	1.270	883

Fonte: Baseado no Livro dos Annaes da Assembléa dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul, 1922-1923, p. 331. Porto Alegre: Memorial da Assembléa Legislativa do Rio Grande do Sul.

* Segundo a comissão, “Não foram apurados três votos dados por Pedro Jardim, Ramão Alves e João Alves por terem elles votado duas vezes no candidato Dr. Assis Brasil.”¹⁶⁵

Ainda segundo o que teria sido apurado pela comissão acerca das eleições em Uruguaiana, outras irregularidades foram descobertas:

¹⁶⁴ Idem, p.140-141.

¹⁶⁵ Idem, p. 395.

Nas secções dos 3º e 4º districtos estiveram presentes fiscaes dos dois candidatos. Na do 4º districto a mesa não apurou os votos de seis eleitores que votaram no Dr. Assis Brasil, porquanto cinco delles apresentaram apenas títulos federaes e um, título municipal. O fiscal do candidato Assis Brasil apresentou protesto contra o facto da mesa permittir votassem onze eleitores do 1º districto que eram completamente desconhecidos para elle, fiscal. Ainda protestou contra os votos de quatro eleitores que votaram no Dr. Borges, por ter dúvidas sobre a identidade dos mesmos e também contra o voto de um eleitor pelo facto da assignatura do título não ser a mesma da assignatura da cédula.

Apesar de inúmeras reclamações feitas também pelos fiscais do candidato Assis Brasil, nenhum voto para Borges de Medeiros foi impugnado, no caso de Uruguaiana. A máquina eleitoral funcionou até mesmo durante a revisão dos votos.

Na 34ª Sessão da Assembléa dos Representante do Rio Grande do Sul, em 24 de janeiro de 1923, durante apreciação do material elaborado por Vargas e do julgamento das eleições, os representantes da opposição faziam suas acusações e se negavam a submeter a análise do relatório final ao julgamento. Já antecipando, como desfecho, o futuro embate que iria ocorrer: “[...] depois de bem feita obra, de bem acabada a farsa, seria ridículo à opposição proceder a um exame meticoloso nesses papeis já arrumados para a ‘contasinha de chegar’. Deixo, portanto, de depor os olhos de minha analyse nesse material porque não me presto a farsas desse quilate”¹⁶⁶. Assim, o discurso inflamado de Alves Valença, um dos deputados da opposição, expressava bem a ideia que se tinha sobre o trabalho realizado ao longo de mais de 30 dias. Trabalho por meio do qual se dissimulou e tentou esfriar os ânimos com um embuste que desmerecia ser avaliado, já que era realizado apenas para oficializar a vitória de Borges de Medeiros.

Às dezesseis horas do dia 25 de janeiro de 1923, na sala das sessões da Assembléa dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, Borges de Medeiros tomava posse de mais um mandato. Com a presença de autoridades e deputados, sentado à direita do presidente da Assembléa, o Presidente do Estado selava a revolta que começaria no final do mês de março de 1923 e duraria até dezembro do mesmo ano.

¹⁶⁶ Idem, p.331.

3.2 Uruguaiana sitiada, para não dizer que não falei de Flores.

A chuva que caíra na véspera, dia 28 de março, não fora suficiente para amenizar o calor que logo se instalara com o mormaço típico da região¹⁶⁷. Desde alguns dias antes, já se aguardava uma invasão na cidade de Uruguaiana, o clima era tenso e a batalha era iminente. Uruguaiana desempenharia papel de destaque no conflito, tanto por representar um forte reduto dos opositores Federalistas, quanto por contar, em suas fileiras de resistência a invasão, com a participação de coronéis leais a Borges de Medeiros, como Flores da Cunha e Flodoardo Martins Silva.

Entre o dia 29 de março até o dia 4 de abril de 1923 a cidade de Uruguaiana foi cercada e atacada. O comando do sítio estava a cargo do General Honório Lemes e de seus comandados, entre eles Mingote Cunha, Áfrico Serpa e Virgílio Viana. Estenderam-se as linhas de ataque a tal ponto que à noite podiam ser vistos os clarões dos fogões dos sitiados iluminando, ao longe, seus acampamentos. Tudo isso acontecendo em torno da cidade cujos moradores, estarrecidos e trancados em suas próprias residências, assistiam a situação de insegurança em que se encontravam: “Como ficou danificada nossa querida cidade [...] com arames de farpa em cercas de defesa e buracos e fossas cavados às pressas, para trincheiras”¹⁶⁸.

Cyro Pellegrine, testemunha dos fatos, apesar de ser muito jovem na época, ainda lembra muito bem do que aconteceu durante a tentativa de tomada de Uruguaiana. “As ruas estavam completamente fechadas pelas tropas, sendo que duas delas eram a General Câmara e a Sete de Setembro. E os combates foram tortuosos, pois, para cada carga de cavalaria que tentava penetrar na parte central da cidade, era repelida com contra golpes também de artilharia e cavalaria. Isso se repetiu mais de uma vez, pois os revolucionários entraram e foram repelidos novamente”¹⁶⁹. Seu pai, Maragato em 1923, não participou dos enfrentamentos, pois “era, como se diz, um leva e traz de armamento”, ou seja, atuava transportando armas para as tropas Maragatas. Em

¹⁶⁷ Livro I Relatório de Estatísticas 1912–1926. Climatologia. Resumo dos dados observados pela estação meteorológica de Uruguaiana, durante o mês de março de 1923. Intendência do Município de Uruguaiana, 25 de julho de 1926. Uruguaiana: Arquivo Pedro Marine.

¹⁶⁸ PONT, Raul. Pasta. 65/Gaveta 4, sem data. Uruguaiana: Arquivo Pedro Marine.

¹⁶⁹ Entrevista concedida por Cyro Pellegrini. Uruguaiana, março de 2011.

sua lembrança foi possível perceber que, em determinada oportunidade, foram transportados armamentos desde Uruguaiana – pela direita, tangenciando o Serro do Caverá – até Quaraí”¹⁷⁰.

Por ser um Maragato, o pai de Cyro Pellegrine foi muito perseguido. Embora ele recorde também que “esta gente se juntava no Clube Comercial e naquela época tinha jogatina e todo mundo estava lá, inimigo e amigo estava tudo junto, tudo de Uruguaiana, tudo conhecido: Amantino Fagundes, Oswaldo Aranha, mas havia muita coisa que não se pode revelar”¹⁷¹. Entre tais “coisas”, encontrava-se a Coluna Lemes, como ficou conhecida, que contava com cerca de mais de 2.000 homens, que haviam, no dia 27 de março, entrando em Alegrete. Homens que, posteriormente, deslocaram-se para Uruguaiana a fim de sitiá-la cidade¹⁷².

Ainda em seu depoimento, Cyro Pellegrine recorda ter visto de cima do telhado de sua casa os tiros e a cavallhada para a defesa da cidade. Embora muito jovem na época, ele recorda outras passagens que ouviu de seu pai ou de tantos outros que recordam aquele período. Segundo ele, em 1923 “a cidade foi cercada pelo Honório Lemos, o Flores da Cunha ganhou, cercou as tropas Maragatas”¹⁷³.

Tudo já estava sendo tramado desde janeiro daquele ano. Às vésperas da posse de Borges de Medeiros começaram os movimentos sediciosos que dariam início à Revolução. Com o conhecido resultado eleitoral de novembro, manipulado pela comissão para atender a situação, precipitaram-se os fatos. Em 19 de janeiro de 1923, Borges de Medeiros enviou telegrama para Uruguaiana, respondendo a Flores da Cunha que havia, um dia antes, alertado sobre o movimento de sedição que estava por eclodir:

Nenhum fundamento tem notícias alarmantes trato vosso ontem. Reina completa tranqüilidade todo Estado, exceto zona rural Passo Fundo, parte Palmeira onde estão reunidos grupos sediciosos que até agora entretanto não ousaram atacar sede nenum desses municípios- General Firmino que comanda 500 homens bem armados [...] em marcha para Passo Fundo a fim

^{170, 171} Idem.

¹⁷² Segundo depoimento de Balbino Lemes da Fontoura. Foz do Iguaçu, fevereiro de 1984. AP. In. SANTOS, Mariza Elaine Simon dos. *Honório Lemes: um líder carismático*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1998, p. 75.

¹⁷³ Entrevista concedida por Cyro Pellegrini. Uruguaiana, março de 2011.

obrigar tais grupos se renderem ou dispersarem.¹⁷⁴

Essa mensagem de resposta ao contato do dia anterior, mencionado no telegrama, reforça a suposição de que o complô para a derrubada de Borges de Medeiros pelos federalistas havia sido orquestrado com o contato de todas as regiões. Reforça também o fato de que na fronteira oeste, local de grande concentração de federalistas, a tomada de Uruguaiana reforçaria a necessidade de intervenção do Governo Federal no Rio Grande do Sul.

A posse, que estava marcada para o dia 25 de janeiro, começava a ser sabotada. Uma semana antes o clima se tornou mais tenso e os boatos de sedição se espalharam. Havia rumores de que uma intervenção por parte das forças federais seria provocada pelos federalistas. Tal intervenção se justificaria a partir de uma revolta contra a ditadura de Borges de Medeiros, contra a qual seria instalado um governo estadual paralelo, talvez nas proximidades da tríplice fronteira, provavelmente em Uruguaiana.

A informação passada por Flores da Cunha a Borges de Medeiros teria possivelmente vazado para os federalistas por meio de algum elemento que conhecia os movimentos que estavam sendo orquestrados na fronteira oeste. De qualquer forma, entre 29 de março até 3 de abril de 1923, a cidade de Uruguaiana foi cercada pelas tropas federalistas e quase completamente tomada depois de um cerco, cuja resistência foi mantida pelos legalistas. Além do fato que, ainda de acordo com o depoimento de Cyro Pellegrine, “a correspondência era toda aberta, a maior parte da correspondência que vinha, por exemplo, para os legalistas era toda vigiada, eles eram todos vigiados porque todos os postos de comando e emprego, tudo estava na mão do governo. Então, controlavam tudo perfeitamente bem”¹⁷⁵.

3.3 O Corpo Provisório da Fronteira Oeste

O Corpo de Provisórios, conhecido como Fronteiras da República, foi criado por Flores da Cunha e Sérgio Ulrich com a utilização de pessoal local e de material oficial da Brigada – armas e uniformes oficiais. O grupo desempenhou importante atuação no conflito que se desenrolou com os embates na

¹⁷⁴ Telegrama de Borges de Medeiros para Flores da Cunha. 19 de janeiro de 1923. AFC/CDPC/UFRGS apud FÉLIX, 1987 p. 140.

¹⁷⁵ Idem.

fronteira oeste, principalmente em Uruguaiana¹⁷⁶.

Flodoardo Silva seria nomeado, em comissão, inicialmente para a patente de Capitão-ajudante do Estado Maior do 5º Corpo da 2ª Brigada Provisória do Oeste, retroativo pelo decreto nº 3.139 de 19 de Abril de 1923. O comandante do Estado Maior era, então, seu compadre, Dr. Oswaldo Aranha, nomeado pelo mesmo decreto Tenente-coronel-comandante¹⁷⁷. Na análise aqui realizada da documentação da intendência de Uruguaiana, encontrou-se, no período, Flores da Cunha criando o Corpo Provisório da Brigada Militar na fronteira oeste, grupo que estaria sob seu comando. Assim, com a criação do Corpo Provisório, Flores da Cunha foi aumentando progressivamente a esfera de seu poder e incorporando, como coronel burocrata, o controle da região da fronteira oeste, mantendo o controle nas mãos de Borges de Medeiros.

As forças governistas se estruturavam em cinco Brigadas acrescidas de civis, formando os Corpos Provisórios sob o comando do Gen. Firmino de Paula, do Cel. Juvêncio Maximiliano de Lemos, do Cel. Claudino Nunes Pereira e do Cel. José Antonio Flores da Cunha, que seria o comandante para a fronteira oeste. Todos seriam recompensados com a promoção para o posto de generais honorários do Exército (FERREIRA FILHO, 1973, p.33).

Os mecanismos repressivos do aparato policial também foram utilizados para fiscalizar internamente os municípios e a Brigada Militar¹⁷⁸, com seus

¹⁷⁶ Observou-se que Flores da Cunha foi nomeado em 19 de maio de 1923, por decreto nº 3.109 do Governo do Estado, expedido em 27 de fevereiro de 1923, para servir como coronel comandante da 2ª Brigada de Oeste. Ver mais em *A Campanha de 1923*. Rio de Janeiro, 1944, p. 275. .

¹⁷⁷ *Idem*, p. 277.

¹⁷⁸ Félix ainda descreve sobre a Brigada Militar do Rio Grande do Sul: “o momento de sua criação; a composição das forças; e os municípios que as sediavam. [...] ‘Acto de 21 de dezembro de 1892. Ordem do dia nº 23. Criação dos Corpos Provisórios’ [...] ‘o 1º em S. Vitória do Palmar, o 2º em Jaguarão, o 3º em Pedras Altas (município de Cacimbinhas), o 4º na vila de Piratiny, o 5º e o 6º em D. Pedrito, o 7º em Livramento, o 8º em Quaray, o 9º em S. Borja, o 10º e 11º em São Luiz, o 12º, 13º e 14º em Cacequy, o 15º, 16º e 17º em Caçapava e o esquadrão de cavalaria em São João Baptista do Herval’ [...] todos eles redutos opositoristas [...] onde a oposição precisa ser esmagada para que o PRR se consolide no poder estadual. Exatamente nesta área estavam os riscos, não de uma invasão estrangeira pondo em perigo a unidade nacional, como foi apregoado, mas de uma reação interna ao castilhismo. Além de 1893-5, o segundo momento de contestação armada foi a Revolução de 1923, quando, novamente, os Corpos Provisórios foram organismos fundamentais de reforço para as tropas legalistas. Brigada Militar e Corpos Provisórios garantiram, pelas armas,

“corpos provisórios” (FÉLIX, 1987. p. 127). Para sustentação da ação jurídica, o governo contava com a força da Brigada Militar, que oscilou, durante todo o período da República Velha, entre 1.500 e 3.200 homens. A Brigada se transformara em um exército estadual, correspondendo ao federal, que poderia chegar a um efetivo de até 8.000 homens, “incluindo os corpos provisórios e as guardas municipais” (LOVE, 1975, p.83).

O uso da máquina repressiva da BM por Borges de Medeiros¹⁷⁹ somou-se à cooptação política das bases locais da legislação eleitoral, conseguidas uma e outra através de alguns recursos preparados juridicamente por Julio de Castilhos e continuados por Borges de Medeiros¹⁸⁰. Love segue afirmando que: “A coerção, igualmente, assumia diversas modalidades, desde a mobilização de unidades da Brigada Militar até o uso de táticas violentas com capangas” (LOVE, 1975, p. 84).

Em Uruguaiana, alguns recrutamentos foram feito pela força, a partir dos quais os soldados eram colhidos dentro dos meios simpatizantes dos federalistas “a bordoada, ameaças de morte, principalmente na fronteira. Muitos escondem-se nos matos”¹⁸¹. Pelo que se pode observar relativamente à situa-

o que os argumentos comtianos não conseguiram” PEREIRA, Miguel. *Esboço Histórico da Brigada Militar do Rio Grande do Sul*. V. I. Oficinas Gráficas da Livraria Americana, 1917. p. 163 apud FÉLIX, 125).

¹⁷⁹ Segundo Joseph Love: “Antonio Augusto Borges de Medeiros não se constituía na mesma figura carismática que Castilhos. Possuía mentalidade jurídica, não de todo surpreendente num homem cujo pai havia sido juiz e que pertencera ele próprio ao Superior Tribunal Estadual. Nascido na Campanha em novembro de 1863, formou-se na Faculdade de Direito em 1885, e depois ajudou a organizar o Partido Republicano em Cachoeira, município da orla ocidental do Litoral [...] Durante a guerra civil, Borges serviu como Tenente-Coronel da Divisão do Norte. Posteriormente foi designado chefe de polícia estadual, e, então, encarregado por Castilhos da função de preparar os códigos de legislação estadual. Seu desempenho impressionou tanto Castilhos que este o fez sucessor de seu governo embora retendo o poder real na condição de chefe do partido [...]”. LOVE, Joseph L. *O Regionalismo Gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975, p. 82.

¹⁸⁰ Loiva Otero Félix observa que “A organização policial do Estado é uma parte do conjunto de medidas responsáveis pela estruturação do Estado republicano no Rio Grande do Sul, no qual “coube a Castilhos construir um novo arcabouço jurídico, tarefa realizada, ao que parece, em dois pontos: 1º na confecção de uma matriz, corporificadora do projeto político do PRR, através da Constituição de 1891; 2º nos anos subsequentes à Revolução Federalista, através da posse de Borges de Medeiros, em que passa a montar todo o aparato jurídico através de leis, decretos e atos” (Félix, p. 119).

¹⁸¹ Segundo relatado em Carta de Araújo Góes para Assis Brasil. Uruguaiana, novembro de 1922. AAB. SANTOS, Mariza Elaine Simon dos. *Honório Lemes: um líder carismático*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1998. p. 66.

ção do Estado durante o período da República Velha e, em especial, para da campanha, onde a oposição ao PRR fazia-se mais forte nos municípios da fronteira, em que os federalistas tinham seu maior poder de ação. Havia realmente a necessidade de aumentar o efetivo da Brigada Militar, fazendo assim com que fosse criado um Corpo Provisório para a região da fronteira oeste; região que Flores da Cunha assumiria como comandante.”

Segundo relata Flores da Cunha em seu depoimento sobre o ocorrido em Uruguaiana em 1923, desde a época das eleições ele já prevenira Borges de Medeiros, em Porto Alegre, sobre a possibilidade de uma revolta armada. De acordo com seu relato, a reação do então Presidente do Estado foi: “Replicou-me que nada esperava contra si, que tudo estava em paz, que (olhando-me com aqueles olhos azues, mortiços, de peixe recém-pescado) eu era pessimista e que não se justificavam meu alarme e minhas apreensões!”¹⁸².

Após um mês da entrevista em Porto Alegre, Flores da Cunha recebeu um emissário de Borges de Medeiros às escondidas na estação ferroviária próxima a Uruguaiana. Além de instruções verbais, lhe foi passado uma correspondência e a ordem para que executasse clandestinamente a compra de armamentos no departamento de Corrientes, na Argentina. Chegara mesmo a oferecer suborno ao chefe da estação argentina, “mil pesos argentinos”, segundo o qual não foi necessário.¹⁸³ Sobre esse fato, narrou ele que efetuada a “compra, embarquei em um vagão 400 carabinas Mauser, tipo argentino; 120.000 cartuchos de calibre 7,65 e os respectivos correames e cananas”¹⁸⁴.

Aqui Flores da Cunha descreveu que ao chegar com o armamento no porto de Uruguaiana, destacou uma forte escolta para transportá-lo até o prédio da intendência, uma vez que “visto a fôrça federal, por todos julgada neutra, ser-nos, ao contrário, francamente hostil!”¹⁸⁵.

Depois de ocorridos tais fatos, Flores da Cunha recebeu a notícia de que haveria acampamentos guerrilheiros nas barrancas do rio Uruguai, próximos à localidade de Potreiros do Aferidor. Ao rumar para o local com um destacamento de 80 homens, fez prisioneiros e regressou para Uruguaiana em plena sexta-feira santa, véspera da invasão. Nesse mesmo período as tropas Federalistas

¹⁸² Depoimento de Flores da Cunha, registrado quando se encontrava preso devido às desavenças com Getúlio Vargas. Encontrado na obra *A Campanha de 1923*. Rio de Janeiro 1944, p. 9.

¹⁸³ Idem, p. 10-11.

¹⁸⁴ Idem, p. 12. ¹⁸⁵ Idem, p. 15.

comandadas por Honório Lemes marchavam aceleradamente, desde Quarai em direção a Uruguaiana¹⁸⁶. Uma parte das tropas de Flores da Cunha, ao distanciar-se muito das demais, encontrou-se no meio do caminho com as tropas de Lemos. Houve um árduo combate e desse encontro resultou duas baixas para os legalistas e mais a certeza de que Uruguaiana seria palco dos combates¹⁸⁷.

Flores da Cunha teria seguido até as proximidades do matadouro municipal, localizado na entrada da cidade, para tentar deter as tropas rebeldes que avançavam e, ao mesmo tempo, aguardar os reforços que havia requisitado¹⁸⁸. Provavelmente tais reforços seriam compostos em parte por elementos vindos de Itaqui, arregimentados por Flodoardo Silva, pelo que se verá mais adiante, em sua versão dos fatos ocorridos. Mas, ainda segundo Flores, a defesa de Uruguaiana seria feita com

a polícia municipal, com amigos de Itaqui, sob a direção de Oswaldo Aranha, com correligionários e autoridades que haviam, com nosso auxílio, conseguido escapar de Alegrete, ocupada pelos adversários em armas, com 40 praças do 2º R.C. da Brigada Militar, encarregados do policiamento de Alegrete, que também vieram abrigar-se entre nós, e, finalmente, com a Guarda Republicana, composta da mocidade e dos melhores cidadãos de Uruguaiana, organizada e sob o comando do Dr. Sérgio Ulrich de Oliveira, chefe do nosso partido. Ao todo, o efetivo dos defensores não atingia a 400 homens. [...]. Entre os bons elementos de Itaqui, achavam-se o major Laurindo [...] **Flodoardo Silva**, Artur Mendes e ainda outros de comprovado destemor.

Aqui aparece uma menção de Flores da Cunha a Flodoardo Silva, como sendo um dos bons elementos de Itaqui, chefiados por Oswaldo Aranha. Esses então teriam pernoitado na altura da estrada geral, próximo ao matadouro municipal, localidade que ligava Uruguaiana ao município de Quarai, de onde vinham as tropas inimigas¹⁸⁹.

Neste local, segundo Flores da Cunha, por volta das 8 horas do dia 3 de

¹⁸⁶ Idem, p. 19.

¹⁸⁷ Depoimento de Flores da Cunha, registrado quando se encontrava preso devido às desavenças com Getúlio Vargas. Encontrado na obra *A Campanha de 1923*. Rio de Janeiro 1944, p. 19-20.

¹⁸⁸ Idem, p. 20. ¹⁸⁹ Idem, p. 21.

abril, uma parte das tropas de Honório Lemes foi recebida a tiros, retirando-se em desordem. Os inimigos teriam se aproveitado do gado e da cavallhada que ali estavam soltos, utilizando-os como cortina entre as tropas para, afinal, baterem em retirada¹⁹⁰. Isso teria permitido o tempo necessário para que os legalistas se organizassem e construíssem trincheiras e barricadas nas ruas da cidade de Uruguaiana. Ao final do primeiro dia do cerco, a cidade estava guarnecida¹⁹¹.

O plano para o cerco em Uruguaiana contava possivelmente com grandes levas de moradores da cidade, o que se pode supor por meio da análise de algumas notícias do jornal “A Nação”. Pode-se considerar que a página do jornal foi utilizada para enviar mensagens em códigos para os federalistas envolvidos no chamado movimento de sedição. Tal suposição ganha maior probabilidade na comparação das notícias do jornal com os relatos do Coronel Flodoardo Silva. Em carta enviada a Flores da Cunha é possível observar que o ataque a Uruguaiana fora articulado.

Abaixo, há, primeiro, a listagem de algumas notícias publicadas em 2 de fevereiro de 1923, sob a direção de Batista Lusardo, um dos principais articuladores federalistas da rebelião em Uruguaiana. Tais notícias não informavam a fonte, apenas situando RIO como informante, com a suposta intenção de passar despercebido, já que as comunicações por telégrafo e telefone estavam sendo vigiadas. E assim, em conjunto com a matéria de pedido de intervenção no centro da página do jornal, é possível observá-las dispostas e compará-las com a sequência dos eventos que ocorreriam na invasão de Honório Lemes. Como segue:

Telegrammas

Censura no telegrapho nacional Rio 31 – Continno impossibilitado de mandar notícias sobre os sucessos que se estão desenrolando nesse Estado. [...] Imigração Ingleza Rio, 31 – Jornais de Londres noticiam que virão ao Brasil vinte mil famílias de ex combatentes Inglezes. [...] As eleições do Estado do Rio Rio, 31 – **Em fins de fevereiro** terão lugar as eleições para presidente do Estado do Rio.¹⁹²

O jornal ‘A Nação’ publicou também, no mesmo dia 2 de fevereiro de

¹⁹⁰ Idem, p. 22. ¹⁹¹ Idem, p. 22.

¹⁹² URUGUAIANA. Jornal A Nação, 02 de fevereiro de 1923.

1923, na coluna Política rio-grandense, uma notícia do jornal gaúcho da região serrana “O Dia”, publicada, por sua vez, em edição de 28 de janeiro. Em tal notícia, o jornal serrano se posicionava favorável a que houvesse uma intervenção federal no Rio Grande do Sul. Esse era o plano arquitetado com relação a tomada de Uruguaiana para criar um governo paralelo e forçar a intervenção federal, destituindo Borges de Medeiros. A notícia informava que:

“Os amigos sinceros e leaes do eminente Sr. Arthur Bernardes acompanham com a mais viva ansiedade os acontecimentos do Rio grande, compreendendo a delicadeza da situação em que se acha colocado o chefe da Nação em face do caso gravíssimo que surgia ao grande Estado sulista. [...] Em primeiro lugar, estamos em face de uma situação e que se vincula a manutenção do regimen republicano em um dos mais importantes Estados da Federação. O Sr. Borges de Medeiros dando ao texto da Constituição rio-grandense uma interpretação errônea que se acha em franco antagonismo com os precedentes seguidos no Estado e com a doutrina firmada pelo próprio Sr. Borges em relação a todos os casos de reeleição, insiste em manter-se no poder, não obstante faltarem à sua reeleição os requisitos explicita e terminantemente exigidos pela lei básica dos estados. O governo do Rio grande está, portanto, acefado desde o dia 25. [...] nada mais seria necessário para que o poder federal interviesse no Rio Grande do Sul. [...] o próprio Sr. Borges de Medeiros já a pediu implicitamente ao invocar o auxilio do comandante da Região Militar para conter o levante da região serrana. [...] o sr Borges de Medeiros pediu ao general Andrde Neves que mandasse a força federal combater os rebeldes da zona serrana porque o governo do Sr. Borges precisava conservar a brigada policial do estado concentrada em Porto Alegre. Fomos nós que sustentamos que esse pedido equivalia a um apelo ao poder federal para que interviesse no estado e podemos acrescentar que recorrendo a esse processo disfarçado de obter o auxilio do poder federal, o sr. Borges quis evitar os efeitos inevitáveis da intervenção [...]” [...] “Mas o Sr. Presidente da República é que não pôde permitir que o Sr. Borges de Medeiros se aproveite da força federal sem que ao governo central sejam dados os meios de ficar com o controle geral das medidas de ordem pública que forem adoptadas no Estado. Em outras palavras, as forças federaes não podem atender ao pedido do sr. Borges senão em um regimen de inter-

venção do poder central.” [...] “Em seguida, diz ‘O Dia’ que há ainda uma consideração gravíssima de ordem internacional a observar, aludindo ao facto do Rio Grande ter fronteiras com dois paizes estrangeiros. “Não é preciso accrescentar mais argumentos – termina ‘O Dia’ – para mostrar como o Sr. Presidente da República deve quanto antes assumir, por meio de um interventor, o controle sobre o grande Estado sulista.”¹⁹³

Assim, a participação do jornal nos planos para tomada de Uruguaiana, bem como para a deposição de Borges de Medeiros é reforçada. Como foi observado, Batista Lusardo, um dos principais articuladores federalistas de Uruguaiana, fazia parte da direção do jornal “A Nação” e de maneira recorrente utilizava o jornal para diversos ataques a Borges de Medeiros, ao PRR e aos Intendentes. Da mesma maneira, é reforçada também a hipótese de que estava em curso na fronteira oeste, em Uruguaiana, uma tentativa de tomar a cidade para os federalistas e provocar a intervenção do governo federal no Rio Grande do Sul.

Nesse este aspecto, cabem ainda algumas interrogações que podem auxiliar no entendimento do que de fato teria acontecido: Porque teria havido a necessidade de se convocar os itaquenses para defender Uruguaiana, como será visto no relato do Coronel Flodoardo Silva, já que a cidade possuía uma população de mais de 30 mil habitantes? Será que não existiam voluntários suficientes, que contabilizassem um número de 1.000, menos de 1% da população de Uruguaiana? Ou a cidade e sua população aguardavam que Honório Lemes a transformasse em sede provisória de um governo Estadual revolucionário, do qual Assis Brasil seria declarado Presidente?

O Coronel Flodoardo Silva desempenhou importante participação na defesa de Uruguaiana, ocupando, então, a patente de Capitão do Estado Maior das Forças Provisórias ao lado do comandante Oswaldo Aranha. Sua importância, que não é narrada com o devido destaque por Flores da Cunha, estaria no fato de ele ter, às vésperas da tentativa de invasão das tropas revolucionárias de Honório Lemes em Uruguaiana, sido capaz de arregimentar um grupo de elementos vindos da cidade de Itaqui, de onde era originário.

Flodoardo Martins Silva escreveu cartas ao próprio Flores da Cunha, cartas nas quais, já em 1947, rememorava a Revolução de 1923. Em tais cartas, Flodoardo afirmava para seu ser um grande admirador do preclaro

¹⁹³ Idem.

riograndense Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros. E, no dia que o jornal “A Nação” publicou um de seus textos “atacando a pessoa e o governo do benemérito Dr. Borges, senti um revolta profunda e me dispuz a entrar na luta”¹⁹⁴. Ainda segundo o que Flodoardo Silva escreveu sobre o que teria ocorrido, possivelmente entre os dias 27 e 28 de março, quando, ao chegar na Sub-prefeitura, encontrou Flores da Cunha e o Dr. Sergio de Oliveira Ulrich, conversando na calçada: “Agarrei ambos pelo braço e convidei-os para irmos até o centro da praça para falarmos sobre um assunto de grande importância”¹⁹⁵.

Naquele momento as informações que Flores da Cunha poderia oferecer a Flodoardo Silva eram aterrorizantes, uma vez que o combate contra as forças de Honório Lemes estava cada vez mais iminente. Segundo Flores, a Coluna “tinha seguido de Alegrete em direção a Cidade de Quaraí, e que, possivelmente, depois de receber armas e munição naquela cidade da fronteira Uruguiaia, viria atacar Uruguiaiana”¹⁹⁶. Flodoardo Silva demonstrou toda sua preocupação, afirmando-lhes que, se tal fato viesse mesmo a ocorrer, “não poderíamos fazer a defesa da cidade contando somente com soldados da polícia local e da campanha, e mais ou menos 100 civis que compunham a guarda republicana”¹⁹⁷.

Flodoardo ouvira ainda, naquele momento, que a tomada da cidade de Uruguiaiana seria feita devido a sua importante significância “como maior ponto estratégico da fronteira Oeste do Rio Grande do Sul”¹⁹⁸. Isso poderia, na análise aqui proposta, estar relacionado a uma estratégia para que Uruguiaiana fosse utilizada como gatilho para a queda de Borges de Medeiros, atraindo

¹⁹⁴ Durante esta pesquisa foi localizado no arquivo de Borges de Medeiros, no IHCRS, cópia de cartas remetidas a Flores da Cunha por Flodoardo Silva. Datando de outubro de 1947, as correspondências indicam que teriam sido enviadas cópias, além de para Borges de Medeiros, também para Oswaldo Aranha. Nessas cartas, o Coronel Flodoardo Silva recordava a sua versão dos fatos relacionados ao enfrentamento de 1923. Tais correspondências foram enviadas em um momento em que Flores e Flodoardo ensaiavam uma reconciliação encaminhada por Oswaldo Aranha, amigo comum de ambos. Somava-se a isso o interesse de que as desavenças fossem superadas novamente por uma formação que envolvia agora a UDN como partido político.

¹⁹⁵ Idem. ¹⁹⁶ Idem.

¹⁹⁷ A guarda republicana se encontrava sob o comando de Sérgio Oliveira Ulrich.

¹⁹⁸ Carta do Cel. Flodoardo Martins Silva remetida a Flores da Cunha em outubro de 1947, com cópia enviada a Borges de Medeiros. IHCRS

uma possível intervenção federal ao Rio Grande do Sul. Ainda segundo seu relato, Flodoardo Silva pediu permissão para se deslocar de trem até a cidade de Itaqui, distante uns 100 km de Uruguaiana, na manhã seguinte “para formar e trazer um corpo provisório Itaquiense, para a defeza de Uruguaiana”¹⁹⁹.

Como Flores e Sérgio Ulrich teriam aceito com grande entusiasmo tal ideia, Flodoardo combinou que mandassem para Itaqui um trem expresso, 24 horas depois da sua partida de Uruguaiana, para deslocar os homens da brigada itaquiense na defesa do cerco de Uruguaiana. Antes do embarque, Flodoardo recebeu Ulrich às 7 horas da manhã na rodoviária de Uruguaiana de onde, antes de partir, telegrafou para o amigo Oswaldo Aranha, que estava em Itaqui, para avisar que estava a caminho. Na chegada a Itaqui, lhe aguardavam Oswaldo Aranha, o Cel. Euclides Aranha, o Dr. Roque Degrazia e o Dr. Bernardo Piffero, entre outros. De lá, todos se deslocaram para a residência do Cel. Aranha.²⁰⁰

Dessa forma, com a urgência de retornar com um grupo armado para a defesa de Uruguaiana, Flodoardo Silva relatou ao grupo o que estava por vir, bem como o compromisso que havia assumido, segundo o qual deveria, no dia seguinte, conduzir o maior número de Itaquienses às fileiras uruguaienses. Empresa na qual, a princípio, não logrou êxito, uma vez que o “Prefeito objetou que não seria possível em pouco mais de 24 horas reunirmos tanta gente que estivesse disposta a ir fazer a defeza de Uruguaiana. Oswaldo Aranha, o amigo infalível, respondendo ao argumento do Prefeito, disse: si te comprometeste, vamos pôr mãos à obra”²⁰¹.

Flodoardo ainda narra que, após idas e vindas com os seus ex-companheiros de Itaqui, com quem haviam mantido contato durante toda a manhã, provocou, pouco antes do meio dia, uma reunião na Intendência. Nessa reunião estavam presentes os sub-intendentes, os chefes de grupo e os companheiros da campanha de Itaqui; reunião, porém, da qual o próprio Flodoardo teria se ausentado²⁰².

Após o término da reunião retornaram Oswaldo Aranha, o Cel. Aranha e o Dr. Roque, informando sobre o fracasso do pedido. Flodoardo Silva se empenhou ele próprio em retornar junto aos ex-companheiros, partindo em um automóvel para o acampamento na costa do rio Uruguai.

Fui direito onde acampava a gente do sub-intendente do 3º distrito, que era o meu saudoso amigo José Tarrago. Expuz a situa-

¹⁹⁹ Idem. ²⁰⁰ Idem. ²⁰¹ Idem. ²⁰² Idem.

ção à ele, que concordou em pôr sua gente em forma para que eu explicasse a situação a todos. Postos em forma os homens do 3º distrito, entre os quais eu tinha vários companheiros de minha mocidade, lhes falei como os gaúchos sabem falar uns aos outros.²⁰³

Sua ideia fora de demonstrar que a falta de uma defesa em Uruguaiana implicava em um conseqüente ataque a Itaqui. Utilizando-se de seu envolvimento carismático do tipo coronelístico e procurando se valer de quem já o conhecia, prosseguiu:

Ao terminar a minha exortação pedi para que aqueles que quizessem nos acompanhar dessem um passo à frente, e todos avançaram. Eu os comprimentei, um por um, e pedi ao meu amigo Tarrago que mandasse ensilhar, que o trem já estava pronto á nossa espera. Dali fui ao acampamento do meu velho e querido amigo Luciano Pedroso. Repetiu-se a mesma cena, e a indiana, depois de me ouvir, ensilhava os cavalos apressadamente, dando vivas á Republica e a Borges de Medeiros. Fui ao acampamento do meu saudoso amigo Alfredo Mendes, chefe político do 2º distrito. Eram, quase todos, meus amigos, pois fazia apenas seis anos que eu havia transferido minha residência para Uruguaiana. Quando terminei de falar já estavam todos eletrizados pelo contagio dos vivas a República e a Borges de Medeiros, que se ouvia dos acampamentos visinhos.²⁰⁴

Segundo o relato de Flodoardo, seu amigo Oswaldo Aranha teria ficado muito contente ao tomar conhecimento da vitória. Então, por volta das seis horas da tarde, “partíamos para Uruguaiana, com 208 homens, dando vivas ao Dr. Borges de Medeiros. Eu recebia no dia seguinte, muito cedo, o abraço fraterno e entusiasta de Sergio Oliveira”²⁰⁵. Em que pese a veracidade de todos os relatos de Flodoardo Silva, considera-se aqui que o feito de se conseguir 208 homens para se juntarem aos demais que já estavam defendendo Uruguaiana, teria sido realmente um êxito importantíssimo na tentativa de evitar que a cidade fosse tomada por Honório Lemes.

Nesse ponto, e considerando que os federalistas perfaziam um total superior a 3.000 homens, a cidade de Uruguaiana possivelmente teria menor

²⁰³ Idem. ²⁰⁴ Idem. ²⁰⁵ Idem.

possibilidade de resistir sem o efetivo de 208 homens que Flodoardo havia conseguido arregimentar e acabaria não suportando uma resistência ao cerco. Sem dúvida alguma, sua intervenção foi fundamental, porém, não teria sido reconhecido pelo comandante Flores da Cunha, já que, segundo Flodoardo escreveu a fim de lembrar do seus feitos, seu êxito teria sido desdenhado:

Você, Flores, mais tarde, veio ao nosso quartel, visitar o Oswaldo. Não tive a honra de receber o teu cumprimento e nem sequer me perguntaste si eu tinha ido ao Itaqui e o que eu tinha feito. Confesso-te, a minha decepção foi grande com o teu procedimento. Mas, procurei me escudar no pedestal que mantem os homens de responsabilidade quando defendem um ideal elevado e puro. Passei a te tratar, então, como superior hierárquico. Nunca deixei ninguém perceber a sangria que fizeste no meu coração de amigo desinteressado, e fiz de ti a nossa bandeira. Fui o vanguardeiro da coluna do Oeste²⁰⁶.

O fragmento acima demonstra que, além da rusga por não ser lembrado por seus feitos, havia ainda a hierarquia que o impedia de desafiar Flores da Cunha como faria com um indivíduo qualquer. Havia, assim, o caráter do carisma empregado pelos coronéis, comuns a quem pertencia a região da fronteira. Algo que certamente pesou para que Flodoardo não se manifestasse, já que, conforme ainda é corrente na cidade, o Coronel Flodoardo era um homem de poucas palavras, mas muito respeitado pela seriedade e severidade no tratamento.

Quando a coluna Honório Lemes aproximava-se desta cidade, fui procurado por João Fagundes e Fredolino Prunes, que me faziam um apelo para que eu conseguisse de você a retirada em direção ao Itaqui, porque era absurdo, nós, apenas com quinhentos e poucos homens, irregulares, oferecer resistência a uma coluna que se dizia de mais de 3.000 homens. Eu lhes respondi que, não só não te faria semelhante pedido como, ainda, reprovei o pessimismo que eles estavam procurando estabelecer entre os companheiros.

Aqui é possível perceber outra qualidade relacionada aos coronéis da fron-

²⁰⁶ Idem.

teira: a de nunca – ou quase nunca – demonstrarem fraqueza diante dos demais elementos do local. No caso do Coronel Flodoardo, sua descrição dos fatos dá conta de que, ao mesmo tempo havia elementos interessados em debandar da cidade a fim de não enfrentarem os rebeldes no combate que era iminente.

Tiveste um amigo que exerceu função capital na organização da coluna Oeste, que foi a base fundamental de teu generalato e do teu grande prestígio no Rio Grande e no Brasil. Deste amigo, tu nunca te apercebeste ou, pelo menos, nunca tiveste a preocupação de analisar o que ele representou na tua vida de guerreiro e de político. [...] Flodoardo Silva

A correspondência enviada a Flores da Cunha, na qual o Coronel Flodoardo Silva relembra os fatos de 1923 ao mesmo tempo em que lança luzes aos fatos que haviam sido até ali contados por figuras como Oswaldo Aranha e o próprio Flores da Cunha, comprova toda sua insatisfação. O envio de correspondência – e de cópia para Borges de Medeiros –, já decorrido longos anos desde os acontecimentos de 1923, indicam que o tempo não havia feito Flodoardo esquecer nem dos seus feitos e nem do desdém dos seus comandantes. A narração dos acontecimentos pelo próprio Coronel Flodoardo segue em outra correspondência sua para Flores da Cunha, conforme abaixo:

Carta de 08 de outubro de 1947 – doc 10268

General Flores da Cunha, Grande Hotel, Porto Alegre,
Continuando [...] volto a rememorar 1923. Logo após nossa chegada em Uruguaiana com a brigada itaquense, o Dr. Oswaldo e você recebiam um telegrama do Dr. Adalberto Correa, de Quaraí, chamando vocês para “salvarem o Brasil do caos de uma guerra civil”. Você, mais amadurecido pelos anos, com mais experiência da vida, não pensou sequer em comparecer ao encontro. Oswaldo, muito moço ainda, fegoso de patriotismo e idealista sem par, resolveu atender o chamado. Eu e o major Laurindo Ramos, gaúchos criados antes da descoberta do automóvel, que viveram a infância e mocidade entre a rudez da vida campeira de então, na qual o homem, para sobreviver, precisava ter o curso filosófico da experiência, do sentido e do instinto primitivo, filosofia que a escola ensina mas que só tem utilidade quando a experiência, o sentido e o instinto, dão corpo e vida, nos

opuzemos a que Oswaldo se afastasse de Uruguaiana. Oswaldo resolveu que eu fosse pelo trem, via Barra-Estação Cabellos-Artigas, atender o chamado de Adalberto. Quando eu chegava na Estação Cabellos, onde faz junção e transbordo a linha para a cidade de Artigas, chegava também o nosso companheiro e amigo Beltran Aguirregaray, que tinha saído na manhã daquele dia da cidade de Quaraí. Nosso amigo Beltran me informou que no dia anterior a coluna Honório Lemos havia deslocado de Quaraí para Uruguaiana. Confirmava-se o que eu e o major Laurindo havíamos previsto. O telegrama de Adalberto visava afastar você e Oswaldo, para o ataque a Uruguaiana. Era meio dia. Tomei um auto de aluguel que havia na vila de Cabellos e parti na velocidade máxima que um automóvel podia desenvolver naqueles tempos. Cheguei na estação Uruguaya, margem sul do Quaraí e consegui que o agente mandasse me levar rapidamente em um trole à Estação margem norte. Era agente da estação brasileira da Barra o nosso companheiro e amigo Ventura Rossés, a quem confiei o que estava passando. Pedi para ele mandar me levar até a estação Umbu, para onde ele deveria pedir meu automóvel de Uruguaiana. Parti na maquina. Ao me aproximar da estação Guterres avistei muitos cavalos ensilhados e gente na frente da Estação. Supuz logo que fosse algum piquete avançado do inimigo. Tirei do revolver, engatilhei-o, e apontando ao peito do maquinista disse-lhe: vais fazer daqui por diante o que determinar. Disse-lhe que diminuísse a marcha para dar a impressão que íamos parar, mas que, quando chegássemos a 50 metros da estação, ele desse toda a marcha. Desta forma, cômica ou dramática, passamos pela Estação Guterres. Chegamos na estação Umbu, onde tinha casa comercial o Sr. Antonio Marty, nosso adversário vermelho. Disse-lhe que estava com um filho muito mal, que precisava ser operado de emergência, e pedi-lhe um cavalo ensilhado. Ele me respondeu que tinha emigrado todos os cavalos para o Uruguay e que só tinha o de puxar água, mas que este estava a minha disposição. Aceitei, montei e parti a galope. Poucas quadras adiante senti que o cavalo faltava. Avistei o rancho de um posteiro. Apiei, ateí o cavalo no aramado do corredor, e me dirigi ao gaúcho, dizendo-lhe que tinha um filho doente e pedi emprestado o baio ruano. Respondeu-me que estava às minhas ordens, mas que era um bagual de rédea e caborteiro. Eu lhe respondi que já tinha montado em muito caborteiro. O gaúcho saiu correndo para trazer o baio. Neste

instante, senti o barulho de um motor. Era o meu automóvel que aparecia. Agradei e dei uma boa propina ao gaúcho do baio, pedindo-lhe para levar imediatamente o cavalo ensilhado do comerciante da estação Umbú. Antes de entrar o sol eu estava em Uruguaiana. Encontrei a lamentável notícia da morte do nosso companheiro Bernardo Brum, por um piquete avançado da coluna do Honório Lemos. Desta dedicação e desprendimento só tem conhecimento o Oswaldo, porque eu tenho horror á fanfarronadas. [...] Entretanto, agora, como me dispuz a te despertar para a realidade da vida e dos fatos, em relação ao nosso passado que nos irmanou tanto nas batalhas guerreiras como nas batalhas cívicas não guardarei reservas para ti [...] Flodoardo Silva.

Em que pese a descrição dos fatos ocorridos com a expressiva atuação de Flodoardo, nos depoimentos de Flores da Cunha sobre o cerco à cidade de Uruguaiana, realmente há pouca referência a tais participações. Fato esse que chama a atenção, uma vez que o centro dos ataques foi a cidade, com os inimigos vindos também de Quaraí, destacando ainda mais o o protagonismo e os feitos de Flodoardo.

Cyro Pellegrine lembra que Flodoardo Silva participou dos combates, e que o viu junto a tropa logo depois que terminou a revolução. Porém, ele não soube dizer se o Coronel entrou de fato em, recordando apenas de tê-lo visto a cavalo na atual praça da Argentina. Em sua lembrança, foi possível remontar a tentativa de tomada de Uruguaiana, quando ele, então muito jovem, subiu na soteia da casa – “era um guri naquela época, tinha 7 anos” –, para então assistir ao tiroteio. E no outro dia, quando as coisas se acalmaram, foi juntamente com um vizinho até as trincheiras e colheu um fuzil novinho e muita munição e cartucho vazio para brincar. Nessa época seu pai tinha que andar escondido²⁰⁷ “porque a pressão era muito grande, tanto borgista ou como lenço colorado, brigavam e nestas lutas haviam muita degola”²⁰⁸.

Em seu relato, Flores da Cunha aponta que neste segundo dia de cerco os revolucionários ocupavam os arrabaldes do sul e do leste de Uruguaiana. Ocorreu uma tentativa de invasão ao centro da cidade, quando os revolucionários chegaram a estar a duas quadras da praça principal no centro da cidade,

²⁰⁷ Entrevista concedida pelo Sr. Cyro Pellegrini, Uruguaiana, março de 2011.

²⁰⁸ Idem.

local onde pretendiam possivelmente tomar de assalto a Intendência²⁰⁹. Ainda segundo Flores, pela tarde do segundo dia as forças inimigas foram rechaçadas e levadas de roldão, “a pé, bem armados e municados, atacamos uma linha de atiradores que se estabelecera entre leste e sudoeste da cidade, com base nas alturas conhecidas pelo nome de O Maragato e na esquina da chácara de Guilherme Schmidt”²¹⁰. Assim, no terceiro dia de tentativas de se tomar a cidade ocorreriam diversos embates “em diferentes setores, ligeiros choques com as tropas avançadas dos revolucionários ansiosos de descobrir uma brecha por onde penetrar e tomar a cidade. Foram entretanto por toda a parte repelidas”²¹¹. E, finalmente, naquela noite, durante o terceiro dia do cerco, Flores da Cunha observou que as grandes fogueiras que iluminavam os acampamentos e linhas inimigas “não se projetavam mais as sombras dos homens usualmente encarregados de assar o churrasco e esquentar a água para o mate-chimarrão” (Idem).

Honório Lemes havia batido em retirada, devido ao fato de, entre outros problemas, ter ocorrido desavenças entre os demais comandantes dos Federalistas que não estavam aceitando se submeterem a suas ordens. Ao final do embate Flores da Cunha chegaria ao Generalato e Flodoardo Martins Silva ao posto de Coronel. Além de que a Brigada do Oeste chegaria a ser composta por mais de 2 mil homens, que teriam, em sua composição, o 1º e o 2º regimentos de cavalaria da Brigada Militar, o 1º, o 3º, o 4º e o 5º Corpos Provisórios, o Corpo dos Fronteiras da República, além do contingente comandado pelo coronel Nepomuceno Saraiva, composto por mercenários uruguaios.

3.4 O declínio de Borges e os reflexos em Uruguaiana

O final da disputa de 1923²¹², embora não tivesse havido uma derrota pela deposição do governo, observou-se claramente o declínio do poder de

²⁰⁹ Depoimento de Flores da Cunha, registrado quando se encontrava preso devido às desavenças com Getúlio Vargas. Encontrado na obra *A Campanha de 1923*. Rio de Janeiro 1944, p. 22-23.

²¹⁰ Entrevista concedida pelo Sr. Cyro Pellegrini, Uruguaiana, março de 2011.

²¹¹ Depoimento de Flores da Cunha, registrado quando se encontrava preso devido às desavenças com Getúlio Vargas. Encontrado na obra *A Campanha de 1923*. Rio de Janeiro 1944, p. 22-23.

²¹² Para Loiva O. Félix : “a pacificação, obtida com o Acordo de Pedras Altas, mostrou que, embora a Revolução tivesse evidenciado a crise e tivesse conseguido assegurar, por força do acordo assinado, a revisão da Carta de 14 de Julho e a proibição de reeleição do presidente

Borges de Medeiros, que lograra até ali êxito ao manter centralizado seu poder. Não era mais possível conter o clima de contestação, o que significava uma possível continuação do projeto econômico e político que privilegiava as regiões da serra e litoral. A articulação dos proprietários e pecuaristas da fronteira, já no período da crise que levaria a chamada revolução de 1923, dava sinais de sua caminhada. No início da década de 1920, reuniram-se todas as associações rurais municipais no Congresso de Criadores, na capital do Estado e ocorreu a recusa de suas reivindicações por parte do governo.

Se naquele período os líderes, entre eles os criadores de Uruguaiana, pediam medidas urgentes, capazes de salvar a pecuária, já se fazia presente a palavra de Assis Brasil. Ele declarava que era necessário que o governo federal fizesse a emissão de lastros e crédito hipotecário dos campos de criação com prazo longo e juros acessíveis além da multiplicação das agências do Banco do Brasil nas zonas pastoris (PESAVENTO, 1980, p. 226).

Eram os mesmos que, buscando ascender econômica e hierarquicamente no espaço social, partiriam para o enfrentamento em 1923, pois o momento representava a oportunidade de se consolidar hegemonicamente dentro dos quadros dirigentes. De certa maneira isso já havia ocorrido quando da ascensão de Julio de Castilhos e Borges de Medeiros, que “consistiu na altera-

do Estado, o poder coronelista não só continuava forte, mas sobreviveria à Revolução, seguramente por mais uma década. Não foram só estas mudanças que se operaram na área riograndense neste período. A expansão do mercado nacional e do mercado sulino propiciariam o desenvolvimento do comércio e a instalação da primeiras unidades fabris no RS. Estes setores industriais rio-grandenses surgiram em função dos interesses e necessidades dos criadores e agricultores, substituindo os produtos importados e mantendo as vinculações da área ao mercado. O traço fundamental da estrutura produtiva gaúcha – a propriedade territorial como meio de produção básico –, não fora alterado. Com isso, as relações de poder continuaram baseadas nos que eram ou tinham conexão com os proprietários da terra. Na nova conjuntura que surgira no RS, emergiram forças sociais ligadas ao desenvolvimento da lavoura, pequena criação, comércio e indústria. O reajustamento destas forças sociais provocou pressões na estrutura de poder rio-grandense (sob controle dos criadores e charqueadores), para instalar uma ‘nova ordem’. O processo para instalar esta ‘nova ordem’ assumiu o caráter de um movimento político, que procurou adequar a estrutura jurídico-política aos novos interesses da área*. Estes novos interesses da área riograndense foram englobados e encaminhados pelo grupo que se organizara no Partido Republicano Rio Grandense (PRR), de inspiração ‘positivista’, sob a liderança de Júlio de Castilhos. Frente às necessidades e disponibilidades do RS, os republicanos apresentaram um projeto progressista e modernizador, capaz de atender às novas demandas rio-grandenses. Colocaram-se como um grupo político novo frente ao grupo no poder, ao tempo do Império, quando o aparelho estatal estivera nas mãos das grandes famílias pecuaristas” (FÉLIX, 1987, p.142-145).

ção da composição da liderança política, que passou da elite dos estancieiros para uma quase elite [...] Castilhos e seus colaboradores eram um pouco menos ricos e mais tenuamente ligados à nobreza da província” (LOVE, 1975, p. 111).

Cabe ressaltar que nesta pesquisa foi observado o traço peculiar da região de fronteira, que teria contribuído para o declínio do poder de Borges de Medeiros no aspecto do enfrentamento local de 1923: a violência e a insegurança se faziam presentes entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Em dois momentos foi possível confirmar documentalmente tal afirmação. No primeiro momento foi localizado o manifesto encaminhado para a Câmara de Vereadores no qual constava ser “sensível a falta de segurança individual e de propriedade neste município, que é situado entre duas fronteiras [...] que os habitantes deste município são constantemente vítimas de assalto de bandos de ladrões e assassinos”²¹³. O segundo momento se estabeleceu por meio de uma observação feita por Cyro Pellegrine, que relatou que nas primeiras décadas do século XX, “[...] houve muito banditismo, havia muito banditismo em Uruguaiana no passado”²¹⁴.

Borges de Medeiros mantivera sua rede de controle em todas as regiões até o limite baseada na “estrutura oligárquica de poder coronelista, com todas suas características de violência, arbitrariedades, privilégios, corrupção institucional, imposição da política das minorias, etc”. Porém, deve-se observar que ambos os quadros das facções traziam, “na sua composição política, representantes dos pecuaristas. Portanto, todos estavam ressentidos por verem seus interesses econômicos prejudicados pela política oficial do Estado. Ocorre, porém, que as vantagens políticas advindas do relacionamento dos ‘coronéis leais’, ‘pontas de lança’ do borgismo no interior do estado, sobrepunham-se às possíveis perdas econômicas individuais” (FÉLIX, 1987, p. 142). Isso ocorreu até o quadro de crise se agravar a tal ponto que já não havia mais interesse na manutenção da legitimidade até ali sustentada.

Desde o século XIX, com o poder do conselho municipal dirigindo as questões mais conflitantes ligadas a política e a economia, já se observava na prática do contrabando uma forma de compensação e de aumento das receitas. Pela distância das autoridades e por conta do grande espaço fronteiro, o

²¹³ Manifesto encaminhado para a Câmara Municipal da Cidade de Uruguaiana, em 7 de fevereiro de 1876.

²¹⁴ Depoimento de Cyro Pellegrine, Uruguaiana, 20 de março de 2012.

contrabando, também no momento da crise até 1923, significou uma forma de desafogo das crises econômicas e de incremento para a atividade econômica local.

No Rio Grande do Sul, mesmo após o encerramento do conflito de 1923, o chamado coronelismo na República Velha conservou uma instituição como “direito natural” separando os pobres daqueles que possuíam terras, gado, armas e dinheiro. Também poderia haver, dependendo da região e de seus recursos econômicos, a atividade desenvolvida pelo coronel. No caso de Flodoardo Silva, ele podia ter sido de início um tropeiro e um pequeno charqueador, mas foi transformando aos poucos num latifundiário e solidificando suas atividades, aumentando suas atividades mercantis e seu poder bancário. Contando com a proteção e a lealdade, a sociedade rural de Uruguaiana se estabelecia por meio da troca de favores ou de serviços.

Com o final da guerra civil, a oposição gaúcha não teve êxito no objetivo principal que era a deposição de Borges de Medeiros, embora o Pacto de Pedras Altas tivesse conseguido uma vitória parcial ao limitar seu poder. A Constituição que sustentaria até ali o fundamento positivista estava revisada e havia a garantia de que Borges não participaria mais de uma nova reeleição após o final de um quinto mandato.

As associações rurais sofreram com o quadro de crise ao término da revolução, tendo seus fazendeiros desagregados. O prejuízo herdado deixado pelos episódios de 1923 na economia do Estado podia ser verificado no rebanho gaúcho, que sofrera uma perda “durante o ano de 1923, na ordem de 1.704.750 cabeças de gado de todas as espécies, distribuídas na seguinte proporção: menos 811.500 suínos, 592.840 bovinos, 75.500 equinos, 7.650 caprinos e 2.680 muares”. Somado a isso, ocorreu um abalo na indústria pastoril que deixou os fazendeiros sem cavalos para a lida dos rebanhos, algo que refletia no manejo para o qual os cavalos se faziam necessários. Os fazendeiros da fronteira sofreram grandes baixas nas tropas de cavalos e nas raças finas de bovinos (PESAVENTO, 1980, p. 229).

Para Félix (1987) de maneira geral, pode-se verificar o período que vai desde “1893 a 1932 como uma segunda etapa do coronelismo gaúcho” designando como fase do modelo borgista, não sendo, neste caso, necessário que houvesse inexistência de oposição federalista. Pelo contrário, equivaleu-se em força ao PRR e procurou sempre reagir ao que foi necessário durante o percurso em que foram feitas adaptações na condução do poder pelos que controla-

vam a máquina desde a ausência de Julio de Castilhos²¹⁵. Mas sempre utilizando do controle da máquina eleitoral, viabilizada pelo poder local de estilo coronelista e do aparato coercitivo dos Corpos Provisórios da Brigada Militar nas municipalidades.

Mas, é importante considerar que somente a coerção e cooptação não podem explicar como os Republicanos se mantiveram no poder até 1923, dentro de uma ordem constitucional, sem que as opiniões não a contestassem novamente pelas armas. Esse aspecto também deve-se ao quadro de uma ação legitimadora por parte do PRR, que utilizou o viés de um Estado de Direito. Estado no qual “os usos e abusos do poder pelo aparato estatal, ou a orientação administrativa e ideológica imprimida pelo PRR, não eram legais, mas, ao contrário, estavam respaldados pela lei” (FÉLIX, 1987, p. 69).

Nesse aspecto, pode-se observar nos documentos analisados em Uruguaiana que a medida em que o tempo foi decorrendo após 1923, as mudanças se estabeleceram até mesmo na forma de tratamento para com Borges de Medeiros. As correspondências da época apresentam um tratamento menos cordial ao ainda Presidente do Estado.

A região tinha suas especificidades e contatos que extrapolavam as fronteiras, era um local de onde se originaram as estruturas pautadas na política, na economia e no contrabando de gado que sempre esteve associado aos grandes proprietários de terras e comerciantes. As bases do coronelismo local

²¹⁵ Segundo Félix: “a rigor, ela implicou também fases próprias de seu processo de ajuste: a) fase castilhista carismática forte na virada do século; b) fase de ajuste e acerto (1904-1907), produto de duas crises: a morte de Júlio de Castilhos (1903) e, a mais forte (1907), na contenda eleitoral, para o período de 1908-1912, envolvendo Carlos Barbosa e Fernando Abott. No fundo, este interregno borgista (1908-1912) correspondeu a um acerto da máquina partidária. Aqui foi necessário todo um esforço para suprir a falta de Júlio de Castilhos, o que se fez através da organização burocrática e hierárquia do partido e o desenvolvimento da propaganda de máximas positivistas. A esta fase de ajuste e acerto da máquina partidária, correspondente à primeira década do século, segue-se um momento: c) de cristalização do poder perfeitamente ajustado às bases locais. Cobre todo o período borgista, embora esta cristalização e consolidação do poder esteja associada a uma crise latente no seu bojo, especialmente as crises exteriorizadas no período de 1923-1928 (com movimentos armados de 1923, 1924 e 1927, com a participação efetiva dos coronéis situacionistas da extinta Guarda Nacional, como chefes dos corpos provisórios, ao lado dos efetivos da Brigada Militar). Cremos que essa etapa pode ser arrastada até 1932. Com Flores da Cunha e a criação do PRL, criou-se uma nova articulação de forças com os coronéis municipais, constituindo a terceira etapa do coronelismo gaúcho, até o seu eclipse no período getulista” (FÉLIX, 1987, p. 72).

teve, segundo o que aqui se analisa, uma formação diferenciada pelo caráter belicoso e pela permissividade do poder central, por se tratar de uma região fronteiriça, que precisava de elementos capazes de concentrar o poder. Esses elementos mantiveram a hegemonia social na região estabelecendo relações de dependência do tipo coronelista.

No entanto, apesar da manutenção do coronelismo, os anos que se seguiram – 1924 e 1925 – foram de lenta recuperação econômica. Algo que também ocorreria em outras regiões, em especial no setor dos frigoríficos. O reerguimento da indústria frigorífica representou um alívio para a pecuária gaúcha pela ativação das compras de gado. Refletindo no aspecto internacional, de 1924 a 1926, com o declínio do imperialismo britânico e a novo domínio das companhias norte-americanas, como a controlada pela Swift-Armour, seria marcante a competição das companhias buscando a supremacia do mercado, “favorecendo os pecuaristas com a elevação dos preços pelos frigoríficos, com reflexos das disputas no Rio Grande do Sul, já que os frigoríficos mundiais patrocinavam no Prata a conhecida Guerra da Carne” (PESAVENTO, 1980, p. 230).

No caso de Uruguiana, pode-se verificar durante esse período, nos Relatórios emitidos depois da saída de Flores da Cunha, o momento em que “João Batista Arregui foi eleito a 28 de agosto de 1924. Devido à época de agitação política do Estado, não pôde tomar posse imediatamente e, depois da posse, teve de tratar da manutenção da ordem. Nessa administração seriam iniciadas as obras de saneamento, para isso foi realizado um empréstimo com a firma J.G. White and Company, da América do Norte, com a garantia do Estado. Arregui não terminou sua administração, pois morreu a 4 de janeiro de 1928”. Com a morte de Arregui, o sub-interendente do 1º distrito, Franklin Fabrício, assumiu a administração, uma vez que o vice-intendente eleito Dr. João Fagundes renunciou em 25 de fevereiro de 1928. A 28 de outubro de 1928 foi eleito Intendente, para o quadriênio 28/32, o Dr. João Fagundes. Durante seu governo houve a finalização da parte contratada das obras de Saneamento, executadas conforme o projeto do Engenheiro João Duarte, sob o controle e fiscalização da Comissão de Saneamento do Estado (SILVA, 2001).

O contrabando de gado e de charque seguiu sendo o grande problema da época. A diretoria da “Associação Rural” estava convencida de que, como reflexo do contrabando no Rio Grande do Sul, entravam clandestinamente, só no território rio-grandense, mais de duzentas mil cabeças de gado por ano.

Além disto, acrescentando mais quatrocentos mil animais já manufaturados nos portos, por conta da adulteração das guias fiscais, refletia-se em situação de abandono para a indústria pastoril gaúcha (PESAVENTO, 1980, p. 247).

Em Uruguaiana, Oswaldo Aranha tinha Flodoardo Silva como compadre e fazia com que ele desempenhasse papel de contribuição política, na medida em que a relação de compadrio o introduzia no tecido social uruguaianense. A questão é que desde a época de Flores da Cunha e dos Coronéis, ao mesmo tempo foi reeditado o que havia ocorrido no século XIX, em que, embora utilizados pelo sistema de cooptação, os coronéis não deixaram de visar seus interesses mais pessoais na medida em que assumiam postos de comando e promoções militares que facilitavam o trânsito entre a elite política-econômica local e estadual.

Na época de Borges de Medeiros a montagem de um sólido aparato repressivo no Sul objetivava liquidar qualquer oposição contrária ao novo modelo republicano. Isso representou em Uruguaiana a manutenção do aparato, na medida em que novos integrantes da hegemonia política foram progredindo nas redes de ligações com o poder local, que, por sua vez, foi se fortificando. Exemplos disso são os coronéis de Flores da Cunha. Primeiro ele foi chefe de polícia, depois intendente e Coronel do Corpo Provisório, chegando depois a general honorário do exército. Junto a ele a situação de aderência de Oswaldo Aranha e Flodoardo Silva através dos laços de compadrio, apesar das diferenças.

Gramsci, ao comparar as formas para adquirir a adesão ou a obediência social, observou tanto aqueles que desempenhavam o papel da organização quanto aqueles que fundamentavam a organização. Aos intelectuais cabia o papel orgânico de estruturar o convencimento para a dominação e hegemonia em camadas tradicionalmente produzidas para perpetuar o formato do tecido social e que “dão forma à produção dos diferentes ramos de especialização intelectual” (GRAMSCI, 2010, CC. V. 2, p. 20).

A relação que aqui se faz com o pensamento de Gramsci é de que estavam presentes, no caso do Rio Grande do Sul, amparados no poder econômico, os elementos sociais e alguns dos seus veiculadores para o convencimento. Processo que se dava tanto pela cooptação quanto pela coerção, dependendo do momento e do local: o clube, o jornal, o partido político, a Brigada Militar e os Corpos Provisórios.

Ao se tornar Coronel do Corpo Provisório da Brigada Militar, Flodoardo

Silva se consolidaria dentro do bloco histórico hegemônico que detinha a hegemonia até então. Tal consolidação se daria por meio do enfrentamento das forças leais a Borges de Medeiros contra os federalistas que em 1923 tentariam invadir e tomar Uruguaiana. A partir daí a ascensão de Flodoardo seria muito mais perceptível, pois ele se tornaria, logo no ano de 1924, Conselheiro na Câmara Municipal de Uruguaiana²¹⁶, sendo eleito Vereador de Uruguaiana com 1.434 votos.

Sua ligação com as redes que controlavam o poder local se fortificariam pela legitimidade do posto de coronel honorário e pela cadeira no Conselho de Vereadores. Mas, sobretudo, seu poder se consolidaria pelos laços de compadrio que mantinha com Oswaldo Aranha desde os tempos de Itaquí. Isto seria mais um elemento a fortalecer o elo de relacionamento entre os dois, já que Oswaldo Aranha também mantinha, por sua vez, e há muito tempo, um vínculo republicano de sua família com Borges de Medeiros. Além, é claro, dos vínculos profissionais e de amizade existentes entre Oswaldo Aranha e Flores da Cunha em Uruguaiana, ambos advogados e atuantes como lideranças na fronteira.

Em relação às lideranças locais, antes baseadas na confiança e individualidade, no momento em que Borges de Medeiros assumira o controle do estado e do PRR, após a morte de Júlio de Castilhos, em 1903, ocorreria certa mudança na questão do poder local ligado ao poder central do estado. E, entre “1903 e 1908, houve, assim uma troca de comando em diversos municípios: [...] em São Borja, os Mariense foram derrubados pelos Vargas; em Livramento, os Pereira de Souza perderam proeminência para os Flores da Cunha” (AXT, 2011, p. 104).

Ainda sobre esse aspecto, Axt observa que o caráter pessoal a que estava submetida a rede coronelística em que “durante a República Velha [...] o PRR não passou de um somatório de facções dirigidas por comandos pessoais”, para os quais valia os compromissos locais assumidos para a garantia do controle. Para isso, utilizavam instrumentos eficazes para a facção que tomava conta do poder e, assim, Borges de Medeiros limitava “o entrechoque de vaidades e interesses” (AXT, 2011, p. 103).

Comparado ao século XIX, a Câmara de Vereadores de Uruguaiana, relativamente às questões políticas e econômicas, apresentava os Conselheiros com sua individualidade e já se manifestava no poder local o embrião do

²¹⁶ Livro de atas da Câmara de Vereadores de Uruguaiana, 25 de outubro de 1924.

coronelismo. Era possível perceber a influência dos mandatários locais na administração, com suas redes de ligações. Assim, seguiu-se o caso do coronel Flodoardo Martins Silva, já na República Velha, período no qual o Rio Grande passava por mudanças, e que coincidiu com a sua chegada em Uruguaiana, no ano de 1917.



Considerações Finais

Em 1923 muitos ressentimentos ainda se faziam presentes em Uruguaiana. Somados a acontecimentos como a peste de 1919, a crise econômica e a quantidade de intendentes provisórios até a chegada de Flores da Cunha, havia os fatos acontecidos duas décadas antes. A luta pela hegemonia perdida na troca de projetos ocorrida no início da República, pelo PRR positivista, a sangrenta Revolução Federalista de 1893 a 1895, o primeiro impasse gaúcho dentro da República Velha significara o rompimento da estrutura monárquica substituída pelo surgimento de um novo projeto político e econômico, o Republicano. Projeto esse no qual os sul rio-grandenses do PRR, baseados na ideologia positivista de Augusto Comte, antes quase sem representatividade no período do Império, após o golpe republicano de 1889 puderam se desenvolver. O que não significou, no entanto, o fim dos antagonismos de projetos, principalmente na campanha, que apenas foram se amainando.

A região de fronteira se apresentava como um local diferenciado, tanto no que foi possível observar no primeiro capítulo, referente à facilidade para a prática de contrabando e o desenvolvimento econômico e também como elemento que contribuiu para a formação de Senhores que dominavam a economia e a política local e concentravam o poder de mando. Tal aspecto ainda se fazia presente no início do século XX, momento em que o chamado coronelismo clássico foi exercido.

Na busca por saídas para a crise econômica, no período 1920-1923, os representantes da classe pecuarista buscaram articulação até chegar à forma mais radical, na qual os ataques se dirigiram contra o poder governamental. Sem atingirem, no entanto, o fator principal do problema, que era a dependência econômica brasileira no quadro mundial, dentro de um contexto capitalista. Fato que se refletiu de maneira mais acentuada no Rio grande do Sul com a instalação dos frigoríficos e com a entrada do Estado no mercado de exportação internacional. Durante a crise ficou evidenciada de maneira mais clara a diferença de tratamento para o desenvolvimento do Rio Grande a nível de regiões.

Daí até a eleição de 1922, quando as oposições tentaram, pelo viés legal,

com Assis Brasil, figura na qual, principalmente os federalistas encontraram a liderança de quem entendia o que estava ocorrendo. E o que ocorria era que a ineficiência governamental havia se caracterizado pelo abandono da região da Campanha por Borges de Medeiros e seu projeto oficial, com o evidente favorecimento da região colonial.

No momento de crise, como o enfrentado por Uruguaiana em 1923, a autoridade do intendente e a dos representantes do poder local foram revestidas pelo caráter simbólico e pela permissividade dos uniformes da Brigada Militar dentro do Corpo Provisório comandado por Flores da Cunha. Ganhou-se autonomia, subvencionada por Borges de Medeiros. Nesse aspecto, pode-se destacar que nunca o governo castilhistaborgista se descuidou dos municípios. Borges mantinha sempre contato com as lideranças municipais, determinando procedimentos e ficando sempre a par dos acontecimentos. Mantinha-se uma supervaloração dos chefes locais ligados ao PRR e aos intendentes, mas também haviam os espias prontos a enviarem informações a Borges.

O reconhecimento da presença do partido regulando a ação coronelista, mesmo sendo ele organizado hierarquicamente no Rio Grande do Sul, não permite, no entanto, pelo estudo feito acerca da região, entender e, muito menos, aceitar a tipificação de Raymundo Faoro do “modelo Borges de Medeiros”, que transforma o Coronel em burocrata, cujo padrão seria o coronel da Brigada Militar. Antes de ir para Uruguaiana como delegado, Flores da Cunha manteve bom relacionamento com José Gomes Pinheiro Machado, homem que ocupou no senado federal importante papel para a manutenção dos interesses gaúchos junto ao poder central.

No caso do Rio Grande do Sul, a crise econômica, na conjuntura do início da década de 1920, trazia ainda o que se apresentava desde a Revolução de 1893-1895, o embate entre dois projetos econômicos distintos e uma luta constante com o traço coronelista, o apoio até ali, em 23, fazia com que se consolidasse o poder dos republicanos. Dos coronéis, de diversas facções e interesses, figurou o grupo que promoveu a transição das facções que lutavam pelo poder – PRR e PF – e que voltaria a se utilizar do enfrentamento militar para a recomposição das forças.

Os Federalistas, na maioria estancieiros e elementos a seus serviços na campanha, ficavam assim apartados do poder e procuravam constantemente retomá-lo, o que era evitado pelas intervenções nos municípios. Em

Uruguaiana, na fronteira oeste, havia grande quantidade de federalistas, mas o controle das instituições estava nas mãos dos situacionistas locais cooptados e divididos muitas vezes em facções. O que obrigava permanente vigilância por parte de Borges de Medeiros.

Neste aspecto, é impossível considerar uma homogenidade para a questão do coronelismo e suas relações no Rio Grande do Sul. Isso porque enquanto permaneceu mais hierarquizado e controlado pelo PRR no planalto, no caso da fronteira oeste, precisou celebrar mais o domínio pela cooptação e muitas vezes a coerção, como percebido em Uruguaiana.

Na análise aqui proposta, buscou-se, a partir do entendimento teórico de Gramsci relativamente a algumas questões como sociedade civil e hegemonia, desvelar desde o contexto mundial a partir do final do século XIX até as primeiras décadas do século XX. Foi procurado, também, abordar as transformações que se operaram no mundo contemporâneo capitalista da Revolução Industrial, bem como as alterações sofridas na sociedade civil, ao menos no tocante a conceituação.

A partir daí o estudo se direcionou para a questão do coronelismo, desde o final do Império até a República Velha, primeiro observando o panorama brasileiro e, por último, demorando-se no Rio Grande do Sul, nas redes que se estabeleceram para o desenvolvimento do coronelismo como prática correspondente ao poder hegemônico. Poder esse, observado tanto no caso do Estado quanto ligado ao poder central, porém sempre se estabelecendo por ligações hegemônicas e geralmente obtido por meios coercitivos violentos com o intuito de alcançar seus objetivos.

Foi possível, ainda, observar a atuação de intelectuais na questão política, homens como: Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, Assis Brasil, Oswaldo Aranha, Sérgio Ulrich, Antonio Monteiro, Batista Lusardo e Getúlio Vargas. Todos atuando como elementos condutores das formas de obtenção de adesão e obediência social, aqui ligados pela disciplina político partidária positivista Comteana do PRR ou sua adversária do lado Federalista. Tal aspecto se enquadraria no que Gramsci observa como parte do papel dos intelectuais, da organização e seus esteios, simultaneamente relacionando-se aos mecanismos de convencimento para a dominação hegemônica acima das condições diretas da produção. Assim, podemos constatar que a elite proprietária gaúcha se utilizou do aparato político partidário nos conflitos intra-classe para sua con-

solidação econômica e social.

Foram investigados aspectos pertinentes a economia e às representações das práticas políticas dentro da municipalidade de Uruguaiana, refletindo o que ocorreu e desempenhando importante papel no contexto da crise econômica que se estabeleceu no Rio Grande do Sul, até o momento em que o desgaste político deu vazão ao reordenamento. Uruguaiana teve destaque por ter sido uma região de resistência marcadamente federalista .

O ocorrido no período da República Velha, no Rio Grande do Sul, em especial para a fronteira oeste, guarda diversos aspectos a serem investigados. Até onde foi possível perceber nesta pesquisa, em Uruguaiana haviam os grupos internos do PRR que disputavam o comando partidário local e haviam os federalistas, que queriam assumir o poder hegemônico.

O caráter complexo do que ocorreu no período da República Velha, na análise aqui feita sobre Uruguaiana, apresenta, a grosso modo, as relações na busca da hegemonia. No entanto tais eventos não descreveram uma linha reta, o controle partidário ou a crise da economia sozinhos não dariam conta. Somaram-se a tais aspectos também os interesses pessoais e os negócios feitos na madrugada.

Resta investigar em que medida funcionaram as estruturas do poder local para manter a legitimidade do cimento social, pois a revolução de 1923, no caso de Uruguaiana, teve mais questões a apresentar com sua especificidade regional num processo que já vinha fermentando há tempos. Quem sabe qual foi o fator determinante ou a soma de situações que levaram ao enfrentamento observado naquela região de triplice fronteira?

No período da República Velha ainda permanecia a questão do contrabando. O que se procurou fazer, ao demonstrar, desde o princípio do livro, como a crise foi se delineando até chegar na década de 1920, foi observar que as engrenagens que facilitavam o contrabando suprimiam a necessidade de se arrecadar mais para o momento de crise vivido pelo Estado. Fato que acarretou, não obstante, um maior combate ao comércio ilícito e à sonegação de impostos. Partindo de tal reflexão, o contrabando, ainda no período de 1923, era considerado pelos habitantes da região da fronteira como uma forma de escapar da crise da economia, fazendo com que a linha demarcatória não existisse no aspecto local. Sobretudo porque a prática do contrabando muitas vezes representou a manutenção econômica da região, refletindo, assim, até

mesmo na disputa pelo poder.

Concorda-se aqui com Loiva Otero Félix (1987), no que a autora se refere a um processo de substituição de forças que se estabeleceu de forma gradativa. Seguindo nas transformações demográficas, econômicas e sociais ocorridas na segunda metade do séc. XIX, a campanha manteve sua hegemonia. Hegemonia essa, que, não obstante, foi sendo solapada a medida em que as crises e o arrocho pela economia também se faziam presentes.

Na fronteira oeste, em Uruguaiana assim como no Rio Grande do Sul de maneira geral, o que ocorreu naquele momento foi a disputa pela continuidade do poder com alguns ajustes. O papel desempenhado por coronéis como Flodoardo Martins Silva demonstram novos elementos sendo incorporados. Abordados em “1923, coronelismo & revolução”.



Referências

- ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições e a revolução de 1923*. Série Documenta. nº8. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1981.
- AMIN, Samir. *O Desenvolvimento Desigual, ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico*. Forense Universitária. SP, 2005.
- AXT, Gunter. *Gênese do estado moderno no Rio Grande do Sul 1889-1929*. Porto Alegre: Paiol, 2011.
- AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. *Dicionário de Nomes, Termos e Conceitos Históricos*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 1990.
- BARROSO, Véra Lucia Maciel. A formação da primeira rede de vilas no Rio Grande do Sul. *Estudos Iberoamericanos. PUCRS. Porto Alegre, v.06, n.02, p. 149-167, Dez. 1980*.
- _____. *História Geral do Rio Grande do Sul. Colônia. Vol. I Cap. VIII – O Tropeirismo na formação do Sul*. Passo Fundo, Méritos Editora, 2006.
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política, verbete Sociedade Civil*. Ed. UnB Brasília. DF, 2002.
- BORDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*; tradução Fernando Tomaz -5ª Ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2002.
- CAMARGO, Fernando. *O malón de 1801: a guerra das laranjas e suas implicações na América Meridional*. Passo Fundo: Ediupf, 1996. (Série Ciência).
- CARBONARI, Maria Rosa. De cómo explicar La región sin perderse em El intento. Repasando y repensando La Historia Regional. *História Unisinos, 13(1): 19-34, Janeiro/Abril 2009*.
- CARONE, Edgar. *A primeira República (1889-1930)*. São Paulo, Difusão Européia do Livro. 1969.
- _____. *A República velha (Evolução Política)*. São Paulo, Difusão Européia do Livro. 1971.
- _____. Coronelismo: Definição Histórica e Bibliográfica, *Rio de Janeiro: Revista Adm. Emp. 1971, p.85-93*.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial e o Teatro de Sombras: a política Imperial*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/Relume-Dumará, 2003.

_____. *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual*. In: CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999. p.130-155.

CESAR, Guilhermino. *Raízes históricas do Rio Grande do Sul*. In: Rio Grande do Sul – terra e povo. Porto Alegre, Globo, 1964.

COLVERO, Ronaldo Bernardino. *Negócios na madrugada: O comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF.2004.

COLVERO, Ronaldo Bernardino; SERRES, Helenize Soares. *O Saladeiro de São Felipe de Itaquí*. Porto Alegre, Faith, 2009.

_____. *“bajo su Real Protección”: as relações internacionais e a geopolítica portuguesa na região do Rio da Prata(1808-1812)*. Tese (doutorado) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2009.

COMISSOLI, Adriano. *Os “homens- bons” e a Câmara Municipal de Porto Alegre(1767 – 1808)*. Porto Alegre, Coleção Teses e Dissertações v.1. 2008.

COUTINHO, Carlos Nelson, *A Dualidade de Poderes – Estado, revolução e democracia na teoria marxista*, Brasília, 2ª edição Editora brasiliense. 1987

DOWBOR, Ladislau. *O que é poder local*. Brasília. Ed. Brasiliense, 1994.

DUARTE, Luis Sérgio. O Conceito de Fronteira em Deleuze e Sarduy. In: *Textos de História – Revistas do Programa de Pós-graduação em História da UnB- Vol. 13, números 1 e 2, 2005*.

DUARTE, Nestor. *A ordem privada e a organização política nacional*. São Paulo: Cia Editorial Nacional, 1939.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1994. 2 v.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 2. Ed. Porto Alegre: Globo/São Paulo: Editora da USP, 1975. v.1-2.

FAUSTO, Boris. *Expansão do café política cafeeira*. In: org. *O Brasil republicano III*. São Paulo, DIFEL, 1975. p.233.(Col. História Geral da Civilização Brasileira)

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, Borgismo e Cooptação Política*. Porto Alegre, Editora Mercado Aberto. 1987

FERREIRA FILHO, Arthur. *A história do Rio Grande do Sul: 1503-1964*. 3. Ed. Rio de Janeiro, 1964.

FLORES, Moacyr. *Modelo político dos farrapos: idéias políticas da revolução farroupilha*. Porto Alegre, Ed. Mercado Aberto. 1982.

_____. *Tropeirismo no Brasil*. Porto Alegre Ed. Nova Dimensão 1998.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *RS: economia & conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983.

FONTES, Virginia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro, EPSJV, UFRJ, 2010.

GUIBERNAU, Monserrat. *Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX*. RJ: Ed. Jorge Zahar, 1997.

GOLIN, Tau. *Bento Gonçalves o herói ladrão*. Santa Maria, LGR Artes Gráficas Ltda, 1983.

_____. *A Fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. Porto Alegre: LPM, 2002.v1.

_____. *RS: 200 Anos Definindo Espaços na História Nacional. Cap.II, Construindo a integração no Estado colonial e no Estado nacional: a questão do espaço sul-rio-grandense*. Passo Fundo: UPF Editora, 2002.

_____. *A guerra guaraníca: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul*. 3ed. Passo Fundo: UPF Editora, 2004

_____. *História Geral do Rio Grande do Sul. Império. Vol. II Cap. XXI – As Fronteiras Sulinas*. Passo Fundo, Méritos Editora, 2006.

HEINSFELD, Adelar. *Fronteira Brasil/Argentina: a Questão de Palmas – de Alexandre Gusmão a Rio Branco*. Passo Fundo, Méritos Editora, 2007.

HEREDIA, Edmundo A.. *La región em La globalizacion y en la historia de las relaciones internacionales latinoamericanas*. In. III Jornadas de las Relaciones Internacionales. Buenos Aires. 1996.

HOBBSBAWN, Eric J. *A Era do Capital*. São Paulo/SP. Paz e Terra, 1996.

_____. *A Era das Revoluções*. São Paulo/SP. Paz e Terra, 1996.

HOBBSBAWN, Eric J. Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. São Paulo/SP, Paz e Terra, 1990.

_____. *A Era do Capital*. São Paulo/SP, Paz e Terra, 1996.

_____. *A Era das Revoluções*. São Paulo/SP, Paz e Terra, 1996.

JANOTTI, Maria de Lourdes M.. *O coronelismo uma política de compromissos*. São Paulo/SP, Ed. Brasiliense, 8ª Ed., 1992.

KERN, Arno Alvarez. *Antecedentes indígenas*. 2. Ed. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo/SP, Ed. Alfa-Omega - 4ªed. , 1978.

LOVE, Joseph L. *O Regionalismo Gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo/SP Editora Perspectiva.1975.

MAESTRI, Mário. *Uma história do Rio grande do Sul: da pré-história aos dias atuais*. Passo Fundo, Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.

MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica e teoria de fronteiras: fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990.

PANIAGUA, Edson Romário Monteiro. *Fronteiras, violência e criminalidade na região platina: o caso do município de Alegrete*. Dissertação (mestrado) Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2003

PESAVENTO, Sandra Jatahy. República velha gaúcha; charqueadas, frigoríficos, criadores. Porto Alegre, Movimento, IEL, 1980.

PONT, Raul. *Campos Realengo : formação da fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Renascença, 1983. V. I.

_____. *Campos Realengo : formação da fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Renascença, 1983. V. II.

PORTELLA, Giovani. *Das "Terras de Ninguém" À vila de Uruguaiana*. 3ª ed. Revista Oficina de História, PUCRS: Uruguaiana,2003.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1977

REIS FILHO, Daniel Aarão. Rio de Janeiro, *Imagens da Revolução*. Marco Zero, 1985

RECKZIEGEL, Ana Luiza Gobbi Setti. *A História Regional: dimensões teórico-conceituais. História: debates e tendências*. Passo Fundo: UPF p.15-22. Junho 1999.

_____, A diplomacia marginal: vinculações políticas entre Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904). Passo Fundo: UPF Editora, 1999.

REICHEL, Heloisa Jocchims; GUTFREIND, Ieda. *Fronteiras e Guerras no Prata*. São Paulo: Atual Editora, 1995.

ROCHA, Leonel Severo da . *A democracia em Rui Barbosa – O Projeto Político Liberal-Racional*. Rio de Janeiro, Ed. Líber Júris. 1995

SAINT- HILAIRE, Auguste de. Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

SANTO, Miguel Frederico do Espírito, *História Geral do Rio Grande do Sul. Império. Vol. I Cap. I – Fundamentos da Incorporação do Rio Grande do Sul Ao Brasil e Ao Espaço Português*. Passo Fundo, Méritos Editora, 2006.

SANTOS, Mariza Elaine Simon dos. Honório Lemes: um líder carismático. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1998.

SARMENTO, Domingo Faustino. *Facundo*. Buenos Aires: Beeme, 2009.

SILVA. Lúcia Silva e., *Uruguaiana e os Coronéis – Porto Alegre: L.S.S. Evangraf, 2001.*

SCHNEIDER, Regina Portella. *Flores da Cunha o último gaúcho legendário*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lurenço de Brindes. Martins Livreiro-Editor, 1981.

SCHLESENER, Anita Helena. *Hegemonia e Cultura: Gramsci*. Curitiba: Ed. UFPR, 2007.

SHERMAN, E.K. Hunt & Howard J. *História do Pensamento Econômico*. Petrópolis, Ed. Vozes, 2001.

VALVERDE, Zélio. Flores da Cunha, A Campanha de 1923. Rio de Janeiro, Livraria-Editora Zélio Valverde, 1944

VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a corte: a elite política do Rio Grande do Sul(1850-1889)*. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2010.

VILLELA, Urbano Lago. *Uruguaiana, Atalaia da Pátria, o homem, o meio e a história*. 2ed. Canoas: La Salle, 1965.

VISCARDI, Claudia. *História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas*, Locus: revista de história. Juiz de Fora, 1994 v.3, n.1

WEISTEINS, Bárbara. *História Regional versus história Nacional: repensando as categorias de uma perspectiva comparativa*. Territórios e Fronteiras. Revista do PPGH da Universidade Federal do Mato Grosso. 2003.

WEFFORT, Francisco. *Por que democracia?* São Paulo: Brasiliense, 1984.

Fontes Primárias

CYRO PELLEGRINI. Entrevista. Uruguaiana, março de 2011.

PORTO ALEGRE. Arquivo Instituto Histórico E Geográfico Do Rio Grande Do Sul. Correspondências reservadas Borges de Medeiros.

PORTO ALEGRE. Arquivo Do Memorial Da Assembleia Legislativa Do Rio Grande Do Sul.

Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1922-1924

URUGUAIANA. Arquivo Histórico Do Centro Cultural Dr. Pedro Marini. Jornais Época, A Nação, A fronteira, O Rebote.

URUGUAIANA. Arquivo Histórico Do Centro Cultural Dr. Pedro Marini. Livro de Atas da Câmara de Municipal de Uruguaiana, 1847.

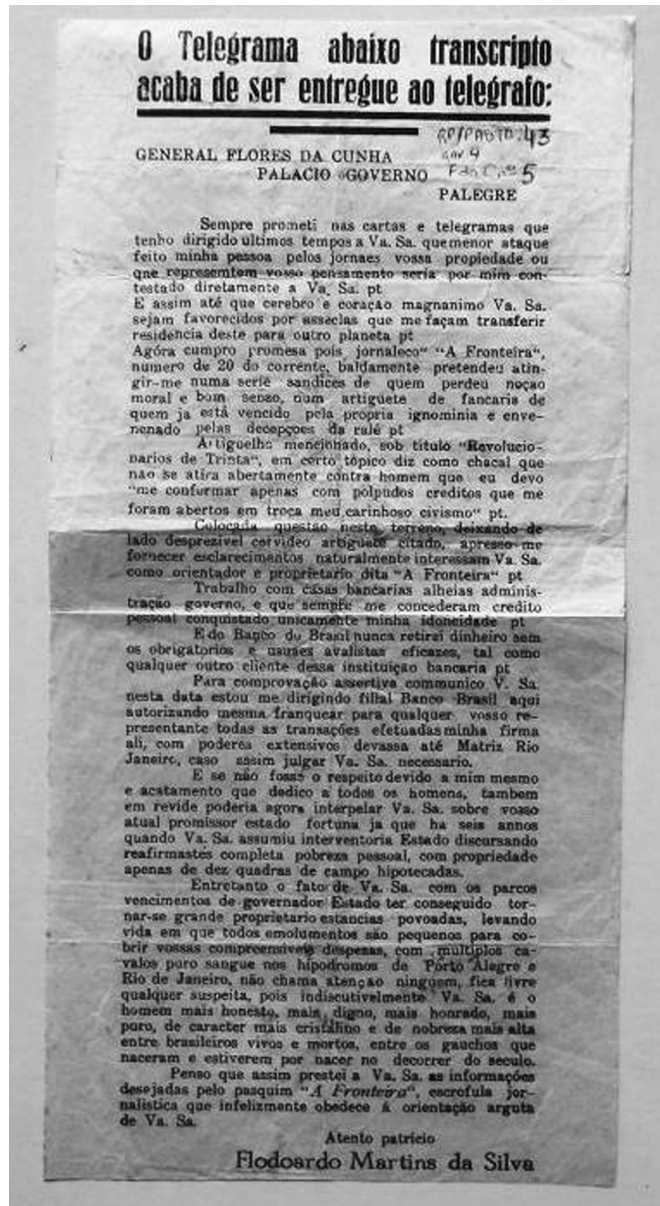
URUGUAIANA. Arquivo Histórico Do Centro Cultural Dr. Pedro Marini. Livro de Registros das Atas da Câmara de Vereadores de Uruguaiana, 1849-1861; 1912-1926.

URUGUAIANA. Arquivo Histórico Do Centro Cultural Dr. Pedro Marini. Livro Caixa da Intendência de Uruguaiana, 1917-1929.

URUGUAIANA. Arquivo Histórico Do Centro Cultural Dr. Pedro Marini. Relatórios e Estatísticas da Intendência de Uruguaiana, 1920-1929.

Anexos

PANFLETO: Ataque de Flodoardo Silva contra Flores da Cunha, Uruguaiana, década de 1940.



Jornal A Fronteira, propriedade de Flores da Cunha, com reportagem de Flodoardo Silva, já na década de 1940, com os coronéis ainda em evidência na fronteira.



Jornal A Nação, diferentes momentos em Uruguaiana década de 20, grandes anúncios.



Jornal A Nação, Uruguiana, após as eleições de 1922



Jornal A Nação, Uruguiana, final dos anos 1920, representando o realinhamento dos coronéis e o seguimento com a Frente Única(a).



Jornal A Nação, Uruguaiana, final dos anos 1920, representando o realinhamento dos coronéis e o seguimento com a Frente Única(b).



Entrevista com o Sr. Cyro Pelegri, março de 2012. (páginas



Transcrição da segunda entrevista gravada em vídeo, formato .3gp, windows media player classic - em 20/03/2012.

Cyro Reis Pellegrini, 95anos, residente em Uruguaiana/RS, Rua XV de Novembro, 4142; nascido em 06/01/1917 em Uruguaiana – filho de Clarinda Varallo Pellegrini e Paschoal Pellegrini (funcionário do Cel. Flodoardo Martins Silva no final da década de 1920).

Número do arquivo: vídeo 0088. Duração: 02 min. e 36 seg.

[...]naquela época, em 29, como todo mundo, nós fundimos também na estância e então viemos para a cidade e éramos 5. A minha mãe teve que costurar para alfaiate e nós então cada um fazia seu biscate. O nosso guri menor, o Mário, juntava estas latas de gasolina para vender para botarem graxa naquela época, o Sr. Flodoardo comprava era para botar graxa do Saladeiro, da charqueada, que ele tinha a charqueada, compreendeu? E a graxa derretida punham ali naquela latas para vender. Bom, então o guri saiu para vender. Mas, nesta manha o Sr. Flodoardo estava tomando mate com o meu tio que era administrador da charqueada, que era o Nicanor Pinto e estava falando com o Flodoardo tomando mate ali. E chega o Mário com duas latas vazias, e disse assim: “Sr. Flodoardo, o senhor não quer comprar lata?” Guri, saia que eu agora estou preocupado, estou falando aqui negócios. E o guri agarrou e saiu. E o Nicanor perguntou ao Flodoardo, se ele sabia quem era esse guri? O Flodoardo disse não saber. O Nicanor disse que este guri é filho do Paschoal. E o Flodoardo chamou o guri e pediu para ele: “olha meu filho eu te compro estas latas e tu vai por ai compra tudo que é lata, trás que o Flodoardo te compra”. Compreendeu? Era para ajudar, ele viu que era filho do meu pai que era amigo dele também. [Pergunto: Nesta época, o senhor, vocês tinham terras? Antes de acontecer 1929, vocês tinham terras? O Sr. Cyro Pellegrini segue] Nós arrendávamos campo, quase uma légua de campo. Ficamos fundidos, não tinha dinheiro nem para pagar o arrendamento[...].

Número do arquivo: vídeo 0089. Duração: 05 min. e 15 seg.

[...] a correspondência era toda aberta, a maior parte da correspondência que vinha, por exemplo, para os legalistas era toda vigiada, eles eram todos vigiados porquê todos os postos de comando e emprego, tudo estava na mão do governo. Então, controlavam tudo perfeitamente bem. (Pergunto: e os Maragatos sofriram por causa disto? Sr. Cyro Pellegrini segue) Justamente... justamente, justamente era isto meu filho. Agora, vou ver se(...)Fecha. [Pede para interromper a gravação]. O quartel era na Bento Martins, [Pergunto: Do 5º Regimento? Sr. Pellegrini segue] Era o 5º Regimento, que depois veio para cá, botaram longe, isto era campo, eu matava perdiz ai. A cidade cresceu. [Pergunto: O período da infância, se tem a lembrança entre 1922 a 1925? Sr. Pellegrini segue] Esta presente, o que ouve está presente. Por exemplo, na tomada de Uruguaiana eu subi na soteia da nossa casa, eu era um guri naquela época eu tinha 7 anos,[...] é 23, 17 para 23. [...] para ver o tiroteio, eu vi o tiroteio! E no outro dia que calhou eu fui com um vizinho meu nas trincheiras e colhemos um fuzil novinho e muita munição e cartucho vazio para brincar. (Pergunto: E o seu pai o que estava fazendo, seu pai estava recolhido nesta época? O pessoal Maragato escondia tudo, né. Maragato tinha que andar escondido. Até houve uma ocasião, Uruguaiana estava em poder dos Maragato, e prendem o Monin Rebes, era do governo, prenderam ele, mas era dono de uma loja ali da..., nosso vizinho e então o meu pai disse vamos lá soltar o Moni, vamos lá pedir para soltar. E nos levou, eu era que era o grande e a minha irmã era maior do que eu. Ai nos abraçamos no delegado, beijamos o delegado e pedimos – solta o Monin, solta o Monin. O Monin era blanco. E o Monin soltou. E o que o Monin fez, chegou na casa dele e cortou uns lenços colorados e nos botou no pescoço e levou. No outro dia, Uruguaiana caiu em poder do

e deixamos o armamento em Quaraí[...]. [Pergunto: Em 23 o seu pai pertencia? Senhor Cyro segue] Aos Maragatos[...] era Maragato, foi perseguido muito aqui por causa disto. (Pergunto: E como era o relacionamento do seu pai Maragato com o Flodoardo que era Chimango? Sr. Cyro segue) Pelo seguinte, esta gente se juntava no Clube Comercial e naquela época tinha jogatina meu filho, todo mundo estava lá, inimigo e amigo estava tudo junto [...] tudo de Uruguiana, tudo conhecido: Amantino Fagundes, Osvaldo Aranha [...] (Pergunto se o pai do Sr. Cyro em 23 entrou em combate contra o Flodoardo? Sr. Cyro segue) Nunca eles misturaram política com negócios, com amigos. Eles eram amigos tudo mas tinham outros pensamentos. Por exemplo, se eu sou católico mas você é protestante[...] viviam bem, principalmente o Flores da Cunha tinha um grande coração. E tinha o Neco Costa[...] era um capítulo muito triste,[...] tem muita coisa que não se pode revelar.

(...)

Número do arquivo: vídeo 0080. Duração: 07 min. e 04 seg.

[...]1929, não 30 ou 32, eu chego de uma tropeada,[...] porque nos tínhamos fundido então eu trabalhava de tudo: de carpinteiro, de tropeiro – era o que eu tivesse para ajudar. E em 30, 32 – era dezembro de 32, eu chego de uma tropeada do Uruguai e o meu pai me disse “olha meu filho te apronte que amanhã pela manhã cedo tu te apresenta na destilaria que tem um emprego”. Era o dia 3 ou 4 de dezembro de 32, aí me apresentei lá e aí começou, me empreguei, era separação da [...] pesada. [...] em dezembro de 32, 7 ou 8 de dezembro começou a sair o primeiro jorro de gasolina de Uruguiana. [...] o primeiro jorro de gasolina saiu as 8 ou 9 da noite de dezembro de 1932. Trabalhei 8 anos nesta destilaria[...] do Eustaquio Ormazabal. Depois, botei uma fabrica de produtos veterinários, produtos para gado, quase morri de intoxicação, fiquei oito dias morto. (Pergunto: se o Sr. Cyro tinha experiência? Sr. Cyro segue) Me torceu os olhos, me torceu a boca, eu trabalhava sem mascara naquela época. Me judiava muito (O Sr. Cyro mostra uma carteira do Conselho de Química). Depois que quase morri, trabalhei mais um pouco na fabrica e como havia concorrência de produto estrangeira eu fechei e comecei a importar gado do Uruguai. E aí é outra história. [Pergunto se ele pode se reportar ao final dos anos 1920, no início dos anos de 1930 – quando o Flodoardo deu emprego ao seu pai -Sr. Paschoal. Sr. Cyro segue]Em 29 para 30. Naquela época a crise era grandíssima, os bancos fecharam, os milionários aqui se terminaram. Depois foi o Osvaldo Aranha foi que deu o reajustamento para esta gente aí. Foi o Osvaldo Aranha que levantou tudo. O Osvaldo Aranha foi pra lá com o Getúlio, foi que deu o reajustamento para o pessoal daqui. Ele era muito amigo do Flodoardo. A última vez que eu vi o Osvaldo foi lá na chácara do Sr. Flodoardo, o Osvaldo veio aqui, veio a Uruguiana e se deu um assado lá eu estava nesta data. [Pergunto: Se era na Cabanha Julieta? Sr Cyro segue] Na Cabanha Julieta, lá foi o assado para o Osvaldo Aranha. Então, naquela época se falava muito sobre o petróleo e esse camarada que escrevia muito sobre o petróleo – o Lobato [Pergunto: O Monteiro Lobato? Sr. Cyro segue] é o Lobato escrevia muito e defendia muito o petróleo, então houve perguntas para o Osvaldo Aranha: “Osvaldo, e o petróleo do Brasil, porque nós pagamos esta gasolina tão cara?” Sr. Cyro observou que naquela época custa 300 réis 400 réis o litro, e nós achávamos caro. Segue a resposta de Osvaldo, E ele disse: “No Brasil não tem petróleo. E depois tem isso, se o Brasil tivesse petróleo, nos íamos pagar muito mais cara a gasolina”. Foi a resposta que ele deu e eu ouvi. [Pergunto: o Senhor estava presente? Sr. Cyro segue] Eu estava presente. E ele dizia que a exploração do petróleo no Brasil não tinha petróleo, não adiantava. Depois vou te falar outro assunto, também. Depois de anos passados. Vamos encerrar por aí.

Uruguiana, 30 de março de 2012.

mão recebia, o que estendia a mão recebia. Era um homem extraordinário, compreendeu? Ele não era, por exemplo, um homem risonho não, era um homem sério, não falava bobagem, se dirigia a todo mundo com respeito. Essas eram as qualidades de Flodoardo Silva, era um grande homem, Uruguiana perdeu um grande homem quando ele foi-se. Que mais que você quer saber?

(...)

Número do arquivo: vídeo 0079. Duração: 12 min. e 29 seg.

[...]então Flores em 23 [Pergunto: Flores da Cunha? O Sr. Cyro confirma] o Flores da Cunha quando do combate de Guaçuboy, ele veio baleado de lá, a bala pegou no revólver dele e machucou o quarto. Nesta batalha ele perdeu um irmão, como é? José An, não., José Antonio era ele – José Antonio Flores da Cunha. [Pergunto: Era o irmão dele que foi na ponte? Sr. Cyro segue] Ao passar a ponte do Ibirapuitã tinha três enormes pedras à esquerda, este irmão dele morreu na primeira pedra à esquerda, ali morreu o irmão dele. [Pergunto: O senhor lembra do cerco daqui, na cidade de Uruguiana? A cidade foi cercada pelo Honório Lemos? O Sr. Cyro segue] Não, não, era lá em Alegrete, [...] eu vou te falar do combate que foi lá no Alegrete. O combate do Guaçuboy também, o combate de Guaçuboy que eles ganharam, o Flores da Cunha ganhou, cercou as tropas Maragatas. Depois do combate, ele foi ver, encontrou os amigos dele, encontrou [...] como é o nome dele? [...] não me recordo o nome dele agora, que estava baleado e morreu nos braços dele e a palavra foi assim, o Flores disse: “Que barbaridade!” e esta pessoa respondeu assim para ele: “É isto mesmo...” e morreu. [Pergunto: Isto o senhor ouviu da boca do Flores da Cunha? Sr. Cyro segue] Não, isto o Flores da Cunha contava isto nas rodas e o meu pai contava[...] ele não deixou degolar muita gente daqui de Uruguiana, por exemplo um tal de Lopes, Sigmarindo Lopes estava baleado na perna e ele mandou recolher todo o pessoal de Uruguiana e trazer para cá para Uruguiana. [Pergunto: os Maragatos, que eram de Uruguiana? Sr. Cyro segue] Ele era borgista, no combate de Guaçuboy, ele era humanitário[...]. Pedro Monteiro!, Pedro Monteiro que era íntimo amigo dele morreu nos braços dele lá, morreu nos braços dele, do Flores da Cunha[...] acho que foi em 23 o combate do Guaçuboy. O Honório Lemos estava na parte de lá na cerca de pedra, morreu um rapaz de Uruguiana, um rapaz Azambuja, levou dois balaios na testa, [...] o Flores da Cunha tinha um assessor que se chamava dentinho de ouro, que se chamava Antonio Soares, era muito valente levantava e levava o Flores para frente também[...]. [Pergunto: O seu Pai, Paschoal era muito amigo tanto do Flores quanto do Flodoardo? Sr. Cyro segue] era amigo dos dois. Agora, nesta revolução de 23 – no combate de Guaçuboy, depois teve o combate de Alegrete, do Ibirapuitã, combateu o Honório de Lemos. E Honório Lemos se acoitava lá no Caverá, Serra da Pinha[...] de um amigo meu casado[...], eu até posso te apresentar ele para ele te falar sobre isto, aonde o Honório Lemos tinha as forças dele num mato que eles tinham uma mangueira muito grande, uns 50 Km eu acho, de Alegrete ou 45Km de Alegrete. [Pergunto se o Flodoardo Silva participou dos combates? Sr. Cyro segue] Ele foi junto com a tropa daqui, porque logo depois terminou a revolução. Eu não sei se o Flodoardo entrou em algum combate eu sei que eu vi ele a cavalo naquela praça aonde esta hoje a praça Argentina[...] isto foi em 23, lembro da tomada de Uruguiana, quando tentaram tomar Uruguiana os combates, porque as ruas estavam completamente fechadas, tinha duas ruas fechadas: a Gen. Câmara estava fechada e a Sete de Setembro estava fechada pelas tropas. E os combates foram daqui para lá, de lá para cá foi repellido[...] os revolucionários entraram daqui pra lá e foram repellidos novamente. [Pergunto: Se o pai do Sr. Cyro participou na defesa da cidade. Sr. Cyro segue] Não, o meu pai não participou, o meu era, como se diz, um leva e traz de armamento[...] Uma vez nos levamos um armamento de Uruguiana, pela direita, passando pela direita do Serro do Caverá


Transcrição da primeira entrevista gravada em vídeo, formato .3gp, windows media player classic - em 19/03/2012.

Cyro Reis Pellegrini, 95anos, residente em Uruguaiana/RS, Rua XV de Novembro, 4142; nascido em 06/01/1917 em Uruguaiana – filho de Clarinda Varallo Pellegrini e Paschoal Pellegrini (funcionário do Cel. Flodoardo Martins Silva no final da década de 1920).

Número do arquivo: vídeo 0078. Duração: 07 min. e 56 seg.

[...] era um homem humanitário era importador de gado do Uruguai para o seu frigorífico. Muitas vezes eu encontrei ele no Uruguai comprando gado, comprando boi para o estabelecimento da charqueada que ele mantinha aqui em Uruguaiana, com muitos empregados. Ele empregava muita gente. E Foi um exportador de lá para a Alemanha diretamente, ele negociava diretamente com a Alemanha e tinha o assessor dele que era o Joal Silva, filho dele mais velho, um grande homem também, o braço direito dele, era o braço direito o Joal Silva, um dos filhos dele, eu conheço toda a família mais o Joal era um grande homem. O senhor Flodoardo dava emprego e ajudava muita gente, ele não dizia para as pessoas que ele ajudava, era um cavalheiro. Eu assisti por exemplo, a assistência dele com a morte do filho, Joal, a dedicação que ele tinha por este filho, o filho morreu nos braços dele. Ele (Flodoardo) se suicidou. Antes de suicidar ele teve uma, por exemplo, grande desilusão quando morreu este filho. Porquê os negócios, a base do negócio todo estava no Joal Silva, no filho dele. Eles tomavam muito mate pelas terras, o Joal saía do escritório e ia para lá tomar um mate com o pai, lá conversavam sobre o negócio, sobre importação, sobre a exportação. Ele deu guarita para esse pessoal que era contra, da Alemanha que vieram de lá.: o Nigar, o Gold Schmit [*O senhor esta falando da segunda guerra, do Graff Spee?*]. Eles vieram trabalhar e ele acolheu aqui eram três, quatro, compreendeu? Com quem trabalhavam no escritório que eu não me recordo o nome dele. Ele, por exemplo, depois que faleceu o filho dele ele ficou completamente, ele ficou completamente um homem[...] que frequentou o espiritismo. No espiritismo, ele partiu, ele tentou uma opção. [*Eu pergunto: Espiritismo cardécista ou umbandista? O Sr. Pellegrini segue*] Começou a fazer a sua, como chama? O seu testamento. Eu não cito o espiritismo, porquê todas as religiões são boas. Mas ele começou a decair, se notava no homem aquela tristeza pelo filho perdido. E o que ele fez: fez este testamento, arrumou tudo, deixou tudo direitinho, foi ao cemitério, deitou-se no túmulo do filho e deu-se um tiro. [*O senhor Cyro interrompeu brevemente a entrevista para arrumar-se na cadeira – amparado pelo genro: Sr. Osvaldo Michelena, que assistia a entrevista. Após, o Sr. Cyro reiniciou o relato*]. Deu-se um tiro no coração ai foi o fim dele, compreendeu? Porquê ele amava muito o filho. Tem um momento em que eu estive com ele: eu atravessava uma rua, a Domingos de Almeida entre o Banco do Brasil e o Banco Pelotense, cruzava a rua e no momento que eu cruzava eu sinto um auto, uma trombada de auto e pulei para cima do capô e ele me disse:

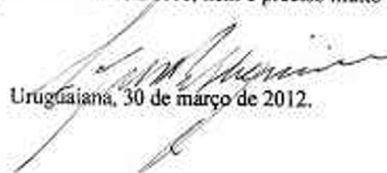
“Cyro! Que barbaridade!”. E eu disse para ele: “ Eu teria o prazer de morrer nas mãos do grande amigo meu”[risos]. Ai ele deu uma gargalhada me deu um abraço e saiu[risos]. [*Neste momento o Sr. Osvaldo Michelena despede-se e sai da sala e o Sr. Cyro retomou em seguida o relato*]. [...]em 1939, quando houve aquela grande crise – 39, 40... não a crise foi em 29. Na crise de 29, que nos morávamos na campanha o meu pai se fundiu. Lá ele mantinha invernada de gado, pousava lá conosco, mas o meu pai fundiu-se e ficamos sem nada. Vendia lata vazia, vendia saco vazio e fazia de tudo. Ai ele chamou o meu pai: “Paschoal vem cá”. [*Eu pergunto: O Flodoardo? O Sr. Cyro segue o relato*]. O Sr. Flodoardo chamou o meu pai e disse: Paschoal eu vou te dar um emprego, para ti comprar lã para mim. Ai o meu pai saiu a comprar lã para o Sr. Flodoardo. Tu vê o tamanho do coração deste homem e a bondade deste homem que ele tinha com os amigos. Não era só com os amigos, era todos. O que estendia a



governo do Borges, dos borgistas e o Flores viu, olha o pessoal do gringo anda de lenço colorado. Ai vieram em casa e mandaram tirar e nós tiramos o lenço. Porque naquela época tu botava o lenço colorado e te cortavam o lenço colorado ou te degolavam também. Cortavam muito lenço colorado, em carreira e tudo. [Pergunto: A pressão era muito grande? Sr. Cyro segue] dos dois lados a pressão era muito grande, tanto borgista ou como vamos dizer[...] colorado, como Maragato, brigavam e nestas lutas haviam muita degola.



Número do arquivo: vídeo 0090. Duração: 01 min. e 39 seg.

[...] empastelamento dos nos jornais, no jornal A Nação, tudo[...] foi, o jornal A Nação foi queimado [Pergunto: Durante o período de convulsão, em 23 ? Sr. Cyro segue] Sim, é. Depois veio a Paz. Mas houve muito banditismo, havia muito banditismo em Uruguaiana no passado. [Pergunto: Neste período, a ligação com o Flodoardo..., com o Flores da Cunha, por exemplo, no negócio do gado, como é que eles faziam para trazer o gado de lá pra cá, eles atravessavam pelas terras? Sr. Pellegrine segue] Olha, muitas vezes se trazia de contrabando, isto eu não poderia dizer, mas vou dizer, este gado vinha e algum despachado, algum despachado. Se trazia muito do Uruguai, e se trazia muito boi e muito gado do Uruguai tudo de contrabando, tudo de contrabando, tudo. Porque as fronteiras são livres ali. Ali tem um arroio, o arroio do Guaray, o mato do Guaray, mas muitas vezes... agora você cruza de pé descalço, cruza sem... esta seco, nem é preciso muito esforço.



Uruguaiana, 30 de março de 2012.

Certidão de nascimento de Cyro Reis Pellegrini.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
1.º DISTRITO DE URUGUAIANA
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL E CASAMENTOS

Cyro Linn Molinos
OFICIAL

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

CERTIFICO que, sob o Nº 12.- a folha 120V/121.- do livro número 38.- de Registro de Nascimento, encontra-se o assentamento de CYRO REIS PELLEGRINI.-

nascido aos seis (6) dias do mês de janeiro de mil novecentos e dezesseis, (6/1/1.917), às 22,15 horas em Uruguaiana, Rio Grande do Sul,

do sexo masculino, de obr , filho legítimo de Paschoal Pellegrini, casado aqui com Dona Clarinda Varallo Pellegrini, naturalista desta Estado.-

sendo avós paternos Bernardo Pellegrini e Thereza Fogliati Pellegrini.-

e maternos Miguel Varallo e Dorothea Silveira Varallo.

Tendo sido declarante o Sr. Paschoal Pellegrini.-


e serviram de testemunhas os senhores Domingos Roman Salvo e Alcides Cademartori.-


OBSERVAÇÕES: Registro lavrado em 8 de janeiro de 1.917.-
CYRO REIS PELLEGRINI casou-se nesta cidade, em 6 de março de -
1.943, com CARMEM SARAH ANGLADA PELLEGRINI.-

Todo o referido é verdade e aos próprios livros e folhas me reporto e dou fé.

Uruguaiana, 26 de abril de 197 6.-

O Oficial do Registro Civil:


C. B. A. R. N.



Carta de Flodoardo Silva para Flores da Cunha, com cópia para Borges de Medeiros e Oswaldo Aranha, outubro de 1947.

Uruguaiana, 5 de outubro de 1947. 10265

General Flores da Cunha
Rio

Estimado amigo:

Depois do meu regresso dessa capital, tive de enfrentar novas arremetidas da máfia do traidor João Fagundes.

Fiz tudo para continuar em silêncio, esperando que os anos te fizessem despertar para o mundo real, relativo aos fatos e aos acontecimentos que deviam te ligar a mim com a mais dedicada amizade que um homem possa consagrar a um amigo.

Sinto, entretanto, que continuas me confundindo com João Fagundes e seus satélites.

Sinto esta situação não só pelo teu silêncio, como pela dificuldade que a Executiva Estadual está tendo para resolver a questão política de nosso partido aqui.

Resolvi ir ao teu encontro, através de cartas que vou te dirigir, uma após outra, plagiando "Mil e uma Noites", lembrando fatos e episódios de nossa vida que, possivelmente, te farão despertar do sono letárgico de tua amizade para comigo.

A prostituição da máfia de traidores chegou ao ponto de requerer da Prefeitura uma certidão do Decreto que mudou o nome da Avenida Flores da Cunha para Duque de Caxias.

O fim dos miseráveis é te fazerem lembrar que eu fui quem assinou o referido decreto, que foi publicado na imprensa no seu devido tempo, por minha determinação. Os pobres diabos esqueçam que a guerra que te fiz e que te levou ao exílio foi em consequência das intrigas perversas movidas pela máfia de traidores de João Fagundes.

As intrigas da máfia referida te levaram ao desvario de mandar me atacar cruelmente pelos jornais de tua propriedade, enquanto proibias a minha defesa em qualquer jornal do Estado. (Jornais em arquivo).

Os traidores e intrigantes procuram restabelecer o estado de guerra, por eles creado, entre nós.

(A carta continua até a página 205)

Considerando que já foste fraco uma vez, quero ir em teu auxilio para que não faças o jogo dos intrigantes e traidores vulgares, que vivem nas trevas à mingua de tranquilidade de consciencia, esmagados pela certeza de sua convicção de monstros.

Espero que, se te dispuseres a revisar nosso passado, através das cartas que vou terdirigir, sintas despertar alguma cousa de superior e sublime que tens despercebido em tua consciencia de homem e de amigo, com relação a mim.

Comessarei rememorando a revolução de 1923.

Éras, então, um simples Intendente de Uruguaiana, sem maior prestigio político; eu éra um comerciante exportador que limitava a minha ação politica em levar o meu voto pessoal de republicano por ocasião de eleições. Não precisava nada da politica e muito menos de políticos. Eu éra, entretanto, um grande admirador do eminente brasileiro e preclaro riograndense Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros.

Um dia em que o jornal "A Nação" publicava um de seus virulentos artigos, atacando a pessoa e o governo do benemérito Dr. Borges, senti uma revolta profunda e me dispuz a entrar na luta.

Ao chegar na Sub-Prefeitura, estavas com o Dr. Sergio de Oliveira, na calçada, palestrando. Agarrei ambos pelo braço e convidai-os para irmos até o centro da praça para falarmos sobre um assunto de grande importancia. Ao sentarmo-nos em um banco, pedi noticias dos acontecimentos da rvolução. Voce respondeu-me dizendo que a coluna de Honorio Lemos tinha seguido de Alegrete em direção a Cidade de Quaraí, e que, possivelmente, depois de receber armas e munição naquela cidade da fronteira Uruguaiá, viria atacar Uruguaiana como maior ponto estrategico da fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. Eu lhes disse que, neste caso, não poderiamos fazer a defeza da cidade contando somente com soldados da policia local e da campanha, e mais ou menos 100 civis que compunham guarda republicana.

Pedi permissão a vocês para ir ao Itaqui, no trem da manhã seguinte, para formar e trazer um corpo provisório Itaquiense, para a defeza de Uruguaiana. Voce e o Sergio aceitaram com grande entusiasmo o meu oferecimento. Autorizei a vocês mandarem ao Itaqui um trem expresso, 24 horas depois da minha partida daqui, para conduzir a brigada Itaquiense, que tão eminente ação deveria desenvolver no memoravel cerco de Uruguaiana.

O dr. Sérgio de Oliveira, foi ao meu embarque ás sete horas da manhã. Eu havia telegrafado ao meu fraternal amigo dr. Oswaldo Aranha, que achava-se em Itaqui, anunciando a minha ida. Quando cheguei a Estação de Itaqui, me esperavam Oswaldo, Cel. Euclides Aranha, Dr. Roque Degrazia, Dr. Bernardo Piffero e outros amigos. Fomos diretamente para a residencia do Cel. Aranha. Expus a situação e o compromisso que eu havia assumido, de embarcarmos no dia seguinte com o numero de homens que pudessemos. O Prefeito objetou que não seria possível em pouco mais de 24 horas reunirmos tanta gente que estivesse disposta a ir fazer a defeza de Uruguiana. Oswaldo Aranha, o amigo infalível, respondendo ao argumento do Prefeito, disse: si te comprometeste, vamos pôr mãos á obra.

Sáimos e conseguimos tres automoveis, escrevemos aos sub-intendentes de campanha e a outros amigos influentes, pedindo que marchassem toda a noite em direção á cidade, trazendo o maior numero de homens e cavalos que pudessem. No dia seguinte, muito cedo, começaram a entrar as caravanas de campanha, que acamparam em uma varzea na costa do rio Uruguai.

Pouco antes do meio dia houve uma reunião na Intendencia, dos sub-intendentes e chefes de grupo, de companheiros da campanha e da cidade, para serem cientificados da situação. Eu não quiz ir a essa reunião porque receiava um fracasso em virtude de haver alguns companheiros que opinavam que Itaqui não podia ficar desguarnecido. Fiquei palestrando com Da. Luiza Aranha.

Verificou-se o que eu previa. Voltaram da reunião Oswaldo, Cel. Aranha e dr. Roque, com a noticia de que os sub-intendentes e chefes de grupo eram unanimes em dizer que estavam dispostos a lutar pela defeza de Itaqui, mas que não concordavam em sair para fora do Municipio. Neste interim, apitava na estação o trem expresso que chegava e que nos deveria conduzir para Uruguiana. Pédi licança e saí, dizendo que voltaria imediatamente. Tomei o primeiro auto que encontrei e parti para o acampamento na costa do rio Uruguai.

Fui direito onde acampava a gente do sub-intendente do 32 distrito, que era o meu saudoso amigo José Tarrago. Expus a situação á ele, que concordou em pôr sua gente em forma para que eu explicasse a situação a todos. Postos em forma os homens do 32 distrito, entre os quais eu tinha varios companheiros de minha mocidade, lhes falei como os gauchos sabem falar uns aos outros. Procurei demonstrar que

Procurei demonstrar que a defeza de Uruguaiana importava na defeza de Itaqui. Ao terminár a minha exortação pedi para que aqueles que quizessem nos acompanhar déssem um passo á frente, e todos avançaram. Eu os comprimentei, um por um, e pedi ao meu amigo Tarrago que mandasse ensilhar, que o trem já estava pronto á nossa espera.

Dali fui ao acampamento do meu velho e querido amigo Luciano Pedroso. Repetiu-se a mesma cena, e a indiada, depois de mo ouvir, ensilhava os cavalas apressadamente, dando vivas á Republica e a Borges de Medeiros.

Fui ao acampamento do meu saudoso amigo Alfredo Mendes, chefe politico do 2º distrito. Eram, quasi todos, meus amigos, pois fazia apenas seis anos que eu havia transferido minha residencia para Uruguaiana. Quando terminei de falar já estavam todos eletrisados pelo contagio dos vivas a Republica e a Borges de Medeiros, que se havia dos acampamentos visinhos.

Neste instante, parava um automovel com o grande Oswaldo, que, ao tomar conhecimento da vitoria, ficou radiante de contentamento.

Ás seis horas da tarde partiamos para Uruguaiana, com 200 homens, dando vivas ao dr. Borges de Medeiros.

Eu recebia no dia seguinte, muito cedo, o abraço fraterno e entusiasta de Sergio de Oliveira.

Você, Flores, mais tarde, veio ao nosso quartel, visitar o Oswaldo.

Não tive a honra de receber o teu cumprimento e nem sequer me perguntaste si eu tinha ido ao Itaqui e o que tinha feito. Confesso-te, a minha decepção foi grande com o teu procedimento. Mas, procurei me escudar no pedestal que mantem os homens de responsabilidade quando defendem um ideal elevado e puro.

Passai a te tratar, então, como superior hierarquico. Nunca deixei ninguém perceber a sangria que fizeste no meu coração de amigo desinteressado, e fiz de ti a nossa bandeira.

Fui o vanguardeiro da columna do Oeste.

Quando a columna Honorio Lemos aproximava-se desta cidade, fui procurado por João Fagundes e Fredolino Prunes, que me faziam um apêlo para que eu conseguisse de você a retirada em direção ao Itaqui, porque era um absurdo, nós, apenas com quinhentos e poucos homens, irregulares, oferecer resistencia a uma columna que se dizia

de mais de 3.000 homens. Eu lhes respondi que, não só não te faria semelhante pedido como, ainda, reprovei o pessimismo que eles estavam procurando estabelecer entre os compnaheiros.

Por hoje basta. Amanhã continuarei, em outra carta.

Apenas peço para que atines sobre a realidade dos acontecimentos e dos fatos.

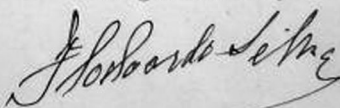
Tiveste um amigo que exerceu função capital na organização da coluna Oeste, que foi a base fundamental de teu generalato e do teu grande prestígio no Rio Grande e no Brasil. Deste amigo, tu nunca te apercebeste ou, pelo menos, nunca tiveste a preocupação de analisar o que ele representou na tua vida de guerreiro e de político.

Tiveste um outro amigo, traidor e covarde, que te levou ao exílio e reduziu o teu prestígio político, procurando afastar de ti os amigos desinteressados, leais e dedicados, até o desprezo pela vida.

Junto á presente cópia de um documento que foi a origem da revolta do trio malévolos contra mim, porque não me perdoaram por eu não ficar solidário com eles para o esfacelamento do partido, com o escorraçamento vandalico dos teus melhores e maiores amigos.

Da presente mandarei uma cópia para o Dr. Oswaldo Aranha, que é principal testemunha do que eu afirmo acima; para o Dr. Borges; para o Dr. João Carlos Machado; para o Cel Chico Flores; para o Dr. Daniel Krieger e para o professor José Salgado Martins; todos teus amigos fraternais e que devem tomar conhecimento deste plagio de "Mil e uma noite", para te ajudarem no que fôr possível no despertar do sono letargico em que tens vivido com relação a mim.

Um grande abraço



Honório Lemes e Flores da Cunha, em 1924, em encontro no Clube
Comercial de Uruguaiana.

Fonte: Jornal Correio do Povo – 23/06/1973



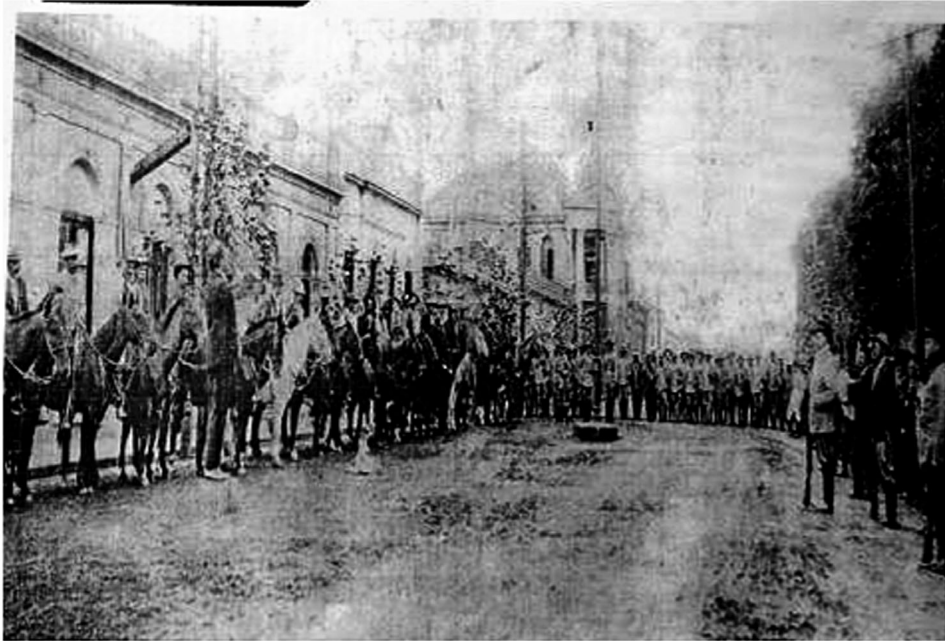
Reunião de Comandantes Maragatos. Ao centro, na esquerda Batista
Luzardo e à direita Honório Lemes.

Fonte: Arquivo do Centro Cultural Dr. Pedro Marini, Uruguaiana s/nº



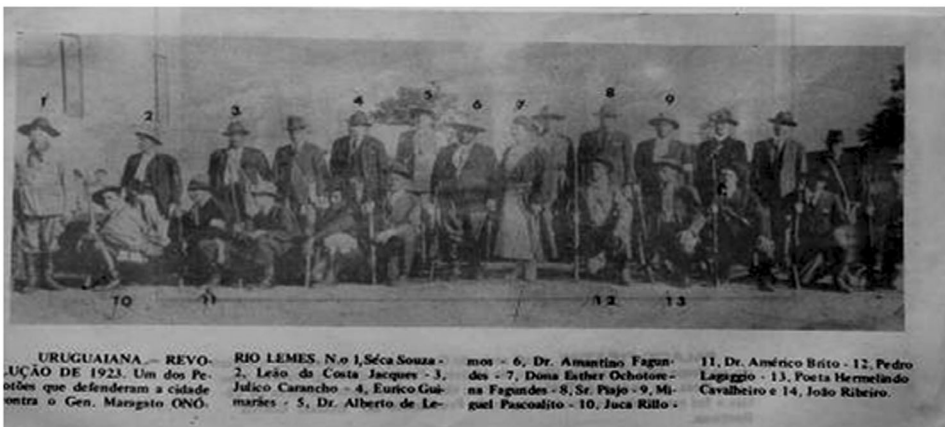
Parte do Corpo Provisório de Uruguaina, na véspera dos enfrentamentos de 1923. Flores da Cunha, em cima de um caixote de madeira, passa instruções para a tropa.

Fonte: Arquivo do Centro Cultural Dr. Pedro Marini, Uruguaiana s/nº



Parte do Corpo Provisório de Uruguaina, durante o cerco na cidade de Uruguaina, em 1923.

Fonte: Arquivo do Centro Cultural Dr. Pedro Marini, Uruguaiana s/nº



Centro da cidade de Uruguaina, década de 1920, onde se localizavam a Praça Central e a Intendência.

Fonte: Arquivo do Centro Cultural Dr. Pedro Marini, Uruguaiiana s/nº.



Centro da cidade de Uruguaina, década de 1920. Rua Bento Martins, local onde se deu a tentativa de tomada da cidade pelos Maragatos.

Fonte: Arquivo do Centro Cultural Dr. Pedro Marini, Uruguaiiana s/nº.

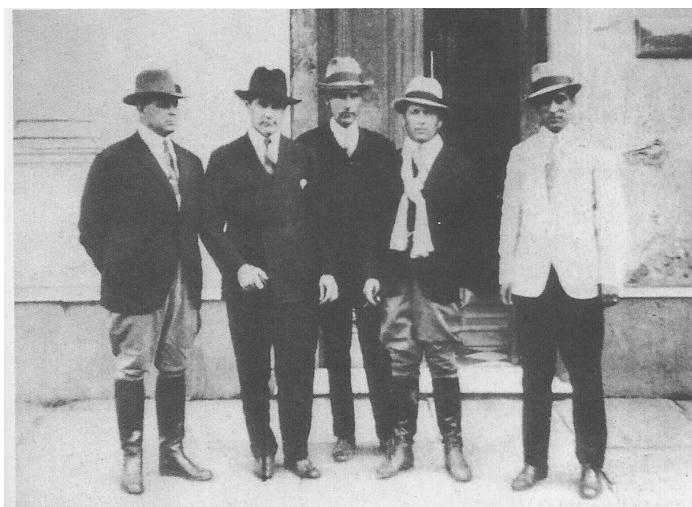


Centro da cidade de Uruguaina, década de 1920. A Intendência, um dos objetivos dos Maragatos.

Fonte: Arquivo do Centro Cultural Dr. Pedro Marini, Uruguiana s/nº.



Oswaldo Aranha, Flodoardo Silva e Flores da Cunha, década de 1920.



Oswaldo Aranha, de bengala, em consequência de seu ferimento no Seival. A sua dir: o coronel Euclides de Figueiredo, à sua esq. Flodoardo Silva, José Antonio Flores da Cunha e Ascanio Tubino, prefeito de Quaraí. Quaraí, R.S. (Provavelmente 1º semestre de 1927, mas talvez 1928). Arquivo Oswaldo Aranha.

Disponível em: <http://mariliagudollegottens.blogspot.com.br/search/label/Mem%C3%B3rias%20de%20Fam%C3%ADlia>